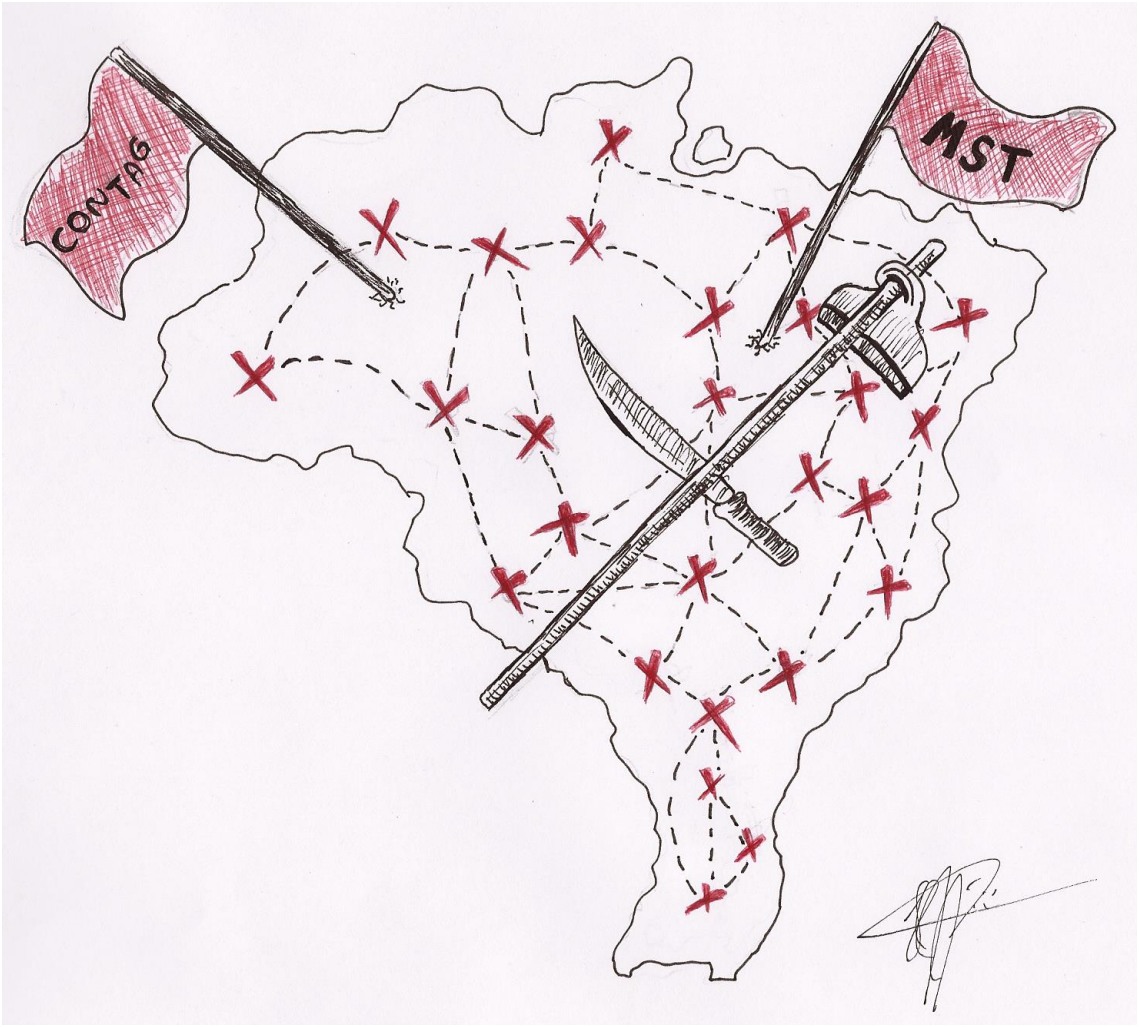
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FCT - Câmpus de Presidente Prudente

LARA CARDOSO DALPERIO

GEOGRAFIA DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS NO BRASIL DE 2000 À 2012



Presidente Prudente

2013

LARA CARDOSO DALPERIO

GEOGRAFIA DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS NO BRASIL DE 2000 À 2012

Trabalho de monografia apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", para obtenção do título de Bacharel em Geografia.
Orientador: Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes.
Coorientadora: Profa. Dra. Janaina Francisca de Souza Campos Vinha.

.

Presidente Prudente

2013

LARA CARDOSO DALPERIO

GEOGRAFIA DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS NO BRASIL DE 2000 À 2012

Monografia apresentada como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Geografia da FCT-UNESP, submetida à aprovação da banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes

Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano

Mestranda: Camila Ferracini Origuéla

Presidente Prudente

2013

Dedicatória

Aos meus pais Regina e Hamilton pelo amor incondicional e pelos dias de marmitas!

Agradecimentos

Agradeço primeiramente à Deus por te me dado perseverança, paciência e sabedoria para caminhar no desenvolvimento deste trabalho. A Nossa Senhora que sempre me consolou nos dias de incertezas.

Aos meus pais Regina e Hamilton por todas as vezes que me apoiaram e ajudaram! Aos meus irmãos André, Chrystian, Hamilton, Leandro, Lucas e de modo especial a minha irmã gêmea Helena que teve muita paciência comigo e na ajuda deste trabalho.

Agradeço ao Bernardo Mançano Fernandes que ao longo da caminhada no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) tornou-se um segundo pai. A Janaina Francisca que me ajudou no que pode na construção deste trabalho, tornando uma grande amiga. A todos os colegas com quem convivi no NERA, seja da pós-graduação (Elizabeth e Juliana) ou da graduação de maneira especial a Lorena Izá e Renan Silva que me ajudaram nos mapas e na busca de referências para a complementação da pesquisa e ao Hugo que com sua criatividade fez a capa este trabalho.

A banca examinadora composta por Carlos Alberto Feliciano e Camila Ferracini Origuéla, que aceitaram fazer parte da construção deste trabalho com suas considerações pertinentes. Agradeço também aos companheiros de luta que fizeram parte da turma do Curso Especial de Geografia de maneira carinhosa ao Valmir Sebastião e sua família.

Vou agradecer aos meus amigos em ordem alfabética (para não gerar conflitos). Primeiramente a Camila Rampazzo (Camilinha) que sempre me apoiou nesses anos de graduação e é uma grande amiga. A Fernanda Fuzzi (Fer) pelos anos de amizade e apoio. A Hellen Mesquita pelas discussões teóricas, pela ajuda nos mapas e pelos conselhos tão valiosos. Ao Diógenes Rabello pelas contribuições com a monografia e pelos dias de apoio. A Jéssica Baldassarini (a *best*) pelos momentos de alegrias e desesperos no desenvolvimento da monografia, pelas noites e noites de estudos e marmitas no laboratório, nós duas sabemos que não importa a distância o que temos é único!

Agradeço a minha grande amiga Marleide Aristides (Mah) pela ajuda nesses anos e pela consideração. Ao meu amigo Rodrigo Savoini (Cariño) por todo o apoio, pela compreensão em dias/meses de desaparecimento, pelas conversas e desabafos sempre me ajudando/amparando em momentos tensos da monografia, pelas contribuições nos mapas e ortografia. A Thais Fernandes por toda a amizade nesses anos, aliás, sobrevivemos a um memorial! Agradeço a minha grande amiga Valquíria pelos dias de conversas, pelas noites de festas e pela ajuda no desenvolvimento deste trabalho mesmo que de forma indireta. E ao

Welder, por ter me ajudado e apoiado na vida que foram fundamentais para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Agradeço a turma 52 de geografia: a Aline Kuramoto (Kura), a Vania, Ana Lúcia, Aline Santos, Leandro, Marcio, Sidney pelos momentos de conhecimentos compartilhados. Ao Douglas Moura, afinal “Vencemos!!!”. Agradeço a todos os membros do Grupo de Jovens da Igreja São José, que me deram apoio no desenvolvimento desse trabalho.

De modo especial, agradeço ao Claudionor, uma pessoa muito especial na minha vida, pelo apoio nos dias de alegrias e tristezas, pelo carinho, amor e atenção nesses meses. Sem a sua ajuda/apoio à elaboração deste trabalho seria mais difícil, sou muito grata.

As pessoas que não estão eternizadas nessa monografia, mas que de certa forma contribuíram com a minha formação e com este trabalho. Lamento se não atendi a expectativa de algum amigo.

“Ser e ter o sonho por inteiro sou Sem Terra, sou guerreiro, co'a missão de semear a terra.
Mas, apesar de tudo isso, o latifúndio é feito um inço que precisa acabar.
Romper as cercas da ignorância que produz a intolerância, terra é de quem plantar a terra.” Pedro Munhoz

Resumo

A luta pela terra não é um tema recente na história brasileira. Desde a colonização, há sujeitos que lutam e resistem no campo, como no cangaço, nas ligas camponesas, na guerra de Canudos etc., e mais atualmente com as lutas do MST, CONTAG, CPT e outros movimentos. À esses movimentos, denominamos movimentos socioterritoriais, pois tem a terra/território como condição essencial para sua existência e manutenção das suas territorialidades. Deste modo, o presente trabalho visa estudar a geografia dos movimentos socioterritoriais, a construção do conceito de movimentos socioterritoriais, suas formas de ação e suas escalas de atuação no período de 2000 a 2012, com destaque para os movimentos mais atuantes. Estudamos por meio do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), da pesquisa em mídia impressa/digital e dos levantamentos bibliográficos. As ações dos movimentos socioterritoriais podem ser estudadas através das formas de ocupações de terras e manifestações do campo, instrumentos de luta contra o latifúndio, o agronegócio e o Estado. Essas ações são vistas como um empecilho para o desenvolvimento do país, porque questionam o modelo de desenvolvimento que privilegia o agronegócio. Ao longo dos anos, o número de movimentos socioterritoriais e suas ações vêm oscilando devido a uma série de fatores, como a repressão (criminalizações e violências), políticas adotadas pelos governos brasileiros e as contradições inerentes ao próprio processo de espacialização da luta pela terra, que são determinantes para a cessão e/ou continuidade dos movimentos. Essas ações podem ser analisadas de acordo com a escala de luta dos movimentos - municipal, microrregional, estadual, macrorregional e nacional.

Palavras-chave: Movimentos Socioterritoriais. Ocupações de terras. Manifestações do campo.

Abstract

The struggle for land is not a recent theme in Brazilian history. Since colonization, people have fought and resisted against oppression and injustice in the countryside, as can be evidenced by the highwaymen, peasant leagues and the war of Canudos. More recently, the struggle for land and agrarian reform can be evidenced by the struggles of the MST, CONTAG, CPT and other movements. For these movements, denominated as socioterritorial movements, land/territory is an essential condition for their existence and for the maintenance of their territoriality. The present paper examines the geography of socioterritorial moviments: the construction of the concept of socioterritorial movements and their forms of action and scales of actuation in the period 2000 to 2012, focusing on the movements that have been most active. These movements are studied through as analysis of data of the Land Struggle Data Base (Banco de Dados da Luta pela Terra –DATALUTA), print and digital media reports and a bibliographic survey of the literature. The action of socioterritorial movements can be studied through the forms of land occupations and demonstrations in the countryside which are the principal means of the struggle against large landholders, agribusiness and the State. These actions question the model of development which privileges agribusiness and, as such, are viewed by some as a hindrance to the development of the country. Over the years, the number of socioterritorial moviments, and their actions have oscillated due to a series of factors, such as repression (criminalization of members and violence against them), policies adopted by Brazilian governments and the contradictions inherent in very process of the spacialization of the struggle for land. These actions can be analyzed according to the scale of the struggle of the movements – municipal, micro-regional, state, macro-regional, and national.

Keywords: Socioterritorial Moviments, Land Occupations, Manifestations

LISTA DE SIGLAS	
ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ABUST	Associação Brasileira do Uso Social da Terra
ACARAM	Articulação Central de Associações Rurais de Ajuda Mútua
AC	Acre
ACQUILERJ	Associação de Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro
ACRQ	Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos
ACRQBC	Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos Brejo dos Crioulos
ACUTRMU	Associação Comunidade Unida dos Trabalhadores Rurais
ADT	Associação em Direito da Terra
AL	Alagoas
AM	Amazonas
AMIGREAL	Associação dos moradores das microrregiões do estado de Alagoas
AMPA	Associação do Movimento dos Pequenos agricultores
AP	Amapá
APR	Animação Pastoral e Social no Meio Rural
ARST	Associação Renovação dos Sem Terra
ASA	Associação Santo Antônio
ASPARMAB	Associação de Pequenos Produtores Rurais de Marabá
AST	Associação de Sem Terra
ASTECA	Associação Técnica de Cooperação Agrícola
ASTST	Associação dos Sem Terra e Sem Teto
ATUVA	Associação dos Trabalhadores Unidos da Vila Aparecida
ATRBV	Associação dos Trabalhadores Rurais Bela Vista
ATR	Associações de Trabalhadores Rurais
BA	Bahia
CAA	Centro de Agricultura Alternativa
CAR	Central dos Assentados de Roraima
CARITAS	Cáritas Brasileiras
CCL	Centro de Cidadania e Liderança
CE	Ceará
CECQESCZ	Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do ES Zacimba Gaba
CETA	Coordenação Estadual de Trabalhadores Assentados
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CLST	Caminho de Libertação dos Sem Terra
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CODEVISE	Comitê de Defesa das Vítimas de Santa Elina
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombo
CONLUTAS	Coordenação Nacional de Lutas
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOTERRA	Cooperativa dos Lavradores na Luta pela Terra
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CTV	Centro Terra Viva

CUT	Central Única dos Trabalhadores
DF	Distrito Federal
ES	Espírito Santo
FEAB	Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
FATRES	Fundação de apoio aos/as trabalhadores/as rurais e agricultores/as familiares da região do Sisal e semi-árido da Bahia
FERAESP	Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo
FETRAF	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
FRUTO DA TERRA	Fruto da Terra
FST	Fórum Social do Triângulo
FUVI	Famílias Unidas do Vale do Vilhema
GECA	Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade do Pantanal
GEOLUTAS	Laboratório de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade
GERAIZEIROS	Geraizeiros do Norte de Minas Gerais
GETEC	Grupo de Estudos sobre Trabalho, Espaço e Campesinato
GRUPO XAMBRE	Grupo Xambrê
GO	Goiás
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITESP	Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo
LABER	Laboratório de Estudos Rurais
LABET	Laboratório de Estudos Territoriais
LAGEA	Laboratório de Geografia Agrária
LCC	Liga Camponesa Corumbiara
LCP	Liga dos Camponeses Pobres
LOC	Liga Operária Camponesa
MA	Maranhão
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAST	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MATR	Movimento de Apoio aos Trabalhadores Rurais
MBUQT	Movimento Brasileiro Unidos Querendo Terra
MCC	Movimento Camponês de Corumbiara
MCNT	Movimento Conquistando Nossa Terra
MCP	Movimento dos Conselhos Populares
MCR	Movimento dos Camponeses de Rondônia
MCST	Movimento dos Carentes Sem Terra
MG	Minas Gerais
MLST	Movimento de Libertação dos Sem Terra
MLSTL	Movimento de Libertação dos Sem Terra de Luta
MLT	Movimento de Luta pela Terra
MLTRST	Movimento de Libertação dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MLUPT	Movimento Luta Unida Pela Terra
MMA	Movimento de Mulheres Agricultoras
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MNF	Movimento Sem Terra Nova Força
MNDDH	Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos

MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPRA	Movimento Popular pela Reforma Agrária
MPST	Movimento Popular dos Sem Terra
MPT	Movimento Pacífico pela Terra
MRC	Movimento Resistência Camponesa
MS	Mato Grosso do Sul
MSO	Movimento Social Organizado
MSONT	Movimento Sonho da Terra
MSST	Movimento Social dos Sem Terra
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MST da Base	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – da Base
MST Independente	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – da Base Independente
MSTA	Movimento dos Sem Terra do Amazonas
MSTR	Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais
MT	Mato Grosso
MT	Movimento dos Trabalhadores
MTA	Movimento dos Trabalhadores Assentados
MTAA-MT	Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados do Mato Grosso
MTB	Movimento Terra Brasil
MTBST	Movimento dos Trabalhadores Brasileiros Sem Terra
MTD	Movimento dos Trabalhadores Desempregados
MTL	Movimento Terra, Trabalho e Liberdade
MTP	Movimento Terra, Trabalho e Progresso
MTTDS	Movimento Terra, Trabalho e Dignidade Social
MTR	Movimento dos Trabalhadores Rurais
MTRST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTRSTB	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra Brasileiros
MTRSTP	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Paraná
MTRUB	Movimento dos Trabalhadores Rurais e Urbanos
MTS	Movimento por uma Tendência Socialista
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MTSTCB	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e Central do Brasil
MTV	Movimento Terra Vida
MUB	Movimento Unidos Brasil
MUST	Movimento Unido dos Sem Terra
MUT	Movimento Unidos pela Terra
NEAG	Núcleo de Estudos Agrários
NERA	Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OAC	Organização Agrária Camponesa
OCCA	Observatório dos Conflitos no Campo
OI	Organização Independente
OITRA	Organização de Inclusão de Trabalhadores pela Reforma Agrária
OLC	Organização da Luta no Campo
OLST	Organização Para a Libertação dos Sem Terra
OTC	Organização dos Trabalhadores no Campo

PA	Pará
PB	Paraíba
PE	Pernambuco
PI	Piauí
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PPE	Projeto Padre Ezequiel
PR	Paraná
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RACAA-SUL	Rede de Assistência dos Acampados e Assentados do Sul da Bahia
RC	Resistência Camponesa
RCONGs	Rede Cerrado de Ongs
RJ	Rio de Janeiro
RN	Rio Grande do Norte
RO	Rondônia
RR	Roraima
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
SE	Sergipe
SINPRA	Sindicato dos Pequenos e Médios Produtores Rurais
SP	São Paulo
ST	Sem Terra
STL	Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura
TERRA LIVRE	Movimento Popular do Campo e da Cidade
TO	Tocantins
TUPÃ 3E	Trabalhadores do Município de Tupanciretã
UAPE	União dos Agricultores de Pernambuco
UDR	União Democrática Ruralista
UFT	União Força e Terra
UNASFP	União das Associações de Fundo de Pasto
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNITERRA	União dos Movimentos Sociais pela Terra
USST	União dos Santanenses Sem Terra
UST	União Sindical dos Trabalhadores
VT	Via do Trabalho

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1 – Geografia das Ocupações de Terras – 2000-2012 – Número Total de Ocupações Realizadas pelos Movimentos Socioterritoriais	58
Mapa 2 – Geografia das Ocupações de Terras – 2000-2012 – Número Total de Famílias em Ocupações Realizadas pelos Movimentos Socioterritoriais	59
Mapa 3 – Geografia das Ocupações de Terras – 2000-2012 – Número de Ocupações Individuais Realizadas pelos Movimentos Socioterritoriais	69
Mapa 4 – Geografia das Ocupações de Terras – 2000-2012 – Número de Famílias em Ocupações Individuais Realizadas pelos Movimentos Socioterritoriais	70
Mapa 5 – Geografia das Ocupações de Terras – 2000-2012 – Número de Ocupações Conjuntas Realizadas pelos Movimentos Socioterritoriais	77
Mapa 6 – Geografia das Ocupações de Terras – 2000-2012 – Número de Famílias em	78

Ocupações Conjuntas Realizadas pelos Movimentos Socioterritoriais	
Mapa 7 – Brasil – Geografia das Manifestações do Campo – 2000-2012. Número Total Manifestações Realizadas pelos Movimentos Socioterritoriais	90
Mapa 8 – Brasil – Geografia das Manifestações do Campo – 2000-2012. Número Total de Pessoas em Manifestações Realizadas pelos Movimentos Socioterritoriais	91
Mapa 9 – Brasil – Geografia das Manifestações do Campo – 2000-2012. Número Total Manifestações Individuais Realizadas pelos Movimentos Socioterritoriais	102
Mapa 10 – Brasil – Geografia das Manifestações do Campo – 2000-2012. Número Total de Pessoas em Manifestações Realizadas pelos Movimentos Socioterritoriais	103
Mapa 11 – Brasil – Geografia das Manifestações do Campo – 2000-2012. Número Total Manifestações Conjuntas Realizadas pelos Movimentos Socioterritoriais	107
Mapa 12 – Brasil – Geografia das Manifestações do Campo – 2000-2012. Número Total de Pessoas em Manifestações Conjuntas Realizadas pelos Movimentos Socioterritoriais	108
Mapa 13 – Brasil – Geografia dos Movimentos Socioterritoriais – 2000-2012 – Escala de Atuação - Municipal	118
Mapa 14 – Brasil – Geografia dos Movimentos Socioterritoriais – 2000-2012 – Escala de Atuação - Microrregional	150
Mapa 15 – Brasil – Geografia dos Movimentos Socioterritoriais – 2000-2012 – Escala de Atuação - Estadual	158
Mapa 16 – Brasil – Geografia dos Movimentos Socioterritoriais – 2000-2012 – Escala de Atuação - Macrorregional	172
Mapa 17 – Brasil – Geografia dos Movimentos Socioterritoriais – 2000-2012 – Escala de Atuação - Nacional	203
Mapa 18 – Brasil – Geografia dos Movimentos Socioterritoriais – 2000-2012 – Espacialização do MST – Número de famílias em ocupações	222
Mapa 19 – Brasil – Geografia dos Movimentos Socioterritoriais – 2000-2012 – Espacialização do MST – Número de pessoas em manifestações	224
Mapa 20 – Brasil – Geografia dos Movimentos Socioterritoriais – 2000-2012 – Espacialização do CONTAG – Número de famílias em ocupações	226
Mapa 21 – Brasil – Geografia dos Movimentos Socioterritoriais – 2000-2012 – Espacialização do CONTAG – Número de pessoas em manifestações	228
Mapa 22 – Brasil – Geografia dos Movimentos Socioterritoriais – 2000-2012 – Espacialização do FETRAF – Número de famílias em ocupações	230
Mapa 23 – Brasil – Geografia dos Movimentos Socioterritoriais – 2000-2012 – Espacialização do FETRAF – Número de pessoas em manifestações	232
Mapa 24 – Brasil – Geografia dos Movimentos Socioterritoriais – 2000-2012 – Espacialização do MLST – Número de famílias em ocupações	234
Mapa 25 – Brasil – Geografia dos Movimentos Socioterritoriais – 2000-2012 – Espacialização do MLST – Número de pessoas em manifestações	235
Mapa 26 – Brasil – Geografia dos Movimentos Socioterritoriais – 2000-2012 – Espacialização dos Movimentos Indígenas – Número de famílias em ocupações	237
Mapa 27 – Brasil – Geografia dos Movimentos Socioterritoriais – 2000-2012 – Espacialização dos Movimentos Indígenas – Número de pessoas em manifestações	239
Mapa 28 – Brasil – Geografia dos Movimentos Socioterritoriais – 2000-2012 – Espacialização do CPT – Número de famílias em ocupações	241
Mapa 29 – Brasil – Geografia dos Movimentos Socioterritoriais – 2000-2012 – Espacialização do CPT – Número de pessoas em manifestações	242

ÍNDICE DE FIGURAS	
Figura 1 – Ficha para o cadastro dos Movimentos Socioterritoriais	35
Figura 2 – Nova ficha para o cadastro dos Movimentos Socioterritoriais	27
Figura 3 – Ocupação Individual AMIGREAL	121
Figura 4 – Ocupação da ATRBV em Uberlândia (MG)	126
Figura 5 – Ocupação CODEVISE	128
Figura 6 – Cartuchos encontrados por camponeses	129
Figura 7 – Vazanteiros em Movimento	147
Figura 8 – Luta pela terra e na terra dos Vazanteiros em Movimento	148
Figura 9 – Ocupação MATR e MST Fazenda Gama em 2012	156

ÍNDICE DE PRANCHAS	
Prancha 1 – Brasil – Geografia dos Movimentos Socioterritoriais – 2000-2012 – Escalas de Atuação	214

ÍNDICE DE GRÁFICOS	
Gráfico 1 – Brasil – Relação dos movimentos socioterritoriais, número de ocupações e número de famílias – 2000-2012	68
Gráfico 2 – Brasil – Ocupações Conjuntas – 2000-2012	71
Gráfico 3 – Brasil – Relação dos movimentos socioterritoriais, número de manifestações e número de pessoas – 2000-2012	88
Gráfico 4 – Brasil – Manifestações Conjuntas – 2000-2012	105
Gráfico 5 – Brasil – Número de unidades da federação – UF, onde os movimentos socioterritoriais realizaram ocupações no período de 2000-2012	220

ÍNDICE DE TABELAS	
Tabela 1 – NERA – Trabalhos científicos que envolvem os movimentos socioterritoriais	21
Tabela 2 – Brasil – Formas de ações e números de movimentos socioterritoriais em ocupações de terras– 2000-2012	67
Tabela 3 – Brasil – Manifestações do Campo por Macrorregiões – 2000-2012	86
Tabela 4 – Brasil – Tipologias de Manifestações do Campo – 2000-2012	94
Tabela 5 – Brasil: Formas de ações e números de movimentos socioterritoriais em manifestações– 2000-2012	101
Tabela 6 – Brasil – Ocupações realizadas pelos movimentos socioterritoriais por macrorregiões e estado – 2000-2012	218

ÍNDICE DE QUADROS	
Quadro 1 – Brasil – Movimentos Socioterritoriais e Estados onde Atuaram em Ocupações – 2000-2012	54
Quadro 2 – Brasil – Número de Ocupações Conjuntas, Movimentos Socioterritoriais e Estados – 2000-2012	73
Quadro 3 – Brasil – Movimentos Socioterritoriais e Estados onde Atuaram em Manifestações do Campo – 2000-2012	84
Quadro 4 – Brasil – Movimentos Socioterritoriais da Escala Municipal, Ocupações e	116

Famílias Participantes – 2000-2012	
Quadro 5 – Brasil – Movimentos Socioterritoriais da Escala Microrregional, Ocupações e Famílias Participantes – 2000-2012	149
Quadro 6: Brasil – Movimentos Socioterritoriais da Escala Estadual, Ocupações e Famílias Participantes – 2000-2012	157
Quadro 7 – Participação dos movimentos socioterritoriais em ocupações conjuntas com o MPRA – 2000-2012	163
Quadro 8 – Participação dos movimentos socioterritoriais em ocupações conjuntas com o MST da Base – 2000-2012	165
Quadro 9 – Participação dos movimentos socioterritoriais em ocupações conjuntas com a UNITERRA – 2000-2012	168
Quadro 10 – Brasil – Movimentos Socioterritoriais da Escala Macrorregional, Ocupações e Famílias Participantes – 2000-2012	170
Quadro 11 – Participação dos movimentos socioterritoriais em ocupações conjuntas com a CPT – 2000-2012	176
Quadro 12 – Participação dos movimentos socioterritoriais em ocupações conjuntas com a CUT – 2000-2012	177
Quadro 13 – Participação dos movimentos socioterritoriais em ocupações conjuntas com a FERAESP – 2000-2012	178
Quadro 14 – Participação dos movimentos socioterritoriais em ocupações conjuntas com a FETRAF – 2000-2012	180
Quadro 15 – Participação dos movimentos socioterritoriais em ocupações conjuntas com a LCP – 2000-2012	181
Quadro 16 – Participação dos movimentos socioterritoriais em ocupações conjuntas com a MAST – 2000-2012	184
Quadro 17 – Participação dos movimentos socioterritoriais em ocupações conjuntas com o MLST – 2000-2012	186
Quadro 18 – Participação dos movimentos socioterritoriais em ocupações conjuntas com o MLT – 2000-2012	188
Quadro 19 – Participação dos movimentos socioterritoriais em ocupações conjuntas com a MTB – 2000-2012	192
Quadro 20 – Participação dos movimentos socioterritoriais em ocupações conjuntas com o MTL – 2000-2012	194
Quadro 21 – Participação dos movimentos socioterritoriais em ocupações conjuntas com o MTST – 2000-2012	196
Quadro 22 – Participação dos movimentos socioterritoriais em ocupações conjuntas com a Via Campesina – 2000-2012	201
Quadro 23 – Brasil – Movimentos Socioterritoriais da Escala Nacional, Ocupações e Famílias Participantes - 2000-2012	202
Quadro 24 – Participação dos movimentos socioterritoriais em ocupações conjuntas com o CONTAG – 2000-2012	206
Quadro 25 – Participação dos movimentos socioterritoriais em ocupações conjuntas com o MST – 2000-2012	207

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 18

CAPÍTULO 1 – A CONSTRUÇÃO CONCEITUAL E METODOLÓGICA DO DATALUTA MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS 20

1.1 – Procedimentos metodológicos de pesquisa dos movimentos socioterritoriais 22
1.2 – A construção do conceito de movimentos socioterritoriais 34

CAPÍTULO 2 – DUAS FORMAS DE ATUAÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS – 2000-2012 39

2.1 – As ocupações de terras 50
2.2 – As manifestações do campo 81

CAPÍTULO 3 – ESCALAS DE ATUAÇÃO EM OCUPAÇÕES DE TERRAS DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS – 2000-2012 111

3.1 – Escala municipal 116
3.2 – Escala microrregional 149
3.3 – Escala estadual 157
3.4 – Escala macrorregional 170
3.5 – Escala nacional 202

CAPÍTULO 4 – OS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS MAIS ATUANTES EM OCUPAÇÕES DE TERRAS E FAMÍLIAS PARTICIPANTES – 2000-2012 217

4.1 – Ações do MST 221
4.2 – Ações da CONTAG 225
4.3 – Ações da FETRAF 229
4.4 – Ações do MLST 233
4.5 – Ações dos Movimentos Indígenas 236
4.6 – Ações da CPT 240

CONSIDERAÇÕES FINAIS 244

REFERÊNCIAS 246

INTRODUÇÃO

Este trabalho faz parte da trajetória de pesquisa iniciada no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) desde 2010. O encantamento pela temática sobre os movimentos socioterritoriais ocorreu com a inserção ao Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA) na categoria Movimentos Socioterritoriais, a qual pude compreender a importância das ações desses sujeitos na luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil, sua espacialização e territorialização, sendo este um elemento definidor de sua identidade. Neste sentido, o intuito deste trabalho é analisar a geografia dos movimentos socioterritoriais no Brasil entre 2000 e 2012, bem como os mais atuantes. A escolha deste recorte temporal justifica-se pela consolidação, a partir de 2000, da organização e sistematização dos dados referentes aos movimentos socioterritoriais pelos diferentes órgãos e grupos de pesquisa.

Como procedimento metodológico da pesquisa, utilizamos como fontes de dados o DATALUTA para os números de ocupações de terras, manifestações do campo e movimentos socioterritoriais. Realizamos uma revisão bibliográfica sobre os principais temas da pesquisa, como movimentos (sociais, socioespaciais e socioterritoriais), reforma agrária, ocupações e manifestações.

Para atingir nossos objetivos, o trabalho foi dividido em quatro partes. Na primeira apresentamos a construção do conceito de movimentos socioterritoriais e os procedimentos metodológicos empregados para a análise dos movimentos e o cadastro nacional dos movimentos socioterritoriais que atuam em ocupações de terras. A construção do conceito de movimentos socioterritoriais foi realizada a partir de várias reflexões e questionamentos dos geógrafos sobre o uso do conceito de movimentos sociais. Apresentamos como procedimentos metodológicos dos movimentos, a confrontação dos dados do DATALUTA, que são sistematizados pela Rede DATALUTA, Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Ouvidoria Agrária Nacional (OAN). Os dados dessa sistematização são apresentados na forma de gráficos, quadros, tabelas e mapas.

Para a mídia impressa (jornal) utilizamos do DATALUTA Jornal, com notícias de escala nacional e regional. Para a mídia digital, utilizamos um e-mail do NERA e outro para a Rede DATALUTA, ambos com finalidade de compartilhar as informações relacionadas à questão agrária brasileira. Também, pesquisamos nos *sites* dos movimentos socioterritoriais,

no site www.google.com.br e no Alerta Google permitindo o acompanhamento mais a respeito dos movimentos estudados.

Na segunda parte da pesquisa, abordamos as atuações dos movimentos socioterritoriais nas formas de ocupações e manifestações, trazendo um histórico sobre a questão agrária brasileira, evidenciando desde a expropriação dos indígenas, passando pelos camponeses e pela territorialização do latifúndio (com a grilagem de terras) e do agronegócio. As ações dos movimentos têm o intuito da conquista do território através da (re) territorialização dos movimentos socioterritoriais, acarretando na conflitualidade, que é um conjunto de conflitos expresso nas disputas territoriais entre agronegócio/latifúndio, Estado e movimentos.

Na terceira parte apresentamos os movimentos socioterritoriais de acordo com as suas escalas de atuações que correspondem: municipal, microrregional, estadual, macrorregional e nacional. As dificuldades para a elaboração deste capítulo ocorreu porque não foram encontradas bibliografias e notícias impressas ou digitais que pudessem contribuir para a qualificação do mesmo. Assim, pesquisamos primeiramente pelo nome do movimento e depois a área ocupada.

Na quarta parte foram analisados os movimentos socioterritoriais mais atuantes em ocupações de terras e famílias participantes: a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF), os Movimentos Indígenas, o Movimento Libertação dos Sem Terra (MLST) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Optamos por mostrar as famílias em ocupações e as pessoas em manifestações individuais de cada movimento socioterritorial, pois assim pudemos compreender o papel individual de cada movimento na luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil. E por fim, apresentaremos as considerações finais e as referências que deram embasamento a este trabalho.

CAPÍTULO 1 – A CONSTRUÇÃO CONCEITUAL E METODOLÓGICA DO DATALUTA MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS

Esta pesquisa é parte do DATALUTA em desenvolvimento no NERA, que está vinculado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, *campus* de Presidente Prudente. O DATALUTA foi criado em 1998 e constitui-se, atualmente, em seis categorias: movimentos socioterritoriais, ocupações de terras, manifestações do campo, estrutura fundiária, assentamentos rurais e estrangeirização de terras, sendo esta última à única categoria que não é apresentado no Relatório DATALUTA Brasil[1]. Outro meio de divulgação, criado em 2008, é o Boletim DATALUTA[2], com artigos divulgados mensalmente sob formato digital, disponível na página do NERA.

Todo este trabalho é parte da Rede DATALUTA, constituída por diversos pesquisadores e grupos de pesquisas de nove universidades de todo o país. São eles:

- Laboratório de Geografia Agrária (LAGEA), da Universidade Federal de Uberlândia;
- Laboratório de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade (GEOLUTAS), da Universidade Estadual do Oeste do Paraná;
- Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista;
- Núcleo de Estudos Agrários (NEAG), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul;
- Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade do Pantanal (GECA), da Universidade Federal do Mato Grosso;
- Grupo de Estudos sobre Trabalho, Espaço e Campesinato (GETEC), da Universidade Federal da Paraíba;
- Laboratório de Estudos Territoriais (LABET), da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul;
- Laboratório de Estudos Rurais (LABER), da Universidade Federal do Sergipe;

[1] O NERA publica anualmente três relatórios: Brasil, São Paulo e Pontal do Paranapanema. Ver em www.fct.unesp.br/nera/projetos.
[2] O objetivo do Boletim é a divulgação permanente do conhecimento científico elaborado pelo DATALUTA. Ver em http://www2.fct.unesp.br/nera/boletim.php.

- Observatório dos Conflitos no Campo (OCCA), da Universidade Federal do Espírito Santo.

O DATALUTA é utilizado por pesquisadores, instituições e mídia em escalas nacional e internacional, contribuindo com dados e informações atualizadas sobre temas da questão agrária brasileira. Através dos debates e discussões realizadas na Rede DATALUTA e por seus pesquisadores, foi possível aperfeiçoar os estudos sobre os movimentos socioterritoriais, bem como a metodologia utilizada para a sistematização dos dados.

No NERA vários pesquisadores estudaram a temática que envolve os movimentos socioterritoriais. A tabela 1 apresenta esses trabalhos realizados através do DATALUTA, sendo contabilizados 14.

Tabela 1 – NERA – Trabalhos científicos que envolvem os movimentos socioterritoriais

Tese (doutorado)	1
Dissertação (mestrado)	2
Monografia	2
Iniciação Científica	9
Total	14

Fonte e Org. DALPERIO, L. C. 2013.

Em relação à tese, foi publicada por Nelson Rodrigo Pedon, intitulada “Movimentos socioterritoriais no Brasil: uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica” em 2009. Já as dissertações foram elaboradas em 2013 por José Sobreiro Filho com o título “Movimentos em pedaços e os pedaços em movimento: da ocupação do Pontal do Paranapanema à dissensão nos movimentos socioterritoriais camponeses”. E por Herivelto Fernandes Rocha “Produção Territorial dos Assentamentos rurais no Brasil: relação entre políticas, movimentos socioterritoriais e os assentados das reformas agrárias”. Foram realizadas no NERA, duas monografias que envolviam a temática dos movimentos socioterritoriais, uma por Danilo Valentin Pereira com “Estudo sobre as tipologias de manifestações no campo paulista no período 2000-2011” em 2012. E por Rubens dos Santos Romão de Souza com “A luta pela terra: repressão política aos movimentos socioterritoriais no Pontal do Paranapanema - 1990 – 2009” em 2012.

No caso das iniciações científicas temos nove: da Ananda Reus Faustino de Souza com “DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra: movimentos socioterritoriais” em

2013. Da Cecília Regina Soares da Silva com "DATALUTA – Banco de dados da Luta pela Terra em 2007". Do Diego Vilanova Rodrigues com "DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra - Movimentos Socioterritoriais" em 2008. Da Elenira de Jesus Souza com o trabalho "DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra: Atualização e cadastro dos movimentos socioterritoriais para o ano 2009" realizado em 2010. Da Lara Cardoso Dalperio com "DATALUTA - Banco de dados da Luta pela Terra: atualização do cadastro dos movimentos socioterritoriais no Brasil em 2011" realizada em 2012. Da Nallígia Tavares de Oliveira com "DATALUTA- Banco de Dados da Luta pela Terra - Movimentos Socioterritoriais" em 2008. Do Raphael Vieira Medeiros de Souza com "DATALUTA – Banco de dados da Luta pela Terra: organização do cadastro dos movimentos socioterritoriais" em 2007. Do Rodrigo Cezar Criado com "DATALUTA - Versão Movimentos Socioterritoriais" em 2006. E por fim, do Ronaldo Desidério Castange com "Banco de dados da Luta pela Terra: organização do cadastro dos movimentos socioterritoriais para 2010" realizado em 2011.

Neste sentido, a primeira parte visa mostrar a metodologia utilizada para a sistematização dos dados e a ficha cadastral utilizada para subsidiar as pesquisas realizadas sobre os movimentos socioterritoriais e em seguida, faz uma breve discussão sobre a construção do conceito de movimentos socioterritoriais mostrando que o território é um elemento importante para as análises dos movimentos.

1.1 – Procedimentos metodológicos de pesquisa dos movimentos socioterritoriais

A sistematização dos dados da categoria movimentos socioterritoriais começou a ser realizada em 2000 e divulgada no Relatório DATALUTA três anos depois, possibilitando maior conhecimento dos sujeitos envolvidos com a luta pelos territórios camponeses no Brasil. As fontes desses dados, em 2006 eram da Comissão Pastoral da Terra, Ouvidoria Agrária Nacional, DATALUTA NERA, DATALUTA LAGEA e DATALUTA GEOLUTAS. No ano de 2009, foi inserido o DATALUTA NEAG. Em 2010, o DATALUTA GECA, o DATALUTA GETEC, o DATALUTA LABER e o DATALUTA OCCA. São realizadas classificações quanto à escala de atuação dos movimentos socioterritoriais, a fim de compreender e analisar a territorialização e a espacialização da luta pela terra no Brasil, abordando os seus modelos de ação e organização.

Os resultados da sistematização desses dados são representados por meio de mapas, gráficos e tabelas no Relatório DATALUTA, permitindo também, com o referencial teórico, debater novos elementos para consolidar o conceito de movimentos socioterritoriais e socioespaciais. Atualizamos e ordenamos esses dados no programa *Microsoft Excel*. Para a elaboração dos mapas, utilizamos o programa *Philcarto* e para a arte final, o programa *Corel Draw.*

Em 2011, aperfeiçoamos a metodologia utilizada para a elaboração dos dados de movimentos socioterritoriais agregamos os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) de acordo com as Centrais e Federações que os mesmos eram filiados. Assim, foram encontradas nas confrontações e substituídas por CONTAG, CUT e FETRAF.

- Os STRs filiados somente a FETRAF, CUT e CONTAG foram registrados como tais.
- Os STRs filiados a CUT e CONTAG foram registrados na CONTAG, bem como as federações.
- Os STRs filiados a CUT e FETRAF foram registrados na FETRAF.
- Os STRs não encontrados viraram N.I, mas deixamos N.I-STR para caso os pesquisadores futuros encontrassem as informações ou novas filiações fossem feitas, podendo assim ser alterado. Assim, não perderíamos as origens dos dados. Na contagem do DATALUTA Movimentos Socioterritoriais eles entram no N.I.

Para essas substituições foram realizadas diversos contatos com os sindicatos, federações e centrais para criarmos um banco de dados que comportasse todos os STRs e suas filiações. A grande dificuldade para que os objetivos dessa metodologia fossem alcançados deve-se aos próprios sindicatos, federações e centrais não terem um banco de dados a nível nacional.

Para que possamos termos uma leitura mais detalhada da questão agrária brasileira e compreendermos as diferentes formas da territorialização das lutas, trabalhamos com algumas possibilidades de análise. Para o estudo dos movimentos socioterritoriais, utilizamos três tipos de análises: a espacial, apresentando a distribuição regional dos movimentos através das espacializações e das territorializações; a escalar, por meio de interpretações das ações em escalas nacional, macrorregional, estadual, regional e municipal; e a temporal-periódica, através de estudos de períodos de governos brasileiros (CASTANGE, 2011).

Outro procedimento metodológico utilizado é a busca de informações via mídia impressa (jornal), que abrange os trabalhos do NERA – o DATALUTA Jornal. O DATALUTA Jornal é um acervo onde estão reunidos, organizados e sistematizados jornais impressos desde 1987, que trazem notícias relacionadas à questão agrária. Ele serve como fonte de dados e informações para todas as categorias do DATALUTA e para diversos pesquisadores nacionais ou internacionais. Os jornais são de escala nacional e regional, como a *Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, Jornal do MST, Brasil de Fato, Oeste Notícias, O Imparcial* etc. Esses jornais são lidos diariamente, as notícias selecionadas são digitadas, revisadas (tanto a impressa como a digitada) e encaminhadas para os respectivos responsáveis, que por fim, inserem na planilha geral de notícias.

O DATALUTA Jornal é de extrema importância para o trabalho, pois é com ele que encontramos os registros das atuações dos movimentos. Assim, este trabalho no NERA auxilia várias pesquisas acadêmicas, como trabalhos de conclusão de curso, monografias, dissertações e teses.

Utilizamos também a mídia digital, pesquisando nos sites dos movimentos socioterritoriais estudados, no *Google* e no Alerta Google, permitindo um acompanhamento mais detalhado das notícias, dos sites e dos blogs a respeito dos movimentos. Para obter esses alertas, realizamos os cadastramentos de todos os movimentos socioterritoriais estudados, selecionamos a frequência e o tipo de pesquisa que deverá ser pesquisada e finalizamos, criando o alerta.

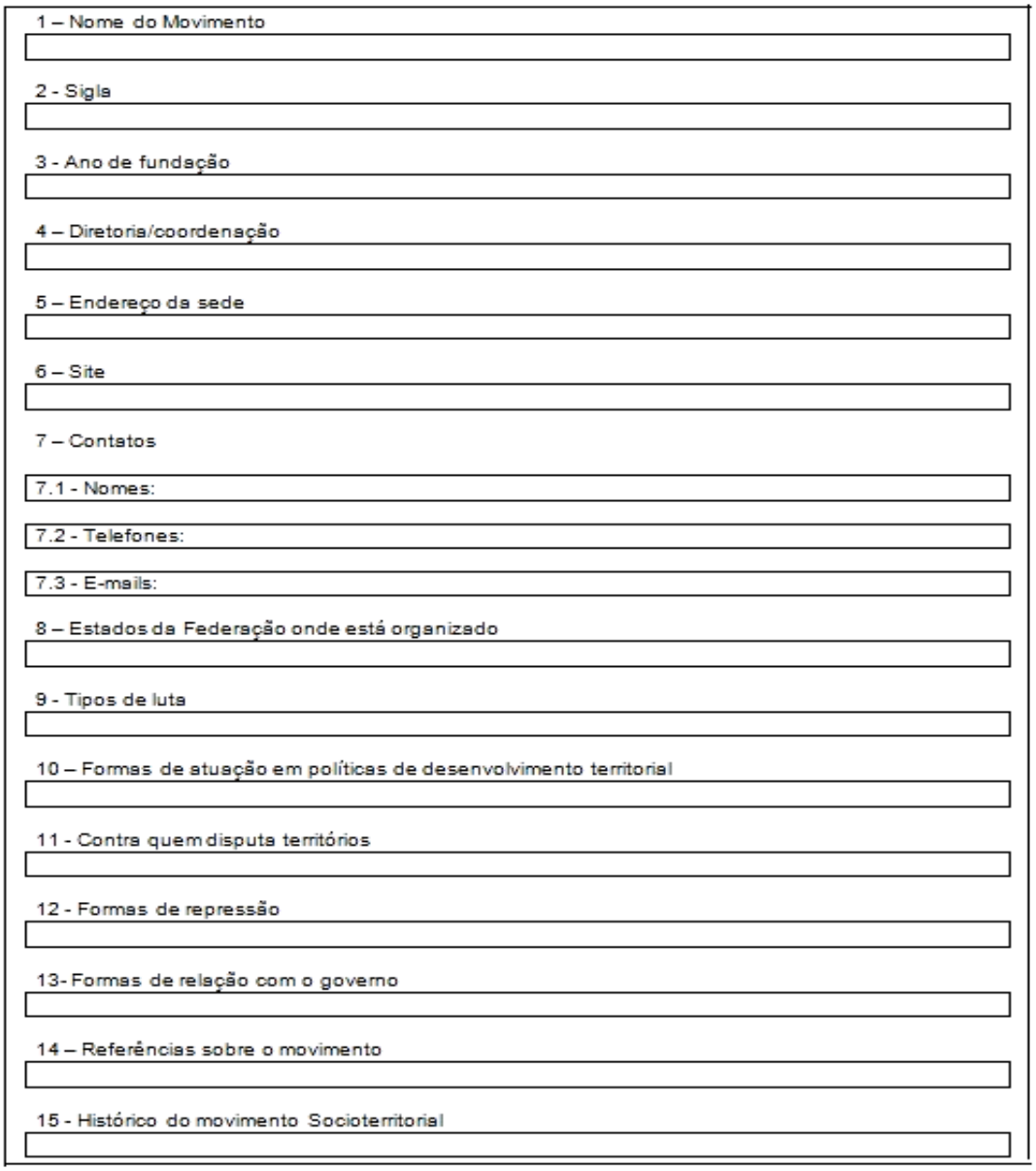
Diante da necessidade de aprofundar a pesquisa acerca dos movimentos socioterritoriais e posteriormente contribuir com outras pesquisas, criamos uma ficha cadastral[3] (figura 1) para cada movimento socioterritorial que realizou ocupações de terras no Brasil. Castange (2011) mostra a importância de um cadastro para os movimentos socioterritoriais no meio acadêmico:

> A criação do cadastro dos movimentos socioterritoriais é condição essencial para promover estudos que possibilitem conhecer as razões de origem e cessação. Hoje não existem estudos dessa natureza, razão pela qual não conhecemos os motivos que levam ao desaparecimento e reaparecimento desse sujeito coletivo ou grupos sociais (CASTANGE, 2011, p. 9).

[3] No ano de 2013, a ficha passou por uma reestruturação apontando novos rumos para as análises. Mas, para este trabalho utilizamos a ficha que será apresentada na figura 1.

Para o cadastro, utilizamos a base dos movimentos socioterritoriais do DATALUTA, os Alertas *Google*, a pesquisa via internet e de leituras de livros, artigos, trabalhos científicos, periódicos, revistas e jornais (regional e nacional) a respeito dos movimentos socioterritoriais, no sentido de qualificar as análises quantitativas e qualitativas.

Figura 1 – Ficha para o cadastro dos Movimentos Socioterritoriais

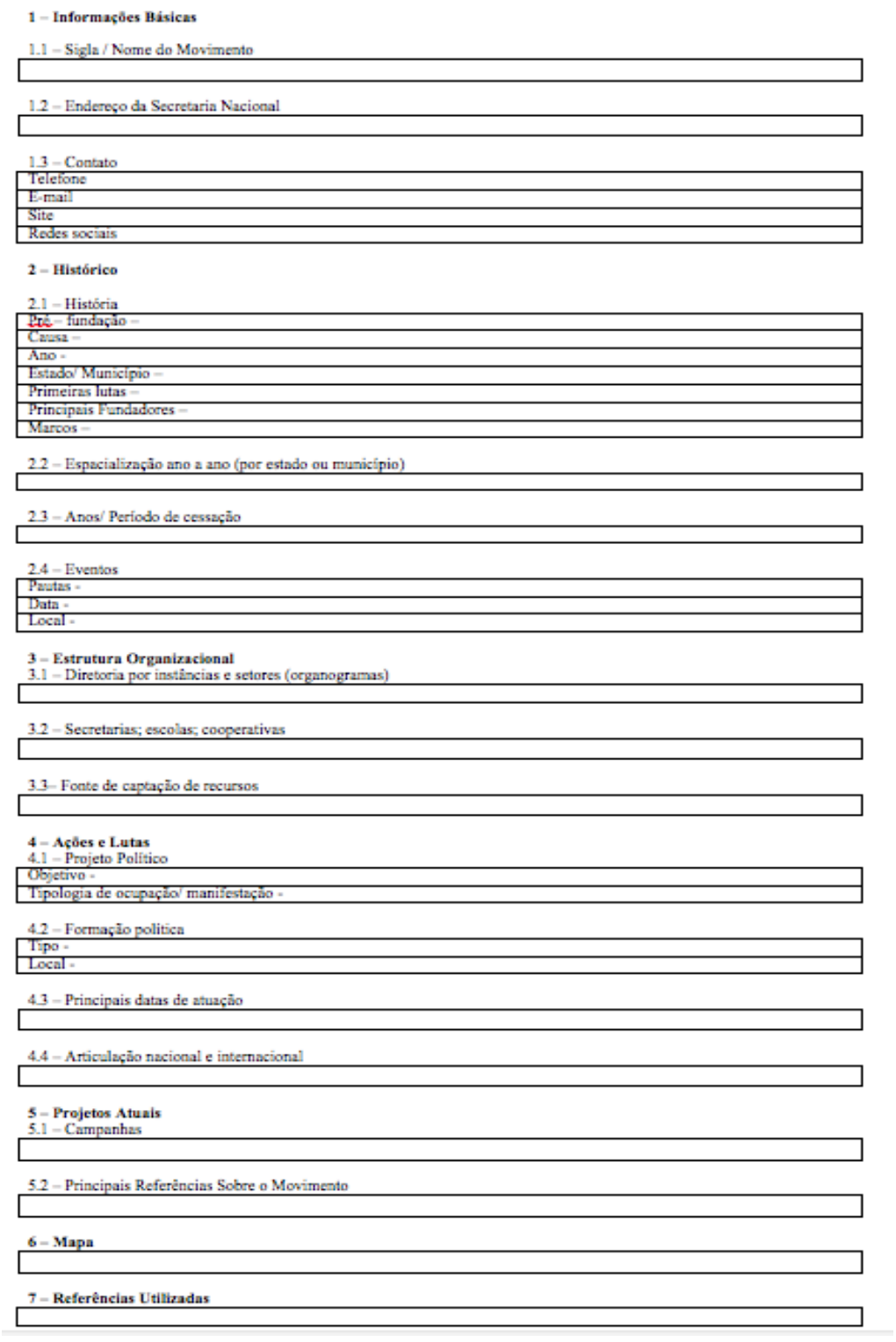


Fonte: DATALUTA, 2013. Org.: DALPERIO, L.C.

Os sete primeiros itens iniciais da ficha, dizem respeito à localização e às informações sobre o movimento. No item oito mostra em quais estados federativos o movimento atuou para compreendermos a sua territorialização e espacialização. Já as formas de atuações mais específicas, como as ocupações de terras e manifestações do campo, são trabalhadas no item nove. O item 10 representa as formas de atuação em políticas de desenvolvimento territorial para analisarmos a realidade nos dias atuais. Estudamos também quais são os sujeitos que disputam os territórios e quais as ações, evidenciando as repressões praticadas aos movimentos nos itens 11 e 12. Analisamos a postura dos movimentos socioterritoriais em relação ao governo (e vice-versa), seja de forma direta/indireta, de submissão ou não no item 13, contribuindo para posteriores análises. No item 14 realizamos vários levantamentos bibliográficos sobre todas as produções já realizadas a respeito do movimento socioterritorial. Esse procedimento auxilia no último item, que constitui na historicidade do movimento - desde sua criação até os dias atuais.

No ano de 2013, a ficha cadastral dos movimentos socioterritoriais foi reformulada para melhor compreensão dos movimentos socioterritoriais. A figura 2 mostra a nova ficha.

Figura 2 – Nova ficha para o cadastro dos Movimentos Socioterritoriais



1 – Informações Básicas

1.1 – Sigla / Nome do Movimento

1.2 – Endereço da Secretaria Nacional

1.3 – Contato

Telefone
E-mail
Site
Redes sociais

2 – Histórico

2.1 – Histórcia

Pré – fundação –
Causa –
Ano -
Estado/ Município –
Primeiras lutas –
Principais Fundadores –
Marcos –

2.2 – Espacialização ano a ano (por estado ou município)

2.3 – Anos/ Período de cessação

2.4 – Eventos

Pautas -
Data -
Local -

3 – Estrutura Organizacional

3.1 – Diretoria por instâncias e setores (organogramas)

3.2 – Secretarias; escolas; cooperativas

3.3– Fonte de captação de recursos

4 – Ações e Lutas

4.1 – Projeto Político

Objetivo -
Tipologia de ocupação/ manifestação -

4.2 – Formação política

Tipo -
Local -

4.3 – Principais datas de atuação

4.4 – Articulação nacional e internacional

5 – Projetos Atuais

5.1 – Campanhas

5.2 – Principais Referências Sobre o Movimento

6 – Mapa

7 – Referências Utilizadas

Fonte: DATALUTA, 2013. Org.: DALPERIO, L.C.

Nesta nova ficha foram inseridas na estrutura organizacional as secretarias, escolas, cooperativas, as fontes de recursos que são captadas pelos movimentos socioterritoriais, as articulações nacional e internacional, a agenda de luta, os projetos como as campanhas etc. A nova ficha foi reestrutura para melhor qualificar as analises dos movimentos dando uma maior abrangência para o trabalho.

É de extrema importância manter esse cadastro atualizado para compreendermos a diversidade e especificidades da luta pelo território no Brasil. Essa condição qualifica as pesquisas acerca do tema e permite a construção de análises futuras sobre a dimensão territorial dos movimentos socioterritoriais no Brasil.

1.2 – A construção do conceito de movimentos socioterritoriais

Para compreender a atuação dos movimentos socioterritoriais ao longo da história brasileira, partiremos da discussão acerca do conceito de movimentos socioterritoriais. Os referenciais utilizados para escrever este subcapítulo estiveram baseados nos autores Bernardo M. Fernandes (2000, 2005, 2009), Gohn (2004), Silva e Bernardo M. Fernandes (2005), Pedon (2009, 2013), Sobreiro Filho (2010, 2011) e Elenira Souza (2009).

Os movimentos socioterritoriais se formam a partir de conflitos/descontentamentos evidentes nas contradições da nossa sociedade, por sua história de luta e pelo processo de dissidências (rupturas político-ideológicas) de outros movimentos devidos aos conflitos internos, que se manifestam nos processos de espacialização e territorialização. Os movimentos se organizam e lutam para a conquista de seus objetivos, neste caso o território/terra.

Desde os anos 1980, o número de trabalhos de geógrafos sobre movimentos sociais cresceram, resultado do processo da renovação da Geografia. As lutas emergentes e as transformações políticas/sociais vividas, possibilitaram a inserção de ideias em conjunto com a valorização de ações políticas mais amplas aos estudos geográficos (PEDON, 2009). Segundo o autor:

> Entre as razões que levaram ao estudo dos movimentos sociais encontra-se, de um lado, a projeção de um expressivo número de movimentos sociais (movimento sindical, movimento camponês, Associações de Moradores,

> lutas setoriais: como o movimento por creches, pelo transporte público, etc.) que vinham conquistando espaços políticos essenciais para suas reivindicações. Por outro lado, a incorporação de uma matriz teórico-metodológica permitiu à geografia romper com temas e problemáticas tradicionais que consideravam o homem não como sujeito de sua história, mas como um elemento da paisagem. Esse movimento de renovação da geografia deu lugar a um conjunto de propostas que se condensaram na corrente nascente, a *Geografia Crítica* (PEDON, 2009, p. 16 – grifo do autor)

Tais ideias foram baseadas na introdução da incorporação do marxismo e do materialismo histórico e dialético. Sposito (2001) faz uma crítica a respeito dos geógrafos que adotaram a dialética como método, em que o conhecimento produzido foi excessivo no discurso repetitivo, com forte e explícita tendência ideológica, manifestadas de modo especial no campo da política, partindo de Marx como o único fundamento para explicar a realidade.

Mas, é a partir do método dialético que os estudos dos movimentos revelaram as contradições existentes na realidade e os conflitos de interesses, buscando o resgate da dimensão histórica de suas ações e surgimentos, concebendo a realidade como dinâmica e conflitiva. O conceito de espaço e território são fundamentais para a análise dentro desta corrente e para os estudos acerca dos movimentos socioterritoriais.

É neste contexto que nasceu o conceito de movimento socioterritorial, cujas reflexões começaram na década de 1990 e encontra-se em desenvolvimento, do qual este trabalho é parte:

> O desafio era superar os conteúdos sociológicos do conceito de movimento social, muito utilizado nos trabalhos de geógrafos, visto sua insuficiência para a compreensão dos processos geográficos desenvolvidos pelos movimentos produtores e construtores de espaços e transformadores de espaços em territórios (SOUZA, Elenira, 2009, p. 24).

Um dos principais e pioneiros artigos publicado nesta temática foi elaborado por Bernardo Mançano Fernandes intitulado “Movimento Social como Categoria Geográfica”, em 2000. O autor apresenta contribuições acerca dos estudos geográficos, colocando os movimentos sociais como objeto de estudo, tendo como exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Neste artigo, foram discutidos os conceitos de ocupações de terras, territorialização, espacialização, acampamentos, trabalho de base etc., conceitos essenciais para o entendimento dos movimentos socioterritoriais. Os debates com diversos autores continuaram e segundo Elenira Souza (2009) as:

> problematizações decorrentes dessa inquietação continuaram em um debate estabelecido com o geógrafo francês Jean Yves-Martin, que deu origem ao texto Movimento socioterritorial e globalização: algumas reflexões a partir do caso do MST (FERNANDES; MARTIN, 2004). No texto Movimento socioterritorial e movimento socioespacial (FERNANDES, 2005) em que o autor reforça suas reflexões a respeito do conceito de movimento socioterritorial e socioespacial procurando aprofundar essa discussão utilizando-se de reflexões de outros autores como Santos, 1988 e 1996; Lefebvre, 1991; Raffestin, 1993, Oliveira, 1991, Gonçalves, 2001 e Fernandes e Martin, 2004. E por último, o artigo Movimentos socioterritoriais do campo brasileiro: contribuição para leitura geográfica dos movimentos camponeses (FERNANDES, 2008), neste último o autor demonstra o esforço para tratar os movimentos sociais com um olhar mais geográfico, buscando entender nos conceitos e categorias da Geografia a atuação desses movimentos, bem como os espaços e territórios produzidos e reproduzidos. (SOUZA, Elenira, 2009, p. 20).

Essas publicações foram realizadas a fim de contribuir para o debate do conceito de movimento socioterritorial na academia, esforçando-se para tratá-lo a partir de reflexões geográficas. A tese de doutorado de Nelson Rodrigo Pedon intitulada "Movimentos Socioterritoriais do Campo Brasileiro: Contribuição para Leitura Geográfica dos Movimentos Camponeses", defendida em 2009 é outra pesquisa importante, pois foi debatido o conceito de movimentos socioterritoriais a partir do enfoque geográfico, mostrando a evolução dos mesmos desde o conceito de movimentos sociais (urbanos e rurais) e movimentos socioespaciais através das produções bibliográficas a respeito do tema.

Sobreiro Filho (2010) aponta que as limitações do próprio conceito de movimento social trazidas da Sociologia fundamentam a necessidade e importância da relação sujeito-território para a construção do conceito de movimentos socioterritoriais nas perspectivas geográficas. A Sociologia na construção do conceito de movimento social enfatiza as relações sociais e formas de organização dos sujeitos, não contribuindo para a análise dos territórios que são construídos ou produzidos pelos movimentos (SILVA, A.; FERNANDES, B., 2005).

Entre essa diferenciação Sociologia e Geografia, Sobreiro Filho (2010) aponta que:

> diferença de campo refere-se à área de estudo da sociologia, ou seja, ao estudo do fenômeno ou fato social de uma maneira verticalizada, enquanto a preocupação da geografia é de se realizar o estudo do homem, considerando o fenômeno social, com a natureza ou o meio de modo horizontalizado a partir dos aspectos físicos e humanos produzidos no espaço (SOBREIRO FILHO, 2010, p. 32)

As ciências sociais, em relação às ações dos movimentos, não tem a preocupação de fazer uma análise a partir de uma leitura espacial e/ou territorial (SOUZA, Elenira, 2009) devido ao seu foco. Evidente que para contribuir e qualificar as análises geográficas sobre os movimentos temos que realizar essa leitura do território, pois os movimentos constroem territórios e modificam a estrutura vigente. Segundo Sobreiro Filho (2010):

> Tanto na abordagem sociológica quanto na abordagem geográfica estão presentes elementos similares. Neste caso a relação sujeito-sujeito, ou seja, a relação social é o que há em comum em tanto na abordagem sociológica quanto geográfica. O diferencial que justifica a construção do conceito de "movimentos socioterritoriais" parte da necessidade da geografia de realizar uma análise que vá além da leitura da relação sujeito-sujeito, passando para o patamar das relações sujeito-sujeito e sujeito-espaço/território (SOBREIRO FILHO, 2010, p. 36).

Com isso, vale a ressalva que, tanto os movimentos sociais, movimentos socioespaciais como movimentos socioterritoriais são os mesmos sujeitos que transformam a realidade, mas analisados/interpretados sobre diferentes perspectivas. Bernardo M. Fernandes (2005) afirma que o movimento social, socioespacial e socioterritorial "são um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se organiza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses, em possíveis enfrentamentos e conflitos, com objetivo de transformação da realidade" (FERNANDES, B., 2005. p. 31).

Em relação aos movimentos sociais, a socióloga Maria da Glória Gohn (2004) diz que eles são sujeitos históricos decorrentes de diversas lutas sociais e são "ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil" (GOHN, 2004, p. 251). Nesta citação podemos observar o enfoque que dado à relação social nos estudos sobre os movimentos.

Em relação aos movimentos socioespaciais, Pedon (2009) afirma que eles têm o espaço como base de suas ações, não interferindo diretamente na territorialidade posta para a conquista de seus objetivos. Esses movimentos "reúnem um conjunto amplo de mobilizações já que as experiências políticas de participação não prescindem de uma dimensão espacial,

muitos têm como base de organização um recorte espacial" (PEDON, 2009, p. 184). Assim, o espaço para os movimentos socioespaciais, não é definidor de suas identidades:

> Os movimentos socioespaciais são formas de mobilização social. Sua espacialidade está vinculada a sua capacidade de gerir determinadas demandas no âmbito de um determinado espaço, sem buscar introduzir nenhum elemento novo, seja material ou imaterial. Um movimento socioterritorial, por outro lado, é uma organização que tem como objetivo criar as capacidades de introduzir novas formas de apropriação e uso dos territórios (PEDON, 2009, p. 174).

Diferentemente dos movimentos socioespaciais, os movimentos socioterritoriais possuem o território como elemento definidor. Neste sentido, movimentos socioterritoriais são considerados uma das formas de organizações da classe trabalhadora, não existindo "nem a priori nem a posteriori à constituição do território, já que é no movimento de sua constituição e nas permanentes transformações que vão ocorrendo ao longo da história que se define sua existência" (PEDON, 2009, p. 222).

Todos os movimentos produzem algum tipo de espaço, por isso a importância do conceito de movimentos socioespaciais, mas nem todos os movimentos tem o território material como objetivo de conquista (SOBREIRO FILHO, 2011). Partimos do pressuposto, de que os movimentos socioespaciais também constroem territórios imateriais. O que os diferencia dos movimentos socioterritoriais é o território físico/material. Mas, a "imaterialidade e materialidade são complementares e não podem, em hipótese alguma, serem dissociadas do entendimento sobre o território" (CAMPOS, 2012, p. 159).

Os territórios dos movimentos socioterritoriais podem ser materiais ou imateriais. Para Bernardo M. Fernandes (2008; 2009b), existem duas formas de territórios e três tipologias. As formas do território são materiais e imateriais e suas tipologias identificadas correspondem ao primeiro, segundo e terceiro território.

O território imaterial é a base que sustenta todos os territórios e está relacionado com o controle/domínio sobre a construção do conhecimento e interpretação do mesmo:

> O território imaterial pertence ao **mundo das idéias,** das **intencionalidades,** que coordena e organiza o mundo das coisas e dos objetos: o mundo material. A importância do território imaterial está na compreensão dos **diferentes tipos de território material**. Nós transformamos as coisas, construímos e produzimos objetos na produção do espaço e do território. Penso o território imaterial a partir

> da mesma lógica do território material, como a determinação de uma relação de poder. Essa determinação deve ser compreendida como definir, significar, precisar a idéia ou pensamento, de modo a delimitar seu conteúdo e convencer os interlocutores de sua validade (FERNANDES, B., 2009b, p. 15).

O autor aponta que o território imaterial pertence também ao campo da política, como por exemplo, para a viabilização de políticas públicas, onde quem determina as políticas define as formas de organização do território.

Para o território material, Bernardo M. Fernandes (2008; 2009b), baseou-se em Santos (1978 e 1996). Esta forma de território são fixos e fluxos:

> os **espaços de governança**, as **propriedades privadas** e os **espaços relacionais**, que possibilitam distinguir os territórios do Estado, os públicos e os particulares, constituídos a partir de diferentes relações sociais. A **interdependência** entre espaço de governança, propriedades e espaço relacional é compreendidas pela indissociabilidade das condições físicas, relacionais e intencionais. Para compreender melhor **os movimentos das relações** pelas classes sociais na produção de diversos territórios, propomos as seguintes denominações de ordem dos territórios: espaços de governança como primeiro território; propriedades como segundo território; e os espaços relacional como terceiro território. (FERNANDES, B., 2009b, p. 9-10 - grifo nosso).

O primeiro território é o espaço de governança (da nação). Para compreendê-lo é necessário entender o segundo e o terceiro território. Este território "está organizado em diversas escalas e instâncias. Estados, províncias, departamentos e municípios são frações integradas e independentes do primeiro território" (FERNANDES, B., 2009b, p. 11).

Segundo o autor, a propriedade (entendida como espaço de vida particular, familiar e/ou comunitária) pode ser capitalista ou não e compõe o segundo território. As propriedades podem ser definidas pelo seu valor de uso ou de troca e é pela relação de dominação que o capital concentra as propriedades e domina os territórios. No caso do agronegócio, ele controla todo o seu complexo, desde a produção até o escoamento. Os territórios capitalistas e não capitalistas (como camponeses e indígenas) produzem conflitualidades pela disputa territorial:

> Em alguns casos a disputa pelo primeiro território também ocorre entre as próprias empresas capitalistas. O primeiro território e o Estado são disputados permanentemente. Os segundos territórios são frações do primeiro, mas devem ser distinguidos porque as relações sociais que os

> produzem são diferentes. Um território propriedade – privada não pode ser confundido com um território espaço de governança (FERNANDES, B., 2009b, p. 12).

As disputas entre as próprias empresas capitalistas estão relacionadas, por exemplo, com a "corrida mundial[4]" por terras, sendo o objetivo final a exploração dos recursos dos países arrendatários e, consequentemente, a obtenção de lucros.

Já o terceiro território está relacionado às diferentes formas de uso dos territórios, como nos mostra o fragmento a seguir: "Outro exemplo de terceiro território pode ser esclarecido pela circulação da mercadoria. Empresas expandem e perdem territórios de acordo com o aumento e diminuição do consumo de seus produtos" (FERNANDES, B., 2009b, p. 14).

Os movimentos socioterritoriais têm o território como objetivo de conquista e são essenciais para a sua existência (PEDON, 2009; FERNANDES, B., 2005), ou seja, eles "dizem respeito ao conjunto de mobilizações populares que, além da conquista do território, têm sua existência condicionada à manutenção de sua territorialidade" (PEDON, 2009, p. 227). Segundo o autor:

> O movimento socioterritorial corresponde a uma categoria de mobilização coletiva mais restrita do que o movimento socioespacial, isso ocorre porque sua principal demanda está voltada para a conquista do território ou para a conquista da soberania por parte de um grupo sobre um espaço apropriado (podendo ser um espaço de governança). (PEDON, 2009, p. 184)

Os movimentos socioterritoriais expressam o "ponto alto das carências sociais e a centralidade das lutas por recursos fixados no território e pelo acesso ao território. Esses movimentos mostram que há uma lógica da reprodução da vida que foge à lógica da reprodução das relações dominantes" (PEDON, 2009, p. 206). Deste modo, os movimentos socioterritoriais lutam pelo e no território, buscando melhores condições de vida. Essas ações estão relacionadas com as manifestações do campo que são realizadas, por exemplo, para reivindicar melhorias (infraestruturas) nos assentamentos rurais e créditos para os camponeses com o intuito da permanência do lote.

Há movimentos que podem ser tanto socioespaciais como socioterritoriais, pois para lutarem por seus objetivos constroem relações sociais e criam espaços e territórios, como é o

[4] Relacionada ao processo de estrangeirização da terra, tema que será brevemente tratado no capítulo 2.

caso do MST e dos Movimentos Indígenas. É por meio da conflitualidade que os espaços ganham movimento e são transformados em territórios. Assim, o território pode ser caracterizado como espaço de vida e morte, de resistência, de liberdade (FERNANDES, B., 2005). "Dessa forma, os movimentos tornaram-se o paradigma de luta, resistência e construção do lugar social dos camponeses" (FABRINI, 2008, p. 254).

Para este trabalho, quando falamos dos movimentos socioterritoriais estamos apontando os sujeitos sociais: quilombolas, indígenas, trabalhadores rurais, sem terras, camponeses entre outros, que tem as mesmas ações e objetivos diferentes de luta, mas sempre tendo o território/terra como finalidade principal de conquista.

Como já apontado, os movimentos socioterritoriais são construtores de espaços e territórios, através da conflitualidade, espacializando-se e territorializando. Os espaços produzidos por esses movimentos são heterogêneos e transformam-se de acordo com as suas ações:

> Esses movimentos fazem-se nos espaços de socialização política e espaços de socialização propositiva, onde geram as práticas políticas de seu desenvolvimento. A construção de espaços políticos, sociais, culturais e outros acontecem em diferentes lugares e territórios. A construção desses espaços e seus dimensionamentos são essenciais para as ações dos sujeitos que procuram transformar a realidade. Não existe transformação da realidade sem a criação de espaços (FERNANDES, B., 2005, p. 32).

Um instrumento para a criação do território camponês são as ocupações realizadas pelos movimentos socioterritoriais que originam os assentamentos. Após a conquista do lote, as relações estabelecidas com o restante do assentamento contribuem para a formação de um território camponês. Esta contribuição ocorre com as relações de produção, a divisão de tarefas entre os membros da família e as relações de vizinhança sendo, segundo Bernardo M. Fernandes (2012), o espaço de vida do camponês:

> O território camponês é o espaço de vida do camponês. É o lugar ou os lugares onde uma enorme diversidade de culturas camponesas constrói sua existência. O território camponês é uma unidade de produção familiar e local de resistência da família, que muitas vezes pode ser constituída por mais de uma família. Esse território é predominantemente agropecuário, e contribui com maior parte da produção de alimentos saudáveis (FERNANDES, B., 2012a, p. 746).

A partir dessas considerações podemos concluir que o assentamento é um território. E "são as relações sociais que transformam o espaço em território e vice e versa, sendo o espaço um a priori e o território um a posteriori. O espaço é perene e o território intermitente" (FERNANDES, B., 2011, p. 181). O espaço e o território são importantes para a realização das relações sociais, que por sua vez, produzem de formas contraditórias, solitárias e conflitivas (sendo esses vínculos indissociáveis) outros espaços e territórios. "Essas relações sociais e seus territórios são construídos e produzidos, mediante a resistência, por uma infinidade de culturas camponesas em todo o mundo, num processo de enfrentamento permanente com as relações capitalistas" (FERNANDES, B., 2012a, p. 746).

As ocupações de terras constituem um dos principais fatores definidores de um movimento socioterritorial, representando uma forma de contestação do que está imposto pelo sistema (PEDON, 2013):

> Ao produzirem território, por meio das ocupações, os movimentos socioterritoriais expressam ou materializam suas *Intencionalidades*. Em suas agendas, os movimentos formalizam suas *Intencionalidades* enquanto sujeito coletivo e fundamentam de sua identidade (...) No que se refere aos movimentos socioterritoriais rurais, tem-se a luta pela terra como condição de acesso ao espaço da produção dos meios de existência, e a luta na terra como forma mais ampla de manutenção ou melhoramento dessas condições. Quando projetadas sobre o espaço, as ações intencionais o transforma em território, uma vez que ele passa a constituir um espaço problematizado e disputado por diferentes grupos sociais (PEDON, 2009, p. 190 – grifo do autor).

O que diferencia a ação de um movimento socioterritorial é que "além de uma organização sistemática e permanente, a formulação de uma agenda é voltada para a conquista do território" (PEDON, 2013, p. 197). Essa formulação de agenda, para o autor, é uma prática política sistematizando a proposta do movimento.

Os territórios criados logo constituem as diferentes territorialidades, sendo necessária a ação para a transformação da realidade existente. Diante disso, os movimentos também podem ser desterritorializados e se reterritorializar:

> a desterritorialização é entendida como perda do território apropriado e vivido em razão de diferentes processos capazes de desfazerem o território, já a reterritorilização compreende o processo de criação de novos territórios,

> seja por meio da reconstrução parcial de antigos territórios, seja por meio da recriação parcial (em outros lugares) de um território novo que contém, também, parcela das características do velho território (PEDON, 2009, p. 221-222).

Mesmo com o desenvolvimento desigual e contraditório das relações capitalistas de produção no campo, aos camponeses persistem, pois eles não são estranhos ao capitalismo, se recriando na própria contradição (OLIVEIRA, 1986). Neste sentido, o processo contraditório de desenvolvimento capitalista no campo revela que:

> no primeiro caso, o capital territorializa-se. Estamos, portanto, diante do processo de **territorialização do capital monopolista na agricultura**. No segundo caso, esse processo contraditório revela que o capital monopoliza o território sem entretanto territorializar-se. Estamos, pois diante do processo de **monopolização do território pelo capital monopolista** (OLIVEIRA, 1991, p. 24-25 – grifo nosso).

A desterritorialização pode acontecer com a entrada do agronegócio, por exemplo, da cana-de-açúcar no território camponês e o seu endividamento. Em casos em que os assentados já possuem o título de posse, várias famílias vendem suas terras, desterritorializando-se e potencializando a territorialização do agronegócio:

> Nessa condição de subalternidade, a maioria absoluta do campesinato brasileiro entrega a riqueza produzida com seu trabalho ao capita, vivendo em situação de miséria. Essa miséria é gerada cotidianamente pelas relações capitalistas, que depois de se apropriarem da riqueza produzida pelo trabalho familiar camponês, também se apropriam de seu território (FERNANDES, B., 2012a, p. 747).

Com o anúncio da ampliação do cultivo de cana nos assentamentos, ocorreu a quebra da unidade da família camponesa (THOMAZ JÚNIOR, 2007). Inicialmente, essa negociação foi interpretada como sinônimo de sucesso para os assentados, mas na realidade resultou em consequências negativas, como endividamentos, desagregação e frustação das famílias.

A reterritorialização do campesinato também pode ocorrer com a criação de assentamentos:

> A criação de assentamentos não é vista aqui tão somente como a vitória do campesinato sobre o latifúndio e o agronegócio, mas também como a materialização de parte do processo de luta pela terra, que favorece a geração de um modelo de desenvolvimento voltado às necessidades e interesses da

> agricultura camponesa. Este modelo em gestação promove, por sua vez, outra disputa no enfrentamento com o modelo hegemônico do agronegócio, gerando, portanto, conflitualidades. (SILVA, H., 2013, p. 23).

É evidente que o processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialiação é importante para analisarmos os movimentos socioterritoriais. Outro elemento é a escala de luta que está diretamente relacionada com a sua capacidade de organização. A escala de luta é considerada uma das razões para o fracasso/cessação de alguns movimentos, ou seja, é um elemento definidor da sua capacidade de transformação da realidade (PEDON, 2013).

Pedon (2013), em seu estudo aponta as escalas de análises a respeito dos movimentos: a escala de origem (que pode ser considerada a escala de ação de um movimento) que tem relação com a capacidade de mobilização/diálogos com outros sujeitos/instituições, e a escala de impacto, que tem relação com a dimensão e profundidade de suas ações. Complementamos as análises das escalas dos movimentos, partindo da atuação em ocupações de terras. Definimos cinco escalas de atuação[5] de acordo com as regiões brasileiras: a municipal, microrregional, macrorregional, estadual e nacional.

Em suma, podemos perceber a importância que o território possui para a análise do conceito de movimento socioterritorial, proposto a partir de uma leitura geográfica desses sujeitos, que transformam os espaços e se espacializam para conquistar seu território através de conflitos entre distintas classes e modelos, promovendo a sua territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

No próximo capítulo apresentaremos as duas formas de atuações dos movimentos socioterritoriais no período estudado, ou seja, as atuações em ocupações de terras e manifestações do campo ambas individuais e conjuntas no período de 2000 à 2012.

[5] Esta temática será trabalhada no capítulo 3, na qual mostraremos as escalas de lutas dos 116 movimentos socioterritoriais registrados pelo DATALUTA (2013).

CAPÍTULO 2 – DUAS FORMAS DE ATUAÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS – 2000-2012

A questão agrária no Brasil já foi tratada por diversos autores com diferentes interpretações, intencionalidades e paradigmas. Neste caso temos o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e Paradigma da Questão Agrária (PQA). Os estudiosos ligados ao PQA compreendem a recriação do campesinato no desenvolvimento do capitalismo e a superação deste modo de produção. O capital não é a única alternativa para o desenvolvimento do campesinato, sendo que o problema da questão agraria é estrutural. Este paradigma possui duas tendências, o campesinato e a proletarização, sendo a conflitualidade um elemento importante para compreendermos este paradigma. O PCA entende que o próprio capitalismo pode resolver os seus problemas e sua superação está dentro dele. Neste paradigma, há o entendimento da metamorfose do campesinato em agricultor familiar, cuja integração ao sistema produtivo e ao mercado o concebe como um mero produtor de mercadorias. Suas tendências internas são a agricultura familiar e o agronegócio (FERNANDES, 2005; FELICIO, 2011; CAMPOS, 2012).

Oliveira (1986) já apontava que o campesinato persiste no modo de produção capitalista, pois "ele não é estranho ao capitalismo; persistindo, porque ele é cria contraditória desse mesmo capitalismo" (p. 55), o mesmo ocorre para o latifundiário:

> (...) o caminho para entendermos essa presença significativa de camponeses na agricultura dos países capitalistas é pela via de que tais relações não-capitalistas são produto do próprio desenvolvimento contraditório do capital. A expansão do modo capitalista de produção, além de redefinir antigas relações, subordinando-as à sua produção, engendra relações não-capitalistas igual e contraditoriamente necessárias a sua reprodução (OLIVEIRA, 1986, p. 67).

"Apesar das modificações nas suas relações de produção do campesinato com as grandes investidas do capital na sua forma de produção, o camponês continua resistindo e preservando a sua história na luta pela terra" (SILVA, H., 2013, p. 13-14). Segundo a autora, as transformações que a estrutura econômica do Brasil sofreu ao longo da história, através da modernização/industrialização do campo, foi um dos fatores principais para o processo de concentração da propriedade da terra através, por exemplo, da grilagem. Essa conjuntura tem

forte desdobramento na luta pela terra, tendo os movimentos socioterritoriais como importantes sujeitos históricos dessa luta:

> [...] apesar das claras mudanças no cenário econômico-social brasileiro, o cerne dos conflitos no campo continua sendo a contestação de um padrão de concentração da propriedade da terra arcaico, que alimenta um sistema de distribuição e utilização de terras injusto e ineficiente do ponto de vista da igualdade social e econômica. (SILVA, H., 2013, p. 7)

Historicamente, a reforma agrária "aparece no capitalismo como necessidade conjuntural de o capital resolver a questão social advinda da concentração de terras" (OLIVEIRA, 1986, p. 81). Segundo o autor no capitalismo, a terra é transformada em mercadoria e tem preço, mas não valor porque não é criado pelo trabalho humano. Neste sentido, a terra/território para o campesinato e indígenas não pode ser entendida a partir da lógica do capital, ou seja, como mercadoria:

> Apesar de ser entendida por alguns como uma oportunidade de negócios, a terra não pode ser reduzida a um ativo e um meio de produção. Mais, a demanda mundial por terras está em confronto direto com a demanda histórica por reforma agrária, tanto no sentido de disputar um bem finito como provocando a alta do preço e o encarecimento das políticas públicas de acesso à terra (SAUER; LEITE, 2011, p. 30-31).

É evidente a aliança entre latifúndio/agronegócio e Estado em contraposição aos camponeses. Essa aliança ganha força com a crescente demanda por terras e a entrada de investimentos estrangeiros no país, acirrando o conflito pela e na terra, que faz parte da história brasileira desde a época da colonização (SAUER; LEITE, 2011). Dados divulgados pelo INCRA e reelaborados pelos dois autores apontam que em 2010 as origens do capital aplicado em terras no Brasil tinham como países principais: Portugal, Japão, Itália, Líbano, Espanha e Alemanha, que juntos contabilizam aproximadamente 49% das terras.

O Brasil vem apresentado algumas contradições no que tange a sua postura sobre a estrangeirização de terras no país. De um lado oferece subsídios para as empresas estrangeiras produzirem/aumentarem sua produção no país, e por outro expressa preocupação sobre a soberania de seu território, criando medidas que limitam a compra de terras por estrangeiros (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2012). A estrangeirização de terras é um elemento importante para compreendermos a estrutura fundiária.

Para os movimentos socioterritoriais (camponeses e indígenas) a estrangeirização de terras é um problema para o Brasil, mas uma solução para as empresas do agronegócio. No que tange a postura do Estado, estes dois significados são defendidos (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2012). Entra em conflito com o modelo de desenvolvimento do campesinato, acarreta na intensificação/manutenção da estrutura fundiária altamente concentradora, monopoliza os territórios, bem como o seu uso, desterritorializa o campesinato e os indígenas e acarreta soberania alimentar.

Segundo Fernandes (2009b), a disputa territorial pode ocorrer através da desterritorialização e/ou pelo controle das territorialidades (das formas de uso e de acesso aos territórios). Estes conflitos territoriais expressam distintos modelos de desenvolvimento pautados no agronegócio e no campesinato. O modelo de desenvolvimento do agronegócio tem como base a monocultura e a produção em grande escala, utilizando-se o trabalho do campesinato no seu sistema agrícola gerando contradições. O modelo do campesinato utiliza-se do trabalho familiar em pequena escala com uma diversidade de culturas (FERNANDES; WELCH, 2008).

A territorialização acompanha a desterritorialização e a reterritorialização do campesinato e dos indígenas, que acabam disputando o território:

> A territorialização do agronegócio sob as grandes propriedades também tem disputado territórios com os movimentos camponeses que lutam pelo acesso à terra através da reforma agrária. Esta questão ganhou nova conotação com o aumento de venda e arrendamento de terras para estrangeiros na última década (CLEMENTS; FERNANDES, 2013, p. 2).

Neste sentido, a lógica capitalista no campo caracteriza-se:

> pela intensa concentração de terras e renda, pela exclusão, expropriação de pequenos proprietários e camponeses, impactos ambientais, entre outras problemáticas. A forma como essas especificidades se desenvolvem em cada região faz com que cada localidade tenha uma questão agrária distinta das demais (SILVA, H., 2013, p. 8).

"Quando estamos diante da grilagem de terras, esse processo revela seu verdadeiro caráter: o caminho "gratuito" do acesso à renda do acesso ao direito antecipado de obter o pagamento da renda, sem mesmo ter sequer pago para auferi-la" (OLIVEIRA, 1986, p. 79). Os latifúndios originados a partir do grilo manifestam a concentração, a desigualdade, a

exclusão e a improdutividade. Neste cenário, a ocupação de terras é uma das principais formas de luta pela terra combatendo as desigualdades provocadas pelo avanço do capitalismo no campo brasileiro (SILVA, H., 2012).

Oliveira (1986) nos aponta que não devemos restringir a luta pela terra, apenas por seu acesso, mas sim na luta contra quem está por trás da propriedade da terra, neste caso, o Estado, grande capital estrangeiro ou nacional. Assim os:

> [...] movimentos mostram que há uma lógica da reprodução da vida que foge à lógica da reprodução das relações dominantes. Assim como surgem novas demandas e questões, outras são revalorizadas. Como consequência, tem-se uma diversidade de mobilizações sociais que preserva uma unidade ao tomar como objeto a conquista do território e seus atributos (PEDON, 2009, p. 206).

As atuações dos movimentos socioterritoriais, principalmente do MST, são de fundamental importância para a luta pela reforma agrária e luta pela terra no Brasil, marcados na história desde a colonização do país até os dias atuais, pois em todos os períodos de governo sempre foi privilegiado o modelo de desenvolvimento pautado no agronegócio:

> É a partir da redemocratização do país, principalmente, que a economia internacional passa a influenciar significativamente a economia política da questão agrária de maneira que o setor agrícola inicia papel crucial nas chamadas operações de ajustes macroeconômicos, o agronegócio, por exemplo, terá um papel fundamental nesse período (ORIGUÉLA, 2011, p. 28).

Após a democratização do Brasil, em 1985 assume a Presidência da Republica José Ribamar Sarney de Araújo Costa (1985-1989), que tomou posse após o falecimento do então presidente Tancredo Neves (chapa da Aliança Democrática). Seu governo teve forte influência dos ruralistas e militares. Mas, os processos históricos que antecederam a redemocratização e o enfraquecimento do governo militar, fortaleceram os movimentos socioterritoriais e suas atuações, que influenciou na política desse governo.

Neste governo, a violência se tornou um elemento importante para a atuação do Estado, em relação às questões que envolviam a estrutura agrária e a luta pela terra no país, sendo utilizada para reprimir as ações dos movimentos socioterritoriais. Diante deste quadro, o presidente aprovou o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), com a finalidade de desconcentrar a terra e reduzir as desigualdades no meio rural, tendo como

instrumento as desapropriações de terras. A elaboração desse plano, só foi possível devido às pressões sociais, mas o jogo de interesses entre diferentes sujeitos ligados ao latifúndio modificou várias vezes o plano descaracterizando-o do objetivo inicial.

O I PNRA tinha como objetivo central assentar 1.400.000 famílias, mas assentou 125.377 famílias e obtidos 825 assentamentos, com a participação de 42.613 famílias em ocupações de terras, as quais se concentraram principalmente na região norte (DATALUTA, 2013). Apesar deste Plano não cumprir suas metas, foi reaceso o debate da reforma agrária nas discussões políticas do país, que até então eram deixadas em segundo plano pelos governos.

Na década de 1990, ocorreu uma nova configuração de luta a massificação das ocupações de terras, devido à postura do Estado que deixou a margem a reforma agrária que os movimentos almejavam e a conclusão dos projetos relacionados a ela. Devido a essa situação os movimentos socioterritoriais passaram articular-se com a população urbana. Ocorrem novas articulações de lutas e novas estratégias, como por exemplo, a articulação entre os movimentos camponeses e com a população meio urbano. Segundo Bergamasco e Norder (2003), têm-se a articulação do MST com o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, que dentro do perímetro urbano ocupam territórios, manifestam, ou seja, lutam de diferentes formas. O envolvimento é tão grande desses militantes sem-teto que eles acabam por lutar no campo, virando sem-terras.

Em 1990, com a vitória de Fernando Collor de Mello (1990-1992) nas eleições presidenciais, tendo como vice-presidente Itamar Franco (que mais tarde o substituiria na presidência da república), os movimentos socioterritoriais (principalmente, o MST) sofreram forte repressão, criminalizando suas ações e intensificando as prisões, consequentemente ocasionando um forte refluxo das ações dos movimentos. Neste governo, foi criada a Secretária Nacional de Reforma Agrária para tratar as questões agrárias, que posteriormente foi excluída, voltando a centralizar as funções no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (COCA, 2008) e foi criado um programa de reforma agrária, intitulado "Programa da Terra", mas com o impeachment do presidente esse programa não se concretizou.

Com o *impeachment,* assumiu o vice-presidente Itamar Franco (1993-1994), marcando assim, um começo do diálogo do Governo Federal com os movimentos socioterritoriais e socioespaciais, tendo uma postura diferente dos demais governos. Mas,

entre o período do *impeachment* e a posse do vice, ocorreu "o aumento da violência no campo, em particular das ações armadas da UDR, favoreceu a ação dos deputados do Núcleo Agrário do PT, que aprovaram a criação da 'CPI da Pistolagem', e, desta forma, recolocaram no debate nacional a RA" (RAMOS FILHO, 2008, p. 209).

Logo no início do seu mandato Franco aprovou a Lei Agrária (Lei n. 8.6629, de 25.02.1993) que veio com caráter indenizatório para os supostos proprietários de terras e posteriormente cria-se a Lei do Rito Sumário, que diz respeito ao processo de desapropriação por interesse social, sendo essas duas leis para fins de reforma agrária. Bernardo M. Fernandes (2000a) aponta que:

> A lei foi sancionada sem vetos, pela Presidência da República, em julho de 1993. Todavia, são diversos os artigos dessa lei que são projetos de contestação durante as desapropriações. Dessa forma, embora já existam dispositivos legais, a reforma agrária só acontece na prática com a intensificação da luta pela terra, por meio das ocupações (FERNANDES, B., 2000a, p. 45).

Apesar de Franco ter tido uma postura mais branda em relação a Collor, ele também dificultou muito realização da reforma agrária com essas políticas. Neste período, a ocorrência de invasões de secretarias dos movimentos socioterritoriais (principalmente do MST), de algumas mortes de militantes e de prisões ilegais realizadas.

Nas eleições presidenciais de 1994, concorria para presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), em sua campanha foram debatidos temas a respeito da questão agrária, sendo eleito e depois reeleito. Nos seus dois mandatos ocorreram à influência da classe latifundiária, que para o não enfrentamento, optou por reprimir os movimentos socioterritoriais criminalizando suas ações, que sempre colocaram em debate a questão agrária e injustiça social. Uma de suas metas era assentar mais de 400 mil famílias durante o seu primeiro mandato e no segundo assentar 280 mil famílias, totalizando nos dois governos 680 mil famílias, mas o governo assentou apenas 394.111 famílias (DATALUTA, 2013) nos dois mandatos, deixando de assentar 285.889 famílias.

Para as questões do campo, se enfatizaria uma política assistencialista/compensatória e também aumentando os números de assentamentos obtidos. Ao tomar tais medidas o governo acreditava que as ações de pressão dos movimentos socioterritoriais seriam inibidas,

fato que não ocorreu. Devido, ao crescimento gradual das ocupações de terras o Governo não conseguia frear a luta, que eram consideradas atos criminosos.

Para isso foi criada, segundo Herivelto Rocha (2009), em maio de 2001 a Medida Provisória 2109-52, impedindo a desapropriação de áreas que tinham sido ocupadas e tirando dos ocupantes o direito constitucional à reforma agrária. Esta foi uma maneira do governo para frear as atuações dos movimentos, defendendo assim, as estruturas vigentes e criando obstáculos jurídicos para as ações e realização da reforma agrária.

Esse processo, segundo Feliciano (2006), caracteriza-se como uma tentativa de despolitização da luta camponesa que se dá em três espaços políticos: o legal, institucional e imaginativo:

> O espaço legal cria, transita-se e vincula-se a toda forma de punição, extinção e repressão das ações adotadas pelo movimento camponês que venham a infringir ou transgredir aquilo que está fundamentado nos ditames da leis [...] O espaço institucional cria mecanismos de sustentação política, científica e ideológica para, de uma lado, afirmar e apresentar propostas e entendimento do governo no tocante ao desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira e, de outro, apresentar o atraso das relações baseadas na reivindicação dos movimentos camponeses em lutar pela democratização do acesso à terra e denunciar a viciosa estrutura agrária brasileira [...] Para fechar o ciclo desse processo, o governo federal apoia, utiliza-se e constrói com todo o engajamento o *espaço imaginativo*. O entendimento do imaginativo passa pela construção, uso e divulgação de informações que muitas vezes são manipuladas para chegar a uma ideia de mundo rural ideal (FELICIANO, 2006, p. 57-58 – grifo nosso)

Os agentes de manutenção do espaço legal são amparados por estruturas de poderes locais, regionais e nacionais, que utilizam de leis e medidas provisórias, por exemplo. A sustentação do espaço institucional se dá por um conjunto de ações político-cientifico-ideológicas que articula governos, instituições de pesquisas e órgãos internacionais. É no espaço imaginativo que as ações dos espaços legal e institucional ganham visibilidade. (FELICIANO, 2006).

Neste governo, ocorrem dois massacres no campo brasileiro: o massacre de Corumbiara, ocorrido no estado de Rondônia em 1995, que culminou na morte de 12 camponeses e dois policiais (na qual realizaram medidas violentas) e o massacre de Eldorado

de Carajás no estado do Pará em 1996, resultando na morte de 19 camponeses e 69 ficaram gravemente feridos. Estes dois incidentes evidenciam as tensões no campo, que aumentaram na medida em que a repressão também aumentava. Constatamos o uso da violência nos camponeses, mais uma vez, marcada na história brasileira.

O governo também cria a Reforma Agrária de Mercado que estimula o mercado de terras no Brasil, concretizada através de operações financeiras (relação de compra e venda), onde o Estado tem papel fundamental como mediador entre proprietários de terras e os camponeses brasileiros (SANTOS, 2010). Segundo Ramos Filho (2008) essa política aconteceu devido à criação do Banco da Terra (financiada pelo Banco Mundial), que tinha por finalidade financiar a compra de terras para a implantação de assentamentos rurais no Brasil. Na qual os maiores beneficiários são os latifundiários que passaram a receber a vista dinheiro pelas terras vendidas. "A partir das críticas dos movimentos sociais, foram realizadas algumas correções no programa como a limitação do tamanho das propriedades e a exclusão das propriedades improdutivas passíveis de desapropriação" (RAMOS FILHO, 2008, p. 10).

A relação mais aberta/direta com os movimentos socioterritoriais ocorreu com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva (Lula) para a presidência da república em 2003. Desde o início de seu mandato (2003-2006), o presidente ganhava apoio da população, gerando a esperança para a mudança estrutural do país:

> Desse modo, a chegada a chegada de Lula ao governo teve participação massiva de todo o bloco de esquerda. Isso significa que era idealizada uma reforma agrária que contemplasse aos interesses de todos. Esta expectativa também estava alimentada pelos compromissos do então candidato, que apresentou através de seu programa de governo a reforma agrária entre as cinco (05) principais reformas a serem priorizadas em seu mandato (MISNEROVICZ, 2011, p. 46).

Neste governo, foi elaborado o Segundo Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA), resultado da promessa de Lula na realização da reforma agrária. Apresentando a necessidade de mudanças estruturais no campo, com forte pressão dos movimentos. Segundo Misnerovicz (2011):

> As discussões sobre como seria tratada a questão agrária no Brasil, deram-se entre o governo federal, MST e demais forças organizadas na luta pela terra e reforma agrária. A conclusão que se chegou destes encontros e audiências (abertas e fechadas) foi que era necessário trabalhar as duas frentes de forma

> articulada. Para isso se estabeleceu um plano de trabalho em que a maior parte das questões emergências seria tratas por organizações governamentais. Para construir as propostas de mudanças estruturais entendeu-se que era necessário construir o um Plano Nacional de Reforma agrária, o segundo PNRA (MISNEROVICZ, 2011, p. 47).

Vale ressaltar que este Plano foi criado por pressão dos movimentos, principalmente com a marcha pelo Plano em 2003 de Goiânia à Brasília. Ele foi denominado "Paz, produção e qualidade de vida no meio rural", que inicialmente representou, mais uma vez, a esperança para as questões voltadas ao campo brasileiro. Este plano apresentava 11 metas:

> META 1: 400.000 novas famílias assentadas;
> META 2: 500.000 famílias com posses regularizadas;
> META 3: 150.000 famílias beneficiadas pelo Crédito Fundiário;
> META 4: Recuperar a capacidade produtiva e a viabilidade econômica dos atuais assentamentos;
> META 5: Criar 2.075.000 novos postos permanentes de trabalho no setor reformado;
> META 6: Implementar cadastramento georreferenciado do território nacional e regularização de 2,2 milhões de imóveis rurais;
> META 7: Reconhecer, demarcar e titular áreas de comunidades quilombolas;
> META 8: Garantir o reassentamento dos ocupantes não índios de áreas indígenas;
> META 9: Promover a igualdade de gênero na Reforma Agrária;
> META 10: Garantir assistência técnica e extensão rural, capacitação, crédito e políticas de comercialização a todas as famílias das áreas reformadas;
> META 11: Universalizar o direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2003, p.38).

Sobre o II PNRA, Oliveira (2006) mostra seu descontentamento no que tange as informações dos dados: "a divulgação dos dados relativos à quase todas as metas como sendo de famílias assentadas genericamente, é descumprir o preceito constitucional do dever para quem ocupa cargo público, qual seja, o do cumprimento da norma legal" (OLIVEIRA, 2006, p. 8). Segundo Misnerovicz (2011):

> Em relação à concepção de reforma agrária não houve mudanças. Continuou desapropriando latifúndios pontuais resultado dos conflitos, não avançando nas áreas reformadas. As consequências foram o aumento da concentração de terra e a aquisição por empresas estrangeiras. (MISNEROVICZ, 2011, p. 57).

No ano de 2007, Lula é reeleito pelo povo brasileiro. Mas, os movimentos socioterritoriais mudaram de postura em relação ao apoio ao presidente. Se antes os movimentos apoiavam de forma mais intensiva sua candidatura, nessa eleição o entusiasmo diminuiu. Pois, quando o presidente teve a oportunidade de cumprir com suas promessas não fez.

Este governo continuou com sua política de fortalecimento do agronegócio, não alterando a estrutura fundiária brasileira, que refletiu em algumas de suas políticas como a regularização de terras e a diminuição das terras desapropriadas que foram menores que o governo FHC. O fortalecimento do agronegócio foi colocado como um instrumento de modernidade e principalmente de desenvolvimento para o país, em detrimento dos camponeses que eram vistos como criminosos.

Em 2011 ocorre à eleição presidencial, com vitória do Partido dos Trabalhadores através de Dilma Rousseff. Sua posição foi parecida com a de Lula fortalecendo o agronegócio. Em todo o período estudado este governo foi o que mais negligenciou as questões voltadas ao campo brasileiro. Segundo o Jornal Brasil de Fato (2013), há cerca de 120 mil famílias acampadas no Brasil, vinculadas a vários movimentos socioterritoriais como CONTAG, MST, MLST etc. fazendo pressão para que Dilma realize a reforma agrária:

> [...] os movimentos do campo denunciaram que nos últimos 15 anos, desde FHC até o governo Dilma foram fechadas mais de 20 mil escolas fundamentais no campo. Em troca o MEC financia vans para os prefeitos trazerem as crianças do campo para estudarem na cidade. Todos os dias se obrigam a fazer 20, 30 até 100 quilômetros de distância. Uma tragédia. (BRASIL DE FATO, 2013, p. [1][6]).

Nesta conjuntura, de esquecimento e desmobilização das ações dos movimentos socioterritoriais, ele reivindicam questões voltadas à terra como educação:

> [...] que as escolas estejam nas comunidades rurais, próximo das moradias dos trabalhadores. E inclusive organizar escolas de ensino médio, onde o transporte dos alunos seja entre as comunidades rurais, sem levar para a cidade. E ampliar as vagas e cotas para filhos de camponeses acessarem o ensino superior, pelo Programa Nacional de Ensino da Reforma Agrária (Pronera), que adota o sistema de cursos especiais, em alternância para filhos de camponeses, e assim evita a migração para a cidade, mesmo durante o curso superior. (BRASIL DE FATO, 2013, p. [1]).

[6] Sem identificação de página.

Diante disso, temos o “abandono” por parte do governo em relação à reforma agrária tanto almejada pelos movimentos, adotando políticas compensatórias/assistencialistas ou imediatistas frente à luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil. Neste contexto de fortalecimento do agronegócio promovido pelo Governo, os movimentos socioterritoriais não se mantiveram impassíveis. Eles continuaram reivindicando não só a terra, mas outras questões como educação, saúde, etc. Essas lutas estão baseadas, principalmente nas manifestações e ocupações, que são vistas por parte do Estado como atos criminosos, sendo reprimidas.

Queiroz (2006) mostra a incapacidade do Estado em lidar com os conflitos sociais tanto no/do campo quanto na/da cidade que, consequentemente, gera prisões ilegais, execuções, sequestros dos militantes, despejos etc. Quando acontecessem essas ações errôneas por parte do Estado, ele contribui para a manutenção da estrutura vigente em nossa sociedade reproduzindo e criando muitas contradições.

Podemos observar que as estratégias de lutas e resistências dos movimentos socioterritoriais são construídas de acordo com a conjuntura política e agrária. “É por este motivo, também, que há variações no número de ocupações de terra organizadas por movimentos socioterritoriais e contestações perante diferentes esferas da sociedade” (SILVA, H., 2013, p. 27).

Assim, neste capítulo pretendemos analisar as formas de atuações dos movimentos socioterritoriais, que se configuram em ocupações de terras e manifestações do campo. Primeiramente analisaremos as ocupações e posteriormente as manifestações que são fundamentais para compreendermos a luta pela/na terra no Brasil realizada pelos movimentos socioterritoriais. Essas duas formas de atuações têm o caráter reivindicatórios e de questionamento do modelo predominante de produção, da legitimidade da posse da terra entre outras questões.

Dentro das duas formas de atuações dos movimentos socioterritoriais temos as: somente em conjunto (quando o movimento socioterritorial atua só com a participação de outro movimento), individuais (quando o movimento socioterritorial atua sem a participação de outro movimento, ou seja, atua sozinho) e em conjunto e individual (quando as atuações ocorrem tanto sozinhas como em conjunto).

2.1 – As Ocupações de terras

O estudo das ocupações de terras torna-se importante na medida em que estas resultam em desdobramentos na conjuntura agrária atual. As ocupações podem modificar (ou não) a estrutura fundiária, territorializando o campesinato etc. Elas chamam a atenção para a questão que envolve o campo brasileiro e para a necessidade de políticas públicas que visem o desenvolvimento territorial baseado no campesinato. Ao longo dos anos, as ocupações tem sido uma das principais formas de luta e acesso à terra. Elas são um meio de manter em pauta as questões relacionadas ao campo brasileiro. Essa forma de ação pode ser realizada individualmente ou em conjunto com outros movimentos socioterritoriais, como MST e CUT. Neste sentido, este subcapítulo está organizado em apresentar os dados sobre as ocupações de terras, sejam elas conjuntas ou individuais, para compreendermos sua importância para a questão agrária brasileira.

A luta pela faz parte do histórico de conflitos no campo desde a colonização brasileira e as ocupações de terras têm início na década de 1980 e vem ganhando diversos significados ao longo dos séculos. Na década de 1960, as primeiras ocupações tinham como objetivo a redistribuição de terras para as famílias de trabalhadores sem-terra, tendo como palco da organização dos movimentos os estados do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro. Os objetivos não questionavam apenas o uso das terras, mas a desapropriação e distribuição dessas áreas para a realização de projetos de colonização e de Reforma Agrária, neste momento, a ocupação é seguida pela montagem dos acampamentos. As lutas ocorreram em outras partes do território brasileiro, como na região Nordeste, com as Ligas Camponesas. Essas lutas foram fundamentais para a implantação do Estatuto da Terra, que previa a desapropriação de terras que não cumprissem sua função social (ROSA, 2012).

Segundo Bernardo M. Fernandes (1999) as ocupações brasileiras são desenvolvidas por vários tipos de experiências, que são formas de lutas e resistências dos movimentos socioterritoriais. Essas experiências inauguram o acampamento e podem ser espontâneas e isoladas, organizadas e isoladas, organizadas e espacializadas:

> As ocupações isoladas e espontâneas acontecem, majoritariamente por pequenos grupos, numa ação singular de sobrevivência, quando algumas famílias ocupam uma área sem configurarem uma forma de organização

> social. Entram na terra em grupos e então, pela própria necessidade passam a constituir um movimento social. O caráter da espontaneidade está no fato de não haver uma preocupação anterior em se construir uma forma de organização, o que acaba por acontecer, ou não, no processo de ocupação.
> As ocupações isoladas e organizadas são realizadas por movimentos sociais isolados de um ou mais municípios. A predominância é de formação de pequenos grupos, mas também ocorrem ocupações massivas. As famílias formam o movimento antes de ocuparem a terra. Organizam trabalhos de base, realizando várias reuniões até a consumação do fato. As tendências desses movimentos são: findarem depois da conquista da terra ou transformarem-se em movimentos territorializado. (FERNANDES, B., 1999, p. 277-278).

Nas ocupações de terras isoladas e espontâneas, o autor coloca que estas ações podem resultar em um movimento isolado. As ocupações de terras isoladas e organizadas são realizadas por movimentos sociais isolados de um ou mais municípios, ou seja, são movimentos socioterritoriais de escalas menores de atuações. Já as ocupações de terras organizadas e espacializadas, são realizadas por movimentos socioterritoriais de escalas maiores de atuações, que são mais organizados que possuem agendas de luta. Essas experiências de luta de ocupações organizadas e espacializadas são:

> [...] resultantes de experiências trazidas de outros lugares. Estão contidas em um projeto político mais amplo e podem fazer parte de uma agenda de lutas. O significado de espacialização tem como referência a participação de trabalhadores, que já viveram a experiência da ocupação em diversos lugares e regiões, e como militantes espacializam essas experiências, trabalhando com a organização de novas ocupações, territorializando a luta e o movimento na conquista de novas frações do território – o assentamento – a terra de trabalho (FERNANDES, B., 1999, p. 278).

A respeito das ocupações organizadas e especializadas, temos as ações do MST, da CONTAG e dos Movimentos Indígenas, que se territorializam e modificam a estrutura agrária brasileira. São através das ocupações que os territórios são (re) conquistados e que são reivindicadas/questionadas as áreas ocupadas. Segundo Girardi e Fernandes (2009):

> A ocupação de terra é espaço de resistência para o atendimento das reivindicações desses movimentos. A causa principal defendida é a realização da reforma agrária. Dessa forma, a ocupação de terra, planejada e executada pelos movimentos socioterritoriais é o momento de enfrentamento e resistência para a conquista do território camponês, ou seja, sua territorialização pela desterritorialização do território do latifúndio e do agronegócio. (GIRARDI; FERNANDES, B., 2009. p. 345)

As ocupações de terras impulsionam as políticas de reforma agrária, assim como os assentamentos rurais, que caracterizam suas territorializações:

> As ocupações são uma forma de espacialização de luta pela terra. São criações de espaços de luta e resistência que impulsionam as políticas de reforma agrária, transformando territórios do latifúndio e do agronegócio em territórios camponeses. São manifestações públicas dos movimentos socioterritoriais na luta por frações do território, onde as famílias ocupantes promovem o desenvolvimento da agricultura camponesa. (SILVA, A.; FERNANDES, B., 2008, p. 174).

Pedon (2013) auxilia nesta discussão, afirmando que a ocupação de terras precisa ser entendida como uma forma de luta popular com o caráter de resistência em relação às lógicas hegemônicas de reprodução da sociedade/espaço. Elas resultam do processo de questionamentos dessas relações sociais hegemônicas:

> A ocupação contém no mínimo duas partes, os ocupantes e as forças que estão em oposição. Essa tensão não está à frente, justaposta ou sobreposta ao conflito, ela é parte constitutiva dele. A realização de uma ocupação decorre da consciência construída na realidade em que se vive. É a um só tempo, um aprendizado e um processo histórico de construção das experiências de resistência (PEDON, 2013, p. 190-191).

Para Origuéla (2010) as ocupações de terras na conjuntura da atual questão agrária, são vistas como uma ameaça/enfrentamento ao agronegócio. Há um aumento dessas ações nessas áreas onde o agronegócio está territorializado. Em relação ao agronegócio, Fernandes e Welch (2008) consideram que este modelo corresponde ao:

> [...] modelo de desenvolvimento econômico controlado por corporações transnacionais, que trabalham com um ou mais commodities e atuam em diversos outros setores da economia. Compreendemos que está condição confere às transnacionais do agronegócio um poder extraordinário que possibilita a manipulação dos processos em todos os sistemas do complexo (FERNANDES, B.; WELCH, 2008, p. 48).

O agronegócio tem como base a monocultura e a produção em grande escala, utilizando do campesinato através da exploração e precarização do seu trabalho, gerando contradições (FERNANDES, B.; WELCH, 2008). Este modelo, por mais que produza riquezas, gera também desigualdades em profundidade e intensidades maiores (RAMOS FILHO, 2008).

A transformação dos espaços em territórios é realizada por meio da conflitualidade, expressa nas disputas territoriais entre agronegócio/latifúndio e os movimentos socioterritoriais, que buscam sua (re) territorialização com as ocupações de terras e em alguns casos desterritorializando o agronegócio/latifúndio. Os movimentos socioterritoriais e o agronegócio "produzem seus territórios como condição de suas recriações por meio da territorialização. Esse processo gera conflitualidade por meio dos enfrentamentos entre essas diferentes relações sociais" (GIRARDI; FERNANDES, B., 2009, p. 342). A conflitualidade para estes autores é concebida como um conjunto de conflitos, constituindo-se como processo gerador e indissociável do desenvolvimento e um obstáculo. A violência desencadeia uma série de conflitos no campo e está presente na luta pela terra.

No período de 2000 à 2012 foram registrados no DATALUTA 116 movimentos socioterritoriais que atuaram em ocupações de terras no Brasil (quadro 1). Suas atuações tiveram vários desdobramentos e suas lutas tiveram os mais variados objetivos, mas sempre com uma orientação em comum: a conquista do território. Como vimos, eles constroem espaços e territórios que não são homogêneos, tendo cada um sua especificidade de acordo com a base que os movimentos socioterritoriais têm. Por isso, é de extrema importância estudar essas ações e territórios para compreendermos a conjuntura atual do campo brasileiro.

O quadro 1 mostra a relação de todos os movimentos socioterritoriais[7] e os estados em que atuaram entre 2000 e 2012. Esses movimentos socioterritoriais podem ser formados a partir de lutas ou pelo processo de dissidência. Sobre as dissidências Pedon (2009) ressalta:

> [...] ocorre por causa dos sucessivos conflitos que ocorrem no interior dos movimentos após desentendimentos em acampamentos entre grupos que se desligam e se organizam de forma pretensamente independente. Este rompimento ocorre por oposições política e/ou ideológicas e por causa de diferenças de posição diante das formas de ação. (PEDON, 2009, p. 213)

Podemos relacionar esta citação com a criação do MST Independente em 2012 no estado de São Paulo. Este movimento surgiu a partir de uma dissidência com o MST da Base devido ao líder, José Rainha, estar envolvido com escândalos e sendo preso. Deste modo, o grupo realizou algumas ocupações desvinculadas do MST da Base, mas depois retornou ao movimento de origem.

[7] O estudo de todos os movimentos socioterritoriais será abordado no capítulo 3, de acordo com sua escala de atuação em ocupações de terras.

Quadro 1 – Brasil – Movimentos Socioterritoriais e Estados onde Atuaram em Ocupações – 2000-2012			
Nº	**SIGLA**	**NOME DO MOVIMENTO SOCIOTERRITORIAL**	**ESTADOS**
1	**ABUST**	Associação Brasileira do Uso Social da Terra	SP
2	**ACRQ**	Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos	MG, PE
3	**ACRQBC**	Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos Brejo dos Crioulos	MG
4	**ACUTRMU**	Associação Comunidade Unida dos Trabalhadores Rurais	MG
5	**ADT**	Associação em Direito da Terra	GO
6	**AMIGREAL**	Associação dos moradores das microrregiões do estado de Alagoas	AL
7	**AMPA**	Associação do Movimento dos Pequenos agricultores	AP
8	**ARST**	Associação Renovação dos Sem Terra	SP
9	**ASA**	Associação Santo Antônio	MT
10	**ASPARMAB**	Associação de Pequenos Produtores Rurais de Marabá	PA
11	**AST**	Associação de Sem Terra	PA
12	**ASTECA**	Associação Técnica de Cooperação Agrícola	MT
13	**ASTST**	Associação dos Sem Terra e Sem Teto	MG
14	**ATUVA**	Associação dos Trabalhadores Unidos da Vila Aparecida	PA
15	**ATRBV**	Associação dos Trabalhadores Rurais Bela Vista	MG
16	**ATR**	Associações de Trabalhadores Rurais	MA, PA, RO
17	**CAA**	Centro de Agricultura Alternativa	MG
18	**CAR**	Central dos Assentados de Roraima	RR
19	**CCL**	Centro de Cidadania e Liderança	MG
20	**CETA**	Coordenação Estadual de Trabalhadores Assentados	BA, RS
21	**CLST**	Caminho de Libertação dos Sem Terra	MG
22	**CODEVISE**	Comitê de Defesa das Vítimas de Santa Elina	RO
23	**CONAQ**	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombo	ES
24	**CONLUTAS**	Coordenação Nacional de Lutas	SP
25	**CONTAG**	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura	AC, AL, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, SP, TO
26	**COOTERRA**	Cooperativa dos Lavradores na Luta pela Terra	BA
27	**CPT**	Comissão Pastoral da Terra	AL, BA, CE, MG, MS,MT, PA, PB, PE, PI, RN, RJ
28	**CTV**	Centro Terra Viva	SP
29	**CUT**	Central Única dos Trabalhadores	AC, MS, SP, RO, RS

30	**FATRES**	Fundação de apoio aos/as trabalhadores/as rurais e agricultores/as familiares da região do Sisal e semi-árido da Bahia	BA
31	**FERAESP**	Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo	MS, SP
32	**FETRAF**	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar	DF, GO, MG, MS, PA, PE, PI, SP
33	**FRUTO DA TERRA**	Fruto da Terra	SC
34	**FST**	Fórum Social do Triângulo	MG
35	**FUVI**	Famílias Unidas do Vale do Vilhema	MS
36	**GERAIZEIROS**	Geraireiros do Norte de Minas Gerais	MG
37	**GRUPO XAMBRE**	Grupo Xambrê	PR
38	**LCC**	Liga Camponesa Corumbiara	RO
39	**LCP**	Liga dos Camponeses Pobres	AL, CE, GO, MG, PA, RO
40	**LOC**	Liga Operária Camponesa	MG
41	**MAB**	Movimento dos Atingidos por Barragens	CE, MT, MG, PB, RS, PR, SC
42	**MAST**	Movimento dos Agricultores Sem Terra	PR, SP
43	**MATR**	Movimento de Apoio aos Trabalhadores Rurais	DF, GO
44	**MBUQT**	Movimento Brasileiro Unidos Querendo Terra	SP
45	**MCC**	Movimento Camponês de Corumbiara	RO
46	**MCNT**	Movimento Conquistando Nossa Terra	PA
47	**MCP**	Movimento dos Conselhos Populares	CE
48	**MCR**	Movimento dos Camponeses de Rondônia	RO
49	**MCST**	Movimento dos Carentes Sem Terra	SP
50	**MLST**	Movimento de Libertação dos Sem Terra	AL, GO, MG, PE, PR, RN, SP
51	**MLSTL**	Movimento de Libertação dos Sem Terra de Luta	MG
52	**MLT**	Movimento de Luta pela Terra	AL, BA, MG, SP
53	**MLTRST**	Movimento de Libertação dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	PE
54	**MLUPT**	Movimento Luta Unida Pela Terra	MG
55	**MMA**	Movimento de Mulheres Agricultoras	SC
56	**MMC**	Movimento de Mulheres Camponesas	AL
57	**MNF**	Movimento Sem Terra Nova Força	SP
58	**MOVIMENTOS INDÍGENAS**	Movimentos Indígenas	AL, AM, BA, CE, ES, GO, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PR, RO, RS, RR, SC, SP, TO
59	**MPA**	Movimento dos Pequenos Agricultores	DF, ES, PA, RO, RS
60	**MPRA**	Movimento Popular pela Reforma Agrária	MG
61	**MPST**	Movimento Popular dos Sem Terra	MG
62	**MPT**	Movimento Pacífico pela Terra	SP
63	**MRC**	Movimento Resistência Camponesa	BA
64	**MSO**	Movimento Social Organizado	PR
65	**MSONT**	Movimento Sonho da Terra	PR
66	**MSST**	Movimento Social dos Sem Terra	AL, PR, RJ

67	**MST**	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	AL, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SE, SP, TO
68	**MST da Base**	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - da Base	SP
69	**MST Independente**	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - da Base Independente	SP
70	**MSTA**	Movimento dos Sem Terra do Amazonas	AM
71	**MSTR**	Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais	RO,ES
72	**MT**	Movimento dos Trabalhadores	AL, PE
73	**MTA**	Movimento dos Trabalhadores Assentados	DF, MT, RO
74	**MTAA-MT**	Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados do Mato Grosso	MT
75	**MTB**	Movimento Terra Brasil	PE, PR, SP
76	**MTBST**	Movimento dos Trabalhadores Brasileiros Sem Terra	PE
77	**MTD**	Movimento dos Trabalhadores Desempregados	BA, DF, RJ, BA
78	**MTL**	Movimento Terra, Trabalho e Liberdade	AL, BA, GO, MG, PB, PE, RJ
79	**MTP**	Movimento Terra, Trabalho e Progresso	AL
80	**MTTDS**	Movimento Terra, Trabalho e Dignidade Social	MG
81	**MTR**	Movimento dos Trabalhadores Rurais	MG, MS, MT, PR
82	**MTRST**	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	ES
83	**MTRSTB**	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra Brasileiros	SP
84	**MTRSTP**	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Paraná	PR
85	**MTRUB**	Movimento dos Trabalhadores Rurais e Urbanos	PE
86	**MTS**	Movimento por uma Tendência Socialista	RJ
87	**MTST**	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra	MG, PR, PE, SP
88	**MTSTCB**	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e Central do Brasil	SP
89	**MTV**	Movimento Terra Vida	SP
90	**MUB**	Movimento Unidos Brasil	SP
91	**MUST**	Movimento Unido dos Sem Terra	SP
92	**MUT**	Movimento Unidos pela Terra	PR
93	**OAC**	Organização Agrária Camponesa	PR
94	**OI**	Organização Independente	AC, MA, MT, PA, RO, TO
95	**OITRA**	Organização de Inclusão de Trabalhadores pela Reforma Agrária	SP
96	**OLC**	Organização da Luta no Campo	PE,BA
97	**OLST**	Organização Para a Libertação dos Sem Terra	MG
98	**OTC**	Organização dos Trabalhadores no Campo	CE, GO, MG, PA, PR, RO, RS, SP, TO
99	**QUILOMBOLAS**	Quilombolas	BA, ES, MA, MG, PA, PE, PR, SP, RJ
100	**RACAA-SUL**	Rede de Assistência dos Acampados e Assentados do Sul da Bahia	BA

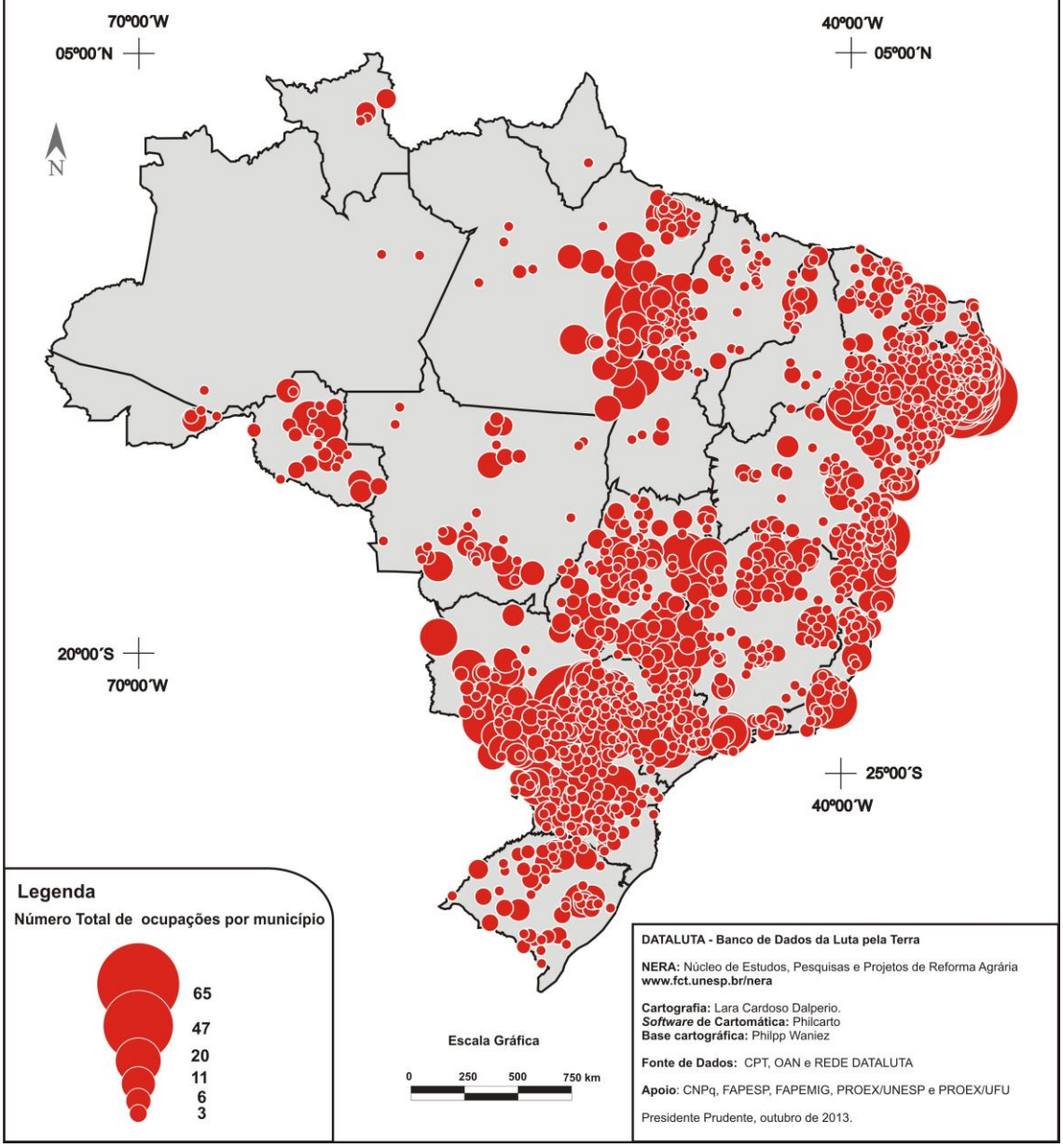
101	**RC**	Resistência Camponesa	PI
102	**SINPRA**	Sindicato dos Pequenos e Médios Produtores Rurais	PA
103	**ST**	Sem Terra	SE, SP
104	**STL**	Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura	RN
105	**TERRA LIVRE**	Movimento Popular do Campo e da Cidade	GO, MS
106	**TUPÃ 3E**	Trabalhadores do Município de Tupanciretã	RS
107	**UAPE**	União dos Agricultores de Pernambuco	PE
108	**UFT**	União Força e Terra	MS
109	**UNASFP**	União das Associações de Fundo de Pasto	BA
110	**UNIDOS PELA TERRA**	Unidos pela Terra	SP
111	**UNITERRA**	União dos Movimentos Sociais pela Terra	SP
112	**USST**	União dos Santanenses Sem Terra	RS
113	**UST**	União Sindical dos Trabalhadores	SP
114	**Sem Sigla**	Vazanteiros em Movimento: Povos das Águas e das Terras Crescentes	MG
115	**VIA CAMPESINA**	Via Campesina	BA, MG, PB, PE, PI, PR, RS, SP, TO
116	**VT**	Via do Trabalho	AL
Fonte: DATALUTA, 2013. Org.: DALPERIO, L. C.			

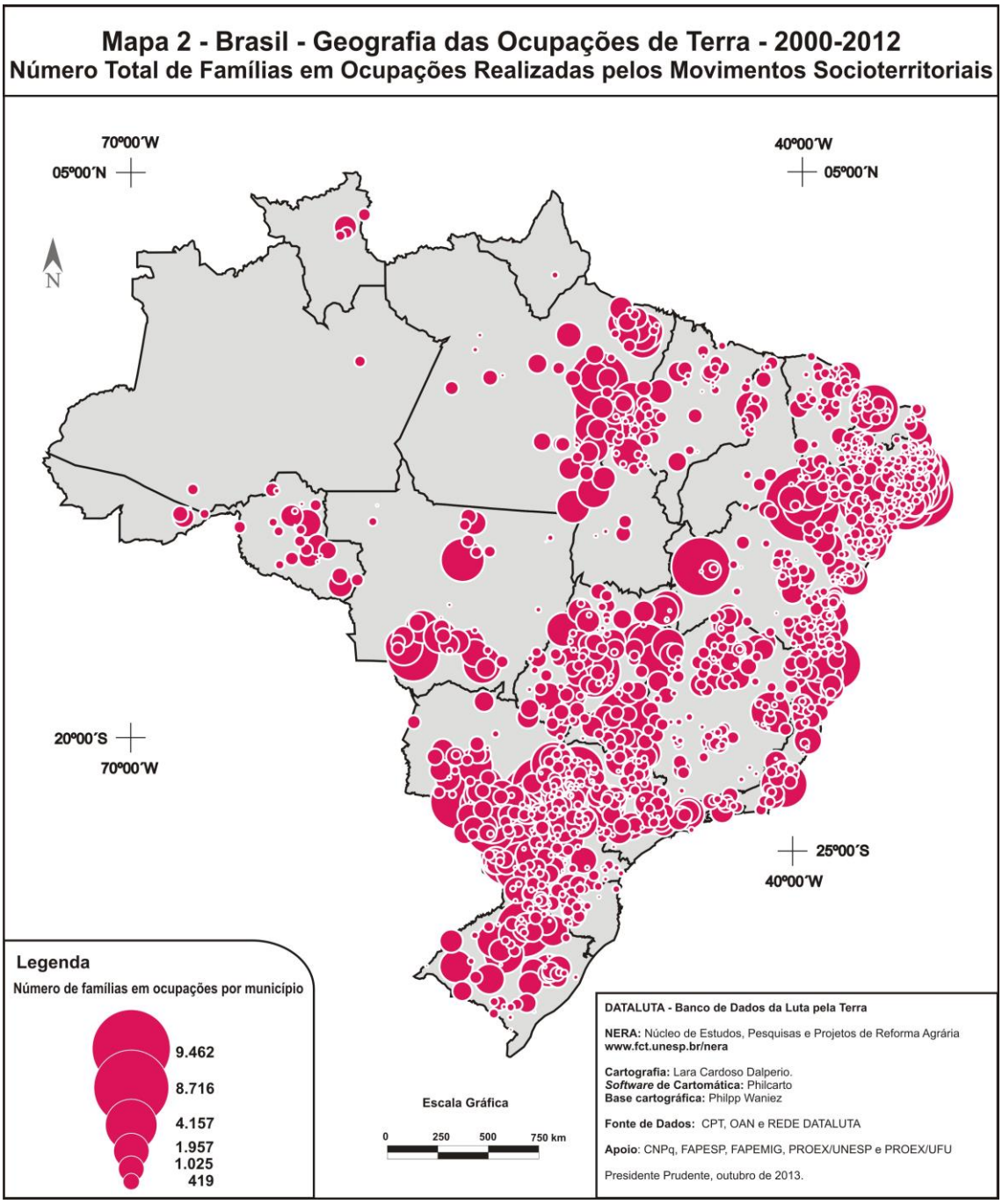
No período de 2000 à 2012, foram realizadas 5.344 ocupações de terras, sendo que 4.734 foram ações individuais, 270 conjuntas com outros movimentos socioterritoriais e 340 ocupações com movimentos não registrados[8]. A partir do quadro 1, podemos destacar[9] os movimentos: MST tendo atuado em 24 estados brasileiros; a CONTAG presente em 20 estados; os Movimentos Indígenas[10] atuando em 19 estados e a CPT com a participação em 12 estados.

O mapa 1 apresenta a espacialização das ações em ocupações de terras desses movimentos socioterritoriais e o mapa 2 as famílias que participaram dessas ações. Podemos observar que as macrorregiões com maior espacialização das ocupações são o Nordeste e o Sudeste, seguidos do Centro-Oeste, Sul e Norte. Foram registradas pelo DATALUTA (2013) 5.344 ocupações de terras com a participação de 708.706 famílias. A partir desses dados podemos destacar as ocupações realizadas pelo MST, que tiveram em todas as macrorregiões os maiores números de famílias participantes de ocupações de terras.

[8] São ações que não foi possível encontrar informações sobre o movimento socioterritorial.
[9] A espacialização desses movimentos de maior atuação será abordada no capítulo 4.
[10] Denominamos Movimentos Indígenas as ocupações de terras que tenham sido realizadas por grupos indígenas do Brasil, ou seja, não são ações geradas por um movimento indígena organizado e/ou institucionalizado, mas por diversos grupos que foram somados e sistematizados para melhor representá-los.

Mapa 1 - Brasil - Geografia das Ocupações de Terra - 2000-2012
Número Total Ocupações Realizadas pelos Movimentos Socioterritoriais





Observamos também que as áreas de maiores conflitos ocorrem onde o agronegócio está territorializado, em razão da presença de terras devolutas (griladas). É representativo o número de ocupações no Sudeste, principalmente na região denominada Pontal do Paranapanema no estado de São Paulo (SP), devido ao seu histórico de terras griladas. E também no Nordeste, onde o agronegócio está territorializado, principalmente com a

fruticultura. É através da concentração de terras e da produção em grande escala que ocorre a materialização o território do agronegócio (GIRARDI; FERNANDES, B., 2009). Isso implica na desterritorialização camponesa que, como vimos, para reconquistar seus territórios, realizam as ocupações de terras.

Na região Nordeste, como podemos observar nos mapas 1 e 2, apresentam as maiores atuações devido ao seu histórico de luta e resistência camponesa. Nesta região, o agronegócio concentra sua produção, principalmente na cana-de-açúcar e na fruticultura, ambas para exportação. Foram registradas 2.143 ocupações de terras, com 278.927 famílias participantes. Cabe destacar as ocupações realizadas pelo MST, que apresentam um número de famílias bem expressivo em: Três no estado de Pernambuco (PE), em Canhotinho na Fazenda São Joaquim com a participação de 1.100 famílias em 2003, em Manari na Fazenda Lagoa, com 2.000 famílias em 2005 e outra em 2007, no município de Petrolina na Área do Projeto Pontal Sul, com 2.000 famílias. E três no estado da Bahia (BA), em 2004 no município de Eunápolis na Fazenda Verapel Celulose com o registro de 3.560 famílias; em Porto Seguro na Fazenda Água Fria, com 3.000 famílias participantes; em Teixeira de Freitas na Fazenda Céu Azul com a participação de 1.200 famílias em 2007 (DATALUTA, 2013).

Na região Sudeste as ações ocorrem principalmente na região do Triângulo Mineiro em Minas Gerais (MG) e na região denominada Pontal do Paranapanema em São Paulo (mapas 1 e 2). Foram contabilizadas pelo DATALUTA (2013) 1.505 ocupações com a participação de 163.984 famílias. Destas, 413 ocupações foram realizadas na região do Pontal do Paranapanema com famílias 40.802. Cabe destacar as ocupações realizadas pelo MST: suas em Mirante do Paranapanema na Fazenda Santa Rita, com 850 famílias em 2005 e outra com a participação de 1.350 famílias em 2001[11]. No mesmo ano foram realizadas em Euclides da Cunha Paulista, Marabá Paulista e Teodoro Sampaio (SP) todas com 1.350 famílias registradas ligadas ao MST. Por fim, em Araçatuba (SP) na Fazenda Santa Cecília em 2009 com 1.000 famílias do MST.

Na região Centro-Oeste, foram realizadas 634 ocupações de terras, com a participação de 109.502 famílias. Nesta região concentra-se o agronegócio da cana-de-açúcar, eucalipto e principalmente da soja, vinculadas aos incentivos do Estado através de vários programas voltados para este tipo de desenvolvimento. Em relação à estrangeirização de terra, a região obtém os maiores índices de compra de terras por estrangeiros para a produção de

[11] Está ação não teve sua área informada.

commodities do país. Observamos que as ações ocorreram principalmente no sul de Mato Grosso do Sul (MS) e de Mato Grosso (MT), estados onde há a produção de diferentes *commodities* (mapas 1 e 2).

Nesta região, as ações com maiores números de famílias ocorreram na Fazenda Santa Terezinha, no município de Eldorado (MS), ocupada duas vezes: uma pelo MST com 1.000 famílias e outra pela CUT com 1.200, ambas em 2000. Outra ocupação aconteceu no município de Mirassol d'Oeste no MT, na Fazenda São Paulo com 1.200 famílias participantes do MST em 2002. Neste mesmo ano ocorreu a ocupação em Goiás (GO), no município de Aruanã na Fazenda Santa Luzia realizada pela CONTAG, com a participação de 1.100 famílias. Podemos destacar também a ocupação realizada pela FUVI em Novo Horizonte do Sul (MS), na Fazenda da Someco com 1.200 famílias em 2006. E as ocupações de terras realizadas pelo MST: uma em Jangada (MT), na Fazenda Taburacá com 1.000 famílias em 2003 e outra em GO no município de Campestre de Goiás, na Fazenda Florzeira com 2.100 famílias participantes em 2004 e por fim, em 2005 na Fazenda Itamarati II localizada em Ponta Porã (MS), com a participação de 2.000 famílias (DATALUTA, 2013).

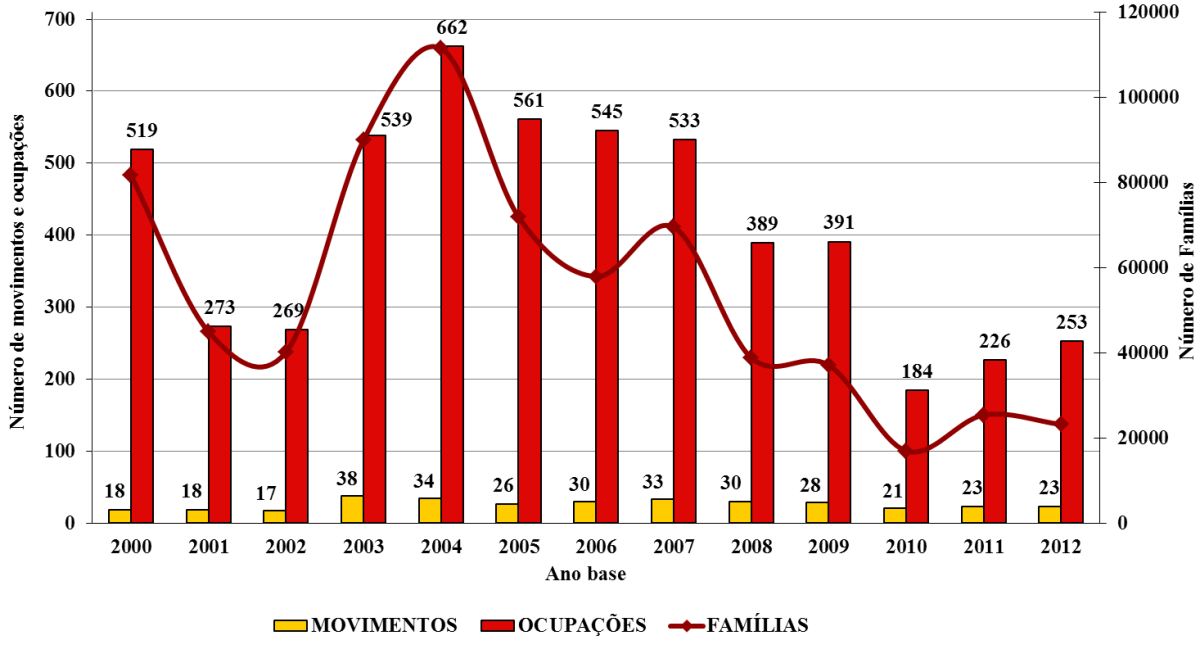
Na região Sul, as ocupações foram intensas e especializadas em todos os estados. Vale destacar, que o MST tem uma forte influência no estado do Rio Grande do Sul (RS), pois foi sua primeira área de atuação. Observamos atuações intensas em grande parte dos estados do Paraná (PR) e Santa Catarina (SC) (mapas 1 e 2), contabilizando 551 ocupações registradas com a participação de 87.762 famílias. Neste caso, as ocupações com maior número de famílias também ocorreram através das ações do MST: duas em Quedas do Iguaçu (PR) na Fazenda Araupel e no Núcleo Agrícola Campo Novo, ambas com 1.500 famílias em 2003; uma em Cascavel (PR), na Fazenda 4R em 2004 com a participação de 1.200; outra no município de Paranapoema (PR) em 2003, na Fazenda Santa Terezinha com 1.300 famílias; duas no RS: em Jóia na Fazenda Guabiju com 1.500 famílias em 2002 e outra em Coqueiros do Sul, na Fazenda Guerra com 1.800 famílias em 2006 (DATALUTA, 2013).

A região Norte foi a área que os movimentos socioterritoriais menos aturam. Podemos relacionar com o fato do MST, que o é o movimento mais territorializado no Brasil, não estar organizado em alguns estados desta região. A atuação nessa região ocorreu espacializadas em partes dos estados (mapas 1 e 2). Foram registradas 511 ocupações de terras com a participação de 68.531 famílias. Nesta região as ocupações de terras com número de famílias mais expressivas ocorreram no estado do Pará (PA): foram três ocupações em

Breu Branco na área da Camargo Correia Mineração, com 1.200 famílias da CONTAG em 2003, duas ocupações na Fazenda João do Óculos com 1.200 famílias cada: uma do MST e outra conjunta da CONTAG e MST em 2005 e outra em 2006 (respectivamente), com a participação de 1.200 famílias da CONTAG. Outra ocupação ocorreu em 2001, no município de Aurora do Pará, na Fazenda Aurora da Pará com 2.000 famílias vinculadas ao MST. Outra ocupação em Eldorado dos Carajás na Fazenda Peruano com a participação de 1.100 do MST em 2004. E na Fazenda Jutaituba no município de Portel com 1.000 famílias do MCNT em 2005 (DATALUTA, 2013).

Diante deste contexto apresentamos, no gráfico 1, a relação entre as variáveis ocupações, famílias participantes e movimentos socioterritoriais no período de 2000 à 2012. Podemos observar que ocorreram oscilações nestas variáveis, devido à conjuntura de cada governo.

Gráfico 1 - Brasil - Relação dos movimentos socioterritoriais, números de ocupações e famílias - 2000-2012



Fonte: DATALUTA, 2013. Org. DALPERIO, L. C.

No período analisado neste trabalho identificamos três governos: final do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), os dois mandatos de Luis Inácio Lula da Silva (LULA) e os dois primeiros anos do governo de Dilma Rousseff (DILMA). Todos tomaram distintas

medidas para o enfrentamento das questões relacionadas ao campo brasileiro como já apontado.

Para compreendermos os dois anos finais do governo de FHC, é necessário apresentarmos a conjuntura do seu primeiro governo e que teve reflexo no segundo mandato. O primeiro mandato do governo de FHC, que corresponde ao período de 1995-1998, optou por uma reforma agrária convencional. Segundo Horácio Martins de Carvalho (2003) a reforma agrária convencional é o:

> [...] resultado de uma operação negociada entre antigas e novas forças sociais por intermédio do sistema institucionalizado de partidos conservadores e reformistas, tentando modificar as regras de funcionamento da estrutura latifundiária sem mudar as normas institucionais da "sociedade tradicional" representada pelo latifúndio e por amplos setores do empresário rural ligado a pecuária e à produção de grãos para a exportação. Essa via enfoca a reforma agrária como uma questão isolada e setorial (CARVALHO, H., 2003, p. 3).

Em contrapartida, ocorreu um aumento acentuado nas atuações dos movimentos socioterritoriais na luta pela terra, descontentes com essa situação. Foram registradas no Brasil 1.929 ocupações de terras com a participação de 287.452 famílias neste governo (DATALUTA, 2013). Para frear as ações dos movimentos socioterritoriais foi intensificada a política de obtenção de assentamentos, sendo criados 2.332 assentamentos com a capacidade equivalente a 297.783 famílias, numa área de 12.373.910 hectares (DATALUTA, 2013). Mas, essa criação massiva de assentamentos não diminuiu o número de ações dos movimentos socioterritoriais. Segundo Bernardo M. Fernandes (2009), o mandato de Fernando Henrique Cardoso, nunca teve uma política de Reforma Agrária efetiva:

> Embora Cardoso tenha propagandeado que realizou a maior reforma agrária da história do Brasil, essa realidade produziu pelo menos dois resultados: 1) o crescimento do número de famílias acampadas [....] 2) a precarização dos assentamentos que foram implantados como projetos incompletos, que além de não terem infra-estrutura básica, a maior parte também não recebeu crédito agrícola e de investimento, o que provocou a descapitalização de centenas de milhares de famílias (FERNANDES, B., 2009a, p. 3).

Os movimentos, segundo Bergamasco e Norder (2003), passaram a definir estratégias para atuação no campo brasileiro. O MST decidiu[12] massificar as ocupações de terras e os acampamentos. Segundo Ramos Filho (2008):

> A esta época, o MST havia se tornando o principal movimento socioterritorial de camponeses do Brasil, suplantando a posição da CONTAG. Isto em virtude de, mesmo sob as perseguições realizadas no governo Fernando Collor ter, ao longo da primeira metade dos anos 90, prosseguido na estruturação dos setores organizativos internos da Organização e investido na construção do seu sistema de cooperativas agrícolas de reforma agrária. A história lhes havia ensinado que a RA somente se realizaria através da pressão política, cujo principal instrumento de luta eram as ocupações de terras e a construção de acampamentos rurais. (RAMOS FILHO, 2008, p. 212-213).

O segundo mandato de FHC (1999-2002) foi marcado pela criminalização dos movimentos socioterritoriais, ocorrendo uma diminuição no número de movimentos e, consequentemente, no número de ocupações e famílias como evidenciado no gráfico 1. A esta diminuição podemos relacionar com a criação da Medida Provisória 2109-52, no dia 24 de maio de 2001.

Segundo Feliciano (2009) "com essa medida provisória, ficou nítida a posição autoritária, inconstitucional e antidemocrática e do governo federal, determinado a punir aquele que realizem qualquer ato de contestação e reivindicação pelo acesso à terra" (FELICIANO, 2009, p. 99). Em síntese, FHC realizou medidas de forte repressão contra os movimentos socioterritoriais, criminalizando suas ações, realizando prisões e criando obstáculos jurídicos.

Como já apontado, por Feliciano (2006), um dos espaços políticos para a despolitização da luta camponesa é o espaço imaginativo utiliza da mídia como um importante instrumento para manipular informações acerca das questões relacionadas ao campo brasileiro, principalmente no que tange as informações das ações dos movimentos que ganhavam força no primeiro mandato de FHC, devido ao número crescente de ocupações (gráfico 1).

O crescimento de 21 movimentos em 539 ocupações de terras (gráfico 1), está atrelado ao fim do mandato do FHC e com o interesse do presidente eleito LULA em dialogar com os movimentos socioterritoriais, apresentando a reforma agrária como um dos

[12] Decisão tomada no III Congresso em 1995.

compromissos principais. Lula ganhava apoio popular promovendo a esperança para a mudança estrutural do país, mas os movimentos socioterritoriais ao longo do seu mandato foram perdendo a esperança:

> Os trabalhadores rurais sem-terra acreditaram que finalmente sua hora havia chegado. Milhares de famílias espontaneamente se mudaram para acampamentos provisórios que o MST e outras organizações de sem-terra montaram às pressas à beira de estradas por todo o país. Essas famílias esperavam ser uma das primeiras a se beneficiar quando o amplo programa de reforma agrária, prometido há tanto tempo por Lula, fosse implementado. (...) No entanto, a mudança não ocorreu com a rapidez que as milhares de famílias esperavam. Durante os primeiros meses, o governo foi evasivo, dizendo que tinha de colocar a casa em ordem antes de poder implementar a reforma (BRANFORD, 2010, p. 418).

A partir do gráfico 1 podemos observar que, como forma de pressionar o Governo, ocorrem nos anos de 2003 e 2004 o maior crescimento de ocupações de terras, movimentos socioterritoriais e de famílias em ocupações no período estudado. O clímax aconteceu no ano de 2003, que contabilizou 38 movimentos e em 2004 que registrou 662 ocupações. Contudo, ao longo do período de governo, ocorreu um declínio nos movimentos atuantes, a isso podemos associar com os diferentes programas assistencialistas criados em seu governo.

Como observado no gráfico 1, os períodos de crescimento ocorreram em anos de eleições, momentos que os movimentos pressionaram e expressaram o seu descontentamento diante da postura adotada pelo governo, que promove o fortalecimento do agronegócio. Por pressão dos movimentos foi criado II PNRA e algumas metas não foram compridas, então os movimentos pressionaram e intensifica-se a atuação em ocupações de terras em 2004 para pressionar o governo para as questões que envolvem o campo brasileiro. (gráfico 1). Assim, ocorrem oscilações tanto no número de movimentos quanto no número de ocupações e de famílias participantes, devido às expectativas por parte dos movimentos pela abertura do diálogo de LULA e posteriormente os descontentamentos dos movimentos socioterritoriais com o presidente.

Já nos dois anos do governo DILMA ocorreu um aumento no número de ocupações de terras, de famílias participantes e um crescimento de dois movimentos socioterritoriais se comparado com o ano de 2010 (gráfico 1). Podemos relacionar este fato com o negligenciamento da presidenta nas questões relacionadas ao campo brasileiro, criando um

descontentamento por parte dos movimentos socioterritoriais (mais uma vez com o governo do PT, que em sua trajetória, sempre defendeu os movimentos). A presidenta apresentou uma política semelhante à de LULA, fortalecendo o agronegócio em detrimento dos camponeses. Os sistemas agrícolas do agronegócio e do campesinato são diferentes, segundo Fernandes e Welch (2008):

> No sistema agrícola do agronegócio, a monocultura, o trabalhado assalariado e produção em grande escala são algumas das principais referências. No sistema agrícola camponês, a biodiversidade, a predominância do trabalho familiar e a produção em pequena escala são algumas das principais referências (FERNANDES, B.; WELCH, 2008, p. 49).

Neste governo ocorreu o menor número na criação de assentamentos, que corresponde a 228, com a capacidade de famílias 11.172 em uma área de 2.224.138 hectares. Em entrevista concedida a Rede Brasil Atual, o coordenador do MST Alexandre Conceição aponta: "Sem desapropriação de terra não tem reforma agrária. O combate ao latifúndio está muito lento e o governo Dilma tem sido um dos piores nos últimos 20 anos" (REDE BRASIL ATUAL, 2013, p. [1][13]).

O jornal Brasil de Fato[14] aponta que:

> O governo Dilma está em dívida com os trabalhadores rurais sem terra. Seu desempenho nesta área é tão pífio que corre o risco de entrar para a história como o pior governo para a reforma agrária desde a redemocratização do país. Os movimentos sociais seguem fazendo sua parte, com pressão (BRASIL DE FATO, 2013, p. [1]).

Essa pressão é feita com as ocupações de terras e manifestações, instrumentos que visam transformar a realidade. Neste sentido, a atuação dos movimentos socioterritoriais aumentou nesses dois primeiros anos de governo (gráfico 1), pois a reforma agrária ou qualquer política voltada para o campo só é realizada a partir das pressões dos movimentos socioterritoriais. Apesar dessas oscilações precisamos entender a permanência dos movimentos, em que a dos movimentos permanece nesta década, sendo 28. Podemos relacionar também com o processo moroso de Reforma Agrária.

[13] Sem identificação de página. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2013/05/mst-entrega-carta-exigindo-agilidade-de-reforma-agraria-7410.html >. Acesso em: 14 ago. 2013.
[14] Texto extraído do Jornal Brasil de Fato. Disponível em: < http://www.brasildefato.com.br/node/12755>. Acesso em: 14 ago. 2013.

Para o fortalecimento da luta, ocorreu a articulação entre vários movimentos socioterritoriais em ocupações de terras. A essas ações denominamos ocupações conjuntas. Daremos enfoque para as ações conjuntas em ocupações de terras no período de 2000 à 2012.

Dentro das formas de atuações dos movimentos socioterritoriais em ocupações de terras temos: individuais, que quando o movimento socioterritorial atua sem a participação de outro movimento, em conjunto quando o movimento atua só com a participação de outro movimento e as atuações dos movimentos que realizaram ocupações em conjunto e individual, sendo o caso dos movimentos socioterritoriais: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras, a Comissão Pastoral da Terra e a Via Campesina, por exemplo.

Como dito, no período de 2000 a 2012 foram registrados pelo DATALUTA (2013) 116 movimentos socioterritoriais que atuaram em ocupações de terras no Brasil. Relacionando com a tabela 2, podemos observar que a maioria dos movimentos atuaram de forma individual, o que corresponde a 77 movimentos, seguidos das atuações tanto de forma conjunta como individual, que contabilizaram 29 movimentos socioterritoriais e por fim, os movimentos que atuaram somente em conjunto, somando 10.

Tabela 2 – Brasil – Formas de ações e números de movimentos socioterritoriais em ocupações de terras – 2000-2012

Formas de Ações	Movimentos
Somente Individual	77
Somente em conjunto	10
Individual e em conjunto	29
Total	116

Fonte: DATALUTA, 2013. Org. DALPERIO, L.C

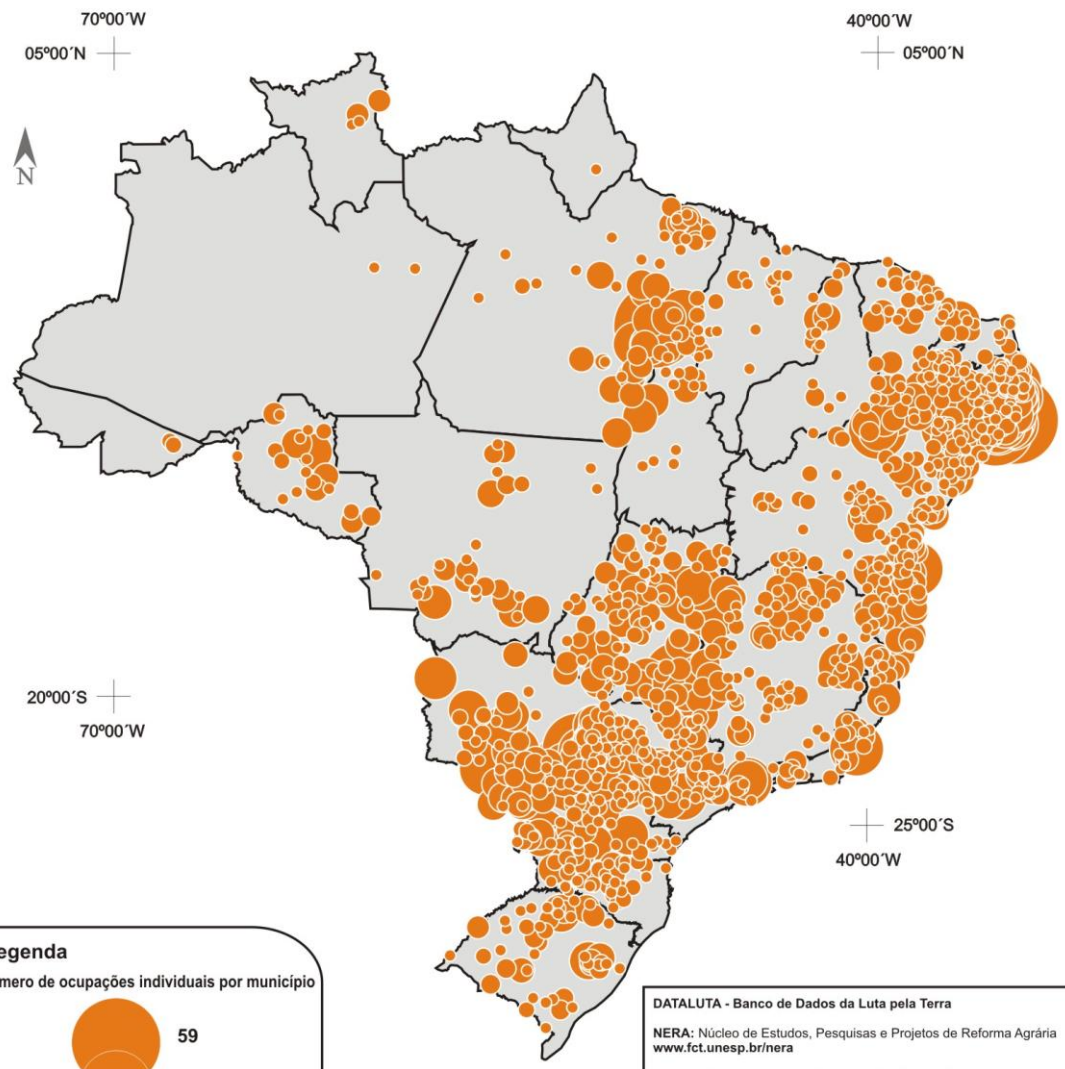
Em relação aos movimentos socioterritoriais que atuam nas escalas menores (como municipal e microrregional), a maioria realizou ocupações de terras individualmente. São movimentos que realizam ocupações com um objetivo, por exemplo, a desapropriação de determinadas áreas. Posteriormente a conquista, estes movimentos deixam de se articular devido a correlação de forças que privilegia o agronegócio. A estrutura destes movimentos não é consolidada e sua espacialização é pequena. Podemos citar alguns exemplos de movimentos socioterritoriais que atuam de forma individual, como o movimento Associação em Direito da Terra, que realizou uma ocupação de terra com 20 famílias participantes no ano de 2004 no estado de Goiás e a Central dos Assentados de Roraima, que realizou uma

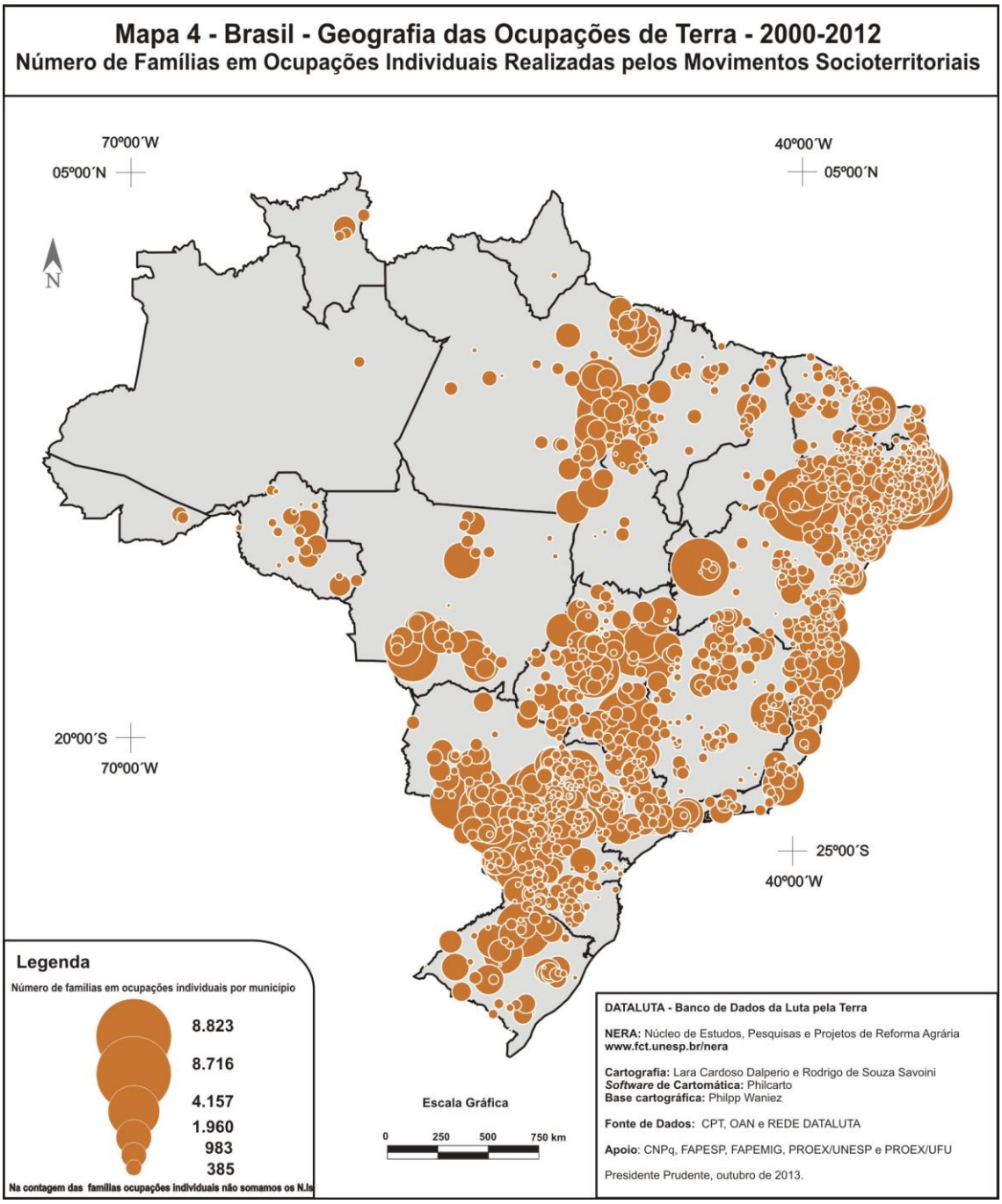
ocupação de terra, com a participação de 200 famílias na Fazenda Caravagio, em Rorâima em 2003.

Os movimentos socioterritoriais que realizaram apenas ocupações conjuntas no período estudado foram: Associação dos Sem Terra e Sem Teto, Centro de Agricultura Alternativa, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombo, Centro Terra Viva, Geraizeiros do Norte de Minas Gerais, Movimento de Mulheres Agricultoras, Movimento de Mulheres Camponesas, Movimento dos Conselhos Populares, Rede de Assistência dos Acampados e Assentados do Sul da Bahia e União dos Movimentos Sociais pela Terra (DALPERIO, 2012).

Como vimos, os movimentos socioterritoriais atuam mais em ocupações de terras individuais se comparado com as atuações em conjunto. O mapa 3 apresenta as ocupações de terras que foram realizadas de forma individual e o mapa 4 as famílias ocupantes dessas ações. Nestes mapas não consideramos as ocupações de terras que não tiveram os movimentos socioterritoriais identificados, pois não temos a informação se foram conjuntas ou individuais.

Mapa 3 - Brasil - Geografia das Ocupações de Terra - 2000-2012
Número de Ocupações Individuais Realizadas pelos Movimentos Socioterritoriais

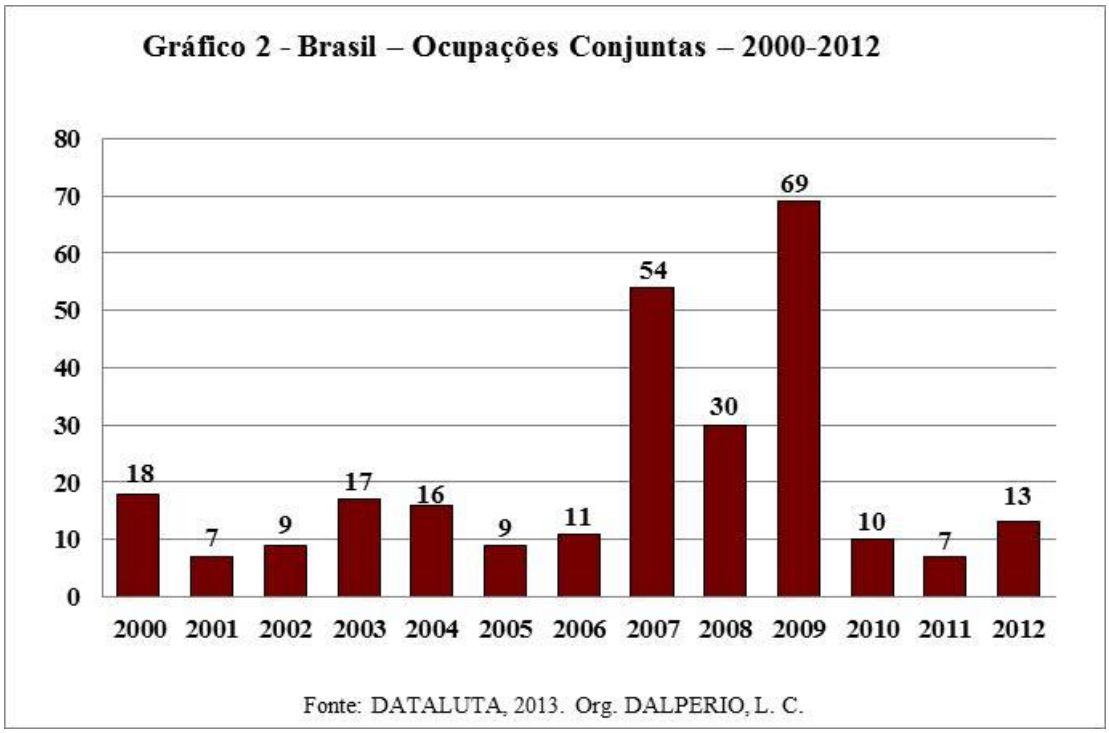




A partir dos mapas 3 e 4, observamos tanto no número de ocupações individuais como de famílias. A região que ocorreu os maiores conflitos em ocupações individuais foi o Nordeste, com 2.020 ocupações de terras e 263.889 famílias ocupantes. Só no município de Maragogi em Alagoas (AL), ocorreram 59 ocupações, uma região onde a territorialização do agronegócio sucroalcooleiro avança. A região Norte registra os menores índices, com 389

atuações dos movimentos socioterritoriais e a participação de 57.168 famílias, com destaque para o estado do Pará com 298 ocupações. Já no Centro-Oeste temos a intensificação das ocupações individuais, principalmente no sul do Mato Grosso do Sul e no Mato Grosso. Nesta região foram registradas 585 ocupações, com 101.546 famílias. Já no Sul, foram registradas 470 ocupações com 74.103 famílias, região que apresenta atuações intensas no Paraná e em Santa Catarina. Juntos, estes dois estados representam aproximadamente 75% do total em números de ocupações e 65% do número de famílias. Observamos que na região Sudeste concentra-se as ocupações e famílias em todos os estados, sendo registradas 1.270 ocupações de terras individuais com 143.899 famílias participantes, com destaque para o estado de São Paulo.

Partindo para as ocupações conjuntas, o gráfico 2 mostra a relação do número de ocupações de terras conjuntas por ano no período de 2000 a 2012. Foram identificadas 270 ocupações conjuntas realizadas pelos movimentos socioterritoriais no Brasil, com a participação de 34.344 famílias.



Através do gráfico 2 podemos observar que há oscilações no número de ocupações de terras que foram realizadas por mais de um movimento socioterritorial. Podemos comparar essas atuações com as políticas dos diferentes governos, ora tendo um debate mais

direto/aberto com os movimentos, ora perseguindo/criminalizando, como já apontado. Essas ocupações de terras questionam as áreas ocupadas pelo agronegócio/latifúndio. O agronegócio desterritorializa os movimentos, que por sua vez utilizam-se dessas ocupações para se reterritorializarem.

Os anos de 2001 e 2012 obtiveram os menores índices de ocupações conjuntas, que correspondem a sete. Cabe problematizar que as conjunturas eram diferentes. Em 2001, como citado, foi o ano da criação da MP 2109-52 no governo de FHC que criminalizava as ações dos movimentos socioterritoriais em todo o Brasil, ocorrendo decréscimo no número de ocupações. Em 2011 ocorreu o primeiro ano do mandato da presidente Dilma, que não perseguiu/criminalizou tão intensamente os movimentos como o governo de FHC, mas as ações neste ano se deram em maior número de forma individual.

De todo período estudado foi em 2009 que ocorreu o maior número de ocupações conjuntas entre os movimentos socioterritoriais, correspondendo a 69, seguido de 2007 com 54 e 2008 com 30 ocupações conjuntas. Este fato pode estar relacionado com o descontentamento dos movimentos socioterritoriais com o Governo que adotou políticas que privilegiavam o agronegócio. Correlacionando com Origuéla (2011):

> Não podemos deixar de levar em consideração que juntamente com a elaboração de planos para a reforma agrária, o atual governo não deixou de incentivar políticas que contribuem com a territorialização do agronegócio no campo, deixando de lado a imagem do latifúndio que nada produz para acentuar a produtividade de commodities, principalmente. O agronegócio brasileiro é de imensa importância para a economia, pois equilibra a mesma através da exportação dos seus produtos, ou seja, contribui com a elevação do superávit, que é o que sustenta o Brasil no exterior (ORIGUÉLA, 2011, p. 53).

O quadro 2 apresenta, de forma mais detalhada, quais foram os movimentos socioterritoriais que aturam em ocupações conjuntas, o número dessas ações e os estados onde foram realizadas essas ações ano por ano no período de 2000 a 2012 no Brasil.

Quadro 2 – Brasil – Número de Ocupações Conjuntas, Movimentos Socioterritoriais e Estados – 2000-2012			
Ano	Movimentos Socioterritoriais	Ocupações	Estados
2000	CONTAG/ CPT	5	PE, PA
	CONTAG/ CPT/ CAA	2	MG
	CONTAG/ CUT	1	MS
	CPT/ CUT	1	MS
	MST/ CONTAG	5	PE
	MST/ CPT	4	PE,PI
2001	CONTAG/ MLST	1	MG
	MST/ CONTAG	1	MG
	MST/ CPT	2	CE, PE
	MST/ CUT	2	MS
	MST/ MLST	1	SP
2002	MST/ CETA	1	BA
	MST/ CONTAG	3	PA, MG, RJ
	MST/ CPT	3	MG, RJ
	MST/ MAST	1	SP
	RACAA-SUL/ CETA	1	BA
2003	CONTAG/ FETRAF	3	SP
	CONTAG/ LCP/ OTC	1	MG
	CONTAG/ OLC	2	BA, PE
	CUT/ VIA CAMPESINA	2	RS
	MST/ CONTAG	4	RN, MG, RJ
	MST/ CONTAG/ CPT	1	MG
	MST/ MAB/ MMA	1	SC
	MST/ MTB	1	PR
	MST/ OTC	2	GO, MG
2004	CONTAG/ CPT	1	RN
	CONTAG/ FETRAF	1	PI
	CONTAG/ MTL	1	MG
	CPT/ QUILOMBOLAS	4	PE
	MST/ CONTAG	1	PI
	MST/ CONTAG/ CPT	2	CE, RN
	MST/ FETRAF	1	SP
	MST/ FETRAF/ CUT	1	SP
	MST /MAB/ MMA	1	PR
	MST/ MPA	1	RS
	MST/ MSST	1	RJ
	MST/ MTB	1	SP
2005	CONTAG/ OLC	1	PE
	FETRAF/ CUT	2	SP
	MST/ CPT	1	PI
	MST/ MAST	1	SP
	MST/ MPA	2	RS
	MST/ MPA/ MTA	1	DF
	MST/ QUILOMBOLAS	1	RJ
2006	CONTAG/ CPT	1	MG

	CONTAG/ CUT	1	MS
	MAST/ MBUQT	1	SP
	MST/ CONTAG	3	PA, CE
	MST/ FERAESP/ FETRAF	1	SP
	MST/ FETRAF	1	MS
	MST/ MAB/ MMA	1	CE
	MST/ MAST	1	SP
	MST/ MTD	1	DF
	ASTST/ MST	1	MG
	CONTAG/ CPT	1	RN
	CONTAG/ CUT	3	SP
	CONTAG/ CUT/ FERAESP	1	SP
	CONTAG/ FETRAF	1	PA
	CONTAG/ FETRAF/ CUT/ FERAESP	1	SP
	CONTAG/ MLST/ CPT/ FETRAF	1	PE
	MLST/ MTL	1	AL
	MST/ CONTAG	6	MA, PB, MS, MG, SP
	MST/ CONTAG/ CUT	7	SP
	MST/ CONTAG/ CUT/ FERAESP	5	SP
	MST/ CONTAG/ CUT/ FERAESP/ UNITERRA	2	SP
	MST/ CONTAG/ CUT/ MAST	1	SP
	MST/ CONTAG/ CUT/ MAST/ UNITERRA	1	SP
2007	MST/ CONTAG/ FERAESP/ UNITERRA	1	SP
	MST/ CONTAG/ FETRAF/ CUT	1	SP
	MST/ CONTAG/ FETRAF/ CUT/ FERAESP	4	SP
	MST/ CONTAG/ FETRAF/ CUT/ FERAESP/ UNITERRA	3	SP
	MST/ CONTAG/ MAST/ UNITERRA/ CTV	1	SP
	MST/ CPT	1	MG
	MST/ CUT	2	SP
	MST/ FETRAF	1	SP
	MST/ MAST	1	PR
	MST/ MLST/ CPT/ MTL	1	AL
	MST/ MLST/ FETRAF/ FERAESP	1	SP
	MST/ MLST/ LCP	1	AL
	MST/ MPA/ CONAQ	1	ES
	MST/ MTB	2	SP
	MST/ MTL	1	AL
	CONTAG/ MST	2	BA
	MAST/ MST da base/ MST/ UNITERRA	1	SP
	MAST/ MST da Base	1	SP
	MAST/MST da Base/MTB/FETRAF/CONTAG/UNITERRA	10	SP
2008	MPA/MST	1	RS
	MST da base/ MAST/ MTB/ CONTAG/ FETRAF	1	SP
	MST da base/ MAST/ MTB/ CONTAG/ FETRAF/ UNITERRA	7	SP
	MST/ VIA CAMPESINA	1	SP
	MST/ FETRAF	1	SP
	MST/ MLST/MTL	1	AL

	MTL/ CONTAG	1	GO
	MTST/ MLST	1	SP
	UNITERRA/ MTRSTB	1	SP
	VIA CAMPESINA/ MST/ MPA	1	RS
2009	AMIGREAL/ CPT	1	AL
	CONTAG/ MST	1	PR
	CUT/ MAST/ MLST/ MST da Base/ FERAESP/ FETRAF/ CONTAG	2	SP
	CUT/ FETRAF	1	MS
	CUT/ MAST/ MLST/ MST da Base/ MTST/ FERAESP/ FETRAF/ CONTAG	45	SP
	FERAESP/ CUT	1	SP
	LCP/ MTL	1	AL
	LCP/ MLST	1	AL
	MLT/ CPT	1	AL
	MST da Base/ MAST/ CUT/ MTST/ UNITERRA/ MLST/ FERAESP/ FETRAF/ CONTAG	2	SP
	MST da Base/ MTST	1	SP
	MST/ FETRAF	1	PA
	MST/ FETRAF/ CUT	1	SP
	MST/ MATR	1	GO
	MST/ MLST/ MMC/CPT	1	AL
	MST/ QUILOMBOLAS	4	MG
	MTL/ CPT	1	AL
	MTL/ MLST	1	AL
	VIA CAMPESINA/ GERAZEIROS	2	MG
2010	CPT/ MLST	2	AL
	CUT/ FETRAF	3	SP
	MCP/ MST	1	CE
	MLT/ MST da Base	1	SP
	MST/ CONTAG	1	CE
	MST/ VIA CAMPESINA	1	MG
	QUILOMBOLAS/ VIA CAMPESINA	1	MG
2011	MAB/MST	1	SC
	MST da Base/UNITERRA/MAST/MTST/MLST/CUT/CONTAG/FERAESP	5	SP
	MST/MPRA/MLST/MTL/MLT/MTST	1	MG
2012	CPT/CONTAG	1	PA
	MATR/MST	1	DF
	MLST/MST/MTL	1	AL
	MST da Base/CUT	3	SP
	MST da Base/MAST	2	SP
	MST da Base/N.I-STR*	4	SP
	QUILOMBOLAS/VIA CAMPESINA	1	MG

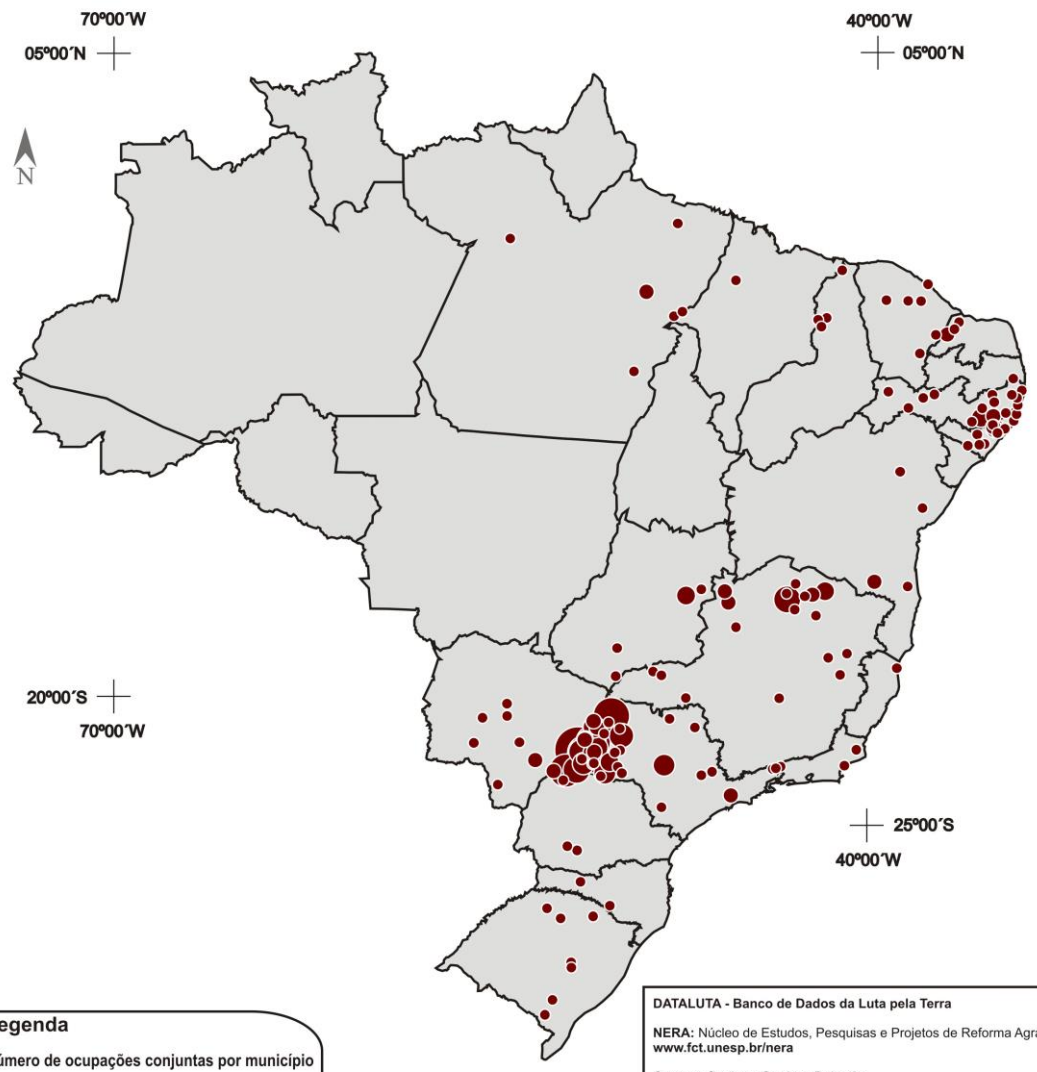
*Não foi identificado qual Sindicato dos Trabalhadores Rurais, mas na nossa metodologia deixamos como N.I.

Fonte: DATALUTA, 2013. Org. DALPERIO, L. C

Observa-se no quadro 2, que em todos os anos do período estudado ocorreram ocupações de terras com mais de um movimento por ação. Ocorreu uma diversidade de movimentos socioterritoriais que atuaram em ocupações conjuntas como: Federações, Comissão, Confederação etc. Nem sempre esses movimentos têm os objetivos semelhantes, mas o principal objetivo é o mesmo, a conquista da terra.

Para melhor compreendermos as atuações dos movimentos socioterritoriais em ocupações conjuntas no período estudado, elaboramos dois mapas (mapas 5 e 6). Eles mostram a espacialização dessas ações, ou seja, das ocupações conjuntas e das famílias participantes. Observa-se que as ocupações conjuntas ocorreram em todas as macrorregiões brasileiras e estão concentradas no oeste do estado de São Paulo e na divisa entre os estados de Pernambuco e Alagoas.

Mapa 5 - Brasil - Geografia das Ocupações de Terra - 2000-2012
Número de Ocupações Conjuntas Realizadas pelos Movimentos Socioterritoriais



Legenda

Número de ocupações conjuntas por município

18
9
5
3
2
1

Escala Gráfica

0 250 500 750 km

DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra

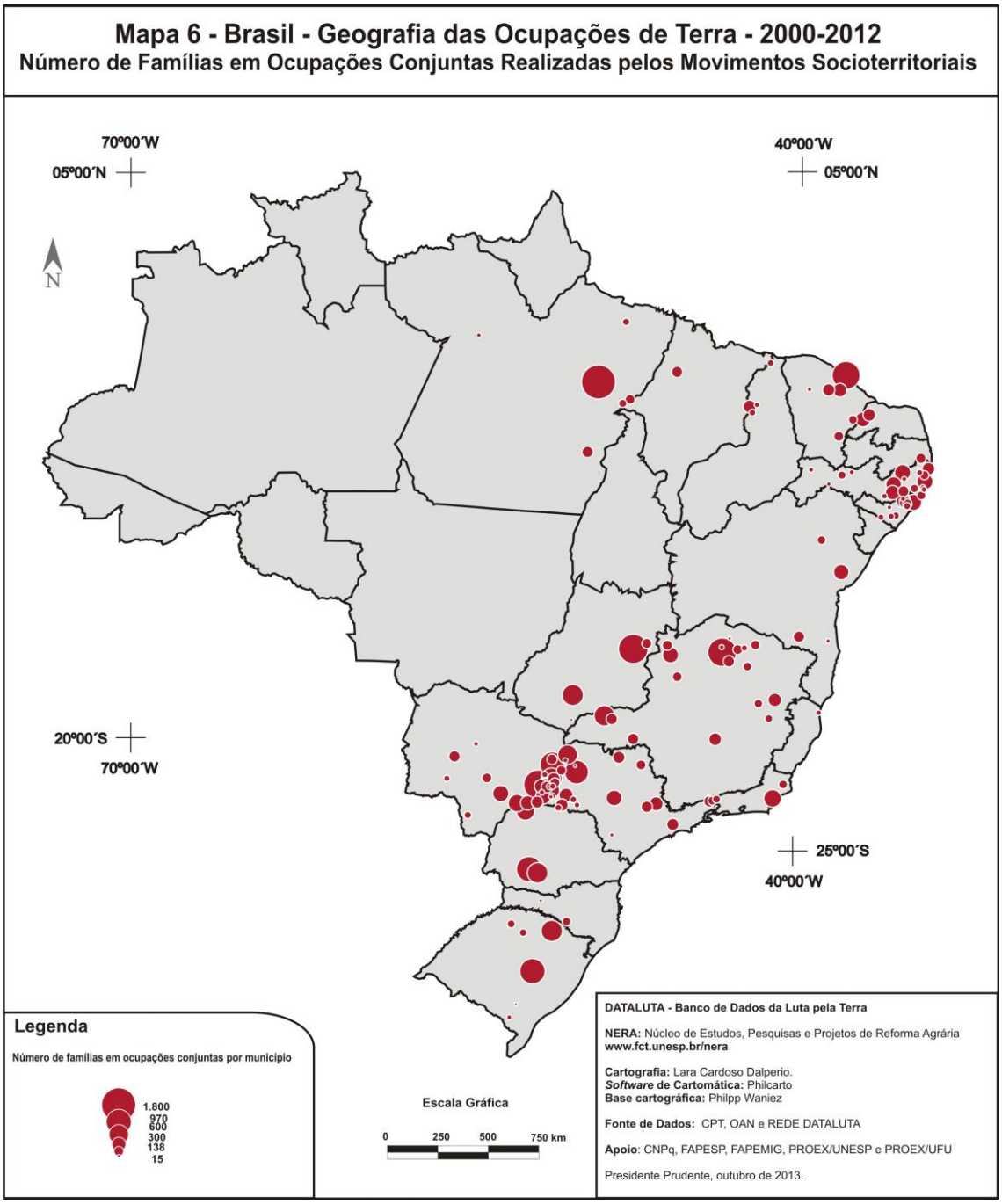
NERA: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
www.fct.unesp.br/nera

Cartografia: Lara Cardoso Dalperio.
***Software* de Cartomática:** Philcarto
Base cartográfica: Philpp Waniez

Fonte de Dados: CPT, OAN e REDE DATALUTA

Apoio: CNPq, FAPESP, FAPEMIG, PROEX/UNESP e PROEX/UFU

Presidente Prudente, outubro de 2013.



Como citado, no território brasileiro, ocorreram 270 ocupações de terras realizadas por mais de um movimento socioterritorial por ação, tendo a participação de 34.344 famílias. Essas ações foram realizadas em diversos estados (mapas 5 e 6). A partir dos mapas 5 e 6 podemos observar que na região Norte do país não ocorreram atuações conjuntas intensas dos movimentos socioterritoriais, sendo registradas apenas ações no estado do Pará,

contabilizando sete com a participação de 2.362 famílias. Dentre estas ações podemos citar: Fazenda João do Óculos, Fazenda Água Azul II, Fazenda Maguari, Fazenda Espírito Santo nos anos de 2006, 2007, 2009 e 2012. Os movimentos socioterritoriais que atuaram neste estado são: MST, CONTAG, FETRAF e CPT (DATALUTA, 2013).

Na região Nordeste, as atuações ocorreram mais intensamente se comparada as outras regiões (mapas 5 e 6). Ou seja, esta região é a segunda maior em número de ocupações de terras conjuntas, perdendo apenas para a região Sudeste. Historicamente esta região Nordeste sempre foi alvo de conflitos fundiários desde a época da colonização brasileira até os dias atuais. Atualmente na região temos o agronegócio da fruticultura, modelo de desenvolvimento que contrapõe o modelo do campesinato. Foram registrados pelo DATALUTA a atuação de 8.366 famílias em 56 ocupações conjuntas com os movimentos socioterritoriais: AMIGREAL, CETA, CONTAG, CPT, FETRAF, LCP, MST, MAB, MLT, MLST, MTL, MMC, MCP, OLC, QUILOMBOLAS e RACAA-SUL. Estas ações ocorreram em várias fazendas, engenhos e usinas, por exemplo, a Fazenda São João, Fazenda Lajinha, Usina Itapetingui, Usina Bittinga, Engenho Bosque e Engenho Serra Verde. No período do estudo, apenas em 2011 não ocorreu ocupação conjunta na região. Cabe destacar os estados de Pernambuco com 20 ocupações conjuntas e 2.635 famílias e Alagoas registrando 15 e 1.580 famílias (DATALUTA, 2013).

Na região Centro-Oeste observamos que não ocorreram atuações dos movimentos no estado do Mato Grosso, mas cabe destacar o Mato Grosso do Sul com oito ocupações de terras conjuntas (57% do total), com a participação de 924 famílias (mapas 5 e 6). Foram registradas 14 ocupações conjuntas com a participação de 3.149 famílias nos anos 2000, 2001, 2003, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009 e 2012. Essas ações ocorrem em diversas fazendas, dentre elas: Fazenda Sálvia, Fazenda Macaco, Fazenda Santa Mônica e Fazenda Disco. Os movimentos socioterritoriais que participaram dessas ações foram: CPT, CUT, CONTAG, FETRAF, MST, MPA, MTA, MTD, MTL, MATR e OTC (DATALUTA, 2013).

Conforme os mapas 5 e 6, a região Sul do Brasil apresenta uma espacialidade nas ocupações e famílias mais esparsa. Foram registradas as ações de 13 ocupações de terras com 4.305 famílias participantes nos anos 2003, 2004, 2005, 2007, 2008, 2009 e 2011. Essas atuações foram realizadas pelos movimentos socioterritoriais CONTAG, CUT, MST, MTB, MAB, MAST, MPA, MMA e VIA CAMPESINA. Em relação à localidade destas ações podemos citar a Fazenda Bela Vista, Fazenda Campo Real e Fazenda Agropecuária Sazão. O

estado do Rio Grande do Sul apresenta o maior número de atuações nesta região, contabilizando sete ocupações conjuntas com 1.945 famílias (DATALUTA, 2013).

A região Sudeste concentra o maior número de ocupações conjuntas e famílias participantes em todo o território brasileiro (mapas 5 e 6). De acordo com o DATALUTA (2013), a região apresentou 180 ocupações com a participação de 15.426 em todos os anos do período estudado. Essas ações ocorreram através dos movimentos: ASTST, CUT, CONTAG, CPT, CONAQ, CTV, CAA, FETRAF, FERAESP, GERAZEIROS, MTL, MLT, MSST, MTB, MST, MLST, MAST, MBUQT, MPA, MPRA, MTST, MTRSTB, MTST, MST da Base, LCP, OTC, QUILOMBOLAS, UNITERRA e VIA CAMPESINA. Dentre as fazendas ocupadas, podemos citar: Fazenda Nova Esperança, Fazenda Iaras I, Fazenda Iaras II, Fazenda Nossa Senhora Aparecida, Fazenda Palmares, Fazenda Guarani, Fazenda Estância São Pedro, Fazenda Santa Maria e Fazenda Santo Antônio. Nesta região, cabe destacar o estado de São Paulo que registra o maior número de ocupações conjuntas, com 146 e 10.603 famílias participantes. Podemos relacionar este fato com o histórico de grilagem e o avanço do agronegócio da cana-de-açúcar. O segundo estado dessa região em maior número de ocupações é Minas Gerais, sendo registradas 28 ocupações em conjunto com outros movimentos socioterritoriais e a participação de 4.491 famílias.

Como foi abordado, os movimentos socioterritoriais atuam em ocupações de terras tanto de forma conjunta como individual. As ocupações conjuntas são ações realizadas entre dois ou mais movimentos socioterritoriais, que contribuem para o fortalecimento da luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil. É através da conflitualidade que os espaços são transformados em territórios pelos movimentos socioterritoriais, no qual ocorre a territorialização, (re) territorialização do campesinato e a desterritorialização do agronegócio, sendo a ocupação de terra um importante instrumento neste processo. Essas ações são compreendidas neste trabalho como a principal forma de acesso à terra no Brasil.

No próximo subcapítulo, apresentamos a ação na forma de manifestação dos movimentos que realizaram ocupações de terras no período estudado. Apresentamos as principais reivindicações, a classificação das manifestações em tipologias e as atuações conjuntas e individuais.

2.2 – As Manifestações do Campo

Além das ocupações realizadas pelos movimentos socioterritoriais no campo brasileiro, temos as manifestações do campo que são consideradas atos políticos, logo, são constituidoras de espaços políticos de protestos e reivindicações garantindo a conquista dos seus direitos (SILVA, A.; FERNANDES, B., 2008). Welch (2005) em seu trabalho já aponta que:

> entre as ferramentas de poder disponível ao povo, a manifestação em massa é uma das mais antigas e tradicionais. É só pensar nas histórias contadas na Bíblia para fazer lembrar as mobilizações dos trabalhadores no tempo de Moisés, os protestos contra o Império Romano e a fuga em massa dos judeus. Durante épocas de carestia na Idade Média, eram comuns as mobilizações espontâneas reivindicando pão. Mais tarde, as pessoas se manifestaram contra a cobrança de impostos considerados injustos e para vários tipos de assistência estatal. (WELCH, 2005, p. 170).

Atualmente as manifestações têm diferentes temáticas e reivindicações e são realizadas tanto pelos movimentos socioterritoriais como socioespaciais. "O povo se mobiliza geralmente quando a ordem predominante parece ser tão desequilibrada, tão contra os interesses da maioria que as pessoas não têm como não sair à rua para protestar e pedir mudanças" (WELCH, 2005, p. 170). Assim, uma das características principais das manifestações é o questionamento da ordem social e política:

> Manifestar é falar, mostrar onde está o erro, onde se deve promover mudanças; manifestar é também se mostrar à sociedade e se engendrar num embate de forças. Quem manifesta reivindica algo, seja para si, seja para o grupo, com o intuito de romper com os interesses particulares e privilegiar o coletivo. (MOURA; VICTOR; CLEPS JR, 2012, p. 3).

Correlacionando com Pereira (2012):

> As políticas públicas sistematizadas revelam o quão dinâmicas podem ser as manifestações, uma vez que os movimentos socioterritoriais não exigem somente políticas públicas relacionadas diretamente à luta pela terra ou a luta pelo desenvolvimento de seus territórios, mas também políticas de outras natureza, como ambientais, de defesa dos povos tradicionais, de respeito aos direitos humanos, contra à fome e à pobreza e questões trabalhistas, que entendemos como atreladas ao desenvolvimento do território camponês. Isso

> revela a posição política dos movimentos em se preocupar com problemas enfrentados pela sociedade em geral (PEREIRA, 2012, p. 77).

Cleps Jr. et al (2008) mostra que para compreendermos as manifestações do campo é importante entender o processo de desigualdade no campo e a hegemonia do latifúndio que resulta nas diversas formas de resistências. Essas resistências são registradas desde a colonização brasileira com os indígenas, os negros, os trabalhadores e imigrantes que reivindicam melhores condições de vida, trabalho e terra:

> As manifestações sociais, neste sentido e principalmente as relacionadas ao campo, representam importantes instrumentos estratégicos de luta, capacidade de articulação e organização dos movimentos sociais, despertando na população e aos órgãos públicos as discussões sobre o contexto social brasileiro e em especial os problemas e dificuldades no campo. A concentração fundiária, falta de políticas públicas para o meio rural, direitos não atendidos, enfim, um conjunto de fatores que exigem dos movimentos sociais expor suas forças de mobilização por meio das manifestações no processo de luta pela terra (MOURA; VICTOR; CLEPS JR, 2012, p. 2).

Indissociável a isso, temos as disputas de modelos de produção no campo brasileiro neste caso o modelo de produção camponesa e o modelo do agronegócio:

> as propostas da agricultura familiar [...] dão prioridade às técnicas de produção sustentáveis, a distribuição de renda, fixação do trabalhador no campo, produção de alimentos e policultura. De outro lado, está o capital internacional, representado por uma minoria de empresas transnacionais que controlam as sementes, os agrotóxicos, o comércio agrícola, as agroindústrias e até mesmo as terras. Essas empresas transnacionais juntamente com os grandes produtores e exportadores do Brasil construíram o modelo do agronegócio que predomina na agricultura brasileira. (MOURA; VICTOR; CLEPS JR., 2012, p. 4).

Neste sentido, as manifestações do campo, por mais que sejam realizadas por diferentes movimentos socioterritoriais ou socioespaciais, tem alguns propósitos em comum, como chamar a atenção da população e do poder público para as questões que envolvem o campo brasileiro, como a reforma agrária, melhores condições de infraestrutura nos assentamentos, melhores condições de vida nos acampamentos etc., ou seja, “revelam para a sociedade a condição de exclusão vivida pelos sem terra” (PEDON, 2009, p. 208). Tornando como afirma Motta (2007) um termômetro de conflitos:

> em que estão envolvidos os trabalhadores e trabalhadoras do campo brasileiro, do descaso da Justiça e das autoridades maiores deste País com aqueles que diariamente lutam para que o pão esteja presente na mesa de todos. Por outro lado, elas mostram a vitalidade das populações camponesas e suas organizações que querem ser ouvidas e respeitadas e exigem uma nova ordem no campo (MOTTA, 2007, p. 175).

O conflito é fato presente nas ações dos movimentos contidos através das ocupações de terras e manifestações do campo. As manifestações fazem parte de calendários de lutas de alguns movimentos socioterritoriais como o MST com a Jornada de Luta pela Reforma Agrária, a Jornada Nacional de Lutas, Jornada da Juventude Sem Terra etc. Denunciando a violência no campo, reivindicando melhores condições de vida no campo e a realização da reforma agrária no Brasil. São diversas as temáticas relacionadas às manifestações, como questões relacionadas à água contra a construção de barragens, a privatização da água, os reassentamentos, pelas questões que envolvem a terra reivindicando a reforma agrária, a criação de assentamentos ou desapropriações de terras e pela temática de políticas agrícolas temos as reivindicações por créditos ou negociação de dívidas entre outras temáticas.

Pereira (2012) aponta que:

> ... as manifestações colaboram tanto nas fases dos acampamentos, enquanto espaços de resistência e articulação da luta camponesa, quanto nas ocupações de terras, colaborando, após isso, também na territorialização camponesa materializada nos assentamentos. Consideramos essa complementação da luta pela terra como algo de fundamental importância nas ações de protestos (PEREIRA, 2012, p. 84).

Devido a essa complexidade das manifestações do campo, podemos concluir que elas podem ser realizadas por movimentos socioterritoriais e socioespaciais. Para este subcapítulo, daremos destaque aos movimentos socioterritoriais que são registrados no DATALUTA (2013) por atuações em ocupações de terras, que é o foco central desta pesquisa. De todos os movimentos socioterritoriais registrados pelo nosso banco de dados, 59 tiveram como forma de luta, além das ocupações, as manifestações do campo. O quadro 3 informa detalhadamente esses movimentos socioterritoriais que atuaram neste período e os locais de atuação no Brasil.

Quadro 3 – Brasil – Movimentos Socioterritoriais e Estados onde Atuaram em Manifestações do Campo – 2000-2012			
Nº	**SIGLA**	**NOME DO MOVIMENTO SOCIOTERRITORIAL**	**ESTADOS**
1	**ABUST**	Associação Brasileira do Uso Social da Terra	SP
2	**ACRQ**	Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos	BA, MA, MG, SP
3	**AMIGREAL**	Associação dos moradores das microrregiões do estado de Alagoas	AL
4	**ASA**	Associação Santo Antônio	AL, PB, PE, RN
5	**ATRBV**	Associação dos Trabalhadores Rurais Bela Vista	MG
6	**ATR**	Associações de Trabalhadores Rurais	AC, AM, BA, MA, MG, MT, PA, PB, PE, PI, RO
7	**CAA**	Centro de Agricultura Alternativa	MG
8	**CAR**	Central dos Assentados de Roraima	RR
9	**CETA**	Coordenação Estadual de Trabalhadores Assentados	BA, MA, MG, SP
10	**CLST**	Caminho de Libertação dos Sem Terra	MG
11	**CONAQ**	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombo	DF, ES, RJ, SE
12	**CONLUTAS**	Coordenação Nacional de Lutas	MG,PE, RJ, RO, SP
13	**CONTAG**	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura	AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SE, SP, TO
14	**CPT**	Comissão Pastoral da Terra	AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SE, SP, TO
15	**CTV**	Centro Terra Viva	RN
16	**CUT**	Central Única dos Trabalhadores	AC, AL, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SE, SP, TO
17	**FERAESP**	Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo	SP
18	**FETRAF**	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar	BA, CE, DF, GO, MA, MS, MT, PA, PE, PI, PR, RN, RS, SC, SP
19	**FST**	Fórum Social do Triângulo	MG

20	**FUVI**	Famílias Unidas do Vale do Vilhema	MS
21	**LCP**	Liga dos Camponeses Pobres	AL, BA, MG, PA, RO
22	**LOC**	Liga Operária Camponesa	MG, PR, RO
23	**MAB**	Movimento dos Atingidos por Barragens	BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RO, RS, SC, SE, SP, TO
24	**MAST**	Movimento dos Agricultores Sem Terra	DF, PR, SP
25	**MATR**	Movimento de Apoio aos Trabalhadores Rurais	MG, SC
26	**MCC**	Movimento Camponês de Corumbiara	AM, PI, RO
27	**MCP**	Movimento dos Conselhos Populares	CE
28	**MCST**	Movimento dos Carentes Sem Terra	BA
29	**MLST**	Movimento de Libertação dos Sem Terra	AL, BA, DF, GO, MA, MG, PE, PR, RN, SP, TO
30	**MLT**	Movimento de Luta pela Terra	AL, BA, MG, SP
31	**MMA**	Movimento de Mulheres Agricultoras	SC
32	**MMC**	Movimento de Mulheres Camponesas	AC, AL, DF, ES, GO, MA, MG, PA, RR, RS, SC, SP
33	**MOVIMENTOS INDÍGENAS**	Movimentos Indígenas	AC, AL, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PR, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SE, SP, TO
34	**MPA**	Movimento dos Pequenos Agricultores	AC, AL, BA, CE, DF, ES, GO, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RS, SC, SE
35	**MPRA**	Movimento Popular pela Reforma Agrária	MG
36	**MSST**	Movimento Social dos Sem Terra	MT
37	**MST**	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	AL, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SE, SP, TO
38	**MST da Base**	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - da Base	SP
39	**MSTR**	Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais	BA, DF, ES, MG, MT, PB, RS
40	**MT**	Movimento dos Trabalhadores	AL, MT, PE
41	**MTA**	Movimento dos Trabalhadores Assentados	MT
42	**MTAA-MT**	Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados do Mato Grosso	MT
43	**MTB**	Movimento Terra Brasil	PE, SP
44	**MTBST**	Movimento dos Trabalhadores Brasileiros Sem Terra	PE

45	**MTD**	Movimento dos Trabalhadores Desempregados	BA, DF, MG, PA, RJ, RS, SC
46	**MTL**	Movimento Terra, Trabalho e Liberdade	AL, DF, GO, MG. PA, PE, PI, RJ
47	**MTP**	Movimento Terra, Trabalho e Progresso	PE
48	**MTR**	Movimento dos Trabalhadores Rurais	DF, MS, SP
49	**MTST**	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra	MG
50	**MTV**	Movimento Terra Vida	PA
51	**MUT**	Movimento Unidos pela Terra	PR
52	**OI**	Organização Independente	AC, AL, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RS, SC, SP, TO
53	**OLC**	Organização da Luta no Campo	PE
54	**QUILOMBOLAS**	Quilombolas	AL, BA, DF, ES, MA, MG, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RS, SC, SE, SP, TO
55	**TERRA LIVRE**	Movimento Popular do Campo e da Cidade	GO
56	**UAPE**	União dos Agricultores de Pernambuco	PE
57	**UNASFP**	União das Associações de Fundo de Pasto	BA
58	**UNITERRA**	União dos Movimentos Sociais pela Terra	SP
59	**VIA CAMPESINA**	Via Campesina	AC, AL, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RO, RR, RS, SC, SE, SP, TO

Fonte: DATALUTA, 2013. Org. DALPERIO, L. C.

A tabela 3 revela os números de manifestações e de pessoas participantes que esses movimentos socioterritoriais participaram nas macrorregiões do Brasil no período estudado.

Tabela 3 - Brasil - Manifestações do Campo por Macrorregiões - 2000-2012

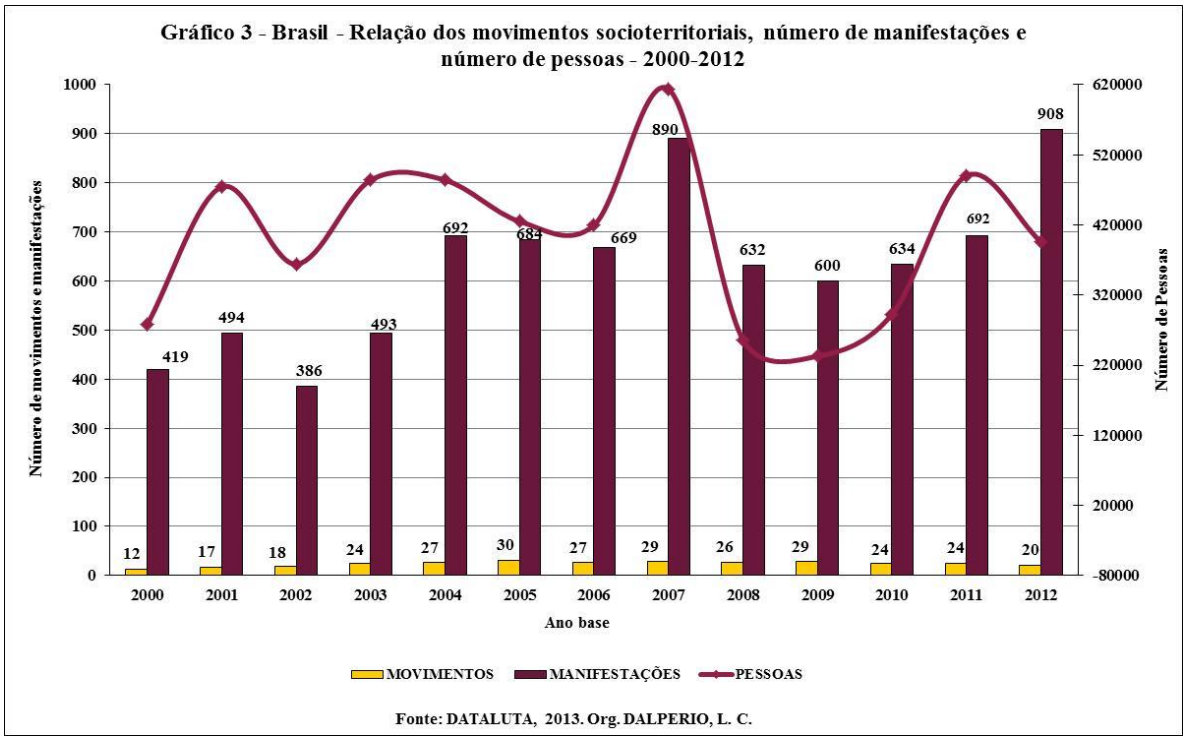
Regiões	**Números**	**Pessoas**
Centro-Oeste	1.273	855.701
Nordeste	2.867	1.862.276
Norte	1.062	530.707
Sudeste	1.285	732.851
Sul	1.700	1.223.002
N.I*	6	6.470
Total	**8.193**	**5.211.007**

Fonte: DATALUTA, 2013. Org. DALPERIO. L. C

*Não informado a região da manifestação.

No DATALUTA (2013) registramos 8.194 manifestações do campo tanto conjuntas como individuais, com a participação de 5.211.307 pessoas no período de 2000 à 2012 (tabela 3). Essas ações tiveram diferentes temáticas, mas podemos destacar: as reivindicações por políticas agrícolas, pelas questões ambientais, pela terra, pela água, trabalhistas e quilombolas, contra os diversos tipos de violências, por melhoria na qualidade de infraestrutura, saúde, ensino, condições de produção nos assentamentos etc.

Podemos observar na tabela 3, que a região onde ocorreu o maior número de manifestações foi o Nordeste com aproximadamente 35%, a região Sul corresponde à segunda região com maior atuação com 1.700 (21%), seguido do Sudeste com 1.285 manifestações (16%) e do Centro-Oeste com 1.273 manifestações (15%) e a região com menor atuação é o Norte com 1.062 (13%). Em relação às movimentos socioterritoriais, os que mais atuaram em manifestações individuais, podemos destacar o MST com 3.659 atuações, a CPT com o registro de 1.014, a CONTAG com 952, os Movimentos Indígenas atuando em 728 manifestações, o MPA com 542 e a Via Campesina com 522 manifestações no território brasileiro. Essas ações ocorreram tanto de forma conjunta como individual. O gráfico 3, aponta ano a ano a relação do número de manifestações, pessoas e movimentos socioterritoriais entre 2000 e 2012.



No ano de criação da Medida Provisória - 2109-52, podemos observar que ocorre a atuação apenas de 12 movimentos socioterritoriais, mas há uma intensificação da luta entre 2001 e 2002 com um número maior de atuação dos movimentos devido à repressão exercida pelo governo de FHC. Entre 2000 e 2002, foram registradas 1.299 manifestações com a participação de 1.116.282 pessoas, reivindicando questões relacionadas à água (seca), direitos humanos, ambiental, terra (políticas agrícolas), indígena e trabalhistas. Sendo realizados jejuns, greves, ocupações em prédio público e privado (gráfico 3).

Nos anos que seguem o governo de Lula, as ações dos movimentos socioterritoriais oscilaram devido a sua conjuntura de apoiar o agronegócio. Foram registradas 5.294 manifestações com a participação de 3.208.344 pessoas. Vale destacar a atuação da CONTA e do MST nessas ações. A maioria das manifestações reivindicavam questões relacionadas à terra, água, políticas agrícolas para a permanência no campo, o assentamento de famílias, créditos, infraestrutura, assistência técnica, reforma agrária, educação, saúde, incentivos a produção camponesa, desapropriações etc. Os anos de maiores atuações foram em 2003 e 2004, podemos relacionar este fato a consolidação do II PNRA criado neste governo. Em relação ao número de movimentos no ano de 2005 obtivemos o maior número evidenciando a

luta pela e na terra dos movimentos socioterritoriais (gráfico 3). Neste sentido, as ações dos movimentos socioterritoriais foram voltadas para a realização da reforma agrária no Brasil, bem como o assentamento dos membros dos movimentos.

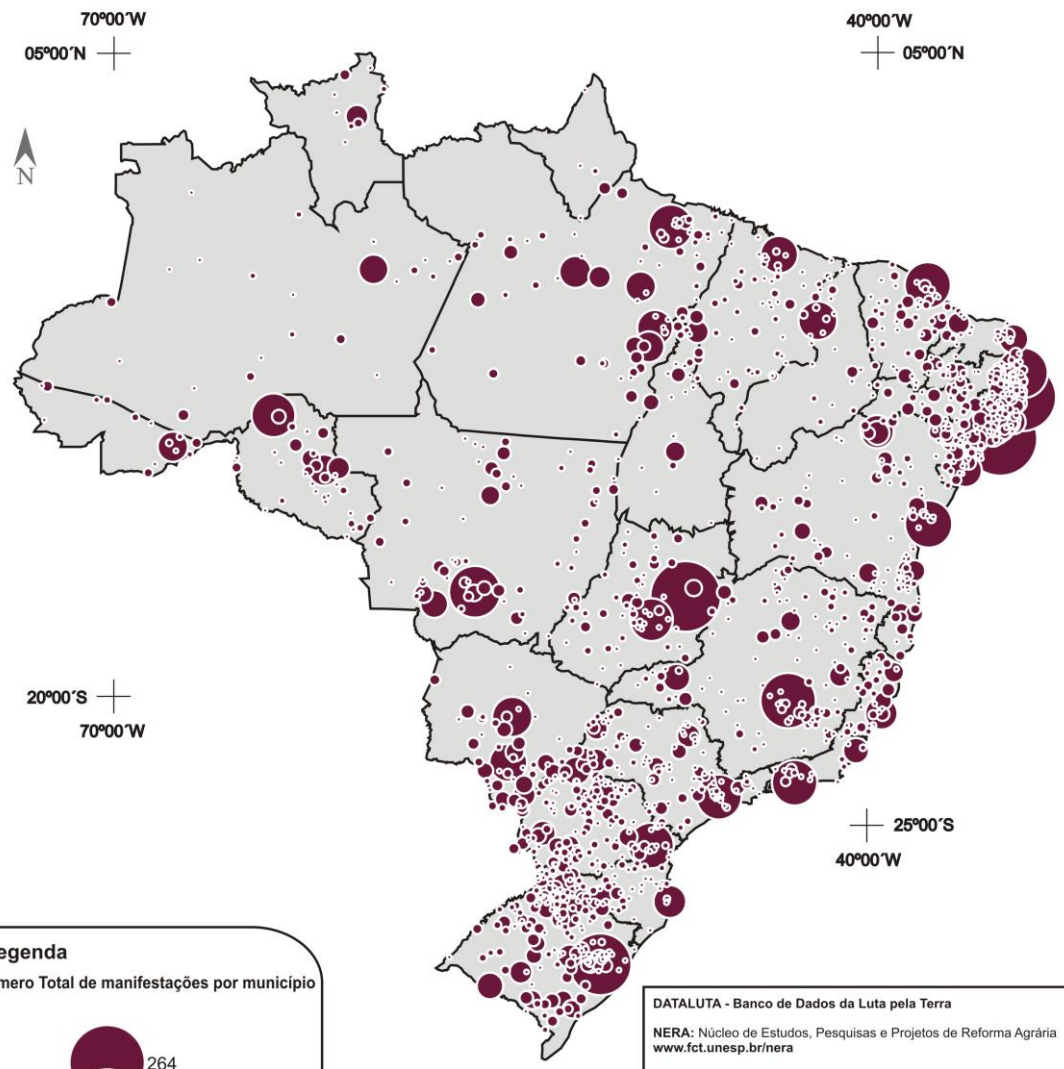
Dilma teve a mesma postura adotada por Lula. Nos seus dois anos de governo, ocorreram 1.600 ações em manifestações com a participação de 886.381 pessoas. Em 2012 ocorre a maior atuação em manifestações no período estudado, totalizando 908 (gráfico 3). Essas ações ocorreram para reivindicar a regularização fundiária, a realização da reforma agrária, demarcação de terras indígenas, contra a implementação de megaprojetos e construção de barragens. Podemos observar que em todo o período estudado, as ações dos movimentos socioterritoriais ocorrem no sentido de enfrentamento contra o modelo de desenvolvimento optado nos três governos, o do agronegócio. Como já apontado, os movimentos socioterritoriais tem um lógica de desenvolvimento diferente, que entra em conflito com o Estado/agronegócio.

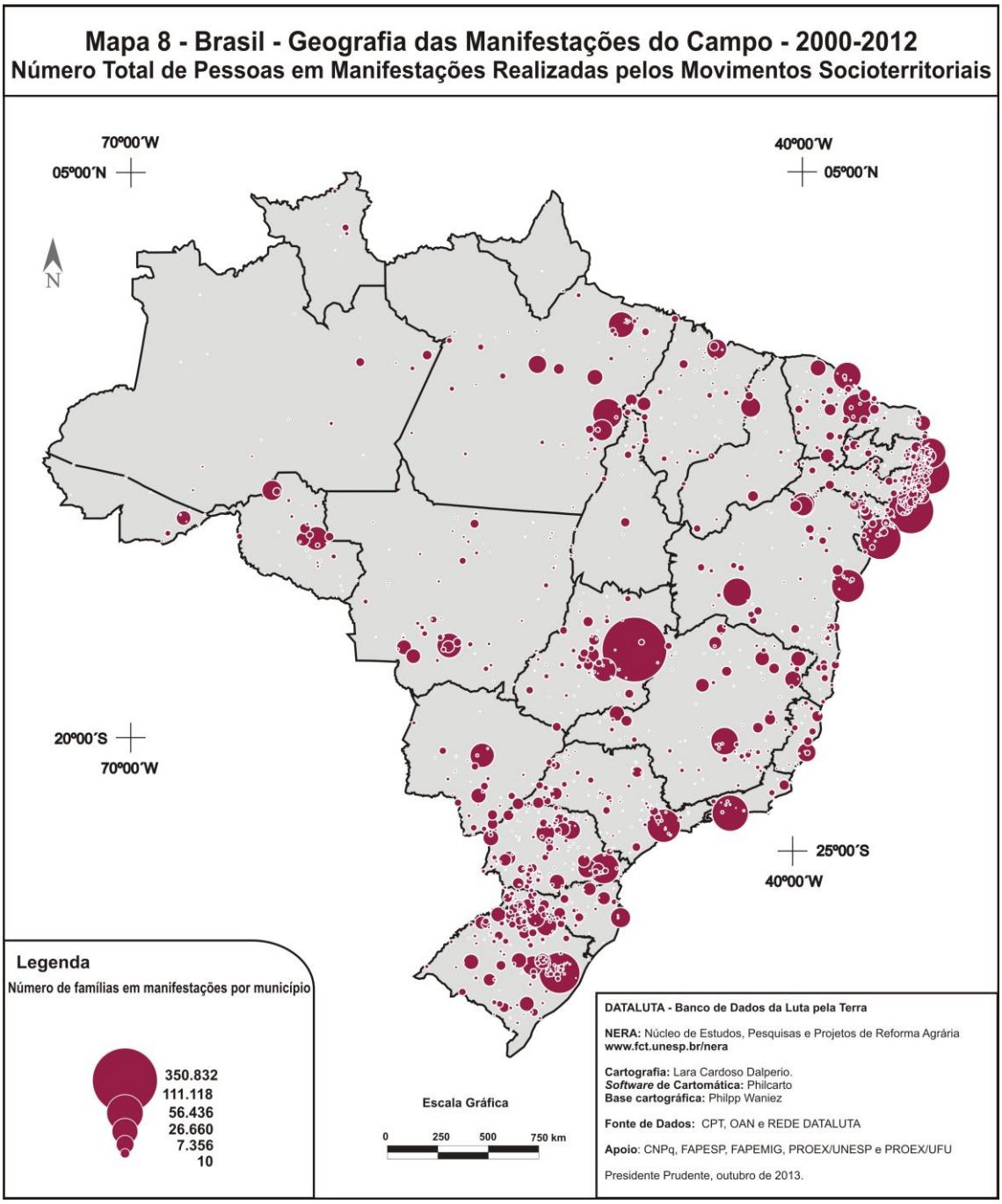
Podemos compreender melhor esses dados a partir da espacialização das manifestações do campo (mapa 7) e pessoas participantes (mapa 8). Welch (2005) em seu estudo aponta:

> No caso das manifestações da questão agrária no Brasil no início do século 21, não tem como negar seu expressivo conteúdo político. Centenas de milhares de pessoas se dispuseram a ir para as ruas a favor da intervenção estatal nas questões sociais, econômicas e políticas da terra. Por isso, os centros de poder político viraram alvo dos manifestantes em cada Estado. (WELCH, 2005, p. 172).

A citação de Welch (2005) é evidenciada através dos mapas 7 e 8 que ocorrem principalmente nos centros de decisões como nas capitais dos estados e principalmente em Brasília,

Mapa 7 - Brasil - Geografia das Manifestações do Campo - 2000-2012
Número Total Manifestações Realizadas pelos Movimentos Socioterritoriais





Na região Nordeste as manifestações do campo se deram, em sua maioria, nos centros de decisões como as capitais dos estados. Essa região é a que obteve o maior registro de manifestações em todo o Brasil, sendo realizadas 2.867 com a participação de 1.862.276 pessoas. As características principais dessas manifestações foram relacionadas às questões ambientais, trabalhistas, indígenas, terra, água, direitos humanos etc. Podemos observar,

através dos mapas 7 e 8, que os estados com maiores atuações são o Alagoas, Bahia e Pernambuco. Em Alagoas foram registradas 650 manifestações e 330.089 pessoas, podemos destacar três atuações com 10.000 pessoas em cada: uma no município de Atalaia em 2003, com a XVI Romaria da Terra e das Águas tendo participado a CPT, MST, MTL e CONTAG; outra em Maragogi na 19ª Romaria da Terra com a CPT em 2006 e por fim, em União dos Palmares com a 15ª Romaria da Terra em 2002. No estado de Pernambuco foram realizadas 644 ações com 323.903 pessoas. A ação com maior número de pessoas, neste estado, ocorreu em 2011 com um ato público pela continuação do movimento socioterritorial ASA, mobilizando 15.000 pessoas na cidade de Petrolina, sendo relacionada aos direitos humanos. Na Bahia contabilizamos 485 manifestações com 344.767 pessoas participantes. Com destaque, para o município de Juazeiro onde ocorreu a maior mobilização de pessoas com a CPT e CONTAG com 15.000, num protesto em defesa do Rio São Francisco em 2001.

Podemos observar que a região Sul é a segunda maior em atuações em manifestações. Essa região tem um aspecto de luta tradicional com marchas, plenárias e gritos com o intuito de comemorar antigas lutas e de reivindicar a reforma agrária e mais atualmente ocorreram novas lutas como assistências para os pequenos agricultores, nas questões relacionadas a créditos etc. (WELCH, 2005). Este fato pode ser evidenciado quando analisamos as manifestações do campo no período estudado, sendo registradas 1.700 com a participação de 1.223.002 pessoas caracterizadas pelas questões indígenas, trabalhistas, quilombolas e pelas águas entre outras. O estado do Paraná teve o maior número de atuações, sendo bem espacializadas. Contabilizamos 877 manifestações com a participação de 606.294 pessoas. A maior mobilização de pessoas ocorreu em Sananduva com 35.000 na Romaria da Terra realizada em 2002, com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a CPT (mapas 7 e 8).

Na região Sudeste, foram realizadas 1.285 manifestações do campo com a participação de 732.851 pessoas. Essas atuações tiveram caráter contestatório e reivindicatório, por exemplo, contra empresas que utilizam a extração de madeira e celulose em áreas irregulares, contra o uso massivo de agrotóxicos, cumprimentos de acordos, demarcações de terras, por reforma agrária etc. E envolvendo questões de saúde, educação, terra, água, direitos humanos, reforma agrária, politicas públicas etc. Cabe destacar o estado de São Paulo com a mobilização de 228.619 pessoas em 493 manifestações. No ano de 2005, ocorreu a maior mobilização de pessoas em uma manifestação com a CONTAG, CUT, MMC,

MST, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e UNE, sendo registradas 30.000 pessoas na Marcha pelo Dia Internacional da Mulher na cidade de São Paulo. Vale ressaltar, que a maior mobilização já registrada em todo o território brasileiro ocorreu nesta região. Foi uma caminhada na cidade do Rio de Janeiro através da Cúpula dos Povos com 80.000 pessoas, tendo como protagonistas os Movimentos Indígenas, Movimento Camponês Popular, Via Campesina em 2012, por questões ambientais e indígenas, pela realização da reforma agrária, por educação e contra a construção de barragens (mapas 7 e 8).

Na região Centro-Oeste, as manifestações tiveram como características reivindicar contra as alterações no Código Florestal, por questões relacionadas aos indígenas, a água, a terra, ao trabalho, ao ambiental etc. Foram registradas nesta região 1.273 manifestações do campo com a participação de 855.701 pessoas, damos destaque para a CONTAG, o MST, a CPT e a FETRAF. Welch (2005) aponta que um dos motivos para o crescimento das manifestações nesta região foi o avanço rápido e agressivo do agronegócio de gado e soja. Esse crescimento ocorreu principalmente nos estados do Mato Grosso do Sul com 378 manifestações e Mato Grosso com 427. Vale destacar, o Distrito Federal que é um dos focos de maiores mobilizações em todo o território brasileiro, com a mobilização de 70.000 pessoas com a 4ª Marcha das Margaridas ocorrida em 2011, para pressionar a presidente Dilma para as questões que envolvem o campo (mapas 7 e 8).

Na região Norte, podemos observar o menor número de ações em manifestações (mapas 7 e 8). Foram registradas a participação de 530.707 pessoas em 1.062 manifestações do campo, por questões relacionadas à água, a terra, a políticas agrícolas e a questão indígena. Podemos destacar a atuação dos movimentos socioterritoriais nos estados do Pará e de Rondônia que juntos contabilizam aproximadamente 73% das manifestações. No Pará foram realizadas 532 com 309.782 pessoas participantes, com destaque para a caminhada em Marabá pela CONTAG por questões que envolvem a terra no ano de 2000. Em Rondônia tivemos a mobilização de 136.688 pessoas em 241 manifestações, com destaque para a Romaria da Terra e da água em Nova União mobilizou 15.000 pessoas com a participação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e da CPT em 2004. As maiores mobilizações de pessoas em manifestações em todo o território brasileiro ocorreram através das romarias tendo como protagonista a CPT.

Diferentemente das ocupações de terras, foram criadas para a análise das manifestações do campo, tipologias de acordo com as características dessas ações. A tabela 4

informa dados referentes às 37 tipologias de todas as manifestações realizadas entre 2000 e 2012. Essas diversas formas de manifestações e espaços expressam os direitos dos movimentos socioterritoriais sejam eles conquistados ou perdidos (SILVA, A.; FERNANDES, B., 2008).

Tabela 4 – Brasil – Tipologias de Manifestações do Campo – 2000-2012

Tipologias	Números
Abraço	1
Acampamento	477
Ação Solidária	2
Arrecadação de Assinaturas	1
Audiência	41
Barqueada	1
Bloqueio	1.731
Cadastramento	1
Caminhada	267
Celebração Religiosa	41
Cerco à Construções	35
Concentração em Espaço Público	1.835
Encontro	7
Formação de Acampamento	4
Greve	1
Greve de Fome	8
Interdições	12
Jejum	22
Manifesto	30
Marcha	348
Mutirão	1
Ocupação de Agência Bancária	232
Ocupação de Prédio Privado	96
Ocupação de Prédio Público	1.592
Ocupação de Prédio Público/Privado	131
Outros	276
Panfletagem	8
Passeata	4
Pedágio	3
Reintegração de Posse	1
Retenção de Veiculo	4
Romaria	163
Saque	33
Temática (água, terra, questões ambientais, indígenas, política agrícola)	616
Tentativa de Ocupação	7

Tentativa de Saque	4
Vigília	70
N.I[15]	87
Total	**8.193**

Fonte: DATALUTA, 2013. Org. DALPERIO. L. C

A tipologia de manifestação abraço é uma ação coletiva/um ato simbólico, sendo registrado apenas um no período estudado. Essa ação teve como protagonista o MAB realizando o abraço no Rio Piranga localizado no município de Ponte Nova em MG no ano de 2010, por questões que envolvem a água. O acampamento é uma forma de pressionar o Governo para que as reivindicações elaboradas pelos movimentos sejam atendidas e alguns são realizados devido à agenda política dos movimentos. Foram realizados 477 acampamentos em várias regiões do Brasil, em diferentes locais como: nas sedes do INCRA, em frente às prefeituras e praças dos municípios, em frente a universidades, em rodovias federais e estaduais, em agências bancárias. Esses acampamentos foram realizados por diversos movimentos socioterritoriais: o MST, a CPT, a CUT, o MTA, a CONTAG, os Quilombolas, Movimentos Indígenas, FETRAF, MTL, MLST, MAB, MPA, OI, LCP etc. (tabela 4).

Foram realizadas duas ações solidárias com a participação do MST em 2010. Essas ações tiveram o intuito de ajudar no Centro de Hemoterapia de Sergipe e o Banco de Leite Humano Marly Sarney ambos em Aracaju (SE). Sobre a tipologia arrecadação de consulta foi registrada uma com a participação dos Movimentos Indígenas em Cuiabá, esta tipologia de manifestação é realizada pelos movimentos para o recolhimento de assinaturas para determinado fim, como exemplo, questões que envolvem a terra e a água (tabela 4).

Sobre a topologia audiências foram registradas 41, tendo como movimentos participantes: ATR, CPT, CONTAG, MLST, MTL, MPRA, MLT, MST, Quilombolas e os Movimentos Indígenas, abordando os mais variados temas como: discutir a especulação imobiliária que atinge áreas de quilombo ou por problemas que os mesmos enfrentam no processo de titulação de terras em Belo Horizonte no estado de Minas Gerais ou a discussão sobre a desapropriação de áreas quilombolas localizadas nos municípios de São João da Ponte, Varzelândia, Verdelândia (no Distrito Federal), depois de doze anos de luta, que estavam na posse de latifundiários. Os indígenas realizaram uma audiência no município de

[15] São manifestações do campo que não tiveram identificação da tipologia.

Guaira no estado do Paraná com a participação de representantes dos órgãos públicos, para identificar as necessidades que os indígenas vêm enfrentando e para criar políticas públicas discutindo a demarcação de terras, a legalização das aldeias e a construção de escolas direcionadas para os indígenas (tabela 4). Neste sentido, a audiência é uma forma dos movimentos socioterritoriais de serem ouvidos pelo poder público e pela sociedade.

A tipologia barqueada é uma forma específica de atuação da OI, sendo registrada apenas uma em 2007 no estado do Recife (PE), pela Preservação dos Rios Capibaribe/Beberibe/Timbó, ou seja, por questões que envolvem a água. O bloqueio é uma tipologia com significativa representatividade assim, "fechar uma via de trânsito e impedir a passagem dos veículos é uma forma eficaz de atingir visibilidade, principalmente porque as poucas horas de bloqueio podem causar consequências como impedir o transporte de produtos, engarrafamentos, etc." (MOURA; VICTOR; CLEPS JR, 2012, p. 8). Em alguns casos os manifestantes liberam a área após a negociação com os representantes.

O DATALUTA (2013) registrou 1.731 bloqueios em vários estados brasileiros, geralmente eles ocorrem em rodovias federais e estaduais como a MT-060, PR-158, AL-220, BR-277, MS-160, GO-070, PA-150 e PA-151, BR-376, BR-153, SP-333, sendo bloqueada a entrada de alguma fazenda, de supermercado do Palácio do planalto etc. Essas ações foram realizadas por questões indígenas, ambientais, quilombolas, por terra, água, políticas públicas, contra injustiças e violências, infraestrutura, saúde educação entre outros. Elas estão ligadas aos calendários de luta dos movimentos, como a Jornada de Luta. Podemos citar como protagonistas dessas ações os movimentos socioterritoriais: CETA, FETRAF, Via Campesina, LCP, MST, ATRBV, MPA, MTR, CUT, MT, CPT, CONTAG, Movimentos Indígenas entre outros (tabela 4). No caso específico dos bloqueios de rodovias "são ações que modificam a dinâmica tanto econômica, quanto política do local ou região, mesmo que por pouco tempo; modificam assim a normalidade do cotidiano, e é esse um dos principais objetivos" (MOURA; VICTOR; CLEPS JR, 2012, p. 8).

Foi registrado um cadastramento realizado pelo MST nos correios do município de Araguaína em TO no ano de 2001, por questões relacionadas à terra. As caminhadas também são significativas se comparadas com outras manifestações do campo. Nesta tipologia foram registradas 267 realizadas com reivindicações relacionadas à educação, terra, justiça, democracia, água, direitos humanos, políticas agrícolas, questões ambientais etc. Dentre os movimentos que atuaram nesta tipologia podemos destacar: MST, ATRBV, MAB, CPT,

FETRAF, MTB, MPA, CONTAG, CUT, Movimentos Indígenas, ATR, OI, MCP etc. A tipologia celebração religiosa foi registrada 41 vezes no período estudado, sendo realizada por diversos motivos como culto ecumênico em quilombos, ato ecumênico, celebração contra impunidade, envolvendo o Caso Dorothy e em memória dos 10 Anos da Morte da Irmã Jandira[16]. Podemos citar alguns movimentos: CPT, CONTAG, MST, Movimentos Indígenas, CETA, MPA e Quilombolas. Vale destacar o papel da Igreja Católica nesta tipologia, com forte apoio nas celebrações (tabela 4).

A tipologia de cerco à construção ocorre principalmente em canteiros de obras de megaprojetos que envolvem a privatização da água no Brasil, como o da Usina de Campos Novos, de Poço Magro, Foz do Chapecó ou mesmo a obras da transposição do Rio São Francisco. Foram registradas 35 atuações reivindicando questões relacionadas aos indígenas, ambientais, infraestruturas, políticas públicas e direitos humanos. Damos destaque para a atuação do MAB, MST, CONTAG, Via Campesina e Movimentos Indígenas. Quando a tipologia da manifestação não é definida a classificamos como concentração em espaço público sendo registradas 1.835 com diversos temas: terra, justiça, água, auxílio técnico e financeiro nos assentamentos, pelos direitos humanos, políticas agrícolas, questões ambientais, questões indígenas e questões trabalhistas etc. Em relação aos movimentos que atuaram nestes atos políticos destacamos o MAST, CPT, MST, CONTAG, MLST, MAB, MCC, Via Campesina, Movimentos Indígenas, MPA, MTD, CUT entre outros (tabela 4).

Foram registradas pelo DATALUTA (2013) sete manifestações identificadas pela tipologia encontro realizadas no estado de Minas Gerais pelos Movimentos Indígenas, MAB, MST, MPA, CPT, ATRBV, MLT, MLST, CPT, Quilombolas etc. Diversos foram os objetivos como: a regularização de terras para comunidades quilombolas, debater sobre as famílias atingidas por minerodutos e casos de violação dos direitos humanos e por questões que envolvem a terra. Algumas dessas manifestações ocorreram de acordo com o calendário de lutas dos movimentos como o 2º Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale e 3º Encontro dos Movimentos Sociais de Minas Gerais (tabela 4).

Em relação à tipologia formação de acampamento foram registradas quatro com os Movimentos Indígenas, MST, MPA, FETRAF, CONTAG nos estados Paraíba, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul todas em 2012 por questões que envolvem à terra. Foi realizada uma greve dos produtores de leite vinculados a CONTAG em Ji-Paraná (RO) em 2008, esta

[16]Foi militante do MST.

greve estava ligada ao preço da produção. Em relação à greve de fome foram contabilizadas oito manifestações ligadas a terra e a água, com participação e apoio de membros do MPA, MST, CPT, MTD, CONTAG (tabela 4). Podemos citar, a greve de fome ocorrida em 2005 por membros da CPT em luta contra a transposição do rio São Francisco e em solidariedade a Dom Cappio[17].

As interdições foram realizadas através de bloqueios, piquetes e paralizações de atividades. Essas ações foram vinculadas aos movimentos: CONTAG, Movimentos Indígenas, MAB, MST, Via Campesina e MPA. Foram registradas pelo DATALUTA (2013) 12 interdições relacionadas à questão trabalhista, indígena, terra, água, políticas agrícolas etc. Em relação a tipologia jejum registramos 22, contra a violência e injustiças no campo brasileiro, por direitos humanos, políticas públicas, infraestrutura, educação etc. Como o 12º Jejum da Solidariedade, Jejum por Reforma Agrária, Jejum contra Criminalização, Jejum em Solidariedade a Dom Luiz Cappio etc. realizados pelos movimentos Cáritas[18], CPT, Quilombolas, MAB, MPA, MST, Via Campesina entre outros (tabela 4).

A tipologia manifesto foi realizada 30 vezes no período estudado. Elas ocorreram por questões que envolvem a terra, água, ambientais, indígenas e trabalhistas. Essas ações foram realizadas por vários movimentos socioterritoriais e socioespaciais: CNBB, Greenpeace, Via Campesina, Movimentos Indígenas, MPA, CPT, MAB, MTL, MST, Quilombolas, CONTAG etc. Podemos citar os manifesto por Fraternidade e Água, Manifesto do Conselho *Aty Guassu* e Manifesto de Pequenos Agricultores. As marchas ocorreram em todas as macrorregiões brasileiras totalizando 348 com a participação de vários movimentos dentre eles: CPT, CONTAG, CUT, FETRAF, MAB, MST, Via Campesina, CUT, MTST, Movimentos Indígenas, MPA e MLST (tabela 4). Elas foram realizadas com o intuito de chamar a atenção da sociedade e do Governo para as questões relacionadas à terra, as políticas agrícolas, aos indígenas e quilombolas, ambientais, denúncias contra os altos índices de agrotóxicos utilizados na agricultura brasileira, para assentar famílias que estão em diversos acampamentos etc.

As ocupações de agências bancárias estão relacionadas à renegociação das dívidas dos agricultores e no financiamento, como por exemplo, para a casa própria no campo. Foram contabilizadas 232 ocupações realizadas pelos movimentos CONTAG, MLST, CPT, MAB,

[17] Dom Cappio é um bispo da Igreja Católica, envolvido nas causas ambientais. Neste caso, ele fez uma greve de fome contra a transposição do rio São Francisco.
[18] Cáritas é um organismo da Igreja Católica.

ATR, MST, MTD, MPA e Via Campesina entre outros. Podemos citar as ocupações do Banco do Nordeste, Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. As ocupações de prédio privado foram realizadas por vários movimentos socioterritoriais e socioespaciais, podemos citar o: MST da Base, MST, Via Campesina, MAB, MPA, CONTAG, FETRAF, MLST, CPT, Via Campesina etc. Foram contabilizadas 96 ocupações que estavam relacionadas à água, terra, ambiental, denúncias por violações trabalhistas etc. Podemos citar a ocupação na Braskem no município de Triunfo no estado do Rio Grande do Sul e no estado de São Paulo na área da empresa Ferroban em Paraguaçu Paulista, na área da Fepasa em Orlândia e na destilaria Guaricanga no município de Presidente Alves (tabela 4).

A tipologia com maiores registros são as ocupações de prédios públicos sendo registradas 1.592 em todas as macrorregiões com a participação de diversos movimentos com destaque para CPT, MLST, MLT, MST, Via Campesina, MST da Base, OI, MTD etc. Essas ações ocorreram em áreas públicas principalmente em locais de decisões como as ocupações na Câmara de Vereadores de Patrocinio em Minas Gerais, ocupações Eletrobrás, prefeituras, INCRA etc. Quando não identificamos se o local da ocupação é público ou privado classificamos as manifestações do campo como ocupação de prédio público/privado sendo realizadas 131 ocupações com a participação da CPT, dos Movimentos Indígenas, dos Quilombolas/, da Via Campesina, do MST, do MAB, da LOC etc. (tabela 4).

A tipologia outros está relacionada a protestos e atos ocorridos no Brasil. Foram contabilizadas 276 com a participação de diferentes movimentos socioterritoriais: OI, Quilombolas, Movimentos Indígenas, MAB, MPA, MST, CONTAG, ATR, MLST, MTL, MPRA, CPT, FETRAF, Via Campesina etc. Podemos citar os: protesto por desapropriação, protesto contra UHE`s no Rio Tijuco, ato público contra UHE Jequitaí e protesto em memória do Massacre Eldorado. A panfletagem é realizada com o intuído de informar a população ou o trabalhador sobre determinados assuntos como os trabalhistas e reivindicações, sendo uma forma de relação direta com a população. Foram oito ações com essa tipologia, tendo participados os movimentos: MAB, CPT, CONTAG e MST, realizando panfletagens sobre impactos ambientais como das mineradoras Ferbasa e Cimpor no estado da Bahia, contra mineroduto da Ferrous no estado de Minas Gerais e contra os agrotóxicos no Mato Grosso. (tabela 4).

A tipologia passeata foi registrada em 2012, contabilizando quatro no Mato Grosso do Sul e Paraná com a presença dos movimentos CONTAG, Movimentos Indígenas, MST,

Via Campesina, CPT e sindicatos. Reivindicavam mais recursos em assentamentos, o sucateamento da assistência de saúde aos indígenas, contra repressões do Estado, contra o uso de agrotóxicos e liberação de processos de aquisição de terras para a reforma agrária. O pedágio é uma das formas dos movimentos socioterritoriais protestarem e/ou reivindicarem em favor dos seus objetivos de luta. Pelo DATALUTA (2013) foram registrados três pedágios: na MS-162, na BR-277 e na BR- 386 ações realizadas pelos movimentos MST, MLST, Via Campesina e Movimentos Sociais. Sobre a tipologia reintegração de posse foram registradas apenas uma no estado do Paraná no município de Corbélia nas margens da BR – 369 com a participação de 388 pessoas ligadas ao MLST em 2012, por questões relacionadas à terra (tabela 4).

Sobre a retenção de veículo, foram registrados quatro com a participação do MST e Movimentos indígenas, foram retidos um ônibus da Empresa Viamento e duas balsas. Essas ações reivindicavam melhores condições de acesso à educação, contra a construção de barragens, por políticas agrícolas etc. A tipologia romaria contabiliza as ações mais expressivas em mobilizações de pessoas, como já apontado. Elas fazem parte do calendário de lutas dos movimentos socioterritoriais e estão ligadas a Igreja Católica. Foram registradas 163 romarias de várias edições como: Romaria da Terra e das Águas, da Romaria dos Mártires da Caminhada, VI Romaria da Floresta, 15ª Romaria/Testemunho dos Mártires, Terra, Água e Dignidade, 12ª Romaria da CEB's ao Caldeirão do Beato José Lourenço entre outras. Vale destacar a participação do movimento socioterritorial CPT, MST, MTL, CONTAG, CETA, MAB, MPA etc. (tabela 4).

Em relação aos saques, são ações com características específicas como os saques por alimentos e saque de leite. Foram realizados 33 tendo como característica questões voltadas ao campo, a seca e trabalhistas. Com a participação e vários movimentos: CUT, CPT, MLST, MST, MTL, OI, MT, MT e Movimentos Indígenas. As manifestações classificadas como temáticas tem como características as questões ambientais, indígenas, quilombolas e trabalhistas, pela luta por reforma agrária, melhores salários, novos equipamentos, contra a corrupção e pela redução da jornada de trabalho sem redução salarial etc. Essa tipologia teve 616 registros em todas as macrorregiões do Brasil com a participação de vários movimentos dentre eles: MST, CPT, MAB, Movimentos Indígenas, CONTAG, FETRAF, Quilombolas, Via Campesina, MPA etc. (tabela 4).

A tipologia de tentativa de ocupação são ações que não foram conseguidas alcançar o objetivo final, como a ocupação de determinada prefeitura ou INCRA. Foram registradas pelo DATALUTA (2013), sete tentativas de ocupação tendo como protagonistas os movimentos socioterritoriais MT, CETA, CPT, MLST, MST e MTL, por questões que envolviam a terra e a água. O mesmo ocorre para a tentativa de saque, sendo registradas quatro com o MT, CPT, OI e MST, por questões trabalhistas e sobre a terra. Podemos citar a tentativa de saque no Supermercado Makro em Maceió e na BR-101 ambas no Alagoas. A última tipologia de manifestação do campo registrada pelo DATALUTA (2013) foi à vigília. São ações que ocorrem para chamar a atenção do poder público e da mídia para as questões que envolvem o campo, como políticas agrícolas, contra injustiça e violência, reforma agrária, titulação de áreas indígenas e quilombolas etc. Foram contabilizadas 70 ações com a participação dos movimentos: CLST, MLST, MLT, MST, MTL, CONTAG, CPT, MPA, Via Campesina, Movimentos Indígenas, FETRAF, Quilombolas etc. (tabela 4).

No período de 2000 a 2012 foram registrados pelo DATALUTA (2013) 116 movimentos socioterritoriais que atuaram em ocupações de terras no Brasil, destes 59 também atuaram em manifestações do campo. A partir da tabela 5, podemos observar que a maioria dos movimentos, atuaram tanto de forma conjunta como individual, seguidos das atuações individuais e por fim somente em conjunto. Os movimentos que realizaram somente manifestações conjuntas são: CAA, CLST, CTV, FERAESP, MATR, MCP, MPRA, MSST, MTV e UNITERRA.

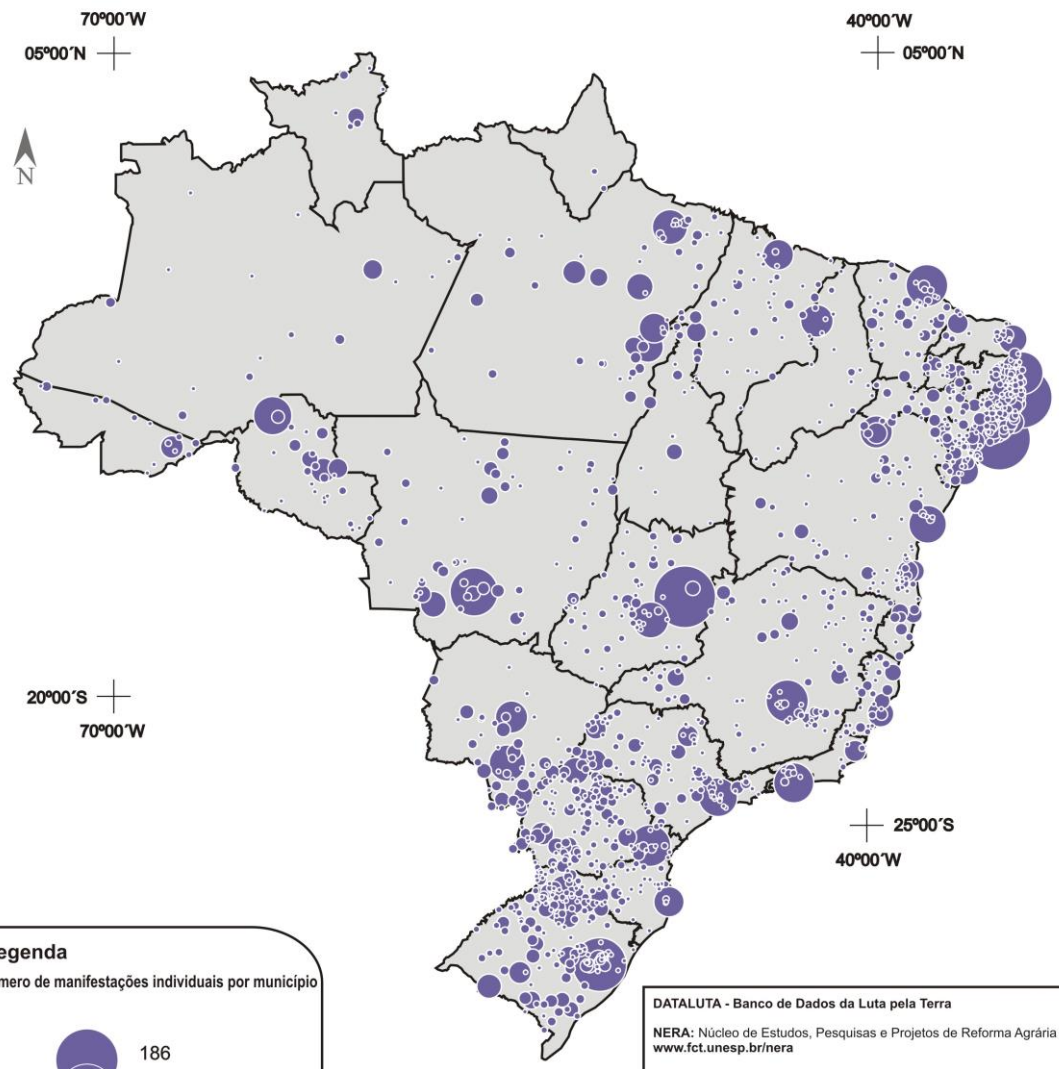
Tabela 5 – Brasil: Formas de ações e números de movimentos socioterritoriais em manifestações– 2000-2012

Formas de Ações	Movimentos
Somente Individual	9
Somente em conjunto	10
Individual e em conjunto	40
Total	59

Fonte: DATALUTA, 2013. Org. DALPERIO, L.C

Para compreendermos melhor estes dados apresentaremos na forma de mapas (9 e 10) as ações dos movimentos socioterritoriais de forma individual pessoas participantes

Mapa 9 - Brasil - Geografia das Manifestações do Campo - 2000-2012
Número de Manifestações Individuais Realizadas pelos Movimentos Socioterritoriais



Legenda

Número de manifestações individuais por município

186
140
63
32
14
5

Na contagem das manifestações individuais não entra os N.Is

Escala Gráfica

0 250 500 750 km

DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra

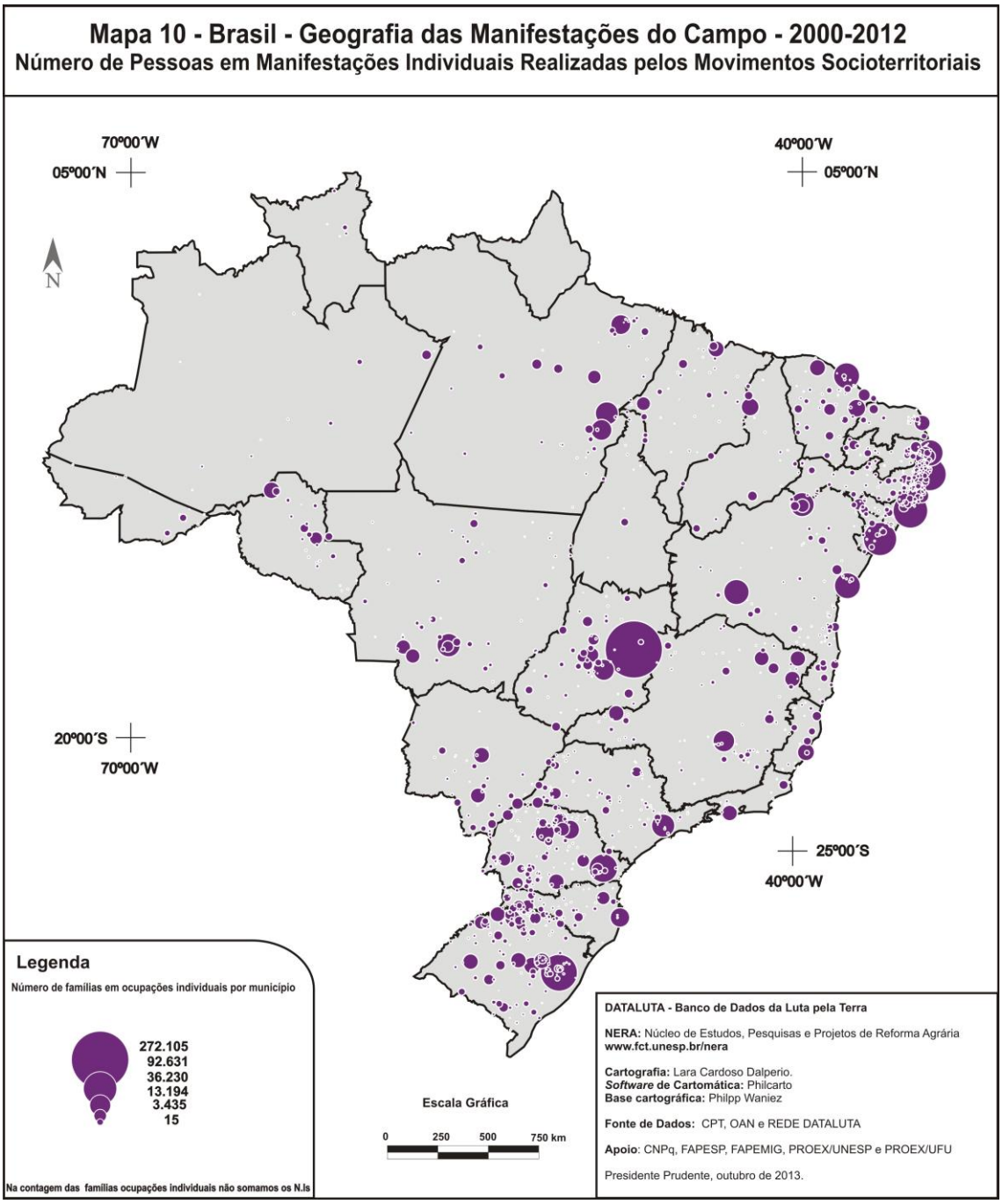
NERA: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
www.fct.unesp.br/nera

Cartografia: Lara Cardoso Dalperio.
***Software* de Cartomática:** Philcarto
Base cartográfica: Philpp Waniez

Fonte de Dados: CPT, OAN e REDE DATALUTA

Apoio: CNPq, FAPESP, FAPEMIG, PROEX/UNESP e PROEX/UFU

Presidente Prudente, outubro de 2013.



As ações individuais representam aproximadamente 76% do número de manifestações, que corresponde a 6.238 ações com a participação de 3.612.600 pessoas. A região Nordeste apresenta os maiores índices de manifestações na forma individual, concentradas em áreas litorâneas dos estados. Foram registradas 2.208 manifestações ligadas a ASA, ATR, CETA, CONTAG, CUT, MLST, MST, MPA, UNASFP, UAPE, Quilombolas,

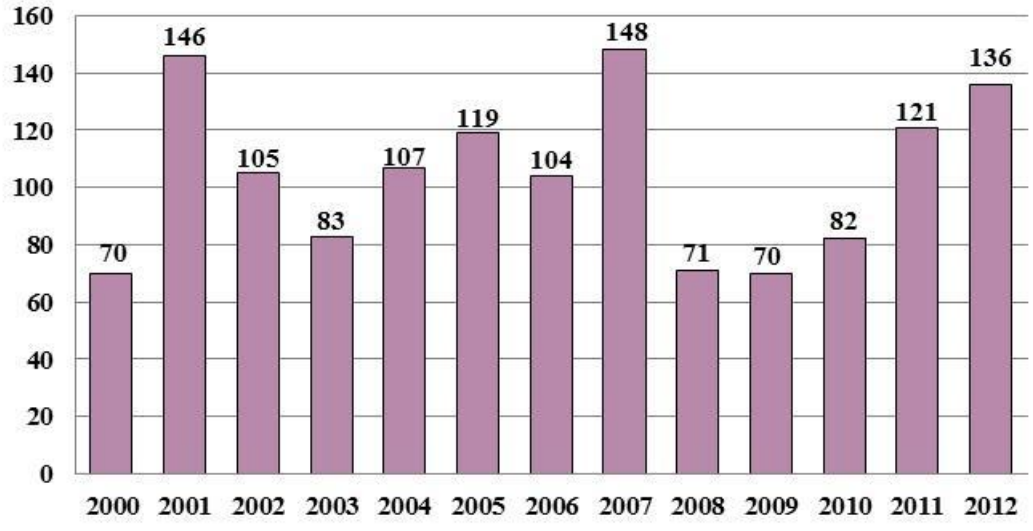
Via Campesina etc. Reivindicavam por direitos humanos, contra a injustiça e a violência e pela realização da Reforma Agrária (mapas 9 e 10).

A região Sudeste apresenta 944 manifestações com a participação de 417.792 pessoas ligadas ao MST, Movimentos Indígenas, CONAQ, CONTAF, MPA etc. Elas ocorreram para questionar e reivindicar questões ligadas a terra, cumprimento de acordos, demarcação de área indígena, direitos trabalhistas entre outras. A região Sul, apresenta as manifestações bem espacializadas nos estados que as compõem. Foram registradas pelo DATALUTA (2013), 1.393 ações mobilizando 919.778 pessoas. Podemos destacar as atuações no Rio Grande do Sul, com a mobilização de 445.658 pessoas. As ações nesta região estavam ligadas a CONTAG, CPT, Quilombolas, MST, Via Campesina, OI, MLST, Movimentos Indígenas etc. Por questões relacionadas à terra, educação, reforma agrária, água, questões ambientais entre outras (mapas 9 e 10).

Na região Centro-Oeste, podemos observar através dos mapas 9 e 10, que a espacialização se dá em todos os estados, sendo contabilizados 986 manifestações com 661.569 pessoas ligadas ao MST, CONTAG, MAB, FETRAF, Movimentos Indígenas, MPA, MSTR, MTA, MTAA-MT, MTR, Quilombolas, OI, Terra Livre, Via Campesina etc. Ações que reivindicavam questões relacionadas a terra, aos indígenas, quilombolas, ambientais entre outros. A região Norte teve os menores registros de atuações, podemos observar que elas ocorrem bem espalhadas em todos os estados. Foram registradas pelo DATALUTA (2013), a mobilização de 295.521 pessoas em 704 manifestações. Com destaque para a atuação do MST, CONTAG, OI, CUT e Movimentos Indígenas. Essas ações ocorreram no sentido de reivindicar questões relacionadas ao campo brasileiro (mapas 9 e 10).

As manifestações conjuntas, ou seja, manifestações realizadas por mais de um movimento socioterritorial, representam a fortificação da luta. Pois, a capacidade de mobilização dos movimentos socioterritoriais é importante no processo de luta. Neste sentido, o gráfico 4, apresenta as ações conjuntas dos movimentos no período estudado.

Gráfico 4 - Brasil – Manifestações Conjuntas– 2000-2012



Fonte: DATALUTA, 2013. Org. DALPERIO, L. C.

No período de 2000 à 2012 foram realizadas 1.362 manifestações conjuntas em todo o território brasileiro. Essas ações oscilaram de acordo com a conjuntura dos três governos como já apresentado. No ano de 2000, cabe destacar, a mobilização de 20.000 em Brasília (DF) na 1ª Marcha das Margaridas com a CONTAG e CUT. Em 2001 damos destaque para o município de Juazeiro com a mobilização de 15.000 ligadas a CPT e CONTAG num protesto em defesa do Rio São Francisco. No ano de 2002, no município de Sananduva (RS) com a Romaria da Terra com 35.000 ligada a CNBB e a CPT.

Em 2003, no município de Guaíra (PR) com a XVIII Romaria da Terra mobilizando 20.000 com a participação dos movimentos socioterritoriais e espaciais CPT, Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, MAB, MPA e MST. Em 2004 ocorreram três romarias mobilizando 15.000 pessoas cada uma com os movimentos Cáritas, CIMI, CNBB, CPT, Fórum das Pastorais Sociais, Instituto Marista de Solidariedade, Serviço Franciscano de Justiça e Paz e Via Campesina nos estados de MG, RO e RS. Em 2005, com a Marcha pelo Dia Internacional da Mulher na cidade de São Paulo mobilizando 30.000 pessoas ligadas a CONTAG, CUT, MMC, MST, OAB e UNE.

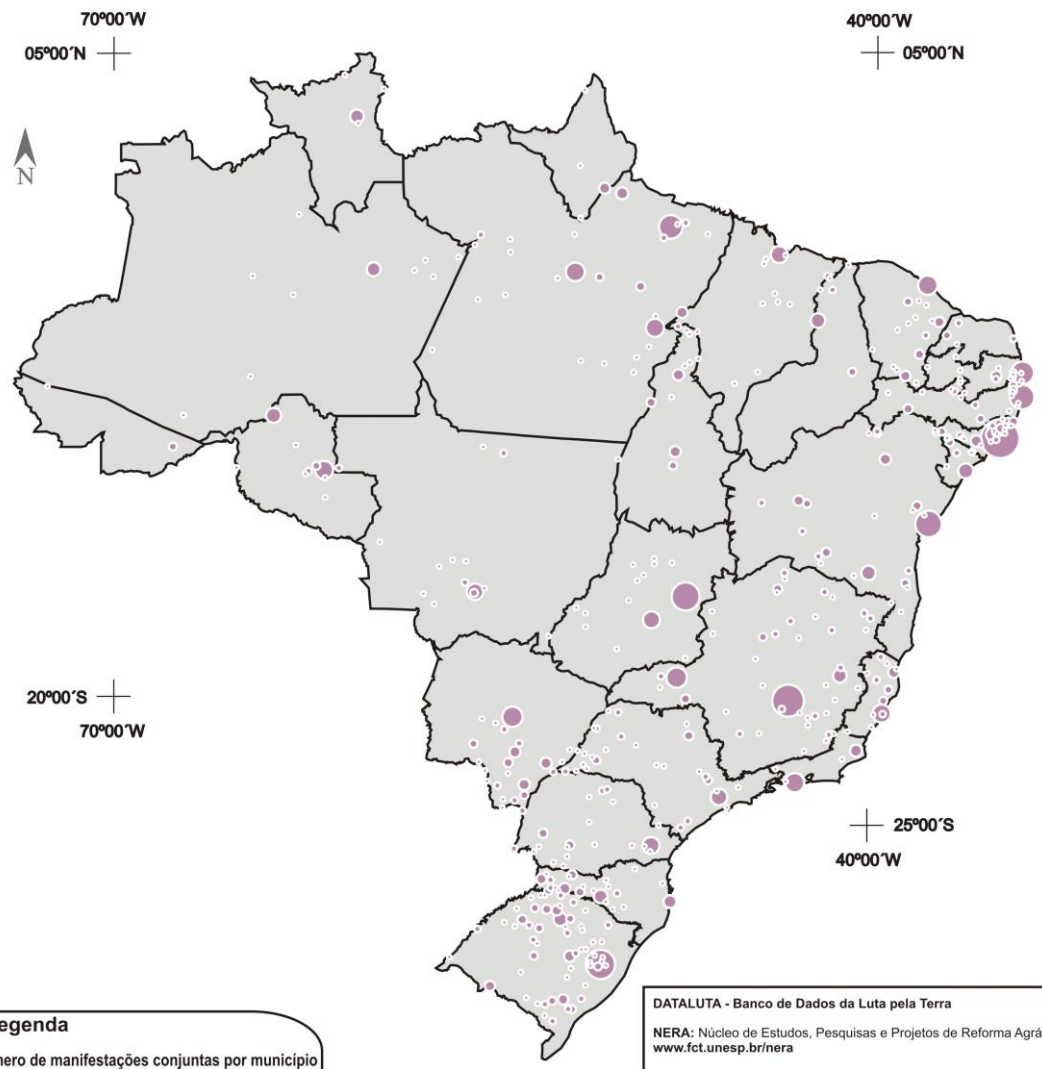
Já no ano de 2006, a maior mobilização foi em Aracaju (SE), com a marcha no Dia do Trabalhador e da Trabalhadora Rural com 14.000 pessoas ligadas ao MAB, MPA, MST e

um STR não identificado. Em 2007, com a Romaria do Padre Cícero em defesa do rio São Francisco com a mobilização em 45.000 pessoas da CPT, FEAB, MAB, MPA, MST, Pastoral da Juventude do Meio Popular e CONTAG, na cidade de Juazeiro do Norte (CE). Em 2008, ocorreu outra romaria a 12ª Romaria das Águas e da Terra em Belo Oriente (MG), mobilizando 10.000 pessoas ligadas as Cáritas e CPT.

Em 2009 no município de Pindaí (BA), teve a maior mobilização de pessoas contabilizando 5.000, numa ocupação de prédio privado com a CPT, MAB e CONTAG. Em 2010, ocorreram duas romarias e uma ocupação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) em Alagoas, Minas Gerais e Pará respectivamente contabilizando cada uma 5.000 pessoas ligadas a Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), CPT, Cáritas, CIMI, Movimentos Indígenas e Movimento Xingu Vivo. Já em 2011, a mobilização foi de 20.000 pessoas ligadas ao Movimento Camponês Popular e MST, contra Privatizações. E por fim, temos em 2012 a caminhada na cidade do Rio de Janeiro, na Cúpula dos Povos com 80.000 pessoas ligadas aos Movimentos Indígenas, Movimento Camponês Popular, Via Campesina.

Os mapas 11 e 12, representam a espacialização das manifestações do campo realizadas em conjunto com outros movimentos socioterritoriais. Podemos observar o número de manifestações conjuntas é bem menor se comparado com as manifestações individuais.

Mapa 11 - Brasil - Geografia das Manifestações do Campo - 2000-2012
Número de Manifestações Conjuntas Realizadas pelos Movimentos Socioterritoriais



Legenda

Número de manifestações conjuntas por município

72
38
25
11
4
1

Escala Gráfica

0 250 500 750 km

DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra

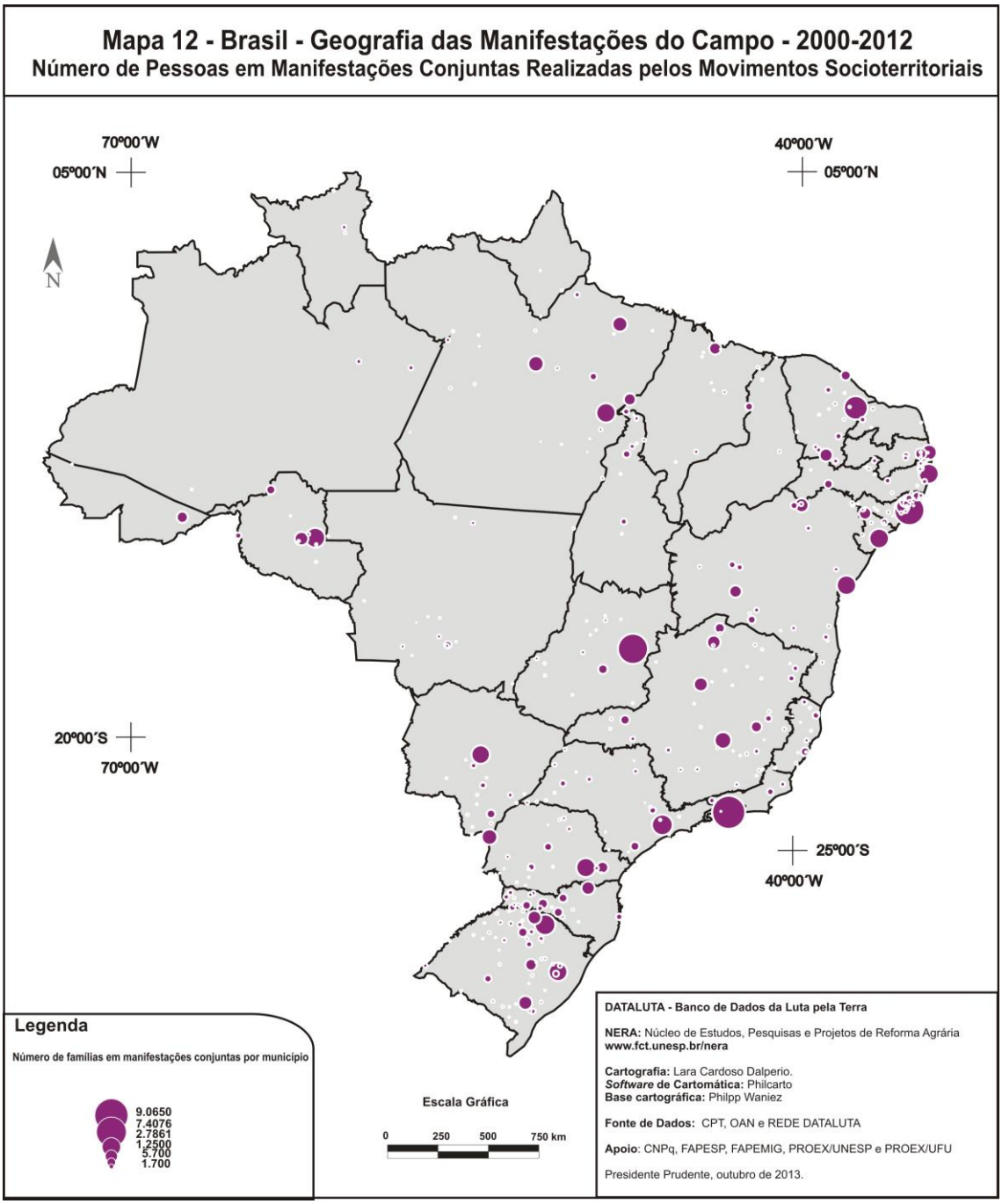
NERA: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
www.fct.unesp.br/nera

Cartografia: Lara Cardoso Dalperio.
***Software* de Cartomática:** Philcarto
Base cartográfica: Philpp Waniez

Fonte de Dados: CPT, OAN e REDE DATALUTA

Apoio: CNPq, FAPESP, FAPEMIG, PROEX/UNESP e PROEX/UFU

Presidente Prudente, outubro de 2013.



Podemos observar, a partir dos mapas 11 e 12, que a região Nordeste teve a maior atuação. Foram registradas a mobilização de 468.138 em 464 manifestações, reivindicando questões relacionadas à terra, como contra injustiças, violências, por reforma agrária, créditos, infraestrutura, políticas agrícolas, incentivos a pequena produção. Também foram relacionadas às questões ambientais e aos direitos humanos. Em relação às ações dos

movimentos socioterritoriais podemos citar: CPT, FEAB, MAB, MPA, MST, CONTAG, Cáritas, Movimentos Indígenas, MTL, MLST etc. A região Sul é a segunda maior em ações conjuntas através das manifestações. Sendo registradas 256 ações com a participação de 293.759 pessoas ligadas aos movimentos CPT, MAB, MST, CUT, UNE, MPA, FETRAF, Movimentos Indígenas, Via Campesina, CUT etc. O intuito maior dessas ações foi reivindicar questões relacionadas à terra, ambientais, educação, água entre outras.

A terceira região com maior atuação conjunta é o Sudeste, contabilizando 266 manifestações com a participação de 285.033 pessoas reivindicando questões relacionadas ao campo brasileiro, como a titulação de áreas quilombolas, pela realização da reforma agrária, contra violência entre outras. Em relação aos movimentos socioterritoriais, podemos citar os CPT, Movimentos Indígenas, MPA, MST, CUT, CONTAG, MAB, MMC, Via Campesina e Quilombolas. A região Norte nas formas de manifestações tanto individuais como gerais, tiveram o menor número de registro. Mas, no caso das manifestações conjuntas, esta região ficou em quarto lugar, com 208 ações mobilizando 189.501 pessoas ligadas a vários movimentos socioterritoriais ATR, CPT, CONTAG, Cáritas, CUT, Movimentos Indígenas, MTD, CIMI, MMC, MPA e Via Campesina etc. Essas ações reivindicavam questões relacionadas à terra (mapas 11 e 12).

A região Centro-Oeste, teve os menores índices de manifestações conjuntas. Foram registradas a atuação de 166 com a participação de 168.830 pessoas. Essas ações reivindicavam: direitos humanos, reforma agrária, em defesa da água e do meio ambiente, questão indígena, ambientais, saúde, educação, titulação de área quilombola, regularização fundiária, contra monocultura. Com destaque para os movimentos CONTAG, MPA, MST, MSTR, CPT, CUT, FETRAF, MAB e Terra Livre (mapas 11 e 12).

Observamos que tanto os movimentos socioterritoriais como os socioespaciais realizaram manifestações reivindicando diversos temas. Elas estão bem espacializadas no território brasileiro:

> Percebe-se que as estratégias de luta pela terra são traçadas pela mobilização dos integrantes da maioria dos estados brasileiros, não sendo assim ações pontuais ou concentradas em pontos políticos específicos. É, também, devido a essa pressão por parte das mobilizações, que são possíveis as reuniões entre movimentos e representantes dos governos Estaduais e Federal, pois do contrário dificilmente as pautas reivindicatórias seriam ao menos ouvidas. (MOURA; VICTOR; CLEPS JR, 2012, p. 9).

Assim, “no processo de constituição das mobilizações sociais, a conquista do território é um elemento definidor da identidade dos movimentos socioterritoriais” (PEDON, 2009, p. 187-188).

No próximo capítulo apresentamos as classificações quanto à escala de atuação destes movimentos socioterritoriais baseadas nas ocupações de terras para qualificar as análises dos movimentos. Também tratemos dados referentes às manifestações do campo realizadas por esses movimentos socioterritoriais.

CAPÍTULO 3 – AS ESCALAS DE ATUAÇÃO EM OCUPAÇÕES DE TERRAS DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS – 2000-2012

Neste capítulo apresentamos de forma descritiva os movimentos socioterritoriais nas suas devidas escalas de atuação com base nas ocupações de terras. Mas, como a complexidade de análise de um movimento é grande, também apresentamos dados de manifestações do campo. Julgamos necessário apresentar essa última forma de atuação, pois estudos anteriores apontavam a cessão de alguns movimentos. Ao confrontar com os dados de manifestações vimos que tais movimentos não cessaram, mas pararam de atuar em ocupações. Se compararmos, por exemplo, os movimentos de escala de atuação municipal realizando apenas uma ocupação em um município, com as manifestações realizadas, observamos que em alguns casos o movimento é mais espacializado em manifestações, como é o caso da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades (CONAQ).

Os movimentos socioterritoriais atuaram em diferentes escalas, que são importantes para a análise do território. Castro (1995) aponta para a problemática de ver a questão da escala como apenas geográfica e cartográfica, sendo necessário ultrapassar os limites dessas análises que abordam a complexidades dos fenômenos. A escala deve ser problematizada como uma estratégia para a aproximação com o real, sendo um problema dimensional (inseparabilidade entre tamanho e fenômeno), bem como um problema fenomenal (complexidade do fenômeno e a impossibilidade de aprendê-lo diretamente).

Podemos partir do princípio de que a escala possui quatro campos fundadores: o referente, a percepção, a concepção e a representação:

> Neste sentido, a escala é a escolha de uma forma de dividir o espaço, definindo uma realidade percebida/concebida, é uma forma de dar-lhe uma figuração, uma representação, um ponto de vista que modifica a percepção mesma da natureza deste espaço, e, finalmente, um conjunto de representações coerentes e lógicas que substituem o espaço observado. As escalas, portanto, definem modelos espaciais de totalidades sucessivas e classificadoras e não uma progressão linear de medidas de aproximação sucessivas. (CASTRO, 1995, p. 136).

A realidade é dinâmica, sendo a interescalaridade e multiescalaridade elementos importantes para analisa-las, não reduzindo as escalas apenas recortes lineares. Segundo a

autora, “a escala é, na realidade, à medida que confere visibilidade ao fenômeno. Ela não define, portanto, o nível de análise, nem pode ser confundida com ele, estas são noções independentes conceitual e empiricamente (CASTRO, 1995, p. 123)”. A exemplo, temos a escala municipal dos movimentos, que ao compreendê-la temos que ampliar nossas análises para a nacional e a internacional, com a entrada do agronegócio representado por empresas estrangeiras e brasileiras. Neste sentido, o global influencia no local.

Em teoria, as seleções das escalas podem ser feitas de diversas formas/pontos de vistas possíveis sobre uma realidade percebida ou em projeto. Elas não têm necessariamente os mesmos tamanho/dimensão, mas colocam em foco relações/fenômenos que em outro recorte não seriam possíveis prever (CASTRO, 1995). Concordamos com a autora, ao selecionarmos como definição das nossas escalas as microrregiões do Brasil. Elas variam de tamanho de acordo com os limites territoriais de cada município.

Neste sentido, são as ações dos movimentos em ocupações de terras que definem sua escala, sua espacialização e territorialização, consequências das disputas territoriais. Assim, entendemos o território enquanto totalidade - multidimensionalidade e multiescalaridade. No que diz respeito à multiescalaridade do território, Haesbaert (2006) aponta que:

> Território tem um sentido mais amplo que região, pois envolve as múltiplas formas de apropriação do espaço, nas diversas escalas espaço-temporais. Se antes a territorialidade era vista muito mais como fixação e (relativa) estabilidade, hoje o território também se constrói numa espécie de “mobilidade controlada”, como o território-rede das grandes corporações transnacionais (HAESBAERT, 2006, p. 135).

Ocorre uma superação do pensamento do território enquanto Estado-Nação. O território é entendido como o espaço concreto em que se produzem ou se fixam os processos sociais numa relação de poder:

> De outro modo, a centralidade da noção de poder nos parece presente no pressuposto da multiescalaridade; afinal, pensar na formação de territórios em múltiplas escalas espaciais e temporais e, não apenas, na escala unitária do Estado-nação, pressupõe outra(s) concepção(ões) de poder, que não se reduz(em) ao poder soberano do Estado, mas que possa(m) considerar sua manifestação em toda microfísica social (COELHO NETO, 2013, p. 29).

O autor aponta que as complexas relações de poder entre os diversos sujeitos que operam em múltiplas escalas nos permite analisar a multiescalaridade do território. Essa multiescalaridade é compreendida como as múltiplas escalas que o poder se exerce e manifesta (COELHO NETO, 2013). Essa relação de poder está estritamente ligada à disputa territorial entre o agronegócio, Estado e campesinato que refletem na luta dos movimentos socioterritoriais e nas suas escalas de atuações.

Neste sentido, o "território, como espaço dominado e/ou apropriado, manifesta hoje um sentido multi-escalar e multidimensional que só pode ser devidamente apreendido dentro de uma concepção de multiplicidade, de uma multiterritorialidade" (HAESBAERT, 2005, p. 6.790).

Fernandes (2008) também defende a ideia de dar uma definição mais ampla do território:

> O princípio da multidimensionalidade pode ser considerado como uma propriedade o significado do conceito de território. Este é um grande desafio, porque por mais que se defenda a multidimensionalidade na acepção do conceito de território, as teorias, métodos e práticas a fragmentam. Mas esta fragmentação não ocorre somente na multidimensionalidade dos territórios, acontece também na sua multiescalaridade (FERNANDES, B., 2008, p. 278).

Quando o território é considerado apenas enquanto espaço de governança são ignorados os territórios que existem dentro deste espaço, assim, perde-se a multiescalaridade. Perde-se, porque os territórios estão organizados em diferentes escalas. Podemos relacionar este fato, com as definições de território para os órgãos governamentais e agências multilaterais, em que ele é usado para atender os diferentes interesses, sendo um instrumento para a subordinação das comunidades rurais ao modelo de desenvolvimento do agronegócio (FERNANDES, B., 2008).

É por meio dessas escalas que uma ação política tem desdobramentos, como aponta Pedon (2009):

> A articulação das escalas reconstrói os espaços de ação dos movimentos. As escalas não podem ser tomadas como um simples recorte instrumental e/ou institucional, a partir do qual se seleciona as relações e os processos que envolvem a mobilização. Seu caráter não deve ser unicamente estratégico, relacionado com a prática política legitimada, tal como acontece com os

> sindicatos que se limitam a assumir, como legítimas, as escalas existentes e já dadas. Essas escalas são funcionais e resultam de territorializações impostas pelos grupos dominantes, territorialidades que podem ser desconstruídas no âmbito da conflitualidade. Mais do que articular escalas, é preciso atuar no sentido de construir novas escalas, construir suas próprias territorialidades e destruir as territorialidades que limitam a ação libertadora. (PEDON, 2009, p. 196)

Ao construir novas escalas de atuação, os movimentos vão se fortificando, espacializando e territorializando, articulando-se com outros movimentos, elementos que contribuem para a luta pela/na terra. Para a análise da escala, o território é importante, pois ele "abarca em si a totalidade, o que o torna especial são as relações e processos sociais que são formulados no interior de sua escala, seja local, regional, estadual, nacional ou internacional" (PEDON, 2009, p. 191). Neste sentido, identificamos cinco escalas[19] de atuação baseadas nas ações em ocupações de terras[20], são elas:

- Escala municipal: quando determinado movimento socioterritorial atua em apenas um município de um mesmo estado, mesmo que tenha realizado várias atuações;
- Escala microrregional: quando determinado movimento socioterritorial atua em mais de um município de uma mesma microrregião dentro de um estado;
- Escala estadual: quando determinado movimento atua em vários municípios de diferentes regiões microrregiões de um mesmo estado;
- Escala macrorregional: quando determinado movimento atua em mais de um estado, logo, em diferentes microrregiões do país;
- Escala nacional: quando determinado movimento atua em todas as macrorregiões do Brasil.

Bernardo M. Fernandes (1999), em sua tese de doutorado, aponta que os movimentos de escala de atuação menores, que realizam ocupações geralmente de forma individual, têm sua base territorial limitada:

[19] Os municípios, microrregiões e macrorregiões foram baseados de acordo com o IBGE. Para tal classificação usamos como referencial as microrregiões. Essa metodologia nos trouxe alguns limites/fragilidades quanto às atuações dos movimentos em microrregiões próximas, sendo classificadas em estadual.

[20] As manifestações têm escalas diferentes, mas como o objetivo do trabalho é analisar os movimentos socioterritoriais que realizaram ocupações de terras, tivemos como critério para definir as escalas de atuação esta forma de ação.

> Os movimentos sociais isolados são aqueles que se organizam em um município ou um pequeno conjunto de municípios, para efetivar uma ocupação. Esses movimentos recebem apoios de uma ou mais paróquias, por meio ou não das pastorais, de sindicatos, de partidos etc. Todavia, sua base territorial está limitada pela ação do movimento. Superando essa condição, pode vir a ser um movimento territorializado, organizando ações para além de sua base territorial de origem ou se vincular a uma organização territorializada [...] Sem a superação de sua circunstância, os movimentos isolados se extinguem. A perspectiva da territorialização está relacionada com sua forma de organização sóciopolítica. Quando esses movimentos são resultados de interesses imediatos da comunidade, defendidos por lideranças personalistas, que criam relações de dependência, a tendência é o esgotamento do movimento (FERNANDES, B., 1999, p. 276-277).

Os movimentos socioterritoriais que realizam ocupações de terras nas formas tanto conjunta como indidual geralmente correspodem aos movimentos de escalas maiores de atuação, como nacional e macrorregional, pois sua articulação de luta é bem espacializada no terrtório brasileiro. Podemos relacionar este fato aos movimentos serem os mais antigos na luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil. Um exemplo de movimento que luta de forma individual/conjunta é a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que através das filiações com Federações e Sindicatos espacializam suas lutas e se territorializam. O mesmo vale para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Os movimentos socioterritoriais superam os seus limites de atuações, realizando ocupações em escalas maiores obtendo vários objetivos de luta além da conquista da terra, como a obtenção de créditos agricolas. Concordamos com Bernardo M. Fernandes:

> Quando os movimentos contemplam objetivos mais amplos, que não seja apenas resolver o próprio problema, mas inserir-se no processo de luta, e as lideranças promovem espaços de socialização política, para a formação de novas lideranças e experiências, a tendência é de desenvolvimento da forma de organização, espacialização e territorialização. Dessa forma, amiúde, trabalham não somente com o próprio problema, mas carregam a dimensão da luta pela terra, organizando novos grupos de famílias, inaugurando novos lugares, espacializando e territorializando o movimento e a luta. Todo movimento socioterritorial nasce de um ou mais movimentos sociais isolados (FERNANDES, B., 1999, p. 277).

Diante deste contexto, as escalas de atuação dos movimentos socioterritoriais vão definir sua territorialização/espacialização no campo brasileiro, sendo uma determinante para sua existência e/ou cessão.

A seguir, apresentamos as cinco escalas de atuações em ocupações de terras identificadas e as ações na forma de manifestação para podermos compreender a complexidade das ações dos movimentos socioterritoriais.

3.1 – Escala Municipal

A primeira escala de análise é a municipal. Classificamos um movimento dentro dessa escala se ele atou em ocupações de terras em apenas um município. Mesmo que o movimento realize várias ocupações de terras em um único município, ele é classificado nesta escala.

Como citado, no período de 2000 a 2012 foram registradas as atuações de 116 movimentos socioterritoriais que realizaram ocupações de terras em todo o Brasil. Dentre eles, 63 atuaram na escala municipal (quadro 4). Suas atuações na forma de ocupações de terras se deram tanto na forma individual como em conjunto, sendo contabilizadas 64 ocupações de terras individuais com 7.476 famílias participantes. O quadro 4 mostra detalhadamente as ocupações de terras dos respectivos movimentos dessa escala.

Quadro 4 – Brasil – Movimentos Socioterritoriais da Escala Municipal, Ocupações e Famílias Participantes – 2000-2012

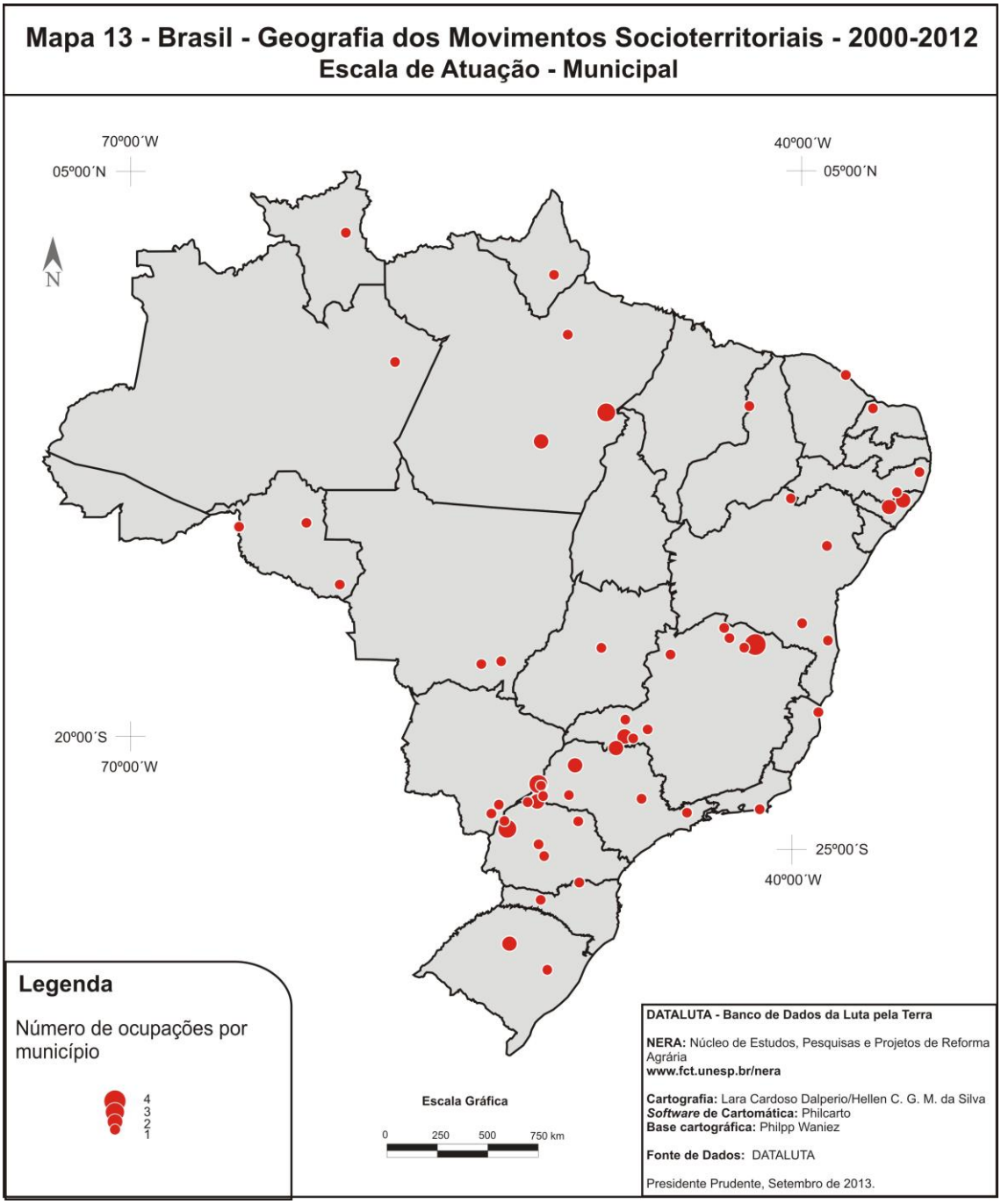
	Siglas dos Movimentos	Ocupações Individuais	Famílias em Ocupações Individuais	Ocupações Conjuntas[21]
1	ABUST	1	20	0
2	ACUTRMU	1	40	0
3	ADT	1	20	0
4	AMIGREAL	1	40	1
5	AMPA	1	70	0
6	ARST	1	20	0
7	ASA	1	N.I	0
8	ASPARMAB	2	40	0
9	AST	2	144	0
10	ASTECA	1	350	0
11	ASTST	0	0	1
12	ATRBV	1	750	0
13	ATUVA	1	150	0
14	CAR	1	200	0
15	CCL	1	100	0

[21] Esta coluna corresponde às ocupações realizadas pelos movimentos socioterritoriais de forma conjunta, a somatória entre as ações não pode ser feita a partir da contagem geral. Pois, apresentamos os dados de cada ocupação dos movimentos. Neste sentido, por exemplo, o MCR pode ter realizado uma ocupação com o MST e na contagem geral ser registrado uma ocupação para cada. O que desejamos apresentar são as ocupações conjuntas realizadas pelo movimento.

16	CODEVISE	1	100	0
17	CONAQ	0	0	1
18	COOTERRA	1	60	0
19	CTV	0	0	1
20	FATRES	1	300	0
21	FRUTO DA TERRA	1	8	0
22	FST	2	200	0
23	FUVI	1	1.200	0
24	GERAIZEIROS	0	0	2
25	GRUPO XAMBRE	3	72	0
26	LCC	1	74	0
27	MCNT	1	1.000	0
28	MCP	0	0	1
29	MCR	1	50	0
30	MCST	1	1	0
31	MLTRST	1	100	0
32	MLUPT	1	6	0
33	MMA	0	0	1
34	MMC	0	0	1
35	MNF	1	N.I	0
36	MPT	1	2	0
37	MSO	1	N.I	0
38	MSONT	1	8	0
39	MSTA	1	N.I	0
40	MST Independente	2	74	
41	MTBST	1	50	0
42	MTP	1	30	0
43	MTRSTP	1	120	0
44	MTS	1	N.I	0
45	MTSTCB	1	135	0
46	MTTDS	1	50	0
47	MTV	1	25	0
48	MUB	1	N.I	0
49	MUST	1	19	0
50	MUT	1	56	0
51	OITRA	2	302	0
52	OLST	2	180	0
53	RACAA-SUL	0	0	1
54	RC	1	45	0
55	SINPRA	1	50	0
56	STL	1	400	0
57	TUPÃ 3E	2	103	0
58	UFT	1	211	0
59	UNASFP	1	336	0
60	UNIDOS PELA TERRA	1	40	0
61	USST	1	N.I	0
62	UST	1	20	0
63	Vazanteiros em Movimento Povos das Águas e das Terras	1	105	0

	Crescentes			
Fonte: DATALUTA, 2013. Org. DALPERIO, L. C.				

O mapa 13 apresenta as ações desses movimentos socioterritoriais na escala municipal entre 2000 e 2012.



Podemos observar a espacialização das ações na forma de ocupação de terras em todo o território brasileiro, com concentração entre os estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul devido aos seus respectivos históricos com o processo de grilagem, o avanço do agronegócio da cana-de-açúcar, da soja e das pastagens. A Bahia também registra grande parte das ações dos movimentos nesta escala de atuação, perto da região denominada Triângulo Mineiro onde concentra grandes conflitos fundiários. Na região Nordeste, temos ações devido ao enfrentamento com o agronegócio principalmente da fruticultura (mapa 13)

Consideramos nesta escala de atuação, que a principal reivindicação dos movimentos é a conquista do território. Utilizando-se das ocupações e das manifestações para tal conquista. Com o enfrentamento direto do Estado e dos latifundiários/agronegócio nessas ações utilizando-se muitas vezes do uso da violência.

Em relação às origens dos movimentos socioterritoriais a maioria surgiu na década de 2000, podemos relacionar este fato com a postura do governo Lula em dialogar com os movimentos, ao invés do enfrentamento direto através da repressão como evidenciado no governo de FHC. Podemos citar alguns movimentos que surgiram nesta década como: Movimento Unidos pela Terra e Movimento Terra Vida ambos em 2004; o Movimento Unidos Brasil em 2005 e mais atualmente o MST Independente em 2012.

Alguns movimentos surgiram na década de 1980, como o Movimento de Mulheres Agricultoras fundado em 1981 com forte influência da Igreja Católica e alguns movimentos na década de 1990 como a Fundação de Apoio aos/as Trabalhadores/as Rurais e Agricultores/as Familiares da Região do Sisal e Semiárido da Bahia em 1996 e Movimento dos Sem Terra do Amazonas fundada em 1997.

Em relação às características dos movimentos temos em sua maioria associações sendo contabilizadas aproximadamente 13. Temos também movimentos que caracterizam como organização, rede, união, liga, grupo que dão um sentido de coletivo/conjunto em seu nome. Evidenciando que a luta não se faz sozinho e sim por pressão de um conjunto de pessoas configurando movimentos transformando a realidade existente.

A seguir apresentaremos de forma descritiva as informações sistematizadas acerca desses movimentos socioterritoriais. Essa sistematização ocorreu através do cadastro dos movimentos socioterritoriais realizado no NERA, de referências bibliográficas e de pesquisas na mídia impressa e digital.

Começaremos com a Associação Brasileira do Uso Social da Terra (ABUST). Sobre este movimento não foram encontradas informações suficientes sobre o ano de fundação e a historicidade do mesmo. A ABUST luta pela democratização do acesso a terra através das ocupações de terras e manifestações do campo. Sabemos por meio do DATALUTA (2013), que a primeira e única ocupação realizada por este movimento foi em 2010, com a participação de 20 famílias no município de Rio Claro no estado de São Paulo. Esta ação ocorreu na Fazenda Edmundo Navarro de Andrade que contém a Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade (Feena). Segundo notícia publicada no dia 17 de janeiro de 2010 pelo O Estado de São Paulo por José Maria Tomazela: "Os invasores, na maioria dissidente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e procedente de cinco acampamentos da região, montaram barracos na área de aceiro - faixa de proteção contra queimadas - dentro dos limites da propriedade" (TOMAZELA, 2010, p. [1][22]).

Esta floresta era um Horto Florestal, considerado o berço do eucalipto devido à amplitude do banco genético da árvore no Brasil. Com esta ação, o movimento socioterritorial quer que 70% da área, que corresponde a 2.230 hectares, sejam destinados à reforma agrária, a partir da criação de assentamento. A repressão ao movimento ocorreu por meio da Polícia Ambiental evitando que a ação se estendesse para outras áreas (TOMAZELA, 2010). Além desta ocupação, ocorreu uma manifestação individual através da tipologia ocupação de prédio privado, ocorrido na Cerâmica Figueira, também localizada na região da Floresta com a participação de 180 pessoas em 2010 (DATALUTA, 2013).

A Associação Comunidade Unida dos Trabalhadores Rurais (ACUTRMU) foi fundada em 2001. Até o momento da pesquisa não foi possível encontrar informações adicionais sobre este movimento socioterritorial, visto que ele não possui acesso por mídia digital e não encontramos publicações aprofundadas acerca deste movimento. Através do DATALUTA (2013) foi possível sistematizar os dados de ocupações e famílias participantes, sendo realizada apenas uma ocupação com a participação de 40 famílias na Fazenda Leitão localizada no município de Uruana de Minas (MG), no ano de sua fundação. Em relação às manifestações do campo, este movimento não realizou nenhuma.

A Associação em Direito da Terra (ADT) foi fundada em 2004 e segundo Elenira Souza (2009) este "movimento tem como objetivos atuar pelos direitos humanos, contribuindo com a luta de emancipação dos movimentos sociais populares na efetivação dos

[22] Sem identificação no número de páginas.

seus direitos" (SOUZA, Elenira, 2009, p. 99). O movimento atua somente na forma de ocupações de terras, sendo realizada em 2004, uma ocupação com 20 famílias participantes na Fazenda Tomé Pinto no município de Jaraguá em Goiás (DATALUTA, 2013).

A Associação dos Moradores das Microrregiões do Estado de Alagoas (AMIGREAL) foi fundada em 2005. Primeiramente sua luta se deu pelas questões relacionadas à água, mas devido à realidade e as dificuldades encontradas, foram construindo novos objetivos, como a luta pelo território e por condições de vida dignas aos camponeses brasileiros. No DATALUTA (2013) registramos a realização de uma ocupação individual, na Fazenda Salgado com a participação de 40 famílias no estado do Alagoas e outra em conjunto no mesmo estado com a Comissão Pastoral da Terra, com a participação de 35 famílias na Estação Experimental de Pesquisa, ambas em Igaci no ano de 2009. Segundo Fernando Vinicius Andrade (2009), repórter da Gazeta de Alagoas, a ação individual ocorreu para reivindicar hectares pertencentes ao Governo Estadual para fins de reforma agrária. A figura 3 mostra a montagem dos barracos na área ocupada pelo movimento de forma individual.

Em relação às manifestações foi realizada uma de forma individual, através de ocupação de agência bancária, a Caixa Econômica Federal do município de Arapiraca, no estado do Alagoas em 2010 com a participação de 200 pessoas. Esta ação ocorreu para reivindicar políticas agrícolas para os camponeses (DATALUTA, 2013).

Figura 3 – Ocupação Individual AMIGREAL

Fonte: Andrade, 2009.

Segundo o site oficial do movimento, em 2011 este movimento passou a denominar-se Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras do Campo (MTC) e seu lema é "*Organizar, Lutar, Resistir e Produzir*", se identificando como um movimento camponês. Entretanto, o movimento não realizou nenhuma ocupação ou manifestação com este novo nome, por isso, ainda registramos este movimento como AMIGREAL. Para consolidar essa nova denominação, foi realizado nos dias 16 e 17 de abril do mesmo ano o I Congresso, onde reuniu mais de 200 camponeses, participando lideranças políticas, religiosas e de outros movimentos (AMIGREAL, [200?]) Assim, a:

> AMIGREAL assumiu a luta permanente e pressão popular como forma de conquista dos direito, em sua historia é marcada a luta e enfrentamento sendo assim acumulou a experiência e o desejo de avançar não mais enquanto associação mais como movimento camponês em defesa dos povos do campo (AMIGREAL, [200?], p. [1])[23].

A partir desta citação podemos observar o desejo do movimento e a identificação camponesa, partindo da luta e resistência para a construção de novas realidades, elementos que importantes para compreendermos o conceito de movimentos socioterritoriais como abordado anteriormente.

A Associação do Movimento dos Pequenos agricultores (AMPA) foi fundada em 2005 e tem como objetivo central "representar os interesses dos produtores de algodão do Estado de Mato Grosso, promovendo a união, desenvolvimento e fortalecimento do setor e sua inserção sustentada nos Mercados Nacional e Internacional" (SOUZA, Elenira, 2009, p. 99). Tivemos dificuldades em encontrar informações aprofundadas sobre este movimento, pois não foi encontrado nenhum endereço eletrônico referente ao AMPA ou publicações relevantes. Por meio do DATALUTA (2013) podemos verificar o registro de uma ocupação de terras com 70 famílias participantes na Gleba Platon localizada no município de Porto Grande em Amapá, no mesmo ano de sua fundação. Sobre a manifestação do campo não foi registrada nenhuma atuação no período estudado.

[23] Sem data de publicação e sem número de páginas. Trecho extraído na integra do site oficial do movimento. Disponível em: <http://mtcbrasilterra.blogspot.com.br/>. Acesso em: 19 ago. 2013.

A Associação Renovação dos Sem Terra (ARST) foi fundada em 2004 a partir da dissidência com o Movimento dos Agricultores Sem Terra e tem como objetivo de luta a conquista pela terra para poder sobreviver. Até o momento da pesquisa não foi possível encontrar informações adicionais como a história de luta do ARST, por não possuir acesso por mídia digital e não há publicações relevantes sobre este movimento socioterritorial. O ARST realizou uma ocupação de terras com a participação de 20 famílias em 2004 na Fazenda Alvorada no município de Presidente Epitácio, localizado no estado de São Paulo. Ele não realizou nenhuma ocupação de terras conjunta, bem como manifestações do campo (DATALUTA, 2013).

A Associação Santo Antônio (ASA) foi fundada em 2001. Também não foi possível encontrar informações aprofundadas sobre este movimento, dadas às dificuldades de localizar publicações científicas e/ou endereços eletrônicas. A partir do registro do DATALUTA (2013), identificamos que a ASA realizou uma ocupação de terra, mas não foi identificado o número de famílias que participaram desta ação, localizada na Fazenda Grotão I e II no município de Guiratinga no Mato Grosso. Sobre as manifestações, foi realizada uma de forma individual, com a participação de 15.000 pessoas, com a tipologia de concentração em espaço público, no qual foi realizado um ato público pela continuidade da ASA em Petrolina (PE) em 2011. E três manifestações em conjunto no ano de 2011: uma com o MST caracterizando uma marcha "Marcha das Mulheres Camponesas" com a participação de 1.500 pessoas no município de Queimadas na Paraíba, uma com a CPT e o MST no II Encontro Nacional das Sementes com a participação de 150 pessoas em Maceió em Alagoas e outra com o CONTAG tendo como tipologia temática, realizada no "Dia Mundial de Combate à Pobreza e a Violência" em Natal no Rio Grande do Norte no ano de 2007.

Sobre a Associação de Pequenos Produtores Rurais de Marabá (ASPARMAB), tivemos dificuldades em encontrar informações no que tange ao ano de fundação, sua história de luta, parcerias com outros movimentos, objetivos de luta etc. Também não foram encontrados site oficial ou outro tipo de acesso por meio digital, bem como publicações com informações detalhadas do movimento. Por meio do DATALUTA (2013) foi possível registrar informações referentes às ocupações de terras realizadas por este movimento socioterritorial no período estudado. Foram realizadas duas ocupações de terras, uma com o número de famílias não identificadas e outra com 40 em 2009 na Fazenda Santa Rosa no

município de Marabá, no estado do Pará. Este movimento não realizou nenhuma ocupação conjunta e nenhuma manifestação.

A Associação de Sem Terra (AST) foi fundada em 2008 com o objetivo da conquista do território. Até o momento da pesquisa não encontramos informações adicionais sobre este movimento socioterritorial Através do DATALUTA (2013) registramos que o AST realizou duas ocupações de terra com 144 famílias participantes na Fazenda Terra Roxa, município de São Félix do Xingu, localizado no estado do Pará. No que diz respeito à ocupação conjunta, não foi registrado nenhuma no período estudado, bem como manifestações do campo (DATALUTA, 2013).

A Associação Técnica de Cooperação Agrícola (ASTECA) foi criado em 2007 e luta através das ocupações de terras para reivindicar seus direitos, questionar a atual situação fundiária e o modelo de produção. Segundo Ailton Lima, repórter do Jornal A Tribuna[24], o coordenador do movimento é o técnico agrícola Wendel Girotto. O movimento surgiu da necessidade de:

> se criar condições de acelerar o processo de colonização e reforma agrária estagnada pelo INCRA, um grupo de 350 famílias arregimentadas nos diversos bairros da periferia de Rondonópolis resolveu criar uma associação que congregue esses trabalhadores e faça gestões junto ao INCRA/MT, para que acelere os processos de negociação e desaproprie áreas consideradas improdutivas, mas adequadas a assentamento de trabalhadores rurais (LIMA, 2007, p. [1][25]).

Neste sentido, a ASTECA foi criada e têm os objetivos de defender essas famílias e tentar avançar no processo de desapropriação de quatro áreas que corresponde aproximadamente 10 mil hectares no município de Rondonópolis localizado no Mato Grosso, essas áreas já se encontram no processo de desapropriação e segundo o coordenador do movimento essas áreas vão ser ocupadas no devido momento com aceitação do proprietário (LIMA, 2007). A partir desta declaração podemos observar a contradição neste processo, visto que, a ocupação é o enfrentamento direto contra o latifúndio/agronegócio.

Por meio do DATALUTA (2013), podemos concluir que essa intensão do coordenador de continuar na luta para a desapropriação de quatro áreas através das ocupações não ocorreu, pois foi registrada apenas uma ocupação com a participação de 350 famílias na

[24] A notícia tem como fonte o Jornal A Tribuna, mas foi encontrada no site da CONTAG. Foram realizadas buscas na fonte original, sem sucesso, visto que, as notícias arquivadas no site datavam de 2010.
[25] Sem identificação de páginas.

Estância Alcina, no município de Rondonópolis no estado do Mato Grosso em 2007. Segundo Lima (2007) essa área ocupada corresponde a cinco hectares e já está em processo de desapropriação. Em relação às manifestações do campo este movimento não realizou nenhuma.

A Associação dos Sem Terra e Sem Teto (ASTST), fundada em 2007 e é uma articulação dos camponeses sem terras e dos sem teto, que lutam com o objetivo da conquista do território no Brasil. Até o momento da pesquisa não foi possível encontrar informações mais aprofundadas sobre este movimento socioterritorial, porque ele não possui acesso por mídia digital e não há publicações. Este movimento nunca realizou ocupações de terras individuais, sendo registrada uma ocupação em conjunto com o Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra na Fazenda Canadá no município de Jaíba no estado de Minas Gerais no mesmo ano de fundação. Em relação às manifestações do campo não foram registradas atuações (DATALUTA, 2013).

A Associação dos Trabalhadores Rurais Bela Vista (ATRBV), foi registrada no DATALUTA em 2011. Não foram encontradas informações aprofundadas sobre este movimento, devido as dificuldades de encontrar referencias. Segundo Renata Tavares (2011) repórter do Correio de Uberlândia o presidente da associação é Cleiton de Oliveira e o movimento reivindica o direito a reforma agrária. No DATALUTA (2013) registramos que este movimento atou em uma ocupação de terra em 2011, com a participação de 750 famílias em uma área urbana do munícipio de Uberlândia no estado de Minas Gerais. Esta atuação ocorreu para reivindicar uma área no perímetro, que segundo o Movimento, é rural. Em relação à atuação dos policiais, foi constatado que eles agiram de forma violenta na retirada das famílias após a reintegração de posse (TAVARES, 2011). A figura 4 mostra esta ocupação.

Figura 4 – Ocupação da ATRBV em Uberlândia (MG)

Fonte: Correio de Uberlândia, 2011.

Em relação às manifestações foram registradas cinco em 2011 no município de Uberlândia localizado no estado de Minas Gerais. Uma de forma individual com a tipologia de concentração em espaço público, ou seja, na câmara municipal de Uberlândia com a participação de 200 pessoas reivindicando melhores condições de moradia e agilidade no processo de desapropriação da terra ocupada pelo Movimento. Uma Caminhada até a câmara municipal juntamente com o Movimento dos Sem Teto com a participação de 150 pessoas para reivindicar um caminhão pipa. Um bloqueio da BR-050 e uma concentração em espaço público com o MST, tendo participado 300 pessoas em ambas as ações que ocorreram para reivindicar moradia a três mil famílias. E por fim, foi registrado um Encontro na Universidade Federal de Uberlândia com a participação de 400 pessoas, em conjunto com os movimentos MST, MLT, MLST, CPT e com alguns movimentos estudantis, com o objetivo de debater sobre a luta pela terra e reforma agrária, dentro das questões de repressão/criminalização da luta e dos movimentos, o uso do agrotóxico e o questionamento acerca do não cumprimento da função social da terra (DATALUTA, 2013). Todas essas ações em manifestações tiveram ligação com a área ocupada pelo Movimento, conseguindo articular a sua luta e o debate com outros movimentos.

Sobre a Associação dos Trabalhadores Unidos da Vila Aparecida (ATUVA), não foram encontradas informações que pudessem auxiliar no trabalho. Sabemos que este movimento luta pela conquista do território desde 2001 através da ocupação de terra. Foi

registrada uma ocupação contabilizando 150 famílias participantes localizada na Fazenda Alterosa em Irituia no estado do Pará neste mesmo ano. Em relação às manifestações do campo este movimento não realizou nenhuma (DATALUTA, 2013).

A Central dos Assentados de Roraima (CAR) luta pela conquista do território e reivindica melhorias nas questões relacionadas aos grupos indígenas, aos assentados e acampados, luta por créditos agrícolas, pela reforma agrária etc. Em nossas pesquisas não foi encontrado nenhum endereço eletrônico e bibliografias referente ao movimento que pudesse nos auxiliar para informações mais detalhadas sobre o CAR. O movimento realizou apenas uma ocupação com a participação de 200 famílias na Fazenda Caravagio no município de Cantá no estado de Roraima em 2003 (DATALUTA, 2013).

Em relação às manifestações, a CAR atuou em uma de forma individual, ocupando um prédio público, o INCRA em Boa Vista (RR). Quatro manifestações com a CPT em 2005 totalizando 730 pessoas, através das tipologias de marcha contabilizando uma - "Marcha do P.A. Nova Amazônia", um bloqueio na BR-174, um ocupação no prédio do INCRA e uma audiência com o Ouvidor Agrário Nacional, todas essas ações envolviam questões relacionadas à terra. Uma com a CPT e CUT, com a tipologia caminhada "Caminhada pela Recuperação de Estradas" envolvendo 80 pessoas em 2001. Uma com a CPT e CONTAG, com a tipologia concentração em espaço público para o Dia do Trabalhador Rural em Boa Vista (RR) no ano de 2001, não sendo informado o número de pessoas participantes. E outra em Cantá (RR) em 2007, sendo uma marcha intitulada "2ª Marcha em Defesa da Reforma Agrária" com a participação de 600 pessoas juntamente com a CPT, MMC e MST (DATALUTA, 2013).

Sobre o Centro de Cidadania e Liderança (CCL) não foram encontradas informações suficientes, como objetivo de luta e a historicidade devido ao movimento socioterritorial não possuir nenhum acesso por meio digital e/ou publicações com informações relevantes. Através do DATALUTA (2013), registramos que o CCL realizou apenas uma ocupação com a participação de 100 famílias na Fazenda Antinha no município de Perdizes, no estado de Minas Gerais também em 2002. Em números de ocupações conjuntas e manifestação esse movimento não realizou nenhuma (DATALUTA, 2013).

O Comitê de Defesa das Vítimas de Santa Elina (CODEVISE) surgiu após o massacre de Corumbiara (RO) na fazenda Santa Elina, já tratado neste relatório, mas enquanto nome Cômite foi fundado no ano de 2001. Até os dias atuais este movimento vem lutando

para que todas as famílias atingidas pelo massacre sejam assentadas. Resistindo às perseguições políticas sofridas pelos camponeses, a intimidação/violência por parte dos policiais e dos fazendeiros e o descaso do Governo em relação às questões que envolvem suas reivindicações. O CODEVISE tem como forma de luta a ocupação de terra sendo registrada pelo DATALUTA (2013) uma ocupação com a participação de 100 famílias na Fazenda Santa Elina no município de Corumbiara no ano de 2010, a figura 5 mostra essa ocupação. Em relação às manifestações do campo este movimento não realizou nenhuma.

Figura 5: Ocupação CODEVISE

Fonte: CODEVISE e LCP, 2011.

Através das pesquisas por documentos oficiais do Movimento, foram registradas algumas ações em manifestações e ocupações. Segundo o CODEVISE e LCP em 2007 ocorreu um acampamento em Brasília, por 23 dias sendo realizadas várias reuniões com a Comissão de Direitos Humanos, com o Ministro de Direitos Humanos Paulo:

> Vanucci e com o chefe do gabinete civil da presidência Gilberto Carvalho. Na ocasião Lula se negou a receber as vítimas de Corumbiara. Ficou acertado a vinda do ministro Vanucci a Rondônia para reuniões em Palmares do Oeste, Corumbiara e Rio Crespo para tratar diretamente com as vítimas sobre o problema das indenizações e o corte imediato da fazenda Santa Elina. Mas o que ocorreu foi uma reunião em Ji-Paraná com 440 camponeses, entre eles vítimas, parentes e amigos. O ministro Vanucci passou por cima de todas as promessas feitas ao Codevise em Brasília e saiu da reunião de fininho, sem deixar ninguém falar. E empurrou a responsabilidade das indenizações para o governo de Rondônia (CODEVISE; LCP, 2011, p. 2).

Diante desse quadro foi realizado em 2008 uma ocupação na fazenda Santa Elina com a participação de 250 famílias, mesmo obtendo o laudo de improdutiva e dividas devido ao desmatamento ocorreu a reintegração da posse. Depois de alguns meses acampados sendo ameaçados e reprimido por jagunços essas famílias foram retiradas, mas ficaram acampadas na área vizinha do assentamento Adriana, mesmo assim sofreram repressão (ataques) com uso de violência (CODEVISE; LCP, 2011). A figura 6 mostra alguns cartuchos recolhidos pelos camponeses.

Figura 6 – Cartuchos encontrados por camponeses

Fonte: CODEVISE e LCP, 2011.

Em seguida ocorre a ocupação registrada pelo DATALUTA (2013). Atualmente a Fazenda Santa Elina foi desapropriada:

> Hoje uma parte da área está dividida em mais de 250 lotes de 12 alqueires pela mão dos próprios camponeses que vivem e produzem diversos cultivos há quase um ano. Mais de 30 % das terras foram entregues a remanescentes de Santa Elina. Dentro da área já funciona uma escola de 1ª a 4ª série com cerca de 30 alunos. A estrada que hoje é usada como acesso principal foi reformada com o uso de tratores custeados pelos próprios camponeses (CODEVISE; LCP, 2011, p. 2).

A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas (CONAQ) foi fundada em Bom Jesus da Lapa no estado da Bahia um ano depois da realização do I Encontro Nacional de Quilombos, evidenciando o desejo de uma articulação nacional dos quilombolas (CARDOSO; GOMES, 2011). Costa (2008) em seu trabalho aponta os representantes quilombolas que estavam nessa reunião que constituiu a CONAQ:

> Da referida reunião participaram representantes dos quilombos de Frechal/MA, Coordenação Estadual Provisória dos Quilombos Maranhenses (CEQ-MA), Rio das Rãs, Lages dos Negros e Rio de Contas/BA, Conceição das Crioulas e Castainho/PE, Mimbó/PI, Mocambu/SE, Campinho da Independência/RJ, Ivaporunduva/SP, Furnas do Dioniso e Furnas da Boa Sorte/MS, Kalungas/GO e as entidades CCN/MA, SMDH, Grupo de Trabalho e Estudos Zumbi (TEZ/MS), Comissão Pastoral da Terra (CPT/BA), Grupo Cultural Niger Okám-Organização Negra da Bahia, dos Agentes Pastoral Negros (APN's/GO), Grupo Cultural Afro Coisa de Nego/PI, Movimento Negro UnificadoMNU dos Estados da BA, GO, PE, RJ e DF (COSTA, 2008, p. 3).

Com esta articulação se iniciaram as estratégias de luta deste movimento socioterritorial, além da conquista do território, segundo Costa (2008) elas têm como objetivos a terra, garantir a implantação de projetos de desenvolvimento sustentável e de políticas públicas que levem em consideração "a organização pré-existente das comunidades de quilombo, em vários estados brasileiros, tais como o uso comum da terra e dos recursos naturais, em harmonia com o meio ambiente" (COSTA, 2008, p. 5).

Segundo o DATALUTA (2013), a CONAQ no período estudado realizou uma ocupação somente em conjunto com o Movimento dos Pequenos Agricultores e com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, na região da Comunidade Quilombola do Linharinho em Conceição da Barra no estado do Espírito Santo em 2007. E também atuou na forma de manifestações do campo tanto individual como em conjunto, sendo registado cinco manifestações individuais com as tipologias de interdições: uma interdição da produção e transporte de eucalipto/Aracruz com a participação de 450 pessoas em Aracruz (ES), duas temáticas: 1º Quilombinho Nacional com a participação de 100 pessoas e Mobilização Nacional em defesa dos Direitos Quilombolas com número de pessoas não identificado ambas em Brasília (DF) e uma concentração em espaço público: ato em defesa dos direitos quilombolas com a participação de 360 pessoas também em Brasília.

Também foram registradas a atuação da CONAQ, em quatro manifestações conjuntas com a participação de 547 pessoas realizadas através de uma marcha, concentração em espaço público, caminhada e ocupação de prédio público, ligadas aos movimentos socioterritoriais e socioespaciais como a CPT, Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Associação de Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro (Acquilerj), Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do ES Zacimba Gaba (CECQESCZ),

Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos (MNDDH) etc. Essas ações ocorreram anos de 2006, 2007, 2008 e 2011 nos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Sergipe para colocar em debate questões relacionadas à terra, aos direitos humanos, ambientais e titulação de áreas quilombolas (DATALUTA, 2013).

Sobre a Cooperativa dos Lavradores na Luta pela Terra (COOTERRA), não conseguimos até o momento da pesquisa, encontrar informações aprofundadas, como os objetivos de luta, por não possuir acesso por meio digital/impresso. Por meio do DATALUTA (2013), nos informamos que este movimento tem como ano de fundação 2000, realizando apenas uma ocupação com a participação de 60 famílias na Fazenda Laranjeiras no município de Planalto (BA) em 2000. Não realizou ocupações conjuntas com outros movimentos e manifestações do campo.

Sobre o Centro Terra Viva (CTV) até o momento da pesquisa não foi possível encontrar informações aprofundadas sobre este movimento. Segundo o DATALUTA (2013) o CTV realizou uma ocupação de terra na Fazenda Planalto em Teodoro Sampaio no estado de São Paulo no ano de sua fundação em conjunto com outros movimentos: Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), União dos Movimentos Sociais pela Terra (UNITERRA) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no município de Teodoro Sampaio em São Paulo. Registramos a participação em uma manifestação conjunta com o Coopervida, o MPA e a CONTAG realizada através de concentração em espaço público para o Protesto das Trabalhadoras Rurais/Dia da Mulher. Essa ação teve a participação de 200 pessoas em 2006 no estado do Rio Grande do Norte, reivindicando questões relacionadas aos direitos humanos.

A Fundação de Apoio aos/as Trabalhadores/as Rurais e Agricultores/as Familiares da Região do Sisal e Semiárido da Bahia (FATRES) foi fundada em 1996 para apoiar os trabalhadores rurais e os agricultores familiares para a transformação da realidade da região semi-árida do estado da Bahia, numa perspectiva de desenvolvimento rural sustentável (FATRES, [200?]). Segundo o site oficial do movimento:

> FATRES contribui de forma significativa para a melhoria da qualidade de vida de agricultores e agricultoras familiares, com a oferta de assessoria técnica rural e atividades educacionais direcionadas a convivência com a seca e o acesso as políticas públicas de fortalecimento da Agricultura Familiar, através de convênios com os governos estadual e federal e da parceria constante com os 16 sindicatos dos trabalhadores rurais e

> agricultores familiares, a ela filiados, cooperativas e associações (FATRES, [200?], p. [1])[26].

Em sua estrutura organizacional têm-se as secretarias que são voltadas para as ações de projetos em diversas áreas "de juventude, políticas para mulheres, educação e qualificação profissional, formação política, políticas agrícolas e agrárias, meio ambiente, políticas sociais e valorização da melhor idade" (FATRES, [200?]). Este movimento luta também pelo território através das ocupações. Em nosso banco de dados o FATRES realizou uma ocupação de terras com a participação de 300 famílias na Fazenda Mandacaru localizada no município de Santaluz no estado da Bahia em 2008. E nunca realizou uma ocupação conjunta ou manifestação (DATALUTA, 2013).

O movimento socioterritorial Fruto da Terra foi fundado em Florianópolis no estado de Santa Catarina no ano de 2006. Até o momento da pesquisa não foram encontradas informações adicionais sobre este movimento pela dificuldade de encontrarmos notícias que pudessem auxiliar na construção deste trabalho. Através do DATALUTA (2013) sabemos que este movimento realizou uma ocupação com a participação de oito famílias em 2006 no município de Três Barras (SC) e nenhum dado foi registrado sobre ocupações conjuntas e manifestações do campo.

Sobre o Fórum Social do Triângulo (FST) até o momento da nossa pesquisa não foi possível encontrar informações aprofundadas, pois, não encontramos nenhum endereço eletrônico deste movimento ou publicações bibliográficas que nos auxilia-se. Por meio do DATALUTA (2013), sabemos que esse movimento tem como ano de fundação 2005 realizando duas ocupações de terras com a participação de 200 famílias nas fazendas Califórnia e Santa Cruz no município de Veríssimo no estado de Minas Gerais em 2005. Sobre o número de ocupações conjuntas este movimento não realizou nenhuma. Em relação às manifestações do campo foram realizadas cinco de forma individual em 2005 no estado de Minas Gerais através de bloqueio nas localidades: BR-262, BR-365, BR-153, MG-497 e MG-255 e ocupação de prédio privado na Companhia Energética de Minas Gerais tendo como reivindicação questões relacionada à terra.

O movimento socioterritorial denominado Famílias Unidas do Vale do Vilhema (FUVI) tem como ano de fundação 2006. Até o momento de nossa pesquisa não foi possível

[26] Sem data de publicação e sem número de páginas. Parágrafo desenvolvido a partir de informações do site oficial da FATRES. Disponível em: <http://www.fatres.org/ >. Acesso em: 10 jul. 2013.

encontrarmos maiores informações sobre o Movimento, devido à falta de bibliográficas com informações relevantes. Através do DATALUTA (2013) registramos a atuação de uma ocupação de terras com a participação de 1200 famílias na Fazenda da Someco no município de Novo Horizonte do Sul no estado do Mato Grosso do Sul, no mesmo ano de fundação. Segundo a Folha *Online* (2006), o movimento atou no sentido de reivindicar a realização da reforma agrária nesta área que é da empresa Sociedade de Melhoramentos e Colonização e Agropecuária Japema Ltda., que contém 38 mil cabeças de gado e emprega 80 trabalhadores para a pecuária.

Segundo notícia publicada pelo Jornal Dourado *News*[27] (2006), devido a esses fatores, dias depois as famílias foram retiradas do local da ocupação por meio da reintegração de posse assinada pelo juiz César Castilho Marques, justificando que a área era produtiva, deste modo, jamais poderia ser passada para a reforma agrária. O Jornal também ressaltou que essas famílias eram advindas dos municípios de Ivinhema, Deodápolis, Angélica e Novo Horizonte do Sul.

Em relação às manifestações do campo foram realizadas duas no mesmo ano e estado que a ocupação, tendo como temática a terra. Essas duas manifestações estão ligadas a esta ocupação, pois foram realizadas dois bloqueio uma na MS-141 próximo a Fazenda Someco contabilizando 300 pessoas (DATALUTA, 2013).

O ano de fundação do movimento socioterritorial Geraizeiros do Norte de Minas Gerais (GERAIZEIROS), remete de meados das décadas de 1970 e 1980. Seus objetivos de luta são pela conquista do território, reconhecimento de seus territórios tradicionais e pela regularização das terras para uso das comunidades e o lema do movimento é "Raiz que cresce, é o povo que planta![28]" (GERAIZEIROS, [200?]). Sua forma de luta se dá através das ocupações de terras conjuntas nunca tendo realizado uma ocupação individual. Assim, registramos a realização de duas ocupações conjuntas na Com. Geraizeira de Raiz e em Rui Macedo Sapuriti ambas na cidade de Rio Pardo de Minas (MG) com a Via Campesina contabilizando 120 famílias participantes em 2009. Não foram registradas nenhuma atuação na forma de manifestação.

---

[27] Notícia retirada do site do Dourado News. Disponível em: < http://www.douradosnews.com.br/arquivo/justica-manda-sem-terra-deixarem-fazenda-someco-b88213f918a31579e97a627708b9fca6 >. Acesso em: 10 jul. 2013. Segundo o Jornal a notícia foi publicada do pelo Jornal Campo Grande News, mas não encontramos a notícia da fonte original.

[28] Sem ano de publicação. Informações foram retiradas do site do Geraizeiros. Disponível em: < http://geraizeirosdonortedeminas.blogspot.com.br/>. Acesso em: 10 jul. 2013.

O Grupo Xambrê é um movimento que foi fundado em 2003 na cidade de Curitiba no estado do Paraná, por desempregados da região e ex-ilhéus do Parque Nacional de Ilha Grande (SOUZA, Elenira, 2009). Foram difíceis encontrar outras informações a respeito do Grupo Xambre por não possuir acesso por mídia digital/impressa e por não haver publicações relevantes acerca deste movimento, que dessem informações mais aprofundas. Mas, a partir do DATALUTA (2013) registramos que este movimento realizou três ocupações de forma individual com a participação de 72 famílias localizadas na Estação Experimental Lapar (com duas ações) e na Fazenda Santa Isabel ambos no município de Xambrê no estado do Paraná em 2003. Em relação às manifestações do campo este movimento não realizou nenhuma.

A Liga Camponesa Corumbiara (LCC) tem como ano de fundação 2002. Até o momento da pesquisa não encontramos devido à dificuldade de encontrar bibliografias. No DATALUTA (2013), registramos a atuação em uma ocupação de terra com a participação de 74 famílias na Fazenda Gainzá no município de Nova Mamoré no estado de Roraima em 2002. E não foram registradas nenhuma atuação em manifestações do campo.

Sobre o Movimento Conquistando Nossa Terra (MCNT), não foram encontradas informações que pudessem auxiliar na escrita sobre a história deste movimento. O MCNT foi fundado em 2005 e luta pela conquista do território através da ocupação de terra, sendo registrada uma com a participação de 1.000 famílias na Fazenda Jutaituba no município de Portel no estado do Pará no mesmo ano de seu surgimento. Em relação às manifestações do campo este movimento não realizou nenhuma (DATALUTA, 2013).

O Movimento dos Conselhos Populares (MCP) tem como ano de fundação 2004 na cidade de Fortaleza no estado do Ceará. Segundo o site oficial deste movimento, ele luta pela terra, por moradia, por trabalho e pelos direitos dos trabalhadores. Ele tem como centro a construção do Poder Popular por: assembléia popular, economia popular, direito à cidade, comunicação Popular (MCP, [200?][29]). Este movimento socioterritorial, segundo o DATALUTA (2013), realizou uma ocupação em conjunto com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra totalizando 1.200 famílias no Sítio São Jorge localizado no município de Fortaleza no Ceará em 2010. Em relação às manifestações do campo foram contabilizadas duas em conjunto com o MST em 2010 com a ocupação da prefeitura de

[29] Não possui data da publicação exata. Informações retiradas do site oficial do movimento: Disponível em: < http://movimentodosconselhospopulares.blogspot.com.br/>. Acesso em: 10 jul. 2013.

Fortaleza no Ceará caracterizando uma ocupação de prédio púbico com a participação total de 1500 famílias. Essas ações ocorreram para reivindicar questões relacionadas à terra.

O Movimento dos Camponeses de Rondônia (MCR) foi registrado pela primeira vez no DATALUTA no ano de 2012. Até o momento de nossa pesquisa não encontramos nenhum documento que informasse o ano de fundação, sua história, objetivos de luta mais específicos além da conquista do território. O MCR realizou uma ocupação de terra na Fazenda do Nena da Nova Vida com a participação de 50 famílias no município de Theobroma em Rondônia. Em relação às manifestações do campo não foram registradas nenhuma atuação.

O Movimento dos Carentes Sem Terra (MCST) tem como ano de fundação 2002. Vale ressaltar, que até o momento da pesquisa não foi possível encontrar maiores informações sobre este movimento. Por meio do DATALUTA (2013) registramos que o MCST realizou uma ocupação com a participação de uma família na Fazenda Barracão de Zinco no município de Teodoro Sampaio (SP) no mesmo ano de sua fundação. Em relação às manifestações do campo foram realizadas duas no município de Salvador na Bahia, através da tipologia concentração em espaço público por protesto pela reforma agrária, com a participação de 220 pessoas e, uma ocupação de prédio público realizado no INCRA com a participação de 82 pessoas em 2003. Estas ações estavam relacionadas à terra.

O Movimento de Libertação dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MLTRST) tem como ano de fundação 2003, na cidade do Recife localizado no estado do Pernambuco sendo uma dissidência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. O MLTRST não possui site ou outro tipo de acesso por meio digital ou impresso, bem como referências bibliográficas o que dificultou a sistematização de informações mais aprofundadas. Mas, por meio do DATALUTA (2013), este movimento socioterritorial realizou uma ocupação de terra com a participação de 100 famílias na área denominada Engenho Jaboticabal e Canavieiro no município de Glória do Goitá, no estado do Pernambuco também em 2003. Não foram registradas nenhuma atuação nas formas de ocupações conjuntas e nem manifestações do campo.

O Movimento Luta Unida Pela Terra (MLUPT) foi fundado em 2007. Não foi possível encontrar um endereço eletrônico referente a este movimento, bem como livros, dissertações artigos que contassem sua história, objetivos de luta etc. O DATALUTA (2013) registrou informações quantitativas deste movimento. Em números de ocupações de terras o MLUPT realizou apenas uma com a participação de seis famílias em Fazenda Galiléia no

município de Porteirinha localizado no estado de Minas Gerais no mesmo ano de sua fundação e nunca realizou uma ocupação conjunta e manifestações do campo.

O Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) foi fundado em 1981 através das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica e segundo Paulilo (2000) surgiu sob:

> forte influência da ala progressista da Igreja Católica. No meio rural, esta influência foi decisiva para a participação feminina, pois a igreja é um dos poucos lugares públicos que as mulheres sempre frequentaram e são estimuladas a fazê-lo. Com o fortalecimento do Partido dos Trabalhadores (PT), as participantes do MMA começaram a encontrar mais identidade entre suas aspirações e as possibilidades oferecidas por este partido do que junto às propostas da Igreja Católica (PAULILO, 2000, p. 3).

Primeiramente sua luta se deu para organizar as agricultoras para tomar a direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapecó, o que ocorreu em 1982. Teve como intuito serem consideradas como produtoras rurais e não mais "do lar" como era posto, ou seja, os objetivos se relacionavam com as questões trabalhistas, com o direito a assistência e as reivindicações (PAULILO, 2000). Para serem produtoras ou continuarem a serem produtoras é necessário primeiramente o acesso a terra. Deste modo, as ocupações de terras são um meio para a conquista do território e posterior produção. Assim, são atribuídos aos objetivos deste movimento, melhores condições de vida nos assentamentos, igualdade de gênero, a conquista do território etc.

As ações de luta do MMA configuram-se nas manifestações do campo e das ocupações de terras. Sobre as ocupações de terras o MMA nunca realizou uma ocupação individual, apenas uma em conjunto com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e o Movimento dos Atingidos por Barragens com a participação de 20 famílias na Fazenda Três Barras no município Ponte Serrada em Santa Catarina em 2003. Em relação às manifestações este movimento realizou quatro em Santa Catarina, dessas duas foram individuais: concentração em espaço público, um ato diante da prefeitura de Curitibanos pelo Dia Internacional da Mulher em 2003 e uma temática com o 2º Encontro Estadual de Jovens Camponesas em 2004. E duas manifestações conjuntas: uma temática com a Jornada da Luta Camponesa com a participação de 1500 pessoas da CPT, MAB, MST em 2001 e outra caminhada por Reforma Agrária com 700 pessoas com a participação da CPT, MAB e MST em 2003. Essas ações reivindicavam questões relacionadas as políticas agrícolas e a terra.

O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), através de nossas pesquisas foi possível encontrar a história deste movimento pelo seu site oficial. Foi na década de 1980 que se consolidaram diferentes movimentos de mulheres no Brasil, o mesmo ocorreu com o MMC, motivado pela bandeira do Reconhecimento e Valorização das Trabalhadoras Rurais, foram surgindo às lutas com os mais diversos objetivos. Em 1995, foi criada a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais com membros dos Movimentos Autônomos, Comissão Pastoral da Terra, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Pastoral da Juventude Rural, Movimento dos Pequenos Agricultores, Movimento dos Atingidos pelas Barragens e outros Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Com os mais variados tipos de luta, foi a partir do Curso Nacional com a presença de 50 mulheres em 2003, representando os Movimentos Autônomos, que foram debatidos os rumos do movimento concretizado o nome de Movimento de Mulheres Camponesas (MMC, [200?][30]).

Segundo o site oficial do Movimento, ele luta pelo acesso a terra através da Reforma Agrária e por um projeto Popular de Agricultura Camponesa, viabilizando políticas publicas na parte agrícola proporcionando a permanência do camponês no campo, bem como a produção de alimentos saudáveis e agroecológicos, preservando o meio ambiente utilizando-o de forma sustentável assim, valorizando o trabalho. Sendo contrária a produção de transgênicos. Luta também pelos direitos sociais (como acesso a saúde e educação com qualidade) e pela participação politica igualitária das mulheres na sociedade (MMC, [200?]).

O MMC não realizou ocupações individuais, apenas uma em conjunto com: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o Movimento de Libertação dos Sem Terra de Luta e a Comissão Pastoral da Terra na Fazenda Campo Verde contabilizando 300 famílias em 2009 no município de Branquinha (AL). Em relação às manifestações do campo este movimento realizou 45 através de bloqueios, caminhadas, marchas, ocupação de prédio público, concentração de espaço público, romaria, vigília entre outros. Dessas ações 17 foram individuais e 28 foram realizadas em conjuntos com outros movimentos, podemos citar os movimentos: Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), União Nacional dos Estudantes (UNE), CONTAG, MST, Via Campesina, MAB, MPA e MTL. Essas ações ocorreram nos estados AC, AL, ES, GO, MA, MG, PA, RR, RS, SC, SP e no DF, nos anos de 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2010 e 2012. Elas tiveram como características as questões

[30] Informações retiradas do site oficial, sem data exata de publicação: Disponível em: < http://www.mmcbrasil.com.br/>. Acesso em: 10 jul. 2013. Nesta publicação não foi possível localizar a data de publicação.

relacionadas a terra, a políticas agrícolas, a água, ao meio ambiente, contra injustiças e violências, contra os agrotóxicos e ao incentivo a pequena produção (DATALUTA, 2013).

O Movimento Sem Terra Nova Força (MNF) foi fundado em 2003 sendo dissidente do Movimento dos Agricultores Sem Terra. Por meio do DATALUTA (2013) o MNF realizou uma ocupação na Fazenda Nova Lagoinha com o número não informado de famílias participantes no município de Presidente Epitácio localizado no estado de São Paulo no seu ano de fundação. Também não foram encontrados registros de atuações em manifestações.

O Movimento Pacífico pela Terra (MPT), tem como ano de fundação 2004. Até o momento da pesquisa não foram encontradas informações que pudessem ajudar para a escrita da história deste movimento, pois o mesmo não possui site oficial, outro acesso por mídia digital e não há publicações que informam dados aprofundados. Sabemos pelo DATALUTA (2013) que o MPT realizou uma ocupação de terra na Fazenda Santo Antônio do Mirante com a participação de duas famílias no município de Mirante do Paranapanema, localizado no estado de São Paulo no mesmo ano de sua fundação e nenhuma manifestação do campo.

O Movimento Social Organizado (MSO) e foi fundado em 2003 na cidade de Curitiba no Estado do Paraná. Até o momento da pesquisa não encontramos um site ou outro meio de acesso digital que nos proporcionasse maiores informações sobre este movimento socioterritorial, bem como bibliografias relevantes. O DATALUTA (2013) registrou que o MSO não realizou manifestações e ocupações conjuntas, mas atuou em uma ocupação individual não sendo registrado o número de famílias participantes dessa atuação, que ocorreu na Fazenda Sonda no município de Santa Maria do Oeste no estado do Paraná em 2003.

O Movimento Sonho da Terra (MSONT) foi fundado no ano de 2003 no município de Santa Isabel do Ivaí, no Estado do Paraná. Não foi encontrada nenhuma informação bibliográfica sobre o Movimento. Este movimento realizou uma ocupação de terra com oito famílias participantes no ano de 2004. Esta única atuação foi realizada na Fazenda Junqueira localizada no estado de Paraná no município de Iretama. Em relação às atuações na forma de manifestações do campo não foram registradas nenhuma ação (DATALUTA, 2013).

Sobre o Movimento dos Sem Terra do Amazonas (MSTA) não foi possível encontrar informações sobre o objetivo de luta, a história do movimento, site ou outro acesso por meio digital que nos permitisse informar esses elementos. Sua fundação ocorreu em 1997 e no período estudado foi realizada apenas uma ocupação de terra na área da Imobiliária Florestal Norte no município de Itacoatiara (AM) com o número de famílias não informado em 2003.

Em relação às manifestações do campo não foram registradas nenhuma atuação (DATALUTA, 2013).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - Independente (MST Independente) foi registrado pelo DATALUTA (2013) no ano de 2012. Este movimento surgiu a partir da dissidência de alguns membros do MST da Base para desvincular suas ações deste movimento devido ao líder José Rainha ter sido preso na época, acusado de desviar verbas que deveriam ser utilizadas para reforma agrária. No nosso banco de dados sistematizamos duas ocupações de terras com a participação de 74 famílias nas fazendas Almeida Prado e São Pedro no munícipio de Santo Antônio do Aracanguá em 2012. E não realizou nenhuma manifestação.

Segundo entrevista dada a Tomazela (2012), repórter do O Estado de São Paulo, o líder do movimento Wesley Mauch, comprova a dissidência informando que são as primeiras ações do Movimento depois do desligamento com o José rainha e que o grupo “tem seis acampamentos na região e as famílias estão em beira de estrada ou em terras cedidas, enfrentando a perseguição dos latifundiários. A luta é para que a lei seja cumprida" (Mauch em entrevista a Tomazela em 2012).

Segundo Tomazela (2012), Mauch informou que a fazenda São Pedro, já foi desapropriada em 2002, mas não ocorreu à criação do assentamento, deste modo, o foco do Movimento é a ocupação de fazendas já declaradas improdutivas e/ou devolutas que não foram criados os assentamentos. O MST Independente realizou outra ocupação na fazenda Nossa Senhora de Lurdes em Junqueirópolis e pretendia realizar mais ações, reivindicando a retomada da criação de assentamentos na região.

O Movimento dos Trabalhadores Brasileiros Sem Terra (MTBST) foi fundado no ano de 2003 sendo dissidente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado de Pernambuco. Este movimento utiliza-se da ocupação de terra e das manifestações do campo individuais ou em conjunto como forma de luta. O MTBST realizou uma ocupação de terra com a participação de 50 famílias na Fazenda Cachoeira no município de Angelim no estado do Pernambuco no mesmo ano de sua fundação. Em relação às manifestações do campo foram realizadas duas no estado de Pernambuco, dessas ações uma foi de forma individual executada na Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) em 2003 e outra em conjunto com o MTB, ação realizada no INCRA em 2004(DATALUTA, 2013).

O Movimento Terra, Trabalho e Progresso (MTP) foi fundado em 2004, a partir de uma dissidência do Movimento Terra Trabalho e Liberdade. Tem como objetivo de luta a conquista da terra utilizando-se das ocupações. Até o momento não conseguimos a informação referente ao site ou a trajetória de luta desse movimento. Este movimento realizou uma ocupação com a participação de 30 famílias na Fazenda Barra do Dia no município de Branquinha, no estado de Alagoas em 2008. Em relação à manifestação do campo foi realizado um bloqueio da BR-101 com a participação de 100 pessoas em 2005 no estado de Pernambuco (DATALUTA, 2013).

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Paraná (MTRSTP) foi fundado no município de Ribeirão do Pinhal no estado do Paraná no ano de 2004, sendo dissidente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (SOUZA, Elenira, 2009). Não foi possível encontrar um site ou outro acesso por meio digital e impresso para obter informações aprofundadas sobre este movimento. O MTRSTP realizou uma ocupação com a participação de 120 famílias na Fazenda Bom Jardim Pau D'alho, município de Ribeirão do Pinhal (PR) em 2004. Não realizou ocupações em conjunto com outros movimentos e nenhuma manifestação do campo (DATALUTA, 2013).

Sobre o Movimento por uma Tendência Socialista (MTS), através de nossas pesquisas, não foram encontradas informações adicionais sobre este movimento socioterritorial como objetivos de luta, articulação com outros movimentos etc. e também nenhum acesso por mídia digital. Mas, por meio DATALUTA foi registrado que o MTS realizou uma ocupação com o número de famílias não informado na Fazenda Soubara no município de Araruama, no estado do Rio de Janeiro em 2004. E em nosso banco de dados não ocorreram registro de atuações em manifestações do campo (DATALUTA, 2013).

Sobre o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e Central do Brasil (MTSTCB), até o momento da pesquisa não foi possível encontrar informações adicionais e aprofundadas dadas as dificuldades do acesso por meio digital ou impresso sobre o Movimento. O MTSTCB realizou uma ocupação de terras com 135 famílias participantes em 2003, no município de Presidente Epitácio na Fazenda São Jorge no estado de São Paulo. Em relação às manifestações do campo não foram registradas nenhuma atuação (DATALUTA, 2013).

Foi registrado pela primeira vez no DATALUTA em 2012, o Movimento Terra, Trabalho e Dignidade Social (MTTDS). Este movimento realizou uma ocupação de terra em Uberaba (MG) na Fazenda Olhos d'Água com a participação de 50 famílias em 2012.

Segundo Cândido (2012) do Jornal da Manhã, o Movimento é um braço do MST. Sobre a fazenda o autor aponta que:

> Segundo a Polícia Militar, a invasão aconteceu por volta de 21h de sexta-feira (1º). Um dos líderes do grupo, Vanderlan Inácio da Silva contou à reportagem que o local foi escolhido pelo fato de o grupo ter conhecimento de que a propriedade está em vistas de ir a leilão devido a uma dívida com o Governo Federal, estimada em aproximadamente R$15 milhões, e os integrantes querem que a propriedade seja incluída na reforma agrária (CÂNDIDO, 2013, p. [1][31]).

Neste sentido, a demanda do Movimento para essa área é sua inclusão para fins de reforma agrária. Em relação às manifestações não foram registradas ações (DATALUTA, 2013).

O Movimento Terra Vida (MTV) foi fundado em 2004 no estado de São Paulo através da dissidência do MAST (SOUZA, Elenira, 2009). Até o momento de nossa pesquisa não foi possível localizar informações aprofundadas sobre este movimento. Por meio do DATALUTA (2013) registramos que o MTV realizou em seu ano de fundação uma ocupação de terra com a participação de 25 famílias na Fazenda Ponte Branca no município de Euclides da Cunha Paulista, no estado de São Paulo em 2004. Está fazenda foi considerada devoluta pelo Estado. Em relação às manifestações foi registrada uma no município de Jacareacanga no Pará juntamente com os Movimentos Indígenas, um ato de repúdio contra Complexo Tapajós em 2012 com a participação de 67 pessoas ligadas aos dois movimentos.

O Movimento Unidos Brasil (MUB), tem como ano de fundação 2005 e é uma dissidência do MST. Também não foi possível encontrar informações aprofundadas sobre este movimento até o momento da pesquisa. O Movimento realizou uma ocupação com o número de famílias participantes não informadas na Fazenda Nossa Senhora das Graças no município de Caiuá localizado no estado de São Paulo no mesmo ano de sua fundação. Este movimento nunca realizou ocupações de terras em conjunto com outros movimentos e nem manifestações do campo (DATALUTA, 2013).

O Movimento Unido dos Sem Terra (MUST) foi fundado em 2004. Até o momento de nossa pesquisa, não conseguimos encontrar informações aprofundadas sobre o Movimento, mas segundo Elenira Souza (2009) o MUST é dissidente do MST:

[31] Sem identificação de páginas. Disponível em: <http://jmonline.com.br/novo/?noticias,2,CIDADE,63094>. Acesso em: 07 set. 2013.

> que decidiram formar um novo movimento. Após o MUST ser destituído, sua bandeira de luta foi substituída pela do MAST, em assembléia. O acampamento passou a pertencer à coordenação do MAST com seu respectivo coordenador, Sr. Américo, residente em Regente Feijó/SP (SOUZA, Elenira, 2009, p. 107).

Antes dessa substituição pelo MAST, o MUST no seu mesmo ano de fundação realizou uma ocupação de terra com 19 famílias participantes. Esta atuação foi na Fazenda São Domingos no município de Narandiba no estado de São Paulo. Em relação às manifestações do campo não foram registradas nenhuma atuação (DATALUTA, 2013).

O Movimento Unidos pela Terra (MUT) tem como ano de fundação 2004 no município de Icaraíma no estado do Paraná (SOUZA, Elenira, 2009). Não foi encontrado nenhum endereço eletrônico referente a este movimento socioterritorial ou referências bibliográficas, que nos auxilia-se na sistematização de informações acerca do movimento. O MUT realizou uma ocupação de terra com a participação de 56 famílias na Fazenda São Paulo no município de Icaraíma, no estado do Paraná no ano de sua fundação. Também realizou uma manifestação do campo através da ocupação de agência bancária, neste caso do Banco do Brasil, por questões relacionadas à terra no mesmo município e ano da ocupação (DATALUTA, 2013).

A Organização de Inclusão de Trabalhadores pela Reforma Agrária (OITRA), foi fundada em 2004. Até o momento dessa pesquisa, não foram encontradas nenhuma informação relevante a respeito este Movimento. O OITRA luta pela terra e pela realização da reforma agrária, no qual abrangera as questões relacionadas ao trabalho, melhores condições de vida nos assentamentos e produção de forma sustentável. Utiliza-se das ocupações de terras como forma de pressionar e como um instrumento de luta. Em números totais o Movimento realizou duas ocupações de terras com a participação de 302 famílias nas fazendas Colômbia e Água Fria ambas no município de Colômbia localizado no estado de São Paulo em 2006 e 2007. Sobre as manifestações do campo não foram registradas nenhuma atuação (DATALUTA, 2013).

A Organização Para a Libertação dos Sem Terra é conhecida pela sigla OLST, sua fundação ocorreu em 2007 e seus objetivos consiste na de luta o acesso a terras, nas denúncias referentes a áreas devolutas e luta contra o agronegócio dentre outros. Este movimento utiliza-se das ocupações de terras como forma de luta. A OLST também não possui nenhum site ou

outro acesso por meio digital que pudesse qualificar a pesquisa e não foram encontradas referências bibliográficas que tratassem de forma aprofundada a história de luta do Movimento. O DATALUTA (2013) registrou duas ocupações de terras individuais com a participação de 180 famílias nas fazendas Replasa e Jacu ambas no município de Rio Pardo de Minas, localizado no estado de Minas Gerais em 2007 e 2008. Em relação às atuações na forma de manifestação não foram registradas.

A Rede de Assistência dos Acampados e Assentados do Sul da Bahia (RACAA-SUL) tem como ano de fundação 2002 e não encontramos informações referentes à história de luta, objetivos mais específicos de sua luta, bem como acesso por meio digital ou impresso. Este movimento realizou uma ocupação em conjunto com a Coordenação Estadual de Trabalhadores Assentados no Conjunto Dom Evaldo localizado no município de Santa Luzia no estado da Bahia no mesmo ano de sua fundação. Em relação às manifestações do campo não foram registradas nenhuma atuação (DATALUTA, 2013).

Sobre o movimento Resistência Camponesa (RC) não foram encontradas informações suficientes, em relação ao ano de fundação e a historicidade do mesmo. Por meio do DATALUTA (2013) registramos que este movimento realizou uma ocupação de terras com a participação de 45 famílias em 2008 na Fazenda Bacuri no município de Teresina, no estado do Piauí. Sobre as manifestações do campo não foram registradas nenhuma atuação.

O Sindicato dos Pequenos e Médios Produtores Rurais (SINPRA) foi fundado em 2003 no município de Belém localizado estado do Pará (SOUZA, Elenira, 2009). Até o momento de nossa pesquisa não foram possíveis encontrar informações detalhadas sobre o Movimento que pudesse nos auxiliar no trabalho. O SINPRA utiliza-se das ocupações de terras para lutar pela terra, sendo contabilizada uma ocupação com a participação de 50 famílias na Fazenda Mutamba no município de Marabá (PA) em 2003. Em relação às manifestações não foram realizadas (DATALUTA, 2013).

O Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura (STL) foi fundado no município de Natal no estado do Rio Grande do Norte em 2003 (SOUZA, Elenira, 2009). Não foi possível encontrar informações aprofundadas sobre este movimento socioterritorial até o momento da pesquisa, mas por meio do DATALUTA (2013) sabemos que o STL atuou em uma ocupação de terra com 400 famílias participantes no mesmo ano de fundação. Essa atuação ocorreu na Fazenda São João no município de Mossoró localizado no estado do Rio Grande do Norte. Em relação às manifestações do campo não foram registradas atuações.

O movimento socioterritorial Trabalhadores do Município de Tupanciretã (TUPÃ 3E) foi fundado no ano de 2005, no município de Abadia dos Dourados (MG) em 2003 (SOUZA, Elenira, 2009). Através de nossas pesquisas não foram encontradas informações adicionais sobre este movimento e também nenhum acesso por mídia digital ou impresso que pudessem qualificar a pesquisa. O TUPÃ 3E realizou duas ocupações de terras na Fazenda Santo Izidoro com a participação de 103 famílias no município de Boa Vista do Incra localizado no estado do Rio Grande do Sul em 2005 e 2006. E não ocorreu atuação na forma de manifestação (DATALUTA, 2013).

A União Força e Terra (UFT) foi fundada no município de Naviraí no estado de Mato Grosso do Sul em 2000 (SOUZA, Elenira, 2009). Não encontramos informações referentes ao surgimento do movimento, objetivos mais específicos de sua luta, bem como o acesso por meio digital/ impresso. Este movimento socioterritorial realizou apenas uma ocupação de terras com a participação de 211 famílias na Fazenda La Reina no município de Naviraí no estado do Mato Grosso do Sul em 2000. Em relação às manifestações do campo não foram registradas nenhuma atuação.

O Movimento União das Associações de Fundo de Pasto (UNASFP) tem como ano de fundação 2008. Alcântara e Germani (2009) compreendem que as comunidades de fundo de pasto como:

> Desta forma, pode-se entender o Fundo de Pasto como uma experiência de apropriação de território típico do semi-árido baiano caracterizado pelo criatório de animais em terras de uso comum, articulado com as áreas denominadas de lotes individuais. Os grupos que compõem esta modalidade de uso da terra criam bodes, ovelhas ou gado na área comunal, cultivam lavouras de subsistência nas áreas (ALCÂNTARA e GERMANI, 2009, p. 13-14).

Observamos a importância do território para as comunidades de fundo de pasto e a questão da identidade para a sua reprodução social. Segundo os autores não podemos separar a identidade de Fundo de Pasto da luta pela terra:

> Sua identidade é marcada pela necessidade de defender e auto afirmar-se, logo é uma construção, também, política. Não há identidade sem este traço nas Comunidades de Fundos e Fechos de Pasto. Auto afirmar-se enquanto membro de comunidade tradicional é sair da condição de posseiro e reivindicar a condição de cidadão de direito, é reconhecer na, caminhada

> histórica, o direito a reproduzir-se e manter seu modo de vida (ALCÂNTARA e GERMANI, 2010, p. 55).

Neste sentido, o movimento estudado luta pelo acesso a terra através das ocupações de terras e das manifestações do campo. Por meio do DATALUTA (2013), foi registrado que a UNASFP realizou uma ocupação de terra individual com a participação de 336 famílias no município de Casa Nova, no estado da Bahia em 2008. Em relação às manifestações foram registradas três atuações todas no estado da Bahia: duas individuais contabilizando 1.100 pessoas através da tipologia de ocupação de prédio público, a área ocupada corresponde à prefeitura de Casa Nova em 2008, em que reivindicavam a regularização fundiária, contra a injustiça e a violência. E uma concentração de espaço público um ato realizado contra impunidade relacionada às questões da terra em 2010 também no município de Casa Nova. E uma manifestação em conjunto com a CPT e CONTAG no ano de 2009 no município do Senhor do Bonfim, sendo uma temática: Grito de Alerta contra Impactos Causados pelas Mineradoras tendo como características questões relacionadas à terra.

O movimento socioterritorial Unidos pela Terra foi fundado em 2006. Até o momento de nossa pesquisa não encontramos informações aprofundadas sobre este movimento. Através do DATALUTA (2013), sabemos que o Movimento realizou uma ocupação na Fazenda Santo Inácio com a participação de 40 famílias no município de João Ramalho (SP), no mesmo ano de sua fundação. Em relação as manifestação não foram registradas nenhuma atuação no período estudado.

A fundação da União dos Santanenses Sem Terra (USST) ocorreu em 2002 na cidade de Porto Alegre no estado do Rio Grande do Sul 2003 (SOUZA, Elenira, 2009). Até o momento da pesquisa não foi possível encontrar informações mais aprofundadas sobre este movimento, pois, não há publicações relevantes. A USST realizou uma ocupação com o número de famílias participantes não informadas, na Fazenda Santa Bárbara no município de São Jerônimo, no estado do Rio Grande do Sul no mesmo ano de sua fundação. Em relação às manifestações do campo não foram registradas nenhuma atuação (DATALUTA, 2013).

A União Sindical dos Trabalhadores conhecida como UST, foi fundada em 2006 por lideranças sindicalistas em um congresso que teve participantes de militantes e sindicalistas. Neste congresso foi definido que a UST era um:

> instrumento de mobilização e de luta da classe dos trabalhadores, que buscará construir na diversidade a unidade dos setores mais combativos. Constituindo como uma frente de sindicatos que se propõe a conduzir suas lutas de classe de maneira independente em relação ao governo, ao patronato e aos partidos políticos. (UST, [200?], p. [1])[32].

Segundo o site oficial do movimento UST, ele contribui como resposta política para os movimentos sociais declarando compromisso com a classe trabalhadora sendo contra o sindicalismo sob a tutela do Estado neoliberal (UST, [200?]). A UST realizou uma ocupação de terras com a participação de 20 famílias na Fazenda Abrahão no município de Taubaté, no estado de São Paulo em 2007. Não foram registradas atuações em ocupação conjunta e manifestação do campo (DATALUTA, 2013).

O último movimento socioterritorial analisado nesta escala de atuação é o Vazanteiros em Movimento: Povos das Águas e das Terras Crescentes, sendo resultado do agrupamento de três comunidades vazanteiras: Pau Preto, Pau de Légua e Quilombo da Lapinha dos municípios de Matias Cardoso e Manga. As comunidades vazanteiras "são denominadas como tal por possuírem um forte vínculo com o rio, que por sua vez estabelece uma forte influência nas dinâmicas sociais e na estrutura comunitária" (ROCHA, M., ASSIS, 2010, p. 3).

Sua única ocupação de terra ocorreu na antiga sede da Fazenda Catelda no município de Matias Cardoso em Minas Gerais totalizando 105 famílias participantes em 2012 (DATALUTA, 2013). Este território estava abandonado há 15 anos, em seguida eles construíram o Acampamento Vazanteiro Arraial do Meio, iniciando a autodemarcação de seu território. Essa ação teve como objetivo pressionar o Governo para iniciar a autodemarcação de seus territórios tradicionais, neste caso para a criação Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Pau Preto (VAZANTEIROS EM MOVIMENTO: POVOS DAS ÁGUAS E DAS TERRAS CRESCENTES, 2011).

A primeira ação do Movimento foi iniciar o processo de limpeza do território, para poder sobreviver (RACISMO AMBIENTAL, 2011). A figura 7, representa essa atividade, a resistência e manutenção da existência do Movimento em permanecer em seu território. O cartaz registra "Já estamos implantando a RDS Pau Preto", que seria a Reserva de Desenvolvimento Sustentável que o Movimento almeja.

---

[32] Sem data de publicação ou número de página. Trecho retirado na integra do site oficial da UST: Disponível em: <http://www.ust.org.br/>. Acesso em: 20 ago. 2013. Sem data de publicação.

Figura 7 – Vazanteiros em Movimento

Fonte: Racismo Ambiental, 2011.

Atualmente o território tradicionalmente ocupado pelo vazanteiros está ocupado por gado:

> Esta situação vem causando danos ambientais irreparáveis, além da destruição das lavouras dos vazanteiros. Vejam a ousadia desses criadores de gado; entraram na Justiça da Comarca de Manga pedindo a manutenção da Posse alegando uso da mesma por mais de vinte anos. No dia 07 de Março de 2012, a Juíza concedeu Liminar favorável aos mesmos. Recorremos e a Liminar foi suspensa (ASSOCIAÇÃO DOS VAZANTEIROS EXTRATIVISTA DE PAU PRETO; MATTOS, 2012, p. [1][33]).

Os autores afirmam que em maio do mesmo ano, o Movimento criou o grito de liberdade "Território Livre Vazanteiros Libertos". Com este grito, podemos observar a relação do Movimento com a terra/território fundamental para a sua manutenção e existência:

> Mas para garantir esta liberdade, juntaram as forças e novamente retornaram a reocupar seu território e desta vez homens, mulheres, Jovens, crianças e idosos participaram de mutirões para levantar as cercas de proteção de suas roças e colocaram para fora do seu território cerca de 750 cabeças de gado (ASSOCIAÇÃO DOS VAZANTEIROS EXTRATIVISTA DE PAU PRETO; MATTOS, Z., 2012, p. [1][34]).

[33] Sem identificação no número de páginas.
[34] Sem identificação no número de páginas.

Observamos os distintos modelos de desenvolvimento desencadeando conflitos e resistências por parte dos movimentos que lutam pelo território. A Figura 8 representa essa situação com a manutenção do território através da produção e da luta.

Figura 8 – Luta pela terra e na terra dos Vazanteiros em Movimento

Fonte: Associação Dos Vazanteiros Extrativista de Pau Preto; MATTOS, 2012.

Podemos observar que as atuações dos movimentos de escala municipal, baseadas nas ocupações de terras, tiveram caráteres reivindicatórios de áreas onde os latifúndio/agronegócio estão territorializados nos munícipios. Diferentemente das atuações em ocupações, as manifestações foram realizadas por estes movimentos em outros territórios, que fogem da escala local. A grande dificuldade dos movimentos nesta escala é romper com seus limites de atuação.

Em relação à cessão dos movimentos socioterritoriais, podemos identificar que dos 116 estudados 60 estão em cessão. Para esta escala de atuação contabilizamos a cessão de 44 movimentos são eles: ACUTRMU, ADT, AMPA, ARST, ASTECA, ASTST, ATUVA, CAR, CCL, COOTERRA, CTV, FRUTO DA TERRA, FST, FUVI, GRUPO XAMBRE, LCC, MCNT, MCST, MLSTL, MLTRST, MLUPT, MMA, MNF, MPT, MSO, MSONT, MSTA, MTBST, MTP, MTRSTP, MTS, MTSTCB, MUB, MUST, MUT, OITRA, RACAA-SUL, SINPRA, STL, TUPÃ 3E, UFT, UNIDOS PELA TERRA, USST e UST.

No próximo subcapítulo, apresentamos os movimentos socioterritoriais que atuaram em ocupações classificados na escala microrregional.

3.2 – Escala Microrregional

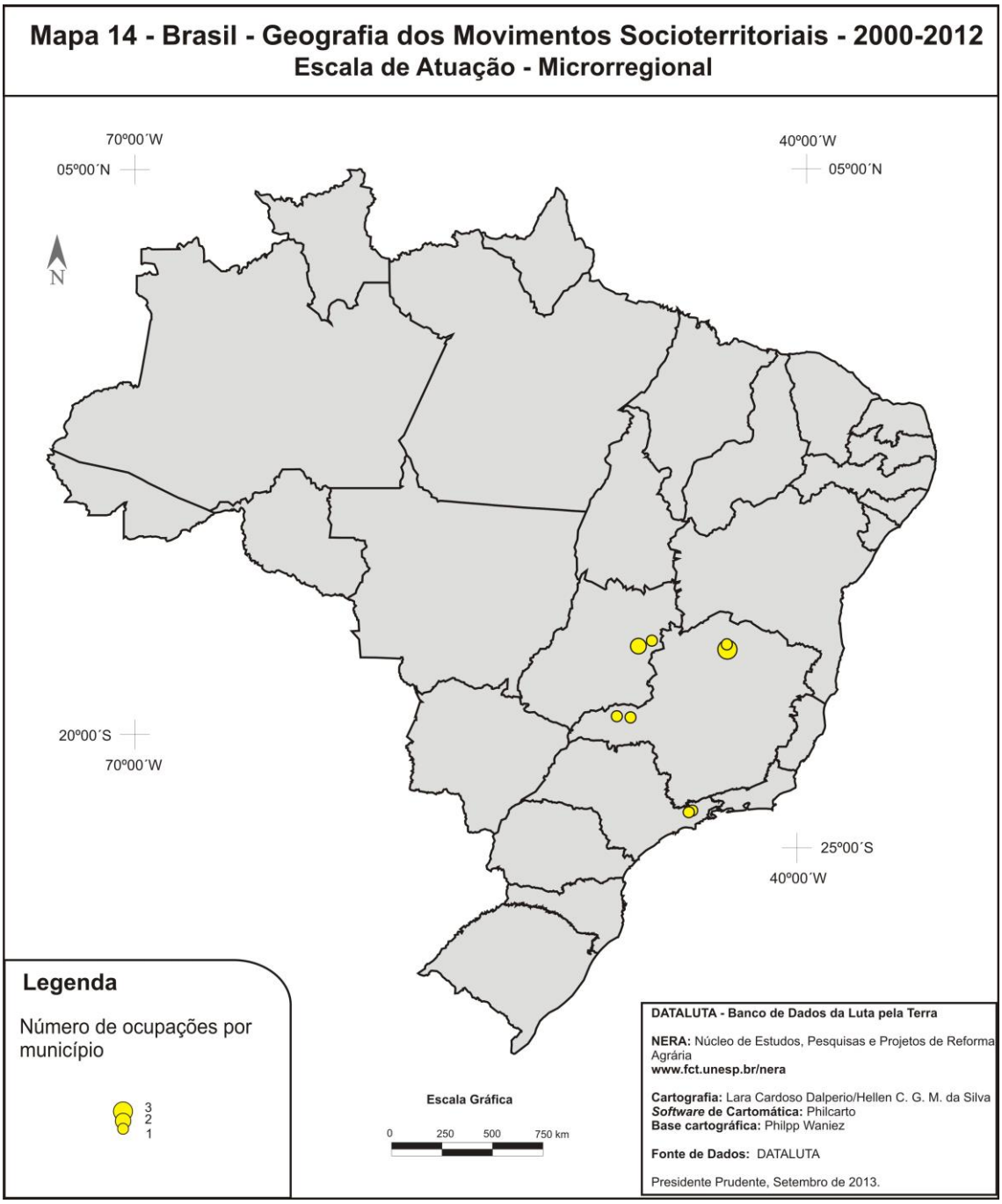
Classificamos um movimento na escala microrregional quando o movimento atua em mais de um município de uma mesma microrregião. Nesta classificação são contabilizados quatro movimentos socioterritoriais, que realizaram nove ocupações individuais, com a participação de 616 famílias. O quadro 5 mostra detalhadamente as ocupações de terras dos respectivos movimentos dessa escala. O único movimento que atuou tanto em conjunto como individual foi o MATR, com três ocupações.

Quadro 5 – Brasil – Movimentos Socioterritoriais da Escala Microrregional, Ocupações e Famílias Participantes – 2000-2012

	Siglas dos Movimentos	Ocupações Individuais	Famílias em Ocupações Individuais	Ocupações Conjuntas
1	ACRQBC	4	370	0
2	CLST	2	91	0
3	CONLUTAS	2	115	0
4	MATR	1	40	2

Fonte: DATALUTA, 2013. Org. DALPERIO, L. C.

O mapa 14 apresenta as ações na forma de ocupações destes quatro movimentos socioterritoriais.



Podemos observar a espacialização das ações na forma de ocupação de terras estão concentradas nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Goiás e no Distrito Federal. Essas ações ocorreram, com o intuito da territorialização do campesinato, ou seja, da conquista do território camponês (mapa 14).

Uma das caraterísticas principais encontradas nesta escala de atuação é que os movimentos socioterritoriais atuam mais em manifestações do que ocupações de terras. Eles também articularam-se com movimentos de escalas maiores como MST, CONTAG, CPT. Podemos citar como exemplo, o Caminho de Libertação dos Sem Terra. Apesar de a CONCLUTAS ser composta por sindicatos, movimentos sociais e organizações, sua atuação em ocupações é pequena, mesmo atuando em conjunto com o MST. Vale ressaltar, que este movimento também atuou mais em manifestações.

Em relação às origens dos movimentos socioterritoriais, como na municipal, a maioria surgiu na década de 2000, principalmente nos anos de 2002 e 2004. Vale destacar o surgimento da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos Brejo dos Crioulos em 1993.

A seguir apresentaremos mais detalhadamente as informações de cada movimento classificado nesta escala. Estas informações foram extraídas do cadastro dos movimentos socioterritoriais realizado no NERA e através de pesquisas mídia impressa e digital.

A Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos Brejo dos Crioulos (ACRQBC) foi fundada em 1993. Segundo o site oficial do ACRQBC, esta comunidade é um dos mais antigos quilombos do Brasil localizado no estado de Minas Gerais. Na década de 1960 está comunidade foi dividida em seis grupos (Arapuim, Araruba, Cabaceiros, Caxambu, Conrado e Furado Seco), devido ao jogo de interesses entre os setores das classes médias urbanas devido ao processo de expropriação através da venda forçada que esses setores ocasionaram. Atualmente esta comunidade encontra-se em risco, pois está sendo violados os direitos de saúde, educação, alimentação, logo sua reprodução social e principalmente do seu território está em conflito. Diante dessas dificuldades os membros dessa comunidade vão trabalhar no setor agropecuário (ACRQBC, [200?][35]).

A comunidade é reconhecida como Quilombola e mesmo assim, sofre com a pressão exercida pelo avanço do agronegócio e pelo descaso do governo em todas as esferas. O Movimento, luta pelo processo de conquista e titulação dos territórios, por uma melhor educação, saúde e pela permanência de sua cultura (ACRQBC, [200?]). E são através das ocupações de terras que se têm a esperança das conquistas de seus objetivos e, elas são um meio de colocar em pauta suas reivindicações. Assim, foram registradas pelo DATALUTA

[35] Sem ano de publicação. Informações retiradas do site oficial do ACRQBC. Disponível em: <http://quilombobrejodoscrioulos.blogspot.com.br/>. Acesso em: 20 ago. 2013.

(2013), quatro ocupações com 370 famílias participantes. Dessas três, foram realizadas no Brejo dos Crioulos localizado no município de São João da Ponte em MG no ano de 2004 e uma no município de Varzelândia, também em MG na Fazenda Bonanza em 2005. Vale ressaltar, que ambos os municípios fazem parte da microrregião de Montes Claros.

Nas ocupações de terras realizadas pelo ACRQBC, os "donos" das terras:

> "se armam, a revelia da lei e amedrontando a comunidade. Tal violência trás para as cercanias do lugar os riscos de uma profunda desagregação social e cultural dessas comunidades, lhes roubando o único patrimônio e fator de coesão social que lhes restaram: os laços de parentescos e reciprocidades sociais conduzidos pelas celebrações, ritos e festividades embaladas pelos tambores – agora silenciados pelo medo das armas" (ACRQBC, [200?], p. [1])[36].

Assim fica evidente o uso da violência contra este movimento socioterritorial por parte dos "proprietários" das terras que são ocupadas. Este fato não ocorre somente com este movimento, mas com vários outros movimentos socioterritoriais brasileiros. Vale ressaltar, que não foram registradas nenhuma atuação em manifestações.

O movimento socioterritorial Caminho de Libertação dos Sem Terra (CLST) foi fundado em 2002 e luta pela conquista do território. Até o momento de nossa pesquisa não foram encontradas nenhuma informação a respeito deste movimento (como a história do seu surgimento) já que, ele não possui site ou outro acesso por meio digital e os artigos encontrados demostram apenas dados quantitativos. Através do DATALUTA (2013) registramos que este movimento atuou no estado de Minas Gerais entre 2002 e 2003, contabilizando duas ocupações com a participação de 91 famílias, na Fazenda Bacuri em Monte Alegre de Minas e na Fazenda São Domingos em Uberlândia. Ambos os municípios fazem parte da microrregião de Uberlândia.

Também registramos que este movimento atuou em manifestações conjuntas com outros movimentos em MG, contabilizando quatro com a participação de 3.600 pessoas entre 2003 e 2005. Essas atuações foram nos dois municípios das ocupações de terras: três em Uberlândia através das tipologias de vigílias, sendo duas com a participação dos movimentos Animação Pastoral e Social no Meio Rural (APR), CPT, MLST, MLT, MST, MTL e CONTAG por políticas agrícolas em 2003 e 2004. E uma ocupação de prédio público na CONAB em conjunto com APR, MLST, MLT, MPRA, MST, MTL e CONTAG por questões

[36] Sem data de publicação e sem número de páginas. Trecho extraído na integra do site do Movimento.

relacionadas à terra em 2005. E uma em Monte Alegre de Minas com o bloqueio da BR-365 e BR-153 tendo como característica a terra com a participação do MLT e MTL em 2003 (DATALUTA, 2013). Podemos observar que no caso das manifestações o CLST atua somente em conjunto e nas ocupações somente individual.

O movimento socioterritorial Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS) foi constituído a partir do:

> encontro nacional sindical, que aconteceu em março de 2004 em no município de Luziânia no Estado de Goiás e que reuniu mais de 1.800 dirigentes e ativistas sindicais e de movimentos sociais. Este encontro definiu um calendário de lutas contra a reforma sindical, cuja primeira grande atividade foi à manifestação, organizada pela CONLUTAS, na cidade de Brasília, em 16 de junho passado, reunindo cerca de 20 mil manifestantes (SOUZA, Elenira, 2009, p. 95).

A CONCLUTAS é composta por sindicatos, movimentos sociais e organizações populares. E tem como objetivo "organizar a luta contra as reformas neoliberais do governo Lula (sindical/trabalhista, universitária, tributária e judiciária) e também contra o modelo econômico que este governo aplica no país, seguindo as diretrizes do FMI" (SOUZA, Elenira, 2009, p. 95). Segundo o site da CONLUTAS, este movimento socioterritorial defende também os interesses dos trabalhadores, superando o capitalismo para a construção de uma nova sociedade com bases socialistas lutando por melhores condições de trabalho e de vida dos trabalhadores (CONLUTAS, [200?][37]).

Este movimento atuou em duas vezes em ocupações de terras com a participação de 115 famílias no estado de São Paulo na microrregião de São José dos Campos. Uma ocupação ocorreu Fazenda da Engesa em Caçapava em 2006 (DATALUTA, 2013). Segundo CHOMA (2006), essa área era utilizada pela empresa Engenheiros Especializados S/A (ENGESA) para a construção de matérias bélicos falida na década de 1990, assim penhorada para cobrir dívidas junto ao INSS e à Receita Federal, mas a terra passou a ser grilada com a criação de gado, em que alguns camponeses foram expulsos da terra. Depois da ocupação o Movimento inaugurou o acampamento e logo no primeiro dia já ocorreu disputas com os militares evidenciando o conflito:

[37] Sem data de publicação. Informações retiradas do site oficial do Movimento. Disponível em: < http://www.conlutas.org.br>. Acesso em: 8 set. 2013.

> Contudo, isso não significa que os sem-terra estão livres de ameaças. Ramos conta que o fazendeiro vizinho costuma dar tiros para o alto de um morro tentando aterrorizar o pessoal aqui de baixo, diz. Relata também perseguições de carros feitas pelo fazendeiro. A truculência do vizinho é vista até na placa instalada na porteira de sua fazenda, onde se lê: Cuidado. Cão manso, dono bravo (CHOMA, 2006, p. [1[38]]).

E a outra ocupação no município de Taubaté na área da empresa de Desenvolvimento Rodoviário S/A em 2007. Segundo site da Globo (2007)[39], o responsável pela coordenação que na época era o coordenador regional da CONCLUTAS, Sérgio Henrique Pires disse que o objetivo da ação era acelerar o processo de reforma agrária e definição das áreas de instalação para as famílias do movimento (GLOBO, 2007).

Além das ocupações de terras, a CONLUTAS luta através de manifestações do campo, contabilizando 20, destas 19 foram realizadas em conjunto com outros movimentos como MST, CUT, CONTAG, MAB, MMC, MPA etc. Essas ações continham as tipologias: bloqueios, marchas, caminhadas e concentração em espaços públicos reivindicando questões relacionadas à água, aos direitos humanos, a terra (por exemplo, manifestação pela regularização fundiária e contra a monocultura), por questões trabalhistas (como manifestação contraria aos acidentes de tralho) e no meio urbano com problemas de moradia na cidade e as ameaças de despejo das ocupações urbanas. Essas manifestações foram realizadas nos estados de Minas Gerais, Pernambuco, Rondônia, Rio de Janeiro e São Paulo nos anos de 2006, 2007, 2008, 2009, 2011 e 2012.

O Movimento de Apoio aos Trabalhadores Rurais (MATR) e tem como ano de fundação 2002 e seus objetivos de lutas são pela conquista do território e melhores condições de vida dos trabalhadores do campo. Não temos maiores informações deste movimento socioterritorial. Mas, por meio do DATALUTA (2013) sabemos que este movimento realizou ocupações de terras localizadas microrregião do entorno do Distrito Federal. O MATR realizou uma ocupação individual na Fazenda Sálvia com a participação de 40 famílias em Brasília no Distrito Federal em 2006. Segundo Borges (2012), essa área era de propriedade da União e foi transferida ao INCRA em 2009 para a criação de um projeto de assentamentos e

---

[38] Sem identificação do número de páginas. Disponível em:< http://www.litci.org/pt/index.php?option=com_content&view=article&id=64:artigo64&catid=8:brasil>. Acesso em: 14 set. 2013

[39] Informações extraídas do site da Globo, sem autor definido. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,AA1642268-5598,00.html >. Acesso em 14 set. 2013

reforma agrária. Além do MATR outros movimentos também ocuparam a área reivindicando a área para reforma agrária:

> Há aproximadamente 10 (dez) anos um grupo de trabalhadores ligados ao MATR acampou nas margens da DF 330 no perímetro da gleba 122 da fazenda, no limite à área utilizada pelo antigo Colégio Agrícola de Brasília e passaram a pleitear a destinação de uma área naquele local para a criação de assentamento rural. O MST e o MTD também levantaram acampamento na área, dessa vez às margens da rodovia BR 020, endossando o pleito pela destinação de uma área para assentamento rural no local. Apenas em abril de 2009 foi destinada uma área para atender aos três movimentos. (BORGES, 2012, p. 28).

Por meio das ocupações dos três movimentos socioterritoriais, foi possível materializar a luta através do assentamento na Fazenda Sálvia. Também foram registradas duas ocupações conjuntas com o MST: uma Goiás na Fazenda Engenho localizada no município de Formosa em 2009, ocupando durante agenda de luta do Abril Vermelho do MST, para protestar contra o desrespeito a leis ambientais (TOMAZELA et al, 2009). E outra ação conjunta em Brasília no DF na Fazenda Gama em 2012, segundo Massalli (2012), essa área seria de propriedade de Carlinhos Cachoeira:

> A fazenda ocupada foi citada nas investigações da PF como propriedade de Carlinhos Cachoeira. Segundo a PF, o contraventor teria pago propina para a regularização da área e comprado a fazenda por R$2 milhões. No entanto, a Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap) afirma ter a posse da fazenda (MASSALLI, 2012, p. [1][40]).

A figura 9 mostra as bandeiras dos movimentos erguidas durante a ocupação da Fazenda Gama.

[40] Não identificado o número de páginas. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-08-23/mst-ocupa-fazenda-que-pertenceria-carlinhos-cachoeira >. Acesso em: 14 set. 2013.

Figura 9 – Ocupação MATR e MST Fazenda Gama em 2012

Fonte: Massalli, 2012.

Essa ação ocorreu com o intuito de mostrar ao Governo que os movimentos estão abertos ao diálogo e pressionar o governo para acelerar a destinação de terras para a reforma agrária no Brasil (MASSALLI, 2012).

Sobre as manifestações foram registradas duas em conjunto: uma com o MST na cidade de Belo Horizonte (MG) através da tipologia de ocupação de prédio público, neste caso o INCRA com a participação de 600 pessoas reivindicando a realização da reforma agrária em 2008. E outra ocupação do INCRA em Florianópolis (SC) com o MST, MTD e Via Campesina por créditos e assentamentos de famílias, totalizando 300 pessoas em 2008.

Nesta escala de atuação, podemos observar que foram classificados quatro movimentos socioterritoriais, caracterizados como sujeitos sem-terra, quilombolas, movimento sindical evidenciando a complexidade dos movimentos socioterritoriais. Vale ressaltar, que apesar das diferenças os movimentos tinham o território como objetivo de conquista. Em relação à cessação dos movimentos podemos apontar o CLST e o ACRQBC. Vale ressaltar, que o último movimento que não realizou manifestações.

A seguir apresentaremos informações referentes aos movimentos socioterritoriais atuantes na escala estadual no período estudado.

3.3 – Escala Estadual

Para classificarmos um movimento socioterritorial na escala estadual, o mesmo deve atuar em vários municípios de diferentes microrregiões de um mesmo o estado. Nesta escala são contabilizados 17 movimentos socioterritoriais que atuaram em ocupações de terras no Brasil. Em números de ocupações individuais foram realizadas 152 com a participação de 8.400 famílias. Vale destacar, a atuação do movimento socioterritorial MST da Base com 94 ocupações individuais (quadro 6).

O quadro 6 mostra de forma detalhada a atuação dos movimentos socioterritoriais classificados nesta escala de atuação. Também apresentamos as informações referentes a esses movimentos pesquisados, que foram retiradas do cadastro dos movimentos socioterritoriais realizado no NERA e através de pesquisas mídia impressa e digital.

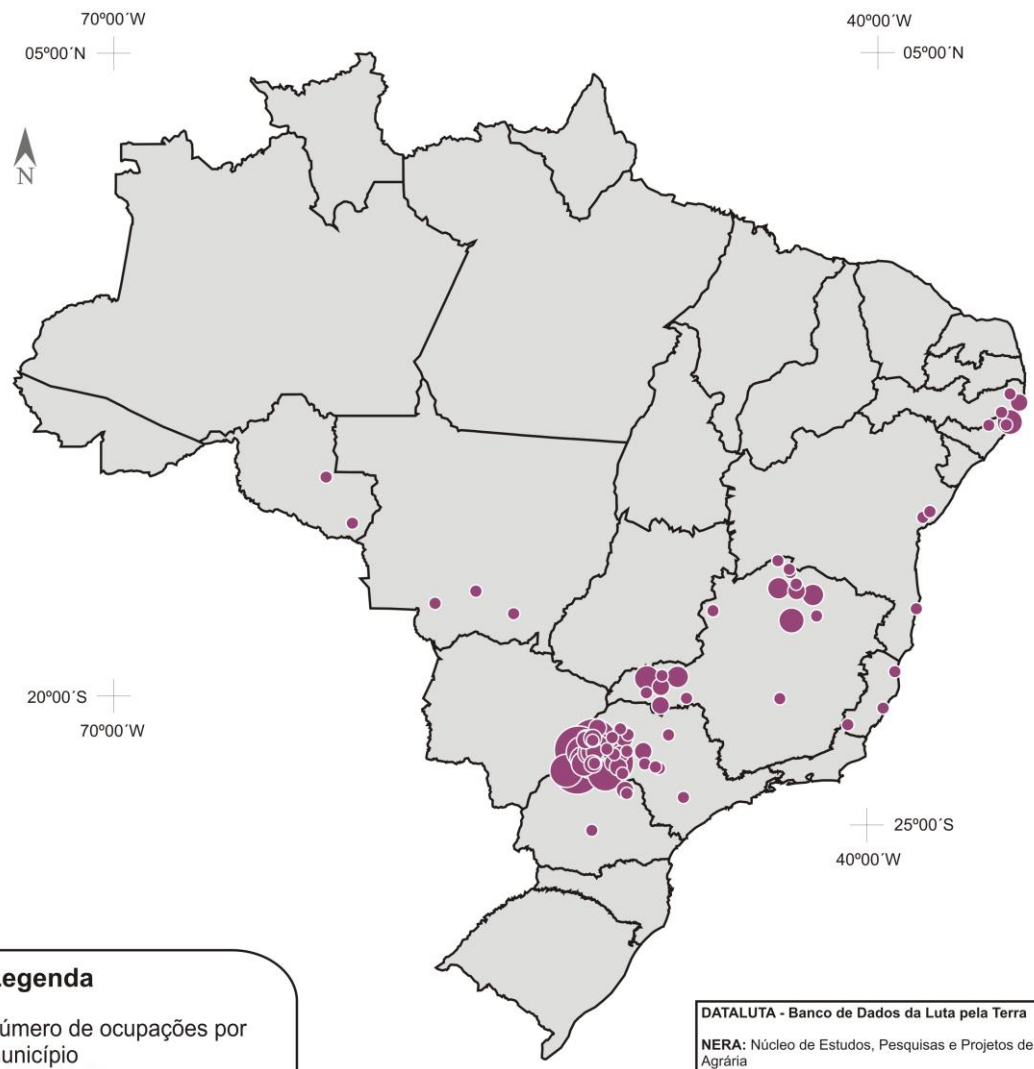
Quadro 6: Brasil – Movimentos Socioterritoriais da Escala Estadual, Ocupações e Famílias Participantes – 2000-2012

	Siglas dos Movimentos	Ocupações Individuais	Famílias em Ocupações Individuais	Ocupações Conjuntas
1	CAA	0	0	2
2	LOC	16	1.232	0
3	MBUQT	2	313	1
4	MCC	2	420	0
5	MLSTL	5	665	0
6	MPRA	4	256	1
7	MPST	5	547	0
8	MRC	3	170	0
9	MST da Base	94	1.801	85
10	MTAA/MT	3	1.100	0
11	MTRSTB	1	150	1
12	MTRUB	2	401	0
13	MTRST	3	520	0
14	OAC	4	270	0
15	UAPE	2	240	
16	UNITERRA	0	0	79
17	VT	6	315	0

Fonte: DATALUTA, 2013. Org. DALPERIO, L. C.

O mapa 15 apresenta as ações destes 17 movimentos socioterritoriais entre 2000 e 2012 em ocupações de terras.

Mapa 15 - Brasil - Geografia dos Movimentos Socioterritoriais - 2000-2012
Escala de Atuação - Estadual



Podemos observar que como na escala municipal, a espacialização das ocupações está mais concentrada nos estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul. Vale destacar, a região denominada Pontal do Paranapanema (SP), que tem os maiores números de ocupações de terras fortemente ligadas ao MST com ocupações conjuntas e/ou individuais (mapa 15).

Na região do Paraná vemos o avanço da cana-de-açúcar e do milho. Em Minas Gerais, vemos que a região com maior intensidade de conflitos é a região denominada triangulo mineiro, onde ocorre a territorialização do agronegócio e consequentemente da estrangeirização de terras. Mato Grosso tem os maiores índices de aquisição de terras por estrangeiros, onde ocorre a produção de grãos principalmente com a soja (mapa 15).

Neste sentido, a principal característica desta escala de atuação é a conquista do território, e o questionamento de áreas onde o agronegócio está territorializado, fato que repercute nas lutas e no surgimento dos movimentos socioterritoriais. A maioria dos movimentos socioterritoriais se identifica como "Movimento", alguns se denominam união, liga, cento e organização, sempre no sentido de mostrar um conjunto/coletivo.

No que tange as origens dos movimentos, observamos que em sua maioria surgiram na década de 2000, principalmente nos anos de 2000, 2001, 2003, 2005, 2006, 2008 e 2012. Ocorre também o surgimento de movimentos na década de 1980, com a abertura política do país, como o surgimento do Centro de Agricultura Alternativa em 1985. Já na década de 1990 surgiram quatro movimentos nos anos de 1995, 1996 e 1997 que serão abordados nos próximos parágrafos.

Apresentaremos de forma detalhada/descritiva as informações sobre os movimentos socioterritoriais desta escala. Utilizamos as informações do cadastro dos movimentos socioterritoriais, de referências bibliográficas e de pesquisas mídia impressa e digital.

O Centro de Agricultura Alternativa (CAA) fundou-se em 1985 e segundo o site oficial desse movimento, ele surgiu para contribuir com os produtores, auxiliando na comercialização solidária, lutando pelos diretos humanos no que tange a alimentação e a segurança alimentar, por políticas públicas mais efetivas etc. (CAA, [200?][41]). Até o momento de nossa pesquisa não foram encontradas informações relevantes sobre o Movimento, que pudessem aprofundar nas análises.

Uma das formas de atuação do CAA é através das ocupações realizadas em conjunto. Sendo registradas duas ocupações conjuntas em 2000, com a comissão Pastoral da Terra e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura no estado de Minas Gerais nas fazendas Americana em Grão Mogol e na da Fundação Caio Martins em Esmeraldas. Ações realizadas nas microrregiões Grão Mogol e Belo Horizonte em MG (DATALUTA, 2013).

[41] Sem ano de publicação. Informações retiradas do site oficial do movimento: http://www.caa.org.br/site.php?pagina=histria. Sem data de publicação ou autor responsável.

E outra forma de atuação é através das manifestações do campo, sendo realizadas duas em conjunto. Uma com a Rede Cerrado de Ongs (RCONGs) através da tipologia temática a partir do "Grito do Cerrado" com 1.000 pessoas caracterizando uma manifestação por questões ambientais, no município de Montes Claros (MG) em 2005. E Um bloqueio na estrada que dá acesso à UH de Bagauari no município de Governador Valadares (MG) em 2007 com 300 pessoas dos movimentos Cáritas, CPT, Feab, MAB, MPA, MST, Via Campesina por questões relacionadas à água (DATALUTA, 2013).

O movimento socioterritorial Liga Operária e Camponesa (LOC) tem sua origem ano de 1995, por meio de uma ruptura com o sindicalismo de Estado (SOUZA, Elenira, 2009). tem sua origem no Movimento Revolucionário 8 de Outubro e devido a outras dissidências. "O movimento tem como objetivo combater o corporativismo, o oportunismo e a colaboração de classes, que segundo a organização desse movimento, é característica do sindicalismo brasileiro" (SOUZA, Elenira, 2009, p. 96). Também luta pela terra para acabar com o latifúndio no Brasil em defesa dos trabalhadores.

No ano de 2004 o Jornal O Estado de São Paulo publicou uma matéria "atacando" os camponeses que lutam pela terra, o qual envolvia uma entrevista com o LOC. Através do Jornal A Nova Democracia[42] o Movimento teve voz contrapondo as ideias expostas pelo Eduardo Kattah então editor. O LOC disponibilizou a entrevista na integra que foi dada por *e-mail* a Kattah, contando seu histórico, objetivos de luta, a posição do movimento em relação ao governo. Sobre o histórico de luta da LOC, foi informado que:

> A Liga surgiu em setembro de 1995, formada por um grupo de companheiros e companheiras com avaliação crítica sobre os rumos e prática do movimento sindical brasileiro que decidiram criar a Liga como organização classista, independente, como movimento de luta para resistência econômica dos trabalhadores, de caráter sindical e que se propõem a organizar a classe a partir de comissões de trabalhadores nos locais de trabalho (LOC em entrevista a Kattah, 2004).

Sobre as políticas de reforma agrária o movimento avaliou:

> A rigor, o Estado brasileiro nunca teve uma verdadeira política de reforma agrária. O problema agrário é o principal problema da nação ao lado da

[42] Informações retiradas do Jornal A Nova Democracia. Disponível em: < http://www.anovademocracia.com.br/no-21/763-criminalizar-os-que-lutam-pela-terra-visa-encobrir-o-fracasso-da-reforma-agraria-do-governo-lula?videoid=svUYh4y8Fao >. Acesso em: 20 set. 2013.

> subjugação ao domínio estrangeiro, principalmente norte-americano. O problema agrário só pode ser resolvido radicalmente com a democratização da propriedade da terra que requer a liquidação completa do sistema arcaico de propriedade latifundiária (LOC em entrevista a Kattah, 2004).

Para alcançar seus objetivos, suas lutas ocorrem através das ocupações de terras, sendo realizadas 16 ocupações com a participação de 1.232 famílias no Estado de Minas Gerais nas cidades de Jaiba, Januária, Manga, Montes Claros, Uberlândia etc. Essas áreas de atuações ocorram nos anos 2000, 2001, 2002, 2003 e 2006 na Fazenda Beiraba, Fazenda Maringá, Fazenda Ipiranga, Fazenda Mata do Japoré, Fazenda Calcedonia, Fazenda Sítio Grande, Fazenda Agrivale entre outras (DATALUTA, 2013).

Em relação às manifestações do campo foram contabilizadas três, sendo duas individuais no ano de 2002: uma em Rondônia através da tipologia de concentração em espaço público, ou seja, um protesto na frente do Ministério Público do município de Jaru com a participação de 100 pessoas e outra ocupação de prédio público, neste caso, da Companhia de Desenvolvimento dos Vales de São Francisco e do Parnaíba. A manifestação conjunta aconteceu em 2003, tendo a tipologia ocupação de prédio público/privado por meio da ocupação da Praça de Pedágio em Cascavel (PR). Essas ações reivindicavam questões relacionadas à terra (DATALUTA, 2013).

O Movimento Brasileiro Unidos Querendo Terra (MBUQT) é dissidente do Movimento de Apoio aos Trabalhadores Rurais e foi fundado em 1996, sua área de atuação é no Pontal do Paranapanema localizado no oeste do estado de São Paulo. Segundo Elenira Souza (2009) o movimento surgiu

> [...] devido a um racha na Força Sindical que atua no campo na região do Pontal do Paranapanema, no município de Presidente Epitácio-SP. Representavam a principal oposição à CUT (Central Única dos Trabalhadores) dentre os movimentos sociais que atuam no campo. Enilsom Simões de Moura (o Alemão), sindicalista antigo no cenário nacional, foi quem direcionou as famílias para a formação do MBUQT. Em 1998, Enilsom Simões de Moura, agora presidente da Social Democracia Sindical (SDS), deixou o MBUQT para formar o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST). Após esse racha, o MBUQT continua enquanto movimento social que atua localmente na região do Pontal do Paranapanema (SOUZA, Elenira, 2009, p. 96).

Seu principal objetivo de luta é a conquista da terra utilizando-se das ocupações de terras. No período estudado este movimento realizou duas ocupações de terra com a

participação de 313 famílias no estado de SP na: Fazenda Lutécia[43] no município de Gália e Fazenda Nova Lagoinha em Presidente Epitácio, ambas em 2000 e realizou uma ocupação conjunta com a participação do MAST na Fazenda Nossa Senhora das Graças no município de Venceslau em 2006 (DATALUTA, 2013). Nas microrregiões de Presidente Prudente e Marília.

O Movimento Camponês de Corumbiara (MCC) foi fundado num encontro estadual realizado em 1996. Esta fundação está ligada com o massacre que ocorreu no estado de Rondônia no governo de FHC. Seus objetivos de luta vão além da conquista pelo território são inseridos a luta por melhores condições de vidas dos camponeses e acampados, capacitação dos trabalhadores na produção e no escoamento/comercialização dessa produção (MCC, [200?][44]). Suas formas de lutas baseiam-se nas ocupações de terras e nas manifestações, mobilizando vários trabalhadores rurais e sem terras. No período estudado, este movimento realizou duas ocupações de terras com a participação de 420 famílias, no município de Corumbiara na Fazenda Guarajus (microrregião de Colorado do Oeste) e outra na Fazenda Mariana em Presidente Médici (microrregião de Ji-Paraná) ambas em 2002 no estado de RO (DATALUTA, 2013).

Em relação às manifestações do campo foram realizadas 19 nos estados do Amazonas, Piauí e Rondônia nos ano de 2000, 2001, 2002, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008. Destas 15 foram realizadas individualmente com a participação 5.930 pessoas, através das tipologias acampamentos, bloqueios, concentração em espaço público e ocupações de prédios públicos, por exemplo, ocupação/acampamento no INCRA e bloqueio da BR-364. Foram realizadas quatro em conjunto com os movimentos CUT, CONTAG, MST, CPT, Articulação Central de Associações Rurais de Ajuda Mútua (Acaram), Projeto Padre Ezequiel (PPE) entre outros. Essas ações conjuntas contabilizaram 200 pessoas através das tipologias de temática com o "Grito da Amazônia" e de concentração em espaço público como o ato público pela revisão do julgamento do massacre de Corumbiara. Podemos ver que as questões colocadas nessas ações estavam relacionadas à terra, como contra o desmatamento e a regularização fundiária (DATALUTA, 2013).

O Movimento de Libertação dos Sem Terra de Luta (MLSTL) tem como ano de fundação 2001, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais (SOUZA, Elenira,

[43] Através de pesquisas descobrimos que está fazenda foi transferida para o INCRA em 2006.
[44] Sem ano de publicação. Informações retiradas do site oficial do Movimento. Disponível em: <camponescorumbiara.blogspot.com>. Acesso em: 14 set. 2013.

2009), sendo uma dissidência do Movimento de Libertação dos Trabalhadores Sem Terra. Até o momento de nossa pesquisa não foi possível obter informações aprofundadas sobre o MLSTL. Por meio do DATALUTA (2013) sabemos que este movimento atua somente através de ocupações de terras, sendo contabilizadas cinco com a participação de 665 famílias em 2001 todas no estado de MG nas áreas da: Fazenda Santa Mônica no município de Monte Alegre de Minas, Fazenda Canoas em Montes Claros, Fazenda das Pedras e São Domingos em Uberlândia e Fazenda Saco Grande II em Unaí.

O Movimento Popular pela Reforma Agrária (MPRA) foi fundado no ano de 2005 no estado de Minas Gerais com o objetivo da (re) conquista do território e da realização da reforma agrária brasileira. Não foram possíveis encontrar informações relevantes sobre o Movimento, que pudessem auxiliar na pesquisa. Através do DATALUTA (2013) registramos quatro ocupações individuais com a participação de 256 famílias nas áreas Domínio da Faixa da BR 365 em Ituiutaba, Fazenda Vertente do Rio Tijuco e Fazenda Berrante em Prata ambos em MG, nas microrregiões de Uberlândia e Ituiutaba nos anos de 2005, 2006 e 2007. Em 2011 ocorreu sua primeira ocupação em conjunto realizada na Fazenda Inhumas em Uberaba (MG), contabilizando 200 famílias com os movimentos socioterritoriais informados no quadro 7. Vale ressaltar, que essa ação foi organizada durante o Fórum Regional por Reforma Agrária do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (DATALUTA, 2013).

Quadro 7 – Participação dos movimentos socioterritoriais em ocupações conjuntas com o MPRA – 2000-2012
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
Movimento de Libertação dos Sem Terra
Movimento de Luta pela Terra
Movimento Terra, Trabalho e Liberdade
Fonte: DATALUTA, 2013. Org. DALPERIO, L. C

Segundo o Jornal da Manhã (2011), o representante do fórum Edvaldo Soares, disse que essa ação ocorreu para pressionar o INCRA para fazer a reforma agrária, pois a área já foi considerada improdutiva e que a reintegração das áreas ocupadas pelos movimentos não para a luta. Depois da ocupação as famílias dos movimentos foram retiradas do local. Cleps Junior (2012) aponta que essa fazenda é alvo dos movimentos socioterritoriais desde 2008 e atualmente:

> A Fazenda Inhumas faz parte de uma grande fazenda que foi desmembrada m três fazendas. As outras duas fazendas já estão tomadas por canavial que produz cana para a Usina Vale do Tijuco, que integra o Consórcio CMAA (Companhia Mineira de Açúcar e Álcool), que está instalando mais outras duas Usinas na região do Triângulo (CLEPS JUNIOR, 2012, p. 2).

Outra forma de luta é através das manifestações do campo conjuntas com outros movimentos realizando sete no Estado de Minas Gerais contabilizando 3.260 pessoas. Com as tipologias: acampamentos (como o da Praça Sérgio Pacheco em Uberaba), audiência, caminhada, concentração em espaços públicos, ocupações de prédios públicos (como na CONAB) e outros com as temáticas de terra. Essas ações ocorreram em conjunto com o APR, CLST, MLST, MLT, MST, MTL, CONTAG, CPT e Movimento Sem Teto do Brasil nos anos de 2005, 2006 e 2012 (DATALUTA 2013).

O Movimento Popular dos Sem Terra (MPST) tem como ano de fundação 2006 e luta pela terra no Brasil através das ocupações de terras. Até o momento de nossa pesquisa não foi possível encontrar informações adicionais do MPST devido a dificuldade de encontrar referências bibliográficas. No DATALUTA (2013) contabilizamos cinco ocupações de terra individuais com a participação de 547 famílias no estado de Minas Gerais, nas fazendas Rio Grande II e Cerradão em Frutal, fazendas Picada e São Vicente em Ituiutaba e Fazenda Campo Belo em Frutal nos anos de 2006 e 2007. Vale ressaltar, que as microrregiões dessas ações foram Frutal e Ituiutaba. No que tange as ocupações conjuntas e as manifestações do campo este movimento nunca não realizou.

O Movimento Resistência Camponesa (MRC) foi fundado em setembro de 1997. Este movimento entende que é através da luta que se constrói uma nova sociedade democrática. Até o momento de nossa pesquisa não conseguimos encontrar informações relevantes sobre o movimento. Mas, por meio do DATALUTA (2013) sabemos que este movimento atua somente na forma de ocupação de terra individual, sendo registradas três ocupações com a participação de 170 famílias no estado da BA: em São Sebastião do Passé na Fazenda Engenho do Capimirim, em Saubara na Fazenda Cabeça do Nego e em Santa Cruz Cabrália na Fazenda Esperança. Respectivamente nas microrregiões de Catu, Santo Antônio de Jesus e Porto Seguro.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra da Base (MST da Base) é outro movimento a ser classificado como microrregional. Sua fundação remete ao ano de 2008 no estado de São Paulo, devido à dissidência com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem

Terra. Este movimento realizou 179 ocupações de terras, dessas 94 ocupações eram individuais com a participação de 1.801 famílias entre 2008 e 2012. Podemos citar algumas fazendas como: Fazenda Iaras I e II, Fazenda Santa Cecilia, Fazenda São Mateus, Fazenda Alice, Fazenda Nossa Senhora de Lurdes, Fazenda Liberdade, Fazenda Guarani, Fazenda Turmalina, Fazenda Leonilda, Fazenda Santo Antônio e Fazenda Guarani. Em relação ao número de ocupações conjuntas, este movimento realizou 85 com 3.663 famílias participantes com vários movimentos socioterritoriais (quadro 8).

Quadro 8 – Participação dos movimentos socioterritoriais em ocupações conjuntas com o MST da Base – 2000-2012	
Central Única dos Trabalhadores	Movimento de Libertação dos Sem Terra
Movimento de Luta pela Terra	Movimento Terra Brasil
Movimento dos Trabalhadores Sem Terra-	Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura	Movimento dos Agricultores Sem Terra
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Presidente Epitácio	União dos Movimentos Sociais pela Terra
Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar	
Fonte: DATALUTA, 2013. Org. DALPERIO, L. C	

Outra forma de luta é através das manifestações do campo sendo realizadas 20, destas 11 individualmente e nove com outros movimentos como MAST, MTB, MTST, UNITERRA, CUT etc. no Estado de São Paulo em 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012. Com as tipologias de Acampamento, Caminhada, concentração em espaço público, marcha, ocupação de agência bancária, ocupação de prédio público, ocupação de prédio privado e outros, abarcando as temáticas sobre terra, reforma agrária e renegociação de dívidas realizadas através de caminhadas, marchas, ocupações de agências bancárias, de prédios públicos e privados.

O Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados do Mato Grosso (MTAA-MT) foi fundado no município de Cuiabá no Mato Grosso (SOUZA, Elenira, 2009). Até o momento de nossa pesquisa não foi encontrar informações aprofundadas, mesmo acessando o site[45] oficial do Movimento, pois não informa sua trajetória de luta, seus objetivos, historicidade etc. Através do DATALUTA (2013) sabemos que o MTAA-MT luta

[45] Site oficial do MTAA/MT. Disponível em: < http://mta-wwwmtamovimentocombr-mta.blogspot.com.br >. Acesso em: 18 set. 2013.

pela conquista do território, se utilizando das ocupações de terras e manifestações. Foram registrados no período estudado três ocupações de terras de forma individual com a participação de 1.100 famílias nos anos de 2003 e 2006 em MT, na Fazenda Ressaca no município de Cáceres, Cuiabá na Fazenda Bigorna e Rondonópolis na Fazenda do PCC, nas microrregiões de Alto Pantanal, Cuiabá e Rondonópolis respectivamente.

Em relação às manifestações foram registradas 40 no estado do MT de 2002 a 2010. Destas 32 foram individuais com a participação de 15.314 pessoas reivindicando questões relacionadas à terra, a créditos agrícolas, assentamento de famílias e infraestruturas. Identificamos cinco tipologias: acampamento, bloqueio, concentração em espaço público, marcha e ocupação de prédio público. Podemos citar como exemplos, ocupação e assentamento em frente ao INCRA, bloqueio das BR-070 e BR-364 entre outros. Foram registradas oito manifestações conjuntas com a CONTAG e o MST com a participação de 3.400 pessoas, por meio de acampamento, bloqueio e ocupação de prédio público, como ocupação do INCRA e bloqueio da MT-320 por questões relacionadas à terra (DATALUTA, 2013). Podemos observar através desses dados que o MTAA/MT atuou em primeiramente em manifestações para depois agir através das ocupações e como estratégia de luta o Movimento parou de atuar em ocupações até o momento de nossa pesquisa.

Sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra Brasileiros (MTRSTB), sabemos que ele foi fundado em 2000 e não possível encontrar informações adicionais/relevantes sobre este movimento. Por meio do DATALUTA (2013) foi registrado que o MTRSTB realizou uma ocupação de terra individual com a participação de 150 famílias na Fazenda Santa Clara município de Serra Azul (microrregião de Ribeirão Preto) e uma ocupação em conjunto com o movimento socioterritorial União dos Movimentos Sociais pela Terra na Fazenda Santo Antônio em Presidente Epitácio (microrregião de Presidente Prudente), no estado de São Paulo nos anos de 2000 e 2008 (respectivamente). Em relação às manifestações do campo não foram registradas nenhuma atuação.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais e Urbanos (MTRUB), como o próprio nome do movimento informa, ocorre uma articulação entre os trabalhadores tanto do campo como da cidade. Em nossas pesquisas não encontramos o ano de fundação do Movimento, mas sabemos que sua formação ocorreu com a dissidência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Sua forma de luta é através das ocupações de terra, sendo realizadas de forma individual, duas com a participação de 401 famílias no Engenho Maú localizado em

Cabo de Santo Agostinho (microrregião de Suape) e em Catende no Engenho Porto Seguro (microrregião da Mata Meridional Pernambucana) ambas no estado do Pernambuco em 2000 (DATALUTA, 2013). Sobre as manifestações do campo não ocorreram registros de atuações.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MTRST) foi criado no município de Vitória no estado do Espírito em 2000 (SOUZA, Elenira, 2009). Até o momento de nossa pesquisa não encontramos nenhum site referente ao movimento socioterritorial ou publicações com sua trajetória de luta. Este movimento realizou três ocupações com 520 famílias participantes em 2000 e 2007 no estado do ES: nas fazendas Estiva (em São Mateus), Itapocu (em Serra) e Fazenda Teresa Delaroli Aguiar (em Guaçui). Nas microrregiões de São Mateus, Vitória e Alegre (DATALUTA, 2013). Em relação às manifestações do campo não foram registradas nenhuma atuação do MTRST no período estudado.

A Organização Agrária Camponesa (OAC) foi criada no município de Curitiba localizada no estado do Paraná em 2005 (SOUZA, Elenira, 2009). Tivemos dificuldades em encontrar informações a respeito deste movimento, pois não encontramos nenhum site, acesso por meio digital ou referências bibliográficas relevantes. Sabemos que este movimento socioterritorial nunca realizou manifestação, mas atuou em quatro ocupações de terras com a participação de 270 famílias em 2005 no estado de sua fundação. Duas dessas ações ocorreram em Abatiá (na microrregião de Cornélio Procópio) na Fazenda Linda Flora, uma em Boa Ventura de São Roque (Pitanga) na Fazenda Volta Grande e uma em Jundiaí do sul (Jacarezinho) na Fazenda Ana Fraga (DATALUTA, 2013). Sobre esta última fazenda, a ação ocorreu para acelerar no processo de desapropriação dessa área, mas a OAC foi obrigada a sair do local devido a liminar de reintegração de posse concedida ao proprietário. Segundo o Jornal os camponeses estariam ameaçando dois policiares militares que ficaram em cárcere privado (COSSO, 2005).

A União dos Agricultores de Pernambuco (UAPE) fundado no ano de 2003 na cidade de Cabo de Santo Agostinho no estado de Pernambuco (SOUZA, Elenira, 2009). Até o momento de nossa pesquisa não foi possível encontrar informações aprofundadas sobre o Movimento. Por meio do DATALUTA (2013), no período estudado foram registradas as participações de 240 famílias em duas ocupações de terras individuais no município de Cabo de Santo Agostinho no Engenho Mauá (mesmo nome a microrregião) e em Feira Nova (Médio Capibaribe) na Fazenda Primavera no estado de PE em 2003. As manifestações registradas ocorreram no mesmo estado e ano das ocupações, mas em Recife. Foram

contabilizadas três manifestações com a participação de 200 pessoas, através de concentração em espaço público com um ato público em frente à Ordem dos Advogados do Brasil e ocupação em prédio público, neste caso do INCRA. Essas ações estavam relacionadas às questões que envolvem a terra em 2003.

A União dos Movimentos Sociais pela Terra (UNITERRA) foi fundada no ano de 2003, na região denominada Pontal do Paranapanema localizado no oeste do estado de São Paulo. Segundo Elenira Souza (2009), a criação desse movimento socioterritorial foi a partir do agrupamento de vários movimentos: MAST, do MNF, do MTV, do ARST e do MTRSTB. Por meio do DATALUTA (2013) foi possível registar as atuações nas formas de ocupações e manifestações. Sobre as ocupações de terras, contabilizamos 79 ocupações conjuntas com 4.448 famílias participantes em várias localidades do estado de São Paulo (regiões de Araçatuba, Marília e Presidente Prudente), podemos citar as, Fazenda Floresta, Fazenda Aracanguá, Chácara da Alcinda, Fazenda das Cobras, Fazenda Santo Antônio, Fazenda Vista Alegre, Fazenda Esperança, Fazenda Boa Esperança etc. Essas ações ocorreram nos anos 2007, 2008, 2009 e 2011, com vários movimentos socioterritoriais informados no quadro 9.

Quadro 9 – Participação dos movimentos socioterritoriais em ocupações conjuntas com a UNITERRA – 2000-2012

Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra Brasileiros
Central Única dos Trabalhadores	Movimento dos Agricultores Sem Terra
Centro Terra Viva	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
Confederação Nacional dos Trabalhadore Agricultura	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra da Base
Movimento Terra Brasil	Movimento de Libertação dos Sem Terra
Fonte: DATALUTA, 2013. Org. DALPERIO, L. C	

Em relação às manifestações, foram registradas oito somente em conjunto através da concentração em espaço público, com a ocupação da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) em vários municípios do estado de São Paulo em 2009 pelas questões relacionadas à terra. Essas ações ocorreram em conjunto com o MAST, MST da Base, MTB e MTST (DATALUTA, 2013).

O movimento Via do Trabalho (VT) foi registrado pela primeira vez em nosso banco de dados em 2012. Severino Carvalho (2012) aponta que movimento é dissidência do MTL e

seria uma Organização Não-Governamental (ONG). Por este motivo o Movimento pode ser responsabilizado civil e criminalmente pelas suas ações. Segundo o autor, o VT luta pela reforma agrária no estado do Alagoas e tem como coordenador estadual Antônio José Gomes Soares.

Por meio do DATALUTA (2013), foi possível registrar a atuação em seis ocupações de terras individuais com a participação de 315 famílias no estado do Alagoas, nos municípios de Porto Calvo (microrregião da Mata Alagoana) nas fazendas Fazenda Canaã, Fazenda Escurial, Fazenda Prazeres e Fazenda São Gonçalo. Outra em Matriz do Camaragibe (microrregião da Mata Alagoana) na Fazenda Cajuá e por fim em Santana do Mundaú (Serrana dos Quilombos) na Fazenda Tocal. Vale ressaltar, que não foram registradas a atuação em manifestações do campo.

Segundo Severino Carvalho (2012), a Fazenda Cajuá é considera pelo Movimento uma área improdutiva e quer que o INCRA faça uma vistoria na propriedade. Sobre a Fazenda Escurial ela é arrendada a uma usina de cana-de-açúcar. Em entrevista a Carvalho o militante do Movimento, Antônio Gomes, afirma que:

> Não queremos a área toda, mas sim a desapropriação de 120 hectares que estão sendo reivindicados na Justiça, há 15 anos, por questões de dívidas trabalhistas. Queremos essa terra para ampliar o assentamento Irmã Dorothy, em que foram assentadas, pelo Incra, 80 famílias onde só caberiam 40 (Antônio Gomes em entrevista para Carvalho, S., 2012).

Evidenciamos o caráter da luta dos movimentos socioterritoriais da escala estadual, em que atuaram em várias regiões do Brasil. Mesmo eles sendo da mesma escala tem objetivos diferenciados, mas a terra como trunfo é encontrada em todos os movimentos estudados. No que tange a cessão dos movimentos nesta escala, identificamos sete, são eles: CAA, LOC, MBUQT, MLSTL, MPST, MTRUB, MTRST, OAC e UAPE.

A seguir apresentaremos os movimentos socioterritoriais da escala de atuação macrorregional no período de 2000 à 2012.

3.4 – Escala Macrorregional

Se o movimento atua em mais de um estado de acordo com as macrorregiões do IBGE, classificamos dentro da escala macrorregional. No quadro 10 podemos verificar os 28 movimentos socioterritoriais que são classificados nesta escala de atuação. Esses movimentos realizaram no Brasil 989 ocupações individuais com a participação de 103.121 famílias no período estudado.

Quadro 10 – Brasil – Movimentos Socioterritoriais da Escala Macrorregional, Ocupações e Famílias Participantes – 2000-2012

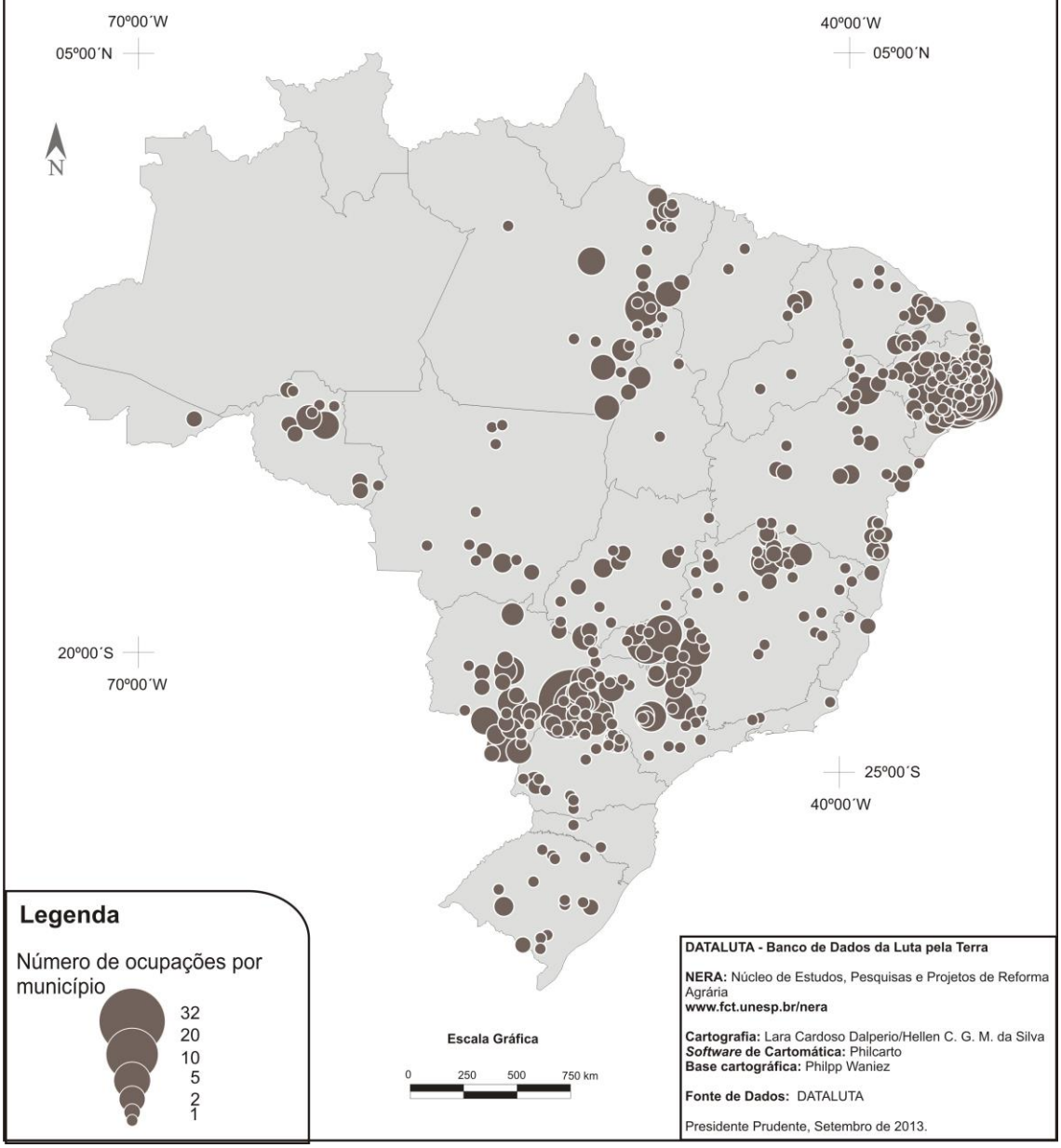
	Siglas dos Movimentos	Ocupações Individuais	Famílias em ocupações Individuais	Ocupações Conjuntas
1	ACRQ	3	140	0
2	ATR	10	487	0
3	CETA	20	1.068	2
4	CPT	161	12.949	38
5	CUT	70	8.482	104
6	FERAESP	15	2.463	74
7	FETRAF	139	17.714	97
8	LCP	65	4.931	4
9	MAB	4	1.576	4
10	MAST	65	5.492	84
11	MLST	123	14.953	70
12	MLT	26	1.864	3
13	MPA	3	656	7
14	MSST	2	200	1
15	MSTR	3	165	0
16	MT	5	727	0
17	MTA	2	876	1
18	MTB	4	143	23
19	MTD	6	570	1
20	MTL	97	7.648	11
21	MTR	18	1.367	0
22	MTST	4	839	57
23	OI	6	731	0
24	OLC	80	9.192	3
25	QUILOMBOLAS	16	2.026	11
26	ST	3	1.200	0
27	TERRA LIVRE	17	1.060	0
28	VIA CAMPESINA	22	3.602	9

Fonte: DATALUTA, 2012. Org. DALPERIO. L. C.

Como podemos observar no quadro 10, nesta escala de atuação, o movimento mais atuante em ocupações de terras individuais é a CPT com 161 ocupações de terras com a participação de 12.949 famílias, seguidos da FETRAF com 139 ocupações e 17.714 famílias participantes e MLST com 123 ocupações de terras com a participação de 14.953 famílias. Em números de ocupações de terras conjuntas o movimento socioterritorial que mais se destaca é a CUT com 104 ocupações, seguidos da FETRAF com 97 e do MAST com 84 ocupações conjuntas.

O mapa 16 mostra a espacialização das ações na forma de ocupação de terras no Brasil dos movimentos socioterritoriais classificados nesta escala.

Mapa 16 - Brasil - Geografia dos Movimentos Socioterritoriais - 2000-2012
Escala de Atuação - Macrorregional



Podemos observar que essas ações ocorreram em todas as macrorregiões brasileiras, evidenciando que a luta pela terra nas formas de ocupações ainda é a principal forma. Essas ações não foram realizadas em três estados da região Norte (mapa 16).

Uma das caraterísticas principais dos movimentos socioterritoriais nesta escala são as suas estruturas organizativas maiores, se comparado com outras escalas. Elas são compostas

por diversos sindicatos, federações, centrais etc., e também da articulação de movimentos em escala global, como a Via Campesina e o MPA. Nesta escala de atuação, observamos que as ações dos movimentos ocorrem tanto de forma conjunta do que individual.

Às origens dos movimentos socioterritoriais vimos que eles atuam desde a década de 1970 a 2000, como exemplo, nos anos de 1975, 1983, 1992, 2000 e 2006, ou seja, são movimentos com histórico de lutas antigas como a CPT, os Quilombolas, o MAB e a CUT. Em relação às características dos movimentos socioterritoriais, temos em sua maioria as denominações "movimentos", temos também os que se caracterizam como organização, federação, central e associações que rompem os limites do local para o macrorregional.

A seguir apresentaremos de modo descritivo as informações a respeito de cada um desses movimentos classificados nesta escala de atuação. Estas informações foram extraídas do cadastro dos movimentos, de pesquisas mídia impressa e digital e de referências bibliográficas, quando encontradas.

A Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos (ACRQ) tem como ano de fundação 2006, lutando pela valorização cultural dos remanescentes de quilombos, por educação, por saúde nas comunidades, bem como infraestruturas para sua sobrevivência e reprodução. Até o momento de nossa pesquisa não foram encontradas informações relevantes sobre este movimento que pudesse qualificar a pesquisa. Por meio do DATALUTA (2013), registramos que este movimento realizou três ocupações de terras individuais com a participação de 140 famílias nos estados do Pernambuco na área do Quilombo Conceição das Creoulas em Salgueiro e em Minas Gerais no Quilombo Gorutubanos em Porteirinha e na Fazenda Vista Alegre em Varzelândia.

Em relação às manifestações do campo foram contabilizadas quatro com a participação 2.300 pessoas. Sendo uma individual através da marcha "Marcha dos Quilombolas" e três em conjunto com as tipologias, concentração em espaço público devido aos protestos do Dia Internacional da Mulher, ocupação de prédio público - Coord. do Desenvolvimento Agrário e celebração religiosa - ato ecumênico em memória da Irmã Dorothy com os movimentos socioterritoriais ACRQ, CPT, CUT, MAB, MST, CETA, MTD, MST etc. (DATALUTA, 2013).

A Associação dos Trabalhadores Rurais (ATR), segundo a metodologia da CPT é utilizado este termo para as associações cujo nome não foi citado no registro. Deste modo, não temos maiores informações. Por meio do DATALUTA (2013) sabemos que as

associações realizaram dez ocupações individuais com a participação de 487 famílias entre 2011 e 2012, no estado do Maranhã em Tufilândia na área do Povoado Pimenta, no Pará no município de Conceição do Araguaia na Fazenda Bom Jardim e em Anapu nas localidades das G. Belo Monte, Gleba Bacajá, Gleba Belo Monte, Gleba Manduacari e P.A. Bom Jardim e por fim, em Rondônia em Vilhena na Gleba Corumbiara e em Porto Velho na Gleba Rio das Garças.

Em relação às manifestações realizadas de forma individual e em conjunto foram registradas 38 manifestações com 7.484 pessoas. Dessas 34 foram individuais e quatro conjuntas (com a CPT, CONTAG e Cáritas) através de audiências, bloqueios, caminhadas, concentração em espaços públicos, ocupações de agências bancárias, de prédios públicos e privados, e outras. Contendo as temáticas que envolvem a água, a terra, políticas agrícolas, regularização fundiária, educação, saúde, assentamentos de famílias etc.. Essas ações ocorrem nos estados do AC, AM, BA, MA, MG, MT, PA, PB, PE, PI, RO em 2002, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012.

A Coordenação Estadual de Trabalhadores Assentados é conhecida como CETA, também tivemos dificuldades de encontrar informações referentes a este movimento, visto que, o mesmo não possui acesso mídia digital. A CETA foi fundada no ano de 2002 e segundo Elenira Souza (2009) os principais objetivos deste movimento socioterritorial são: “a luta pela terra e por uma Reforma Agrária justa, capaz de dar condições de sustentabilidade, comercialização, lazer, formação e emancipação aos trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra”. (SOUZA, Elenira, 2009, p. 94). Suas lutas se dão através das ocupações de terras e manifestações tanto individuais como em conjunto.

Sobre as ocupações conjuntas contabilizamos duas com os movimentos Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a Rede de Assistência dos Acampados e Assentados do Sul da Bahia com 390 famílias e 20 ocupações individuais com a participação de 1.068 famílias nos estados da Bahia e do Rio Grande do Sul entre os anos 2002, 2003, 2004, 2005, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012. Essas ações ocorreram em áreas de fazendas, de usinas, conjuntos etc., por exemplo, Fazenda São José, Fazenda Casa Nova, Fazenda Tarumã, Fazenda Casa Nova, Usina Itapetingui, Conjunto Dom Evaldo, Fazenda São José, Fazenda Guanabara, Fazenda Tarumã entre outras.

Em relação às manifestações do campo foram realizadas 53 no estado da Bahia sendo oito individuais e 45 conjuntas com o MST, CPT, MAB, MPA, MTD, CRQ, Movimentos

Indígenas, CONTAG etc. Essas ações ocorrem entre 2002 e 2009, voltando a atuar em 2011, através dos acampamentos, bloqueios, caminhadas, celebrações religiosas, concentrações em espaços públicos, marchas, ocupações de prédios públicos, romarias, temática e tentativa de ocupação. As reivindicações dessas ações evolviam as questões indígenas, ambientais, de direitos humanos, terra, água e trabalhistas, por políticas agrícolas etc.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) surgiu em 1975, durante o Encontro de Pastoral da Amazônia, realizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil em Goiânia:

> Fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação dos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, a CPT teve um importante papel. Ajudou a defender as pessoas das penalidades sofridas deste sistema de governo, que atendiam interesses capitalistas nacionais e transnacionais, e abriu caminhos para que ele fosse superado. Ela nasceu ligada à Igreja Católica porque a repressão estava atingindo muitos agentes pastorais e lideranças populares, e também, porque a igreja possuía uma certa influência política e cultural. (SOUZA, Elenira, 2009, p. 47).

A CPT é considerada como "a maior representante da Teologia da Libertação no país e portadora de uma marcante ação territorial, na medida em que propõe, por meio das suas ações, uma maior valorização objetiva e subjetiva do território visando a sua transformação" (PEDON, 2009, p. 2014).

Segundo o site da CPT, atualmente sua luta se dá em três eixos principais de ação: O primeiro relacionado aos Direitos – a dignidade humana, a terra, de trabalho, denúncia do trabalho escravo, ou seja, luta pelos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais; o segundo relacionado à Água – direcionados as famílias expulsas de suas terras devido à construção de grandes barragens, os ribeirinhos; e o terceiro nas questões que abarcam a temática Terra – democratização ao acesso a terra, terra para trabalho e sustento das famílias, contra a exploração, contra o latifúndio, contra a violência no campo, à grilagem de terras. Defendendo assim, as diversas lutas e manifestações em favor da Reforma Agrária (CPT, [200?][46]).

A CPT luta através das ocupações de terras e das manifestações do campo (tanto individuais como em conjunto). No período estudado, o Movimento não atuou apenas em 2011. Em relação às ocupações de terras no período estudado foram registradas pelo

[46] Sem data de publicação. Informações retiradas do site oficial da CPT. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/>. Acesso em: 16 set. 2013.

DATALUTA (2013) 161 ocupações individuais com a participação de 12.949 famílias e 38 ocupações conjuntas com 6.036 famílias (quadro 11). Essas ações ocorreram nos estados do AL, BA, CE, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, RJ e RN, apenas em 2011 não teve atuação. Podemos citar algumas áreas de atuação da CPT como: Fazenda Tulipa Negra, Fazenda Comanche, Fazenda Areias, Fazenda Amor, Fazenda Bom Jardim, Fazenda Bota Velha, Fazenda Tipiri, Fazenda Bom Jardim, Fazenda Jaguarana, Fazenda Flor do Bosque, Fazenda Santa Maria, Fazenda Cobras etc.

Quadro 11 – Participação dos movimentos socioterritoriais em ocupações conjuntas com a CPT – 2000-2012	
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura	Central Única dos Trabalhadores
Centro de Agricultura Alternativa	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
Associação dos Moradores das Microrregiões do Estado de Alagoas.	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
Movimento de Luta pela Terra	Movimento de Mulheres Camponesas
Movimento Terra, Trabalho e Liberdade	Quilombolas
Movimento de Libertação dos Sem Terra	
Fonte: DATALUTA, 2013. Org. DALPERIO, L. C	

Sobre as manifestações foram registradas 1.014 (435 individuais e 579 conjuntas) em todos os estados brasileiros atuando de 2000 à 2012, através de: acampamento, audiência, bloqueio, caminhada, celebração religiosa, cerco a construção, concentração em espaço público, encontros, greves de fome, jejum, manifesto, marcha, ocupações de agência bancária, ocupação de prédio público ou privado, romarias, panfletagem, saques, tentativas de ocupação ou de saque, vigílias etc. Essas ações tiveram varias reivindicações e temáticas como as ações contra a construção de barragens, impunidades, injustiças, violências, monoculturas etc., ações que envolvem as questões relacionadas à água, aos indígenas, direitos humanos, ambientais, terra, seca, reforma agrária, saúde, infraestruturas entre outras.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) foi fundada no 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora em 1983, na cidade de São Bernardo do Campo localizado no estado de São Paulo. E "é uma organização sindical de massas em nível máximo, de caráter classista, autônomo e democrático, adepta da liberdade de organização e de expressão e guiada por preceitos de solidariedade, tanto no âmbito nacional, como internacional" (SOUZA, Elenira, 2009, p. 88). Desde sua fundação, a CUT:

> tem atuação fundamental na disputa da hegemonia e nas transformações ocorridas no cenário político, econômico e social ao longo da história brasileira, latino-americana e mundial. Os avanços obtidos na proposta de um Sistema Democrático de Relações de Trabalho e a eleição de um operário à presidência da República em 2002, são fortes exemplos dessas mudanças e resultados diretos das ações da CUT em sua luta incansável pela garantia e ampliação de direitos da classe trabalhadora (CUT, [200?], p. [1])[47].

O Movimento tem como organização horizontal: estrutura nacional e está organizada em todo o território brasileiro com as CUTs estaduais e organização vertical: sindicais de base e entidades sindicais por ramo de atividade econômica: sindicatos, federações e confederações. Assim, é uma das maiores centrais sindicais do mundo com 806 entidades filiadas, 7.847.077 trabalhadores associados e 23.981.044 trabalhadores na base (CUT, [200?]). Para alcançar seus objetivos voltados ao campo brasileiro a CUT, utiliza-se das ocupações e manifestações.

Em relação às ocupações de terras a CUT realizou 70 de formas individuais com 8482 famílias e 104 ocupações de terras em conjunto com a participação de 8.221 pessoas com outros movimentos expressados no quadro 12. Essas atuações ocorreram nos estados do Acre, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Rio Grande do Sul e São Paulo, nas localidades: Fazenda Terra Santa, Fazenda Boa Sorte, Fazenda São João, Fazenda Fortaleza, Fazenda Guassu, Fazenda Ivinhema, Fazenda Cerejo, Fazenda Forquilha, Fazenda Luana, Fazenda São José etc. Vale ressaltar, que a CUT no período estudado não atuou em 2002 (DATALUTA, 2013).

Quadro 12 – Participação dos movimentos socioterritoriais em ocupações conjuntas com a CUT – 2000-2012	
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra da Base	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo	União dos Movimentos Sociais pela Terra
Comissão Pastoral da Terra	Via Campesina
Movimento de Libertação dos Sem Terra	Movimento dos Agricultores Sem Terra
Fonte: DATALUTA, 2012. Org. DALPERIO, L. C	

[47] Sem data de publicação e numeração de página. Informações extraídas do site da CUT. Disponível em: <http://www.cut.org.br/institucional/38/historico>. Acesso em: 16 set. 2013

Em relação às manifestações foram registradas 200 (23 individuais e 177 conjuntas) através de: acampamentos, caminhadas, bloqueio, concentrações em espaços públicos, marchas, ocupações de prédios públicos, romarias, saques entre outras. Diferentemente das ocupações, as manifestações são mais espacializadas, ocorreram nos estados do AC, AL, BA, CE, ES, GO, MA, MG, MS, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SE, SP, TO e no DF em todos os anos do período estudado. Essas ações envolveram questões relacionadas à água, direitos humanos, indígenas, terra, trabalhistas, politicas agrícolas etc. (DATALUTA, 2013).

O movimento socioterritorial Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP) foi fundado em1989 como dissidência da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo. Este movimento tem o intuito da conquista do território e da realização da reforma agrária defendendo os trabalhadores, lutando por melhores condições de trabalho, saúde e educação etc. (FERAESP, [200?][48]). Para conquistar seus objetivos a FERAESP utiliza-se das manifestações do das ocupações de terras atuando em 15 ocupações com a participação de 2.463 famílias e em números de ocupações conjuntas este movimento realizou 74 com 5.907 famílias (quadro 13) nos estados do Mato Grosso do sul e São Paulo. Algumas dessas atuações foram nas localidades: Fazenda Araçá, Fazenda Floresta, Fazenda Aracanguá, Fazenda Iaras I, Fazenda Iaras II, Fazenda Nossa Senhora Aparecida, Fazenda Cachoeira, Fazenda Oito e Meio e Fazenda Santo Antônio (DATALUTA, 2013). O quadro 13 apresenta a relação dos nomes desses movimentos socioterritoriais que aturam juntamente com a FERAESP.

Quadro 13 – Participação dos movimentos socioterritoriais em ocupações conjuntas com a FERAESP – 2000-2012

Central Única dos Trabalhadores	MST da base
Movimento dos Agricultores Sem Terra	Movimento de Libertação dos Sem Terra
Movimento dos Trabalhadores Sem Terra	União dos Movimentos Sociais pela Terra
Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
Fonte: DATALUTA, 2013. Org. DALPERIO, L. C	

[48] Sem ano de publicação. Informações retiradas do site da FERAESP. Disponível em: < http://www.feraesp.org.br/ >. Acesso em: 16 set. 2013

Sobre as manifestações campo realizando uma através da concentração em espaço público, sendo um ato público na Entrada do Agrishow em Ribeirão Preto no Estado de São Paulo em 2007, com a participação de 1.000 pessoas reivindicando questões trabalhistas.

A Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF), fundada no ano de 2004:

> a FETRAF-BRASIL/CUT - Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar - nasceu de uma decisão tomada no I Encontro Nacional da Agricultura Familiar em Julho de 2004 em Brasília. A FETRAF-BRASIL/CUT tem sua origem na luta efetiva dos Agricultores e Agriculturas Familiares numa fase muito rica de debates e proposições baseadas no novo sindicalismo CUTista (FETRAF, [200?], p. [1])[49].

O Movimento defende a construção de uma produção sustentável e solidária, o fortalecimento e ampliação da representação dos agricultores familiares assim, trabalhando com os princípios da democracia e liberdade de expressão. Atualmente, o Movimento está organizado em 18 estados federativos, com aproximadamente 600 Sindicatos e Associações sindicais com quase 500 mil agricultores associados (FETRAF, [200?]). Segundo Elenira Souza (2009):

> É orgânica à CUT, para ser um instrumento a serviço dos agricultores familiares e da classe trabalhadora. É uma organização diferenciada das outras organizações do campo, articulando a luta política de forma integrada (visão global) com a organização econômica/social, construindo caminhos e alternativas concretas para os agricultores e agricultoras familiares (SOUZA, Elenira, 2009, p. 88).

As ações de luta deste movimento são compostas pelas manifestações do campo e ocupações de terras tanto individuais quanto em conjunto. Em relação às ocupações de terras a FETRAF realizou 139 ocupações de terras individuais com a participação de 17.714 famílias e 97 ocupações de terras conjuntas com 7.443 famílias ligadas aos movimentos do quadro 14. Essas ações foram realizadas nos estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco, Piauí, São Paulo e no Distrito Federal. Nas localidades: Fazenda Alemoa, Fazenda Caiçara, Fazenda Águas Compridas, Fazenda Serra Verde, Fazenda Formigueiro, Fazenda Serra Verde, Fazenda Brocotó, Fazenda União, Fazenda Santo

[49] Sem ano de publicação e numeração de página. Informações retiradas do site oficial do movimento. Disponível em: <http://www.fetraf.org.br/site/quem_somos.php#.>. Acesso em: 16 set. 2013.

Antônio, Fazenda Funil etc. No período estudado o Movimento não atuou apenas em 2001 e 2002 (DATALUTA, 2013).

Quadro 14 – Participação dos movimentos socioterritoriais em ocupações conjuntas com a FETRAF – 2000-2012	
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura	MST da base
Central Única dos Trabalhadores	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Comissão Pastoral da Terra	Movimento Terra Brasil.
Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo	Movimento de Libertação dos Sem Terra
Movimento dos Trabalhadores Sem Terra	União dos Movimentos Sociais pela Terra
Movimento dos Agricultores Sem Terra	
Fonte: DATALUTA, 2013. Org. DALPERIO, L. C	

Sobre as manifestações foram registradas 224 tanto individuais como em conjunto. Destas 162 foram individuais e 62 em conjunto com a CUT, CONTAG, MAB, MPA, MST, CPT, MTL, OLC, QUILOMBOLAS, MLST, VIA CAMPESINA etc. Essas ações foram realizadas através dos acampamentos, bloqueio, caminhada, concentração em espaço público, formação de acampamento, marcha, ocupação de agência bancária, de prédio público e privado, outras, temáticas e vigília. Essas ações ocorreram para reivindicar questões relacionadas a créditos, políticas agrícolas, direitos humanos, ambientais, trabalhistas, contra monoculturas e pela reforma agrária ocorrendo nos estados da BA, CE, GO, MA, MS, MT, PA, PE, PI, PR, RN, RS, SC, SP e no DF, entre 2000 e 2012 (DATALUTA, 2013).

Sobre o movimento socioterritorial Liga dos Camponeses Pobres (LCP), foi fundado no ano de 1995. Tem como objetivos acabar com o latifúndio no Brasil conquistando a terra, defendendo uma a revolução agrária para que todos os trabalhadores rurais, acampados e os sem-terra conquistem seus territórios. Lutam também contra a repressão aos movimentos através das leis, violências etc. (MOVIMENTO ESTUDANTIL POPULAR REVOLUCIONÁRIO, 2010).

O movimento surge da necessidade da mobilização e organização camponesa na luta pela retomada de suas terras, onde o agronegócio/latifúndio estão territorializados (LCP, [200?][50]). Neste sentido, o LCP é um movimento "independente que não vive de créditos do

[50] Sem data de publicação. Disponível em: < http://www.ligaoperaria.org.br/historico.htm >. Acesso em: 09 jul. 2013.

governo e que se sustenta pelo apoio das famílias camponesas e da solidariedade de operários, professores, estudantes e demais democratas e suas organizações que apoiam a luta pela terra no país" (LCP, [200?], p. [1])[51].

Desde seu surgimento atuou em manifestações e em ocupações de terras. Em relação às ocupações de terras o LCP atuou nos estados do Alagoas, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Pará e Rondônia contabilizando 65 ocupações individuais com a participação de 4.931 famílias e quatro ocupações conjuntas com a participação de 350 famílias com outros (quadro 15). Podemos citar algumas localidades das ações, como na: Fazenda Corgão, Fazenda Cifra, Fazenda Poço da Vovó, Fazenda Serra Azul, Fazenda Cauã e Galhardi, Fazenda Arrobas, Fazenda Rio Azul, Fazenda Vale do Jamari, Fazenda Castelo, Fazenda Bolão e Fazenda Barro Preto (DATALUTA, 2013).

Quadro 15 – Participação dos movimentos socioterritoriais em ocupações conjuntas com a LCP – 2000-2012
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
Movimento de Libertação dos Sem Terra
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Movimento Terra, Trabalho e Liberdade
Organização dos Trabalhadores no Campo
Fonte: DATALUTA, 2013. Org. DALPERIO, L. C

Este movimento atuou em 25 manifestações do campo com 5.040 pessoas nos estados do Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Pará e Rondônia. Destas 19 foram realizadas de forma individual e seis conjuntas com os movimentos MLST, MTL, MST e CONTAG. Essas ações ocorrem nos anos de 2006, 2007, 2009, 2010, 2011 e 2012, com as temáticas sobre a terra e direitos humanos realizando acampamentos, bloqueio, caminhadas, ocupação de prédios públicos, temática e concentração em espaços públicos. Por exemplo, o bloqueio na BR-364, ocupação do INCRA na cidade de Ariquemes em Rondônia e a I Caminhada do "Corte Popular" na Usina João de Deus contra a injustiça e violência em Capelas no estado do Alagoas (DATALUTA, 2013).

O próximo movimento a ser pesquisado é o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), fundado em 1989. Segundo Elenira Souza (2009):

[51] Trecho extraído na integra do site oficial do Movimento, sem identificação da data de publicação e número de páginas.

> Com o intuito de ampliar a luta pelos atingidos por barragens, que estava regionalizada, ocorreu em 1989 o 1º Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, onde foi deliberada à idéia de constituição de uma organização nacional dos atingidos e um novo encontro nacional, no qual se discutiriam o formato dessa organização, seus objetivos e formas de ação. Os atingidos perceberam que além da luta isolada em sua região contra a construção da barragem e/ou pela garantia de indenização, deveriam se confrontar com o modelo energético nacional e internacional e, para tanto, tinham que juntarem forças (SOUZA, Elenira, 2009, p. 91).

O MAB passou a questionar a construção das barragens e em "março de 1991 ocorreu o I Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens, onde se oficializou a constituição do movimento nacional dos atingidos por barragens (MAB)" (SOUZA, Elenira, 2009, p. 91). Em março de 1991 foi definido que no dia 14 seria o Dia Nacional de Luta Contra as Barragens:

> A luta contra as barragens se intensificou na compreensão de que o problema central está no modelo energético e nossa palavra de ordem passou a ser TERRA SIM, BARRAGEM NÃO! A luta pelo direito a ter terra, casa, vida digna continuou com a compreensão de que era possível ter dignidade sem necessitar construir as barragens (MAB, 2011a, p. [1][52]).

A partir de 2000, mais especificamente em 2003, com o 1° Encontro Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens, o MAB passa a criar novas perspectivas de luta, a partir do avanço do capital privado colocando a água como mercadoria. Neste sentido, no segundo encontro, ocorrido em 2006, muda-se a palavra de ordem do Movimento:

> No encontro foi reforçado o caráter da luta contra o atual modelo energético. E nossa principal palavra de ordem tornou-se ÁGUA E ENERGIA NÃO SÃO MERCADORIAS! Compreendemos que a água e a energia são bens essenciais para a vida das pessoas e para a sociedade, e por isso devem ser um bem público, onde todos tenham acesso com qualidade. Não pode ser privatizada nas mãos de multinacionais que tem como único interesse aumentar seus lucros. (MAB, 2011b, p. [1][53]).

Sua luta também remete a defesa dos direitos humanos, contra as injustiças sociais, pelos direitos dos atingidos por barragens e em especial por um modelo energético popular. Para a organização do movimento, o MAB se utiliza de Grupos de Base que são encontros de

[52]Não informado o número de páginas no arquivo.
[53] Não Informado o número de páginas no arquivo.

famílias que se comprometem com o Movimento e com a luta, participando as famílias ameaçadas ou atingidas direta e indiretamente por barragens (MAB, 2011).

Como instrumento de luta este movimento se utiliza das manifestações e das ocupações de terras em conjunto e individual. No que tange as ocupações de terras, o MAB realizou quatro ocupações de terras individuais com a participação de 1.576 famílias e atuou em mais quatro ocupações conjuntas com a participação dos movimentos socioterritoriais Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e Movimento de Mulheres Agricultoras. Essas atuações em ocupações se deram nos estados do Ceará, Minas Gerais, Mato Grosso, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, nos anos de 2001, 2003, 2004, 2006, 2007, 2009 e 2011. De maneira geral, essas ações ocorreram nos estados do CE no município de Potiretama na Fazenda Várzea Grande; no MT em Acorizal na Gleba Espinheiro; no PR em Candói na Fazenda Campo Real; em MG no município de Governador Valadares na área da Usina de Baguari; no RS em Júlio de Castilhos na Fazenda Bom Retiro; na PB em Itatuba na Fazenda Mascadi (Barragem Acauã) e em SC nos municípios de Ponte Serrada na Fazenda Três Barras e em Cerro Negro no Acampamento Terra Nova (DATALUTA, 2013).

Sobre as manifestações foram realizadas 503 de 2000 a 2012. Destas ações 256 foram individuais e 247 conjuntas com a CPT, FASE, MPA, MST, CONTAG, FETRAF, Via Campesina, CONLUTAS, Cáritas, Feab, Movimentos Indígenas etc. contendo as tipologias: abraço, acampamento, audiência, bloqueio, caminhada, cerco a construções, concentração em espaço público, encontro, greve de fome, interdições, jejum, manifesto, marcha, ocupação de agência bancária, de prédio público e privado, panfletagem, outros, vigília, romaria e temática. Elas ocorreram nos estados BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RO, RS, SC, SE, SP, TO reivindicando questões relacionadas aos direitos humanos, a terra, trabalhistas, políticas agrícolas, contra a privatização da água, reassentamentos, indenizações entre outras (DATALUTA, 2013).

O Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST) tem como ano de fundação 1998 no estado de São Paulo, mais especificamente na região denominada Pontal do Paranapanema. Sua fundação teve o objetivo de fazer oposição ao MST, segundo Sobreiro Filho (2011):

> Diante da necessidade de desmoralizar o MST, que crescia cada vez mais no país e se tornava uma ameaça ao governo, o PSDB investiu estrategicamente na criação do MAST – Movimento dos Agricultores Sem-Terra como um

> movimento criado para se opor ao MST e levantar a bandeira de uma "reforma agrária" pacífica. Sua formação deve à articulação da SDS - Social Democracia Sindical do PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira com novos movimentos dissidentes do MST (SOBREIRO FILHO, 2011, p. 18).

E criados com outros movimentos dissidentes do MST:

> como o Movimento Sem Terra de Rosana, Movimento Brasileiros Unidos Querendo Terra (Presidente Epitácio), Movimento Esperança Viva (Mirante do Paranapanema), Movimento da Paz (Regente Feijó), Movimento Terra Brasil (Presidente Venceslau), Movimento Unidos pela Paz (Tarabai), Movimento da Paz Sem Terra (Taciba), Movimento Sem Terra do Pontal (Teodoro Sampaio), e Movimento Terra da Esperança (Presidente Bernardes). O movimento atua nos estados de São Paulo e Paraná. (SOUZA, Elenira, 2009, p. 89-90)

Apesar da estratégia de sua fundação este movimento já realizou ações conjuntas com o MST (quadro 16). No que tange aos números totais de ocupações conjuntas o MAST, realizou 84 e 4.702 famílias, sendo um dos movimentos que mais atuaram nesse tipo de ocupação. Em relação ao número de ocupações individuais este movimento realizou 65 com a participação de 5.492 famílias no estado de São Paulo e Paraná. Podemos citar as áreas de atuação na Fazenda Santa Rita do Pontal, Fazenda Santo Expedito, Fazenda Nossa Senhora das Graças, Fazenda São Camilo, Fazenda Andorinha, Fazenda Campina, Fazenda Três Sinos, Fazenda das Cobras, Fazenda Sapavussu, Fazenda da Barra e Fazenda Itambé. As atuações em ocupações foram realizadas entre 20002 e 2009, depois em 2011 e 2012. O quadro 16 aponta, os movimentos socioterritoriais que atuaram com o MAST no período estudado (DATALUTA, 2013).

Quadro 16– Participação dos movimentos socioterritoriais em ocupações conjuntas com a MAST – 2000-2012

Central Única dos Trabalhadores	Movimento Terra Brasil.
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura	Movimento Brasileiro Unidos Querendo Terra
Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Centro Terra Viva	Movimento de Libertação dos Sem Terra
Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo	União dos Movimentos Sociais pela Terra
Movimento dos Trabalhadores Sem Terra	MST da base
Fonte: DATALUTA, 2013. Org. DALPERIO, L. C	

Em relação às manifestações do campo, foram realizadas seis ocupações individuais com a participação de 3.485 pessoas e 11 manifestações conjuntas com MST da Base, MTB, MTST, UNITERRA, CONTAG, ONG, Sindicato dos Metalúrgicos/Químicos do ABC e Sindicato dos Bancários e Financiarios. Essas ações ocorram nos estados do PR, SP e no DF nos anos de 2003, 2004, 2007, 2009, 2010, 2011 e 2012 com as tipologias de: acampamento, bloqueio, concentração em espaço público, manifesto e outros. Podemos citar como exemplo, bloqueio na PR-180, protestos em frente ao ITESP, manifesto por assentamentos etc. Como observado, essas ações tiveram como característica principal a terra (DATALUTA, 2013).

O Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) tem como ano de fundação 1997 em Luziânia no estado de Goiás, partir de uma dissidência de integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Suas lutas têm como objetivo a terra, o acesso democrático a terra, a conquista da reforma agrária, entendida como uma reivindicação de toda a população do meio rural como urbano. Uma reforma agrária onde as ocupações de terras são a principal forma de luta numa articulação entre o campo e a cidade (MLST, [200?])[54]

Neste sentido, o MLST vem denunciar as diversas formas de violências no campo brasileiro contra os camponeses, protestar contra medidas/políticas adotadas pelos governos que visam o fortalecimento do agronegócio, o uso de agrotóxicos, por melhoria na produção dos assentados, um papel importante dos trabalhadores rurais na agenda dos governos etc. Para a conquista de seus objetivos o Movimento atua em ocupações de terras e manifestações do campo.

Em relação às ocupações, foram registradas pelo DATALUTA (2013) 123 ocupações individuais com a participação de 14.953 famílias e 70 conjuntas com outros movimentos que somaram 5.480 famílias (quadro 17) nos estados de Alagoas, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Norte e São Paulo, não atuando apenas em 2012. Essas ações ocorreram em diversas fazendas como: Fazenda Prazeres, Fazenda Poço Dantas, Fazenda Marca de Ouro, Fazenda Marca de Ouro, Fazenda Canoas, Fazenda das Pedras, Fazenda São Domingos, Fazenda Saco Grande II, Fazenda Queixada, Usina Salgado etc. (DATALUTA, 2013).

[54] Sem ano de publicação. Informações Retiradas do site do Movimento de AL. Disponível em: < http://mlstal.blogspot.com.br/ >. Acesso em: 18 set. 2013.

Quadro 17 – Participação dos movimentos socioterritoriais em ocupações conjuntas com o MLST – 2000-2012	
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
Liga dos Camponeses Pobres	Comissão Pastoral da Terra
União dos Movimentos Sociais pela Terra	MST da base
Movimento dos Agricultores Sem Terra	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
Movimento de Mulheres Camponesas	Movimento Terra, Trabalho e Liberdade.
Central Única dos Trabalhadores	Movimento de Luta pela Terra
Movimento Popular pela Reforma Agrária	
Fonte: DATALUTA, 2013. Org. DALPERIO, L. C	

No ano de 2012, três lideres do MLST sofreram um ataque que culminou em suas mortes. Cinco indivíduos foram presos e indiciados pelo crime, as apenas um confessou a autoria do delito:

> Depois de ser preso como principal suspeito de ter matado os três líderes do Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST) no dia 24 de março deste ano, Rodrigo Cardoso Fric, disse a policia que decidiu poupar a vida da criança que estava no carro junto às vítimas. No dia do crime, o menino de 5 anos, estava no carro com Valdir Dias Ferreira, 39, e o casal Nilton Santos Nunes, de 52 anos e Clestina Leonor Sales Nunes, 48 anos, e foi a única testemunha e sobrevivente (TAVARES, 2012, p. [1][55]).

Havia um sexto suspeito da ação, mas ele conseguiu *habeas corpus* e foi libertado. O alvo dessa ação era Clestina Leonor, os mandantes do crime Roberto Xavier Dantas e José Alves de Souza, acreditavam que foi a militante que denunciou o local, onde foram encontrados pela polícia 311 tabeles de maconha no assentamento (TAVARES, 2012).

O MLST também atua na forma de manifestação, sendo registradas 189. Destas 80 foram realizadas de forma individual e 109 APR, CLST, CPT, MLT, MST, MTL, MT, CONTAG, MPRA, CUT, Movimentos Indígenas, Via campesina etc. contra a monocultura, pelas questões ambientais, terra, trabalhistas, reforma agrária, políticas agrícolas realizando acampamento, audiências, pedágios, bloqueios, saques, marchas, encontros, vigílias, ocupações de agência bancária, de prédios públicos e de privados entre outras tipologias.

[55] Não identificado o número de páginas. Disponível em: < http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/suspeito-de-matar-lideres-sem-terra-esclarece-triplo-homicidio/307575941085815429687 5 >. Acesso em: 09 jul. 2013.

Essas ações ocorreram nos estados do Alagoas, Bahia, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Norte, São Paulo, Tocantins e no Distrito Federal, entre 2000 e 2012 (DATALUTA, 2013).

O Movimento de Luta pela Terra (MLT) teve sua fundação ligada aos finados irmãos Damião Silva, Cosme e Etevaldo em 1993 com as ocupações de terras de duas fazendas consideradas improdutivas: Bela Vista e Santa Maria ambas localizadas no município de Ilhéus no estado da Bahia (SOUZA, Elenira, 2009). O movimento surgiu com o intuito de transformar a realidade da estrutura fundiária brasileira, através da realização da Reforma Agrária.

A citação a seguir refere-se ao hino do movimento, onde podemos identificar o conflito existente entre os fazendeiros e o movimento, a vida sofrida nos assentamentos e a esperança da conquista pela terra:

> Companheiro e Companheira essa terra é de primeira boa de nos trabalhar.
> Já sofremos até derrotas mas a gente não importa vamos ter que conquistar.
> Sofre nesse acampamento ameaças e tormentos, mas é claro está na vista.
> Entenda como quiser, mas nois "comi" esse filé pra provar nossa conquista.
> Sai ou não sai.
> Vai sair pra você ver.
> Todo nosso acampamento é com o MLT (MLT, 2011, p. [1][56]).

Segundo o MLT (2011), em 2011 foi realizado o 1° Encontro Nacional do MLT em Brasília na sede da CONTAG, tendo como objetivos a fortificação do Movimento em escala nacional, planejando ações para a consolidação da agricultura e da luta pela reforma agrária:

> A consolidação do MLT Nacional possibilita um cenário muito positivo para a luta pela reforma agrária e o melhoramento da qualidade de vida das famílias camponesas, já que a organização e o debate na realização de ações coletivas, o planejamento e execução de políticas públicas estatais e não estatais motiva a conformação de uma força maior para dialogar com as esferas governamentais (MLT, 2011, p. [1]).

Para que seus objetivos de lutas sejam conquistados o MLT luta através das ocupações de terras e das manifestações do campo. Elenira Souza (2009) mostra que antes de ocupar um território o MLT:

[56] Sem identificação de páginas. Disponível em: <http://movimentodelutapelaterra.blogspot.com.br/>. Acesso em: 18 set. 2013.

> [...] promove pelo menos cinco reuniões com as famílias cadastradas na região. Nos encontros, a coordenação define o número de famílias que vão ingressar na área e o plano de ação. Nos acampamentos e assentamentos, as assembléias, que são diárias, é um momento de confraternização entre os sem-terra, ao som de músicas, os agricultores prestam contas à coordenação e planejam novas ocupações (SOUZA, Elenira, 2009, p. 92).

Foram nos estados do Alagoas, Bahia, Minas Gerais e São Paulo que o MLT realizou 26 ocupações de terras com a participação de 1.864 famílias e três ocupações conjuntas (ver quadro 18), podemos citar as áreas ocupadas: Fazenda Soledade, Fazenda Quitanda, Fazenda Paus Pretos, Fazenda Monte Cristo, Fazenda Monte Cristo, Fazenda Estirinha, Fazenda Esperança etc. No período analisado o Movimento não atuou apenas em 2012 (DATALUTA, 2013).

O quadro 18 apresenta os movimentos socioterritoriais que realizam ocupações conjuntas com o MLT

Quadro 18 – Participação dos movimentos socioterritoriais em ocupações conjuntas com o MLT – 2000-2012
Comissão Pastoral da Terra
MST da Base
Movimento de Libertação dos Sem Terra
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Movimento Terra, Trabalho e Liberdade
Movimento Popular pela Reforma Agrária
Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
Fonte: DATALUTA, 2013. Org. DALPERIO, L. C

Foram registradas 36 manifestações do campo com a participação de 12.965 pessoas nos estados de Alagoas, Bahia, Minas Gerais e São Paulo, reivindicando desapropriações de terras, assentamentos de famílias, infraestrutura, politica agrícolas, constituindo as seguintes tipologias: acampamento, audiência, bloqueio, caminhada, concentração em espaço público, encontro, ocupação de prédio privado, ocupação de prédio público e vigília etc. No período analisado o MLT só não atuou em 2000 e 2002 em manifestações (DATALUTA, 2013).

O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) foi fundado em 1996 na cidade de Porto Alegre localizado no Estado do Rio Grande do Sul, através do seu primeiro acampamento. Este movimento socioterritorial, segundo seu site oficial, denomina-se um

> movimento camponês, de caráter nacional e popular, de massa, autônomo e de luta permanente, constituído por grupos de famílias camponesas. Seu principal objetivo é a produção de comida saudável para as próprias famílias e também para todo o povo brasileiro, garantindo assim, a soberania alimentar do país. Além disso, busca o resgate da identidade e da cultura camponesa, respeitando as diversidades regionais (MPA, [200?], p. [1])[57].

O MPA surgiu da crise do Movimento Sindical e da crise do modelo da agricultura da Revolução Verde que afetou negativamente os camponeses no campo brasileiro. E com o fim do departamento rural que a CUT, alguns sindicatos ficaram a margem, sentindo-se a necessidade de buscar uma nova forma de organização a nível nacional. Assim, alguns membros do antigo departamento da CUT e outros líderes, começaram sua articulação através de encontros de escala nacional desses militantes, para a criação de um movimento nacional e ir construindo as bases desse novo movimento com característica popular (MPA, [200?]). A luta do MPA é contra o latifúndio e contra o agronegócio, apoiando as comunidades quilombolas e as causas indígenas. Defendendo os direitos dos trabalhadores do campo, dos acampados e assentados, uma soberania alimentar, educação e justiça.

Este movimento realizou três ocupações com a participação de 656 famílias e sete ocupações conjuntas com os seguintes movimentos socioterritoriais: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Via Campesina, Movimento dos Trabalhadores Assentados e a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombo. Essas ações ocorrem nos estados do Espírito Santo, Pará, Rondônia, Rio Grande do Sul e no Distrito Federal. Podemos citar as áreas da Fazenda Forquilha, área da Aracruz Celulose, Fazenda Santa Elina (como foi tratado na ação da CODEVISE), Fazenda Sálvia, Comunidade Quilombola do Linharinho, Fazenda Agropecuária Sazão, Fazenda. Bom Sossego etc. Essas ações ocorreram nos anos de 2004, 2005, 2007 e 2008 (DATALUTA, 2013).

O MPA não atua só com ocupações de terras, mas por manifestações do campo que foram registradas pelo DATALUTA (2013). No período estudado encontramos 542 manifestações, destas ações 314 foram conjuntas com vários movimentos como: MST, Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), CPT, FEAB, MAB, MST, CONTAG, FASE etc. E 228 foram realizadas de forma individual. Essas ações ocorreram nos estados AC, AL, BA, CE, ES, GO, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RS, SC, SE e no DF, em todos os anos do período estudado. Conseguimos identificar as

[57] Sem ano de publicação e página. Trecho extraído na integra do site oficial do MPA. Disponível em: <http://www.mpabrasil.org.br/>. Acesso em: 17 set. 2013.

seguintes tipologias: acampamento, audiência, bloqueio, caminhada, celebração religiosa, concentração em espaço público. encontro, formação de acampamento, interdições, jejum, manifesto, marcha, ocupação de agência bancária, ocupação de prédio público, ocupação de prédio privado, ocupação de prédio público e privado, outros, romaria, temática e vigília. Em geral, as manifestações estão relacionadas às questões indígenas, trabalhistas, ambientais e por políticas agrícolas (DATALUTA, 2013).

O Movimento Social dos Sem Terra (MSST), foi fundado na cidade de Maceió em 2003, com o objetivo da conquista pela terra. Tivemos dificuldades para encontrar maiores informações acerca deste movimento socioterritorial, devido o mesmo não possuir site ou outro tipo de acesso por meio digital ou impresso. Em nosso banco de dados, foi possível sistematizar informações quantitativas no que tange as ocupações de terras e suas famílias participantes e sobre as manifestações do campo. O MSST realizou duas ocupações de terras individuais com a participação de 200 famílias e uma ocupação em conjunto com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Essas ações ocorreram nos estados de Alagoas, Rio de Janeiro e Paraná totalizando 120 famílias em 2001, 2003 e 2004, nas fazendas Jussara, Fazenda São Benedito e Fazenda Comil respectivamente (DATALUTA, 2013). Sobre as manifestações foram registradas uma em Cuiabá no Mato Grosso, com a tipologia de temática "Dia do Trabalhador Rural" sobre questões relacionadas à terra, em conjunto com CPT, MAB e Sindicato dos Servidores Federais do Mato Grosso em 2005 (DATALUTA, 2013).

Sobre o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR) até o momento da pesquisa não conseguimos encontrar informações sobre este movimento socioterritorial, o que limitou a pesquisa foi o fato do movimento não possuir site ou outro tipo de acesso com informações de sua história de luta. Mas, através do DATALUTA (2013) registramos que este movimento realizou três ocupações de terras, nas fazendas Rio Cadeia, Santa Cruz e Panorama com a participação de 165 famílias nos estados de Rondônia e do Espírito Santo, nos anos de 2002, 2005 e 2010. E registramos oito manifestações do campo com a participação de 2.800 pessoas, sendo três individuais e cinco conjuntas com MLT, AIM, Ceifar, CPT e CONTAG através do acampamento, concentração em espaço público, ocupação de prédio público e temática. Realizadas nos estados da Bahia, Mato Grosso, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraíba, Rio Grande do Sul e no Distrito Federal nos anos de 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2009 e 2010 (DATALUTA, 2013).

O Movimento dos Trabalhadores (MT) tem como ano de fundação 1995 em Pernambuco. Até o momento de nossa pesquisa não foi encontrado maiores informações a respeito deste movimento. Por meio do DATALUTA (2013), registramos que o MT realizou cinco ocupações de terras com a participação de 727 famílias nos estados do Alagoas na cidade de Maragogi na Fazenda Santa Luzia do Riachão, Usina Peixe e Fazenda Belo Horizonte e Pernambuco no município de Cabo de Santo Agostinho no Engenho Universo e em Itaquitinga no Engenho Camarão em 2000 e 2001. Em relação às manifestações, o MT realizou 40 sendo 15 individuais e 25 em conjunto com a CPT, MST, CONTAG etc. através de acampamentos, bloqueio, concentração em espaço público, saque, marcha, vigília, tentativa de ocupação etc. realizadas nos estados do Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro em 2001, 2002, 2004 e 2005 (DATALUTA, 2013).

Sobre o Movimento dos Trabalhadores Assentados (MTA), não conseguimos sistematizar informações sobre o Movimento. Sabemos através do cadastro que o MTA é dissidência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do estado de Mato Grosso e foi fundado em 2003 na cidade de Cuiabá no mesmo estado. O MTA realizou duas ocupações individuais com a participação de 876 famílias na Fazenda Boa Esperança (Mato Grosso) em 2003 e na área do Exército (Rondônia) em 2008. E uma ocupação em conjunto com o Movimento dos Pequenos Agricultores e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na Fazenda Sálvia (Distrito Federal) em 2005.

Sobre as manifestações do campo foram realizadas duas uma individual com a tipologia de acampamento realizado na sede do INCRA em Cuiabá e uma em conjunto com o MST sendo um bloqueio da BR-364 em Rondonópolis ambas no estado do Mato Grosso em 2011, reivindicando melhorias na qualidade de infraestrutura, saúde, ensino, condições de produção nos assentamentos e menor tempo nos processos de assentamento das famílias acampadas. (DATALUTA, 2013).

O Movimento Terra Brasil (MTB) foi fundado em 2003 na cidade de Recife localizado no estado do Pernambuco. Elenira Souza (2009) nos mostra a diferença entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e este movimento no que tange as atuações:

> O MTB diverge do MST. Conforme seus dirigentes, a principal diferença está na ideologia. Nós sempre procuramos evitar ao máximo qualquer tipo de violência. “Quando invadimos uma fazenda fazemos de maneira pacífica e ordeira, não matamos gado, não destruímos cercas nem outras construções

> do local", segundo José Milton silvestre santos, coordenador regional (SOUZA, Elenira, 2009, p. 93).

As formas de luta do MTB são através das manifestações do campo e das ocupações de terras. Apesar dessa divergência do MTB com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, eles atuaram juntos em ocupações de terras. Evidenciando que apesar das diferenças ideológicas/práticas o objetivo maior de luta é a conquista do território assim, as ocupações de terras conjuntas vem com o intuito de fortalecimento dessa luta.

As ocupações de terras ocorrem no estado de São Paulo, Pernambuco e Paraná sendo contabilizadas quatro ocupações individuais, com a participação de 143 famílias e 23 ocupações em conjunto com a participação de 2.144 famílias com outros movimentos expressados no quadro 19. Dentre as áreas das ocupações podemos apontar as: Fazenda Abidoral, Fazenda Sul Mineira, Fazenda Santa Maria, Fazenda Santo Antônio, Fazenda Tupiconã, Fazenda Santa Maria, Fazenda Santo Antônio, Fazenda Laranjeiras, Fazenda Estância São Pedro etc. Nos anos 2003, 2004, 2007 e 2008 (DATALUTA, 2013).

Quadro 19 – Participação dos movimentos socioterritoriais em ocupações conjuntas com a MTB – 2000-2012
Movimento dos Agricultores Sem Terra
MST da base
União dos Movimentos Sociais pela Terra
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
Fonte: DATALUTA, 2012. Org. DALPERIO, L. C

Em relação às manifestações foram realizadas 20 com a participação de 2.865 pessoas. Sendo 11 individuais e nove em conjunto com o MAST, MST da Base, UNITERRA, MTBST etc. Identificamos as tipologias de: acampamentos, bloqueio, caminhadas, concentração em espaço público e ocupação de prédios públicos nos estados de Pernambuco e São Paulo em 2000, 2001, 2002, 2003e 2009 (DATALUTA, 2013).

O Movimento dos Trabalhadores Desempregados conhecido pela sigla MTD e tem como ano de fundação 2000 no estado do Rio Grande do sul, mais especificamente no município de Porto Alegre. Segundo o site oficial do MTD. Ele nasceu

> com a meta básica de, na ação, construir alternativas de moradia e trabalho que possibilitem o bem viver dos cidadãos, a partir da concepção de que trabalho não significa exatamente venda de mão-de-obra e moradia não necessariamente propriedade privada (MTD, [200?], p. [1])[58].

O MTD também luta pelos direitos dos desempregados buscando melhores condições de vida, reivindicando políticas de geração de emprego logo renda. Segundo Elenira Souza (2009) este movimento tem como desafio "fazer a reforma urbana e isso implica moradia, em pensar uma nova cidade, onde não tenha centro de periferia, mas que seja uma organização diferenciada, para a construção do novo tipo de trabalho, que passa assim, na cooperação, na autogestão" (SOUZA, Elenira, 2009, p. 93). Para que seus objetivos sejam conquistados, o MTD realiza ocupações de terras e manifestações do campo tanto na forma individual como em conjunto.

Em relação às ocupações de terras foram registradas seis ocupações individuais com a participação de 570 famílias e uma ocupação em conjunto com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em que participaram 200 famílias. Essas ações foram realizadas nos estados do Rio de Janeiro, Bahia e no Distrito Federal 2004, 2005 , 2006, 2008, 2009 e 2011. Nas áreas: Fazenda Olho d' Água, Fazenda Sálvia, Fazenda Santa Emília, Fazenda Sávia, acampamento as margens da BA – 263 e Cohab. (DATALUTA, 2013).

Sobre as manifestações foram registradas 35 através de acampamentos, bloqueio, caminhadas, concentração em espaço público, greve de fome, marcha, ocupação de agência bancária, ocupação de prédio público e temática, nos estados da Bahia, Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e no Distrito Federal em 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009 e 2011. As pautas de reivindicações estavam relacionadas à terra, políticas agrícolas, políticas públicas, créditos, água etc. (DATALUTA, 2013).

O Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL), foi fundado em 2002 num encontro nacional no estado de Goiás. Segundo Elenira Souza (2009):

> se unificaram em um único movimento, sob uma única bandeira, o movimento de luta socialista (MLS), constituído no ano 2000, oriundo de um grupo de militantes do PSTU que, então, dirigia majoritariamente o sindicato dos previdenciários do Rio de Janeiro e o sindicato dos gráficos de Belo Horizonte; o Movimento dos Trabalhadores (MT), fundado em 1995 em Pernambuco, presente nas lutas pela posse de terras em vários Estados do

[58] Sem data de publicação e número de página. Trecho extraído do site oficial do Movimento. Disponível em: <http://movimentotrabalhadoresdesempregados.blogspot.com.br/>. Acesso em: 19 set. 2013.

> Nordeste (Pernambuco, Alagoas, Ceará e Paraíba); e o Movimento de Libertação dos Sem-Terra de Luta (MLSTL), uma dissidência do Movimento de Libertação dos Trabalhadores Sem-Terra constituído também no ano 2000 por lideranças rurais, agentes pastorais e assessores da comissão Pastoral da Terra (CPT) (SOUZA, Elenira, 2009, p. 106).

Através dessa unificação, o MTL foi fundado com o intuito da conquista do território e da realização da reforma agrária brasileira. Para que seus objetivos sejam realizados o Movimento atua na forma de ocupações de terras e manifestações. Em relação às ocupações de terras elas ocorreram nos estados do Alagoas, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco e Rio de Janeiro entre 2003 e 2012. Registramos 97 ocupações com a participação de 7.648 famílias e 11 ocupações em conjunto com a participação 1.730 famílias com os movimentos socioterritoriais apresentado no quadro 20. Podemos citar algumas áreas ocupadas: Fazenda Pecuária, Fazenda São Tibúrcio, Fazenda Bosque, Fazenda Embiras, Fazenda Ilha Bela, Fazenda Meirim, Fazenda Nova, Fazenda Barra do Largo, Fazenda São Bernardo, Fazenda Cavaleiro I, Fazenda Pedra Branca, Fazenda Cavaleiros II etc. (DATALUTA, 2013).

Quadro 20 – Participação dos movimentos socioterritoriais em ocupações conjuntas com o MTL – 2000-2012
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Liga dos Camponeses Pobres
Movimento de Luta pela Terra
Movimento de Libertação dos Sem Terra
Movimento Popular pela Reforma Agrária
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
Comissão Pastoral da Terra
Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
Fonte: DATALUTA, 2012. Org. DALPERIO, L. C

Sobre as manifestações elas se caracterizaram pelas reivindicações sobre as questões da terra, trabalhistas, ambientais, por políticas públicas etc. Sendo registradas 219 manifestações. Destas 124 foram individuais e 95 realizadas de forma conjunta com APR, CLST, CPT/, MLST, MLT, MST, CONTAG, CUT, Movimentos Indígenas etc. Conseguimos identificar as tipologias: acampamento, bloqueio, caminhada, concentração em espaço público, manifesto, marcha, ocupação de agência bancária, outros, ocupação de prédio público, romaria, saque, tentativa de ocupação, vigília e temática nos estados do Alagoas,

Goiás, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e no Distrito Federal ocorreram entre 2002 e 2012 (DATALUTA, 2013).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais (MTR), foi fundado em 2005 na cidade de Campo Grande localizada no Estado do Mato Grosso do Sul e desde então, luta pela conquista da terra, por melhores condições de vida nos assentamentos, pelos direitos dos acampados e assentados do Brasil. Até o momento de nossa pesquisa, não foi possível encontrar informações adicionais sobre este movimento, pois, ele não possui site ou outro meio digital.

Como formas de lutas, o MTR utiliza-se das ocupações de terras e das manifestações do campo. Sobre a primeira forma de ação, registramos 18, com a participação de 1.367 famílias nos estados de Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, nas áreas: Fazenda São João, Fazenda Morro Alto, Fazenda Modelo – Embrapa, Fazenda Indianápolis, Fazenda Imbauval, Fazenda Morro Alto, Fazenda Córrego Furnas, Fazenda Capão da Caça, Fazenda Boa, Fazenda Garcia, Fazenda Trento II, Fazenda Palmeira, Fazenda Santa Lúcia, Fazenda Boico etc. Essas ações ocorreram nos anos de 2000, 2001, 2003, 2004, 2005 e 2010 (DATALUTA, 2013).

O MTR utiliza-se das manifestações individuais e em conjunto, sendo realizadas oito com a participação de 1.770 pessoas nos estados do Mato Grosso do Sul, São Paulo e no Distrito Federal em 2000, 2001, 2005, 2006 e 2007. Essas ações reivindicavam questões relacionadas à terra através de bloqueio, ocupação de prédios públicos e concentração em espaços públicos. Destas ações três foram realizadas em conjunto com o Sindicato dos Empregados Rurais, FETRAF, MTD e MST (DATALUTA, 2013).

Outro movimento estudado é o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra[59] (MTST), tem como ano de fundação 2006 com o objetivo da conquista da terra e da Reforma Agrária e lutando por melhorias nos assentamentos, pela viabilização de créditos para os assentados etc. Segundo Elenira Souza (2009), o militante do MTST Milton, disse que:

> o MTST está legalizado e cadastrado inclusive no Incra para o recebimento de cesta básica. Milton fala que o MAST depois do desfalecimento da SDS, a liderança desse movimento ficou desnorteado. Então foi criado o MTST para pressionar órgãos governamentais, procurando reaver verbas do Banco do Brasil para dar crédito aos assentados (SOUZA, Elenira, 2009, p. 52).

[59] Tivemos dificuldades na sistematização deste movimento socioterritorial, devido a ele ter a mesma sigla que o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. Optamos por utilizarmos como fonte principal os dados do DATALUTA.

Elenira Souza (2009) aponta que outros motivos para a criação do Movimento foram as confusões, na hora da retirada das cestas básicas oferecidas pelo INCRA para os acampados, com os movimentos MAST estadual e o MAST nacional. Segundo o militante toda a diretoria do MTST está ligada ao MAST.

O MTST atua tanto em ocupações de terras como manifestação. Em relação aos números de ocupações foram registradas quatro individuais tendo a participação de 839 famílias e 57 ocupações conjuntas com 3.155 famílias ocorridas nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Pernambuco. Entre essas áreas podemos citar as fazendas: Fazenda Andorinha, Fazenda Campina, Fazenda Três Sinos, Fazenda das Cobras, Fazenda Maria Elisa, Fazenda Santo Antônio, Fazenda Vista Alegre, Fazenda Vista Alegre etc. (DATALUTA, 2013).

O quadro 21 apresenta os movimentos socioterritoriais que participaram de ocupações conjuntas com o MTST.

Quadro 21 – Participação dos movimentos socioterritoriais em ocupações conjuntas com o MTST – 2000-2012

Central Única dos Trabalhadores	MST da Base
Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo	Movimento de Libertação dos Sem Terra
Movimento Terra, Trabalho e Liberdade	União dos Movimentos Sociais pela Terra
Movimento dos Agricultores Sem Terra	Movimento de Luta pela Terra
Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura	Movimento Popular pela Reforma Agrária

Fonte: DATALUTA, 2013. Org. DALPERIO, L. C

Em relação aos números de manifestações, foi registrada um bloqueio na BR-365, com a participação de 180 pessoas em 2009 no município de Monte Alegre de Minas em Minas Gerais (DATALUTA, 2013).

A Organização Independente (OI) são grupos que não estão ligados a nenhum movimento socioterritorial/socioespacial e se denominam OI. A CPT utiliza-se dessa metodologia para registrar tal especificidade. Por meio do DATALUTA (2013) foi possível sistematizar dados de ocupações de terras e manifestações do campo.

Sobre as ocupações, foram realizadas seis com 731 famílias participantes nos estados do PA, AC, MA, MT, RO e TO em 2011 e 2012 nas áreas: Fazenda Mutamba, Seringal Praia

do Inferno, Fazenda Cana Brava, Acampamento. Monjolim, Acampamento Bom Futuro e Gleba Tauá. Em relação às manifestações, foram registradas 138 com a participação de 20.589 pessoas, sendo três ações conjuntas com os Movimentos Indígenas. Ações realizadas através de acampamentos, barqueata, bloqueios, caminhadas, cerco a construções, concentração em espaço público, ocupação de prédio público, saque, outros, temáticas e tentativa de saque etc. Reivindicando questões que envolvem à defesa da água, dos direitos humanos, trabalhistas, indígenas, agrícolas, ambientais, contra injustiças e violências entre outros. Essas ações ocorreram nos anos de 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012 nos estados do AC, AL, AM, BA, CE, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RS, SC, SP, TO e no DF.

A Organização da Luta no Campo (OLC) tem como data de fundação janeiro de 2003 na cidade do Recife no Estado de Pernambuco, a partir de uma dissidência com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco. A OLC "reproduz no estado a política de conciliação de classes levada a cabo em nível nacional e pela CONTAG. Os principais líderes da OLC eram dirigentes da federação que resolveram criar seu próprio espaço de atuação política, pela conquista da terra" (SOUZA, Elenira, 2009, p. 108).

As formas de luta deste movimento são através das ocupações de terras e manifestações do campo. No período analisado, foram registradas a atuação de 80 ocupações individuais com a participação de 9.192 famílias e três conjuntas com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura contabilizando 255 famílias nos anos de 2003, 2004 e 2005 na BA e PE. Podemos citar as áreas: Fazenda Santa Rosa, Fazenda Cachoeira Seca, Fazenda Santa Quitéria, Fazenda Pedra Miúda, Fazenda Taquari, Fazenda Liberdade, Fazenda Lago Azul, Engenho Bom Jesus, Fazenda Braúna, Fazenda Harmonia, Fazenda Lagoa Velha, Fazenda Santa Rosa, Fazenda Aparecida, Engenho Lagoa Comprida, Engenho Niterói, Engenho, Engenho Santa Alice, Fazenda Major Bastos, Fazenda São Pedro, Engenho Visgueiro, Fazenda PedrinhaFazenda Lagoa Velha, Fazenda Passagem do Moleque, Engenho Atalaia, Fazenda Miguel Velho, Fazenda Pereira II, Engenho Serra Verde, Fazenda Lajinha etc. (DATALUTA, 2013).

Em números de manifestações do campo foram registradas 14 no estado de Pernambuco em 2003, 2004, 2005. Destas ações 11 foram individuais e três em conjunto com a CPT, FETRAF, MST, MTL. Através do bloqueio, concentração em espaço público e ocupação em prédio público envolvendo a temática terra (DATALUTA, 2013).

Os Quilombolas, diz respeito ao agrupamento de várias organizações quilombolas no Brasil, que lutam por seus direitos neste caso através das ocupações de terras. Deste modo, não há uma data de fundação para o movimento. Segundo Peres (2008) o "processo de reconhecimento e titulação das comunidades remanescente de quilombos no Brasil tem gerado grande número de conflitos agrários, o que exige dessas populações uma articulação cada vez maior" (PERES, 2008, p. [1][60]), pois essas áreas são de interesses dos latifundiários e rentáveis ao agronegócio.

Diante desses conflitos apresentamos os dados referentes às ocupações de terras e as manifestações do campo, como forma de luta e resistência dos Quilombolas. De acordo com o DATALUTA (2013) este movimento realizou 16 ocupações individuais com a participação de 2.026 famílias e também 11 ocupações em conjunto 2.046 famílias com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a Via Campesina e a Comissão Pastoral da Terra nos estados de Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo. Dentre as áreas de atuação podemos citar: Quilombo Castainho, Fazenda Paulista, Quilombo Castainho, Quilombo Serrote do Gado Brabo, Fazendas Reunidas do Vale do São Francisco, Fazenda Casa Grande, Fazenda da Pedra, Fazenda Fundão, Quilombo do Cafundó, Quilombo Barra do Parateca etc. Essas ações ocorreram entre os anos de 2003 e 2006, depois de 2008 a 2012.

Sobre as manifestações foram registradas 108. Destas ações 63 foram realizadas de forma individual e 45 conjuntas com vários movimentos como CPT, FETRAF, MST, CONTAG, MST, MPA, CETA, Movimentos Indígenas, Cáritas, pescadores, MAB etc. Através das tipologias: acampamento, audiência, bloqueio, caminhada, celebração religiosa, concentração em espaço público, encontro, jejum, manifesto, marcha, ocupações de prédio público e/ou privado, outros, romarias, vigília etc. Essas manifestações envolveram as temáticas relacionadas à água, terra, titulação, direitos humanos, contra monoculturas e injustiças etc. Essas ações ocorreram nos estados: AL, BA, ES, MA, MG, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RS, SC, SE, SP, TO e no DF em 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012 (DATALUTA, 2013).

Sobre o movimento socioterritorial Sem Terra (ST), não conseguimos informações referentes à data de fundação, sua história de luta e resistência, site etc. Por meio do registro

[60] Sem identificação do número de páginas. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/angeladomingos.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2012.

do DATALUTA (2013) foi possível sistematizar informações quantitativas sobre este movimento, referente aos números de ocupações de terras realizadas de forma individual. Registramos três ocupações de terras com a participação de 1.200 famílias nos estados de Sergipe e São Paulo em 2003.

Sobre o Movimento Popular do Campo e da Cidade (TERRA LIVRE) não foi possível encontrar o ano de fundação mesmo pesquisando no site do movimento. Segundo a Terra Livre (2009), anteriormente este movimento chamava-se Movimento Terra, Trabalho e Liberdade - Democrático e Independente (MTL-DI). Em 2008, o Movimento de nome devido à confusão com o a sigla de outro movimento socioterritorial o MTL. Para isso, foi realizada uma assembléia para definir o novo nome:

> Votamos em dois nomes para a nossa nova organização e definimos pela realização de um plebiscito para encaminhar à base a decisão, assim como democratizar as discussões sobre a concepção do movimento. Por 73,3% dos votos, o nome aprovado foi TERRA LIVRE (TERRA LIVRE, 2009, p. [1][61]).

O Movimento luta pela conquista do território, luta para organizar e mobilizar os trabalhadores tanto do campo como da cidade juntamente com todas as organizações, partidos e movimentos e lutam por uma sociedade justa/igualitária com bases socialistas. Ou seja, lutam pelas questões relacionadas ao campo e a cidade, abarcando a cultura, a educação, a moradia, sendo contrárias a violência e criminalização dos movimentos (TERRA LIVRE, 2009).

Desde o período estudado o movimento realizou 17 ocupações com a participação de 1.060 famílias todas no Estado de Goiás nos municípios de Faina, Goiás, Ipameri, Itajá, Itarumã, Lagoa Santa, Quirinópolis e Rio Verde e no estado do Mato Grosso do Sul no município Parnaíba em 2008, 2009, 2010 e 2012. Podemos citar as áreas: Fazenda de Cima, Fazenda Jaraguá, Fazenda Fortaleza, Fazenda São Felix, Fazenda Bela Vista, Fazenda Centenária, Fazenda Santa Maria, Fazenda Três Nascentes e Usina Paranaíba (DATALUTA, 2013). E também registramos quatro manifestações com 700 pessoas em 2008 e 2009 no estado de Goiás. Destas três foram individuais com a tipologia de ocupação de prédio público, sendo duas atuações no INCRA e uma no IBAMA em Goiânia, todas as ações com a participação de 200 pessoas em cada. E uma manifestação com o Movimento Camponês

[61] Sem identificação no número de páginas.

Popular através de temática pela “Jornada Nacional de Lutas” em Catalão, com a participação de 100 pessoas. Essas manifestações tiveram como características questões relacionadas às políticas agrícolas e a terra (DALUTA, 2013).

A Via Campesina, “é um movimento internacional que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas e negras da Ásia, África, América e Europa.” (SOUZA, Elenira, 2009, p. 93). No caso brasileiro, vários são os movimentos que se articulam:

> Os movimentos camponeses articulados pela Via Campesina Brasil são o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Além desses, é ainda possível identificar outro três movimentos articulados à Via Campesina Internacional, sendo: a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) e a Pastoral da Juventude Rural (PJR) (RIBEIRO; SOBREIRO FILHO, 2012, p. 1).

Partindo de Bernardo M. Fernandes (2012) a Via Campesina nasceu em 1992 quando diversas “lideranças camponesas dos continentes americano e europeu que participavam do II Congresso da Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos de Nicarágua (Unag), realizado em Manágua, propuseram a criação de uma articulação mundial de camponeses” (FERNANDES, B., 2012, p. 767). Este movimento defende os direitos dos trabalhadores rurais assalariados, dos camponeses, dos assentados, dos acampados do Brasil, a soberania alimentar, distribuição e acesso a terra de forma mais igualitária etc. Assim, seus objetivos refletem nas suas formas de lutas através das ocupações de terras e das manifestações do campo.

Em relação às ocupações de terras foram registradas nos estados da Bahia, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo e Tocantins, contabilizando 22 ocupações com a participação de 3.602 famílias e nove ocupações conjuntas com a participação com os movimentos socioterritoriais expressados no quadro 22. Das áreas de atuações podemos citar: Fazenda Capisa, Campo Experimental da Syngenta Seeds, Fazenda Santa Rita, Fazenda Bela Vista, Fazenda Boa Vista, Fazenda Agropecuária Sazão, Aracruz Celulose, Estância da Invernada, Fazenda Cerro Alto, Fazenda Silveira, Fazenda Tarumã, Fazenda Messias, Terra da Agrovale etc. Essas ações ocorreram em 2003, 2004 e depois no período que compreende 2006 a 2012.

Quadro 22 – Participação dos movimentos socioterritoriais em ocupações conjuntas com a Via Campesina – 2000-2012
Central Única dos Trabalhadores
Movimento dos Pequenos Agricultores
Quilombolas
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Geraizeiros do Norte de Minas Gerais
Fonte: DATALUTA, 2013. Org. DALPERIO, L. C

No DATALUTA (2013) foram registradas 522 manifestações. Destas 394 individuais e 128 conjuntas com vários movimentos: CPT, MST, CONTAG, CONLUTAS, Cáritas, FEAB, MAB, MMC, MPA. Essas ações ocorreram nos estados brasileiros: AC, AL, BA, CE, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RO, RR, RS, SC, SE, SP, TO e no DF entre 2002 e 2012. Essas atuações envolvendo questões sobre a água, a terra, os direitos humanos, a educação, contra as injustiças e violências, contra as construções de barragens e monoculturas etc. Essas manifestações estão inseridas nas seguintes tipologias: acampamento, bloqueio, caminhada, celebração religiosa, cerco a construções, concentração em espaço público, interdições, jejum, manifesto, marcha, ocupações de agência bancária, ocupações de prédio público e/ou privado, romarias, temática, vigílias entre outras. (DALUTA, 2013). A partir dessas formas de atuação, concordamos com Ribeiro e Sobreiro Filho (2012):

> Podemos compreender com a espacialização da Via Campesina Brasil a importância desse movimento na luta por um projeto contra hegemônico desafiando as organizações dominantes. Vimos que a manifestação é a forma fundamental para a construção e expansão do movimento. (RIBEIRO; SOBREIRO FILHO, 2012, p. 14).

Neste sentido, as ações da Via campesina mantêm na pauta política internacional as questões relacionadas ao campo, lutando contra o modelo de desenvolvimento do agronegócio, contra a posição de governos e corporações, que cooptam os movimentos (FERNANDES, B., 2012).

Os movimentos da escala macrorregional atuaram entre 2000 e 2012. Realizando tanto ocupações quanto manifestações conjuntas e individuais, reivindicando questões relacionadas ao campo brasileiro e tendo como principal o acesso a terra. Vale ressaltar, que o

único movimento que não atuou em manifestação foi o ST. Os movimentos que cessaram de atuar nesta escala foram: ACRQ, MSST, MT, OLC e ST.

No próximo subcapítulo apresentamos as informações referentes aos movimentos socioterritoriais com atuação em escala nacional.

3.5 – Escala Nacional

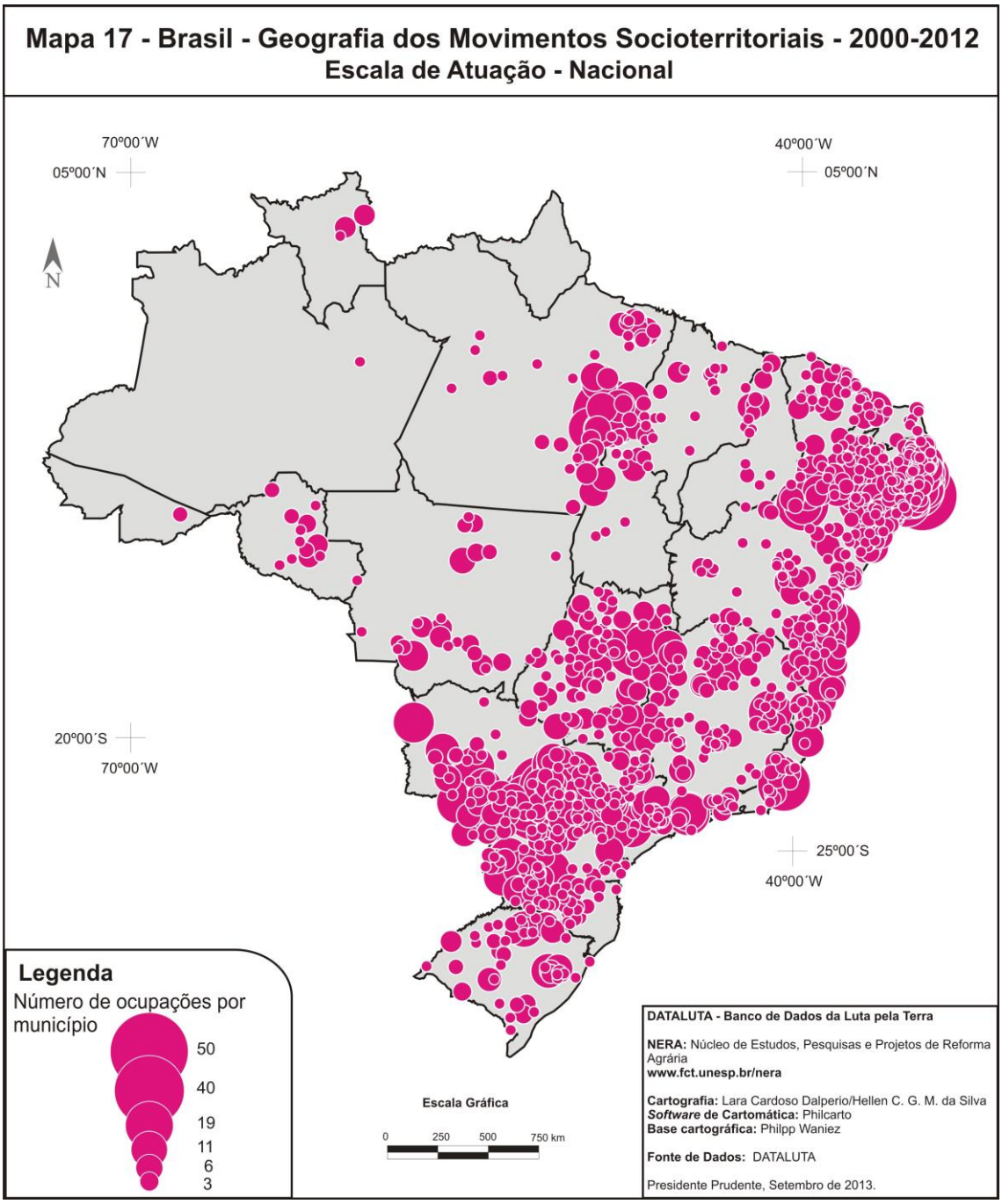
Quando o movimento socioterritorial atua em todas as macrorregiões do Brasil ele é classificado na escala nacional. Em nossas análises, quatro movimentos fazem parte desta escala: a CONTAG, MST, Movimentos Indígenas e OTC. A partir do quadro 23, podemos observar que foram registradas 3.520 ocupações individuais com a participação de 520.992 famílias (DATALUTA, 2013).

Quadro 23 – Brasil – Movimentos Socioterritoriais da Escala Nacional, Ocupações e Famílias Participantes - 2000-2012

	Siglas dos Movimentos	Ocupações Individuais	Famílias em Ocupações Individuais	Ocupações Conjuntas
1	CONTAG	519	53.473	159
2	MST	2.781	452.681	123
3	MOVIMENTOS INDÍGENAS	199	13.011	0
4	OTC	21	1.827	3

Fonte: DATALUTA, 2013. Org. DALPERIO, L. C.

O mapa 17 apresenta as ações em ocupações destes quatro movimentos socioterritoriais classificados nesta escala de atuação no período estudado.



A espacialização das ações em ocupação de terras ocorre em todo o território brasileiro, com concentração entre a região Sul, Centro-oeste e Sudeste devido ao seu histórico de luta camponesa, que entra em conflito com o agronegócio da cana-de-açúcar, de grãos e das pastagens. A macrorregião que obteve o menor número de ocupações foi a Norte.

A maioria dessas ações foi realizada por meio do MST, que é o movimento socioterritorial mais espacializado/territorializado no Brasil.

Nesta escala de atuação, fica evidente não só a luta pela terra/na terra, mas sim as agregações de outros objetivos de luta como assistência técnica a famílias camponesas e acesso a educação do campo. Esses movimentos também têm suas origens em lutas desde a colonização, como os Movimentos Indígenas, passando pela ditadura com o MST e CONTAG e nas décadas seguintes com o OTC. Diferentemente das outras escalas, exceto a macrorregional, estes movimentos têm articulações internacionais o que ajuda em sua espacialização.

A estrutura organizativa de alguns movimentos desta escala contribui para sua maior articulação no território nacional. Por exemplo, o MST que tem sua direção nacional, estadual e regional e a CONTAG com seus sindicatos dos trabalhadores rurais e federações.

A seguir apresentaremos informações detalhadas referentes desses movimentos que foram retiradas do cadastro dos movimentos socioterritoriais realizado no NERA, de pesquisas mídia impressa/digital e de referências bibliográficas.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) foi fundada em 1963.

> É o movimento camponês mais antigo do Brasil. A fundação da CONTAG foi no ano de 1963 no período do regime militar no Brasil. A CONTAG é a maior entidade sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais da atualidade. Foi fundada em 22 de dezembro de 1963, no rio de janeiro. Na época existiam 14 federações e 475 sindicatos de trabalhadores rurais. Hoje, são 27 federações que reúnem cerca de 4 mil sindicatos rurais e 20 milhões de trabalhadores e trabalhadoras do campo (SOUZA, Elenira, 2009, p. 86).

A CONTAG "compreende uma confederação de sindicatos e federações que executam ações de ocupações. Nesse sentido, o seu nível de institucionalização é um dos maiores entre os movimentos camponeses" (PEDON, 2009, p. 216). Em números de federações são compostas por 27 e de sindicatos correspondem a 3.934 em todo o território brasileiro ampliando a extensão de sua luta.

Suas ações através de ocupações de terras e manifestações e segundo o site oficial do movimento, têm o intuído de conquista do território, da realização da reforma agrária, pelo

combate ao trabalho escravo, ao trabalho infantil, saúde, educação etc. (CONTAG, [200?][62]). Representando os interesses dos trabalhadores rurais assalariados, dos sem-terras, dos agricultores familiares assim, fazendo frente ao Estado, ao agronegócio e aos latifundiários:

> A CONTAG representa os interesses e os anseios dos trabalhadores e trabalhadoras rurais assalariados, permanentes ou temporários; dos agricultores e agricultoras familiares, assentados pela reforma agrária ou não; e, ainda, daqueles que trabalham em atividades extrativistas. Sua trajetória possibilitou que, nos últimos dez anos, fosse elaborado e implementado o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário (PADRSS), que propõe novo tipo de relação entre o campo e a cidade, e a perspectiva de um projeto de desenvolvimento que inclua a eqüidade de oportunidades, justiça social, preservação ambiental, soberania e segurança alimentar, e crescimento econômico. (SOUZA, Elenira, 2009, p. 86).

Segundo a autora, a implementação desse Projeto, acarretou uma fortificação da estrutura da CONTAG, sendo criadas secretarias específicas por frentes de lutas, apresentando uma proposta política bem diferenciada de outros movimentos:

> O ponto de partida para a elaboração do PADRSS foi à concepção de desenvolvimento rural sustentável, cujos eixos se fundamentam na luta pela reforma agrária; no fortalecimento da agricultura familiar; na luta pelos direitos trabalhistas e por melhores condições de vida para os assalariados e as assalariadas rurais; na construção de novas atitudes e valores para as relações sociais de gênero; e geração e na luta por políticas sociais e pela democratização dos espaços públicos (SOUZA, Elenira, 2009, p. 86-87).

Para que os seus objetivos sejam conquistados este movimento socioterritorial realiza ocupações de terras e manifestações do campo de forma individual e em conjunto. Em relação às ocupações de terras este movimento realizou 519 ocupações com a participação de 53.473 famílias e 159 ocupações conjuntas com a participação dos seguintes movimentos socioterritoriais apresentado no quadro 24. Essas ações ocorreram nos estados do AC, AL, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, SP, TO. Podemos citar as fazendas: Fazenda Tiracanga I, Fazenda Mastruz com Leite, Fazenda Toca da Raposa, Fazenda Tulipa Negra, Fazenda Cachoeira, Fazenda Gaúcha, Fazenda Goiabeira,

[62] Sem data de publicação. Informações retiradas do site oficial da CONTAG. Disponível em: <http://www.contag.org.br/ >. Acesso em: 20 set. 2013.

Fazenda MM Madeira, Fazenda Bannach, Fazenda Mari-Mari e Gleba do Bota (DATALUTA, 2013).

Quadro 24 – Participação dos movimentos socioterritoriais em ocupações conjuntas com o CONTAG – 2000-2012	
Centro de Agricultura Alternativa,	Movimento Terra Brasil
Comissão Pastoral da Terra	Movimento de Libertação dos Sem Terra
Central Única dos Trabalhadores	Liga dos Camponeses Pobres
Centro Terra Viva	MST da base
Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Movimento Terra, Trabalho e Liberdade	Organização da Luta no Campo
Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo	Organização dos Trabalhadores no Campo
Movimento dos Agricultores Sem Terra	União dos Movimentos Sociais pela Terra
Movimento dos Trabalhadores Sem Terra	
Fonte: DATALUTA, 2013. Org. DALPERIO, L. C	

Sobre as manifestações, elas foram realizadas em todos os anos do período desta pesquisa. Foram contabilizadas 952 manifestações do campo. Sendo 630 individuais e 322 em conjunto, através dos: acampamentos, audiência, bloqueio, caminhadas, marcha, ocupações de agência bancária, panfletagem, concentração em espaço público, ocupações de prédio público etc. Por questões relacionadas água, terra, créditos, direitos humanos, políticas agrícolas, trabalhistas. Essas ações foram realizadas nos estados da AC, AL, AM, AP, BA, CE, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SE, SP, TO e no DF (DATALUTA, 2013).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) surgiu em 1984, com o objetivo de construir territórios e garantir o acesso a terra:

> sua primeira ocupação de terra foi realizada em setembro de 1979, nas glebas Macali e Brilhante, no município de Ronda Alta, no Rio Grande do Sul. Outras ocupações ocorreram até janeiro de 1984, quando se realizou o 1º encontro nacional dos trabalhadores rurais sem terra, no qual foi fundado, oficialmente, o MST. Na década de 1990, sob a vigência das políticas neoliberais, vai transformar-se no movimento social popular mais atuante do país e no principal foco de resistência à hegemonia neoliberal (SOUZA, Elenira, 2009, p. 89)

Sua fundação teve o apoio de um órgão vinculado a Igreja Católica a Comissão Pastoral da Terra (CPT), organizando-se primeiramente nos estados do Paraná, São Paulo, Rio

Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. Mas, foi na década de 1990 que o MST se tornou um movimento socioterritorial de escala nacional, organizando-se em 23 estados da federação (FERNANDES, B., 2000b). Atualmente o MST está territorializado em 24 estados exceto no Amazonas, Acre e Amapá. Ao longo dos anos de luta, foi necessário inserir outros objetivos, além da conquista do território, como uma melhor educação para o campo, condições mínimas de vida acampamentos e assentamentos, políticas públicas efetivas etc.

Segundo Pedon (2009) de todos os movimentos socioterritoriais atuantes no Brasil "o MST é aquele cuja luta possui uma escala de maior alcance e extensão, pois, além de atingir a quase totalidade do território nacional por meio da espacialização, ele age como elemento transformador das realidades na escala local" (PEDON, 2009, p. 215). Atuando através das ocupações de terras e manifestações do campo tanto de forma individual e conjunta em todos os anos do período estudado.

Sobre as ocupações de terras, o MST dentre os movimentos brasileiros é o mais atuante nos números de ocupações e de famílias participantes. Sendo realizadas 2.781 ocupações de terras com 452.681 famílias participantes e 123 ocupações conjuntas 22.335 famílias com os seguintes movimentos socioterritoriais expressados no quadro 25 (DATALUTA, 2013).

Em relação às áreas de atuação podemos citar as: Fazenda Lamipar, Fazenda Bandeirantes II, Fazenda Bandeirantes, Fazenda Barro Vermelho, Fazenda Campo Grande, Fazenda Dr. Gilberto, Fazenda Jacaré Grande, Engenho Lagoa Grande, Engenho Mirandinha, Engenho Mussumbu, Engenho Barra Nova, Engenho Poço de Cabra, Engenho Pasmado, Fazenda Santa Maria, Fazenda São Pedro, Fazenda Galho Seco, Usina Serrana, Fazenda Júlia, Fazenda Aguas Claras, Fazenda Santo Antônio, Fazenda Santa Rosa, Fazenda Capim Seco (DATALUTA, 2013).

Quadro 25 – Participação dos movimentos socioterritoriais em ocupações conjuntas com o MST – 2000-2012

Associação dos Sem Terra e Sem Teto	Movimento de Libertação dos Sem Terra
Central Única dos Trabalhadores	Movimento dos Conselhos Populares
Centro Terra Viva	Movimento de Mulheres Agricultoras
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura	Coordenação Estadual de Trabalhadores Assentados
Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombo	Movimento dos Trabalhadores Desempregados
Comissão Pastoral da Terra	Movimento de Mulheres Camponesas

Movimento Terra Brasil	Movimento Social dos Sem Terra
Movimento dos Pequenos Agricultores	Movimento de Apoio aos Trabalhadores Rurais
Liga dos Camponeses Pobres	Movimento dos Trabalhadores Assentados
Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
Movimento Popular pela Reforma Agrária	Movimento Terra, Trabalho e Liberdade
Movimento dos Trabalhadores Sem Terra	Quilombolas
Movimento dos Atingidos por Barragens	Organização dos Trabalhadores no Campo
Movimento dos Agricultores Sem Terra	União dos Movimentos Sociais pela Terra
Movimento de Luta pela Terra	Via Campesina
Fonte: DATALUTA, 2013. Org. DALPERIO, L. C	

Em relação às manifestações, foram contabilizadas 3.659 (2.796 individuais e 863 conjuntas) com a participação de 1.935.248 pessoas através das topologias: acampamento, ação solidaria, audiência, bloqueio, cadastramento, caminhada, celebração religiosa, cerco a construções, concentração em espaço público, encontro, formação de acampamento, jejum, greve de fome, interdições, manifesto, marcha, mutirão, ocupações de agências bancárias, ocupações de prédio público e/ou privado, outros, pedágio, passeata, panfletagem, romarias, saques, retenção de veículos, temática, tentativa de ocupação e de saque e vigílias. Essas ações ocorrem nos estados de: AL, BA, CE, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SE, SP, TO e no DF entre 2000 e 2012, reivindicavam questões de moradia, água, terra, injustiças, créditos, saúde etc. (DATALUTA, 2013).

Denominamos Movimentos Indígenas para as ocupações de terras que tenham sido realizadas por grupos indígenas do Brasil, ou seja, não são ações geradas por um movimento indígena organizado e/ou institucionalizado, mas por diversos grupos somados e sistematizados[63]. A população indígena vem sendo desterritorializada desde a colonização portuguesa, a qual extinguiu e dizimou centenas de grupos indígenas por meio de disputas pelos territórios e pela transmissão de doenças:

> Pouco a pouco, os grupos indígenas que sobreviveram as armas dos brancos e às epidemias que estes trouxeram foram confinados em pequenos territórios que os jesuítas chamaram de aldeamentos ou reduções. Por um lado, esses aldeamentos foram, do ponto de vista sanitário um desastre para as sociedades indígenas. Se os índios continuassem isolados em suas aldeias não teriam sofrido a desorganização social e econômica, não teriam padecido de fome, principalmente teria sido mais difícil a proliferação das

[63] O mesmo caso para os Quilombolas.

> enfermidades. Mais letal que a guerra declarada conscientemente pelos guerreiros portugueses foi a guerra biológica produzida inconscientemente pelos missionários (LARAIA, 2004, p. 174).

Atualmente os grupos indígenas que resistiram vivem em reservas destinadas a eles. A extensão territorial desses territórios é insuficiente para sua reprodução e manutenção, assim eles lutam pela terra e pelas condições básicas de sobrevivência. Mota (2011) aponta que o:

> [...] pressuposto de que o nascimento dos movimentos indígenas se deu prioritariamente na busca por garantias de direitos aos territórios tradicionalmente ocupados, passando pelo contexto de buscar o reconhecimento da sociedade nacional sobre tais direitos (MOTA, 2011, p. 299).

Segundo Martins (1991), a situação das terras indígenas no Brasil pode ser definida através de três características que representam um movimento: primeiramente temos as terras ameaçadas de invasão pelos fazendeiros e empresas, segundo as terras griladas, suas posses dependem do processo de regularização, e por fim as terras expropriadas, em que a posse já está legalizada. A estrangeirização de terras é outro processo importante para compreendermos os conflitos que envolvem as terras indígenas, na qual empresas com capital parcial/total estrangeiro compram e/ou arrendam terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas para a produção de commodities como a soja, cana-de-açúcar, milho etc..

Através dessa conjuntura, ocorre a descaracterização da identidade indígena (mas não total), pois com a perda do seu território dificultam-se ou extinguem-se as condições de reprodução cultural, a social, do trabalho etc.:

> À medida que se deteriora a forma de ocupação e utilização da terra pelo índio, como consequência da sua invasão e incorporação por fazendas e empresas, também se deteriora a sua identidade tribal. A destruição do espaço do índio destrói também as condições de reprodução do seu modo de ser (MARTINS, 1991, p. 135).

Segundo Edevaldo Souza e Pedon (2007), a materialização de uma identidade é incorporada pelo cotidiano, sendo necessários os símbolos, as imagens e os aspectos culturais, caracterizados como valores, dando sentido de pertencimento, de defesa dos territórios e das identidades, na qual, o sentimento de pertencimento é o principal elemento da relação

identidade-território. “Esse sentimento de pertencer ao espaço em que se vive, de conceber o espaço como lócus das práticas, onde se tem o enraizamento de uma complexa trama de sociabilidade é que dá a esse espaço o caráter de território” (SOUZA, Edevaldo; PEDON, 2007, p. 128-129).

Deste modo, não podemos analisar o território indígena como um simples meio de subsistência, ele é a base/suporte para à vida sociocultural dos grupos indígenas brasileiros agregando ao longo de sua história toda a identidade histórico-cultural (CASTANGE, 2010, p. 78). A territorialidade (indígena) expressa à luta pela manutenção da identidade no território e também “representa uma forma específica de ordenação territorial. Pois uma coisa está imbricada na outra, de forma a dar unidade aos contrários que dão movimento ao processo da formação das identidades territoriais” (SOUZA, Edevaldo; PEDON, 2007, p. 135). Desta forma, os movimentos indígenas vêm através das ocupações de terras e das manifestações buscarem sua reterritorialização.

As ocupações de terras tem caráter reivindicatório e de questionamento das áreas ocupadas, é o enfrentamento direto com o latifúndio/agronegócio e é através dela que os territórios são (re) conquistados. Neste sentido, as ocupações indígenas são vistas como retomada (conflitualidade), pois seus territórios tradicionalmente já os pertencem. As manifestações são consideradas atos políticos logo, são constituidores de espaços políticos de protestos e reivindicações garantindo essas conquistas, que são um direito (SILVA, A.; FERNANDES, B., 2008). Essas duas formas de atuações podem ocorrer em conjunto e individualmente.

Como já apontado, as terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas atendem aos interesses capitalistas em que, através da territorialização do agronegócio/latifundiários, ocorre a desterritorialização dos grupos indígenas. Segundo Angélica Fernandes et al (2010), uma das consequências da territorialização do agronegócio, bem como dos latifundiários em terras indígenas, é a projeção interferências políticas e de caráter legislativo favorecendo o grande capital influenciando nos direitos desses grupos indígenas:

> [...] implicam de modo expressivo em políticas fundiárias, ambientais, migratórias e relacionadas ao desenvolvimento econômico do país. Nesse sentido, a expansão das fronteiras econômicas, desemboca em diversas políticas setoriais, no qual a execução mobiliza poderosos organismos governamentais e favorece empreendimentos que representam vultuosos

> investimentos nacionais e estrangeiros (FERNANDES, A. et al, 2010, p. 10-11).

A partir da Constituição de 1988, os indígenas começaram a ter a garantia de seus direitos, contudo, não foi alterada a estrutura das políticas indigenistas. Neste contexto, os indígenas criaram a União das Nações Indígenas num encontro em Campo Grande, na qual discutiram várias questões, dentre elas o retorno para os seus territórios tradicionalmente ocupados. Vale ressaltar que praticamente todas as áreas ocupadas tradicionalmente estavam sendo ocupadas por não índios (MOTA, 2011), tendo o Estado promotor dessa situação. Observamos que de um lado o latifúndio/agronegócio e o Estado articulam-se interferindo nos territórios indígenas e de outro lado têm-se as resistências dos grupos indígenas.

Os diferentes interesses indígenas e do agronegócio/latifundiários convergem entre si, acarretando conflitualidades. As terras indígenas são invadidas com a finalidade de explorar minérios e madeira (legal/ilegal), realizar o desmatamento para a produção de commodities, a especulação imobiliária etc. tendo como responsáveis às empresas nacionais e internacionais:

> Já os senhores do agronegócio, os ideólogos da monocultura e concentração da terra veem os índios e suas reivindicações por terra, como uma afronta ao "progresso" em curso nas últimas décadas. "Esses índios não trabalham, são preguiçosos, para que querem terra?", exclamam em suas inúmeras manifestações, com potentes máquinas fechando estradas, exigindo mais benesses do governo para aumentar seus lucros (HECK, 2008, p. 157).

As ações dos movimentos socioterritoriais, neste caso os Movimentos Indígenas, são vistas como empecilho para o desenvolvimento do país e, consequentemente, caracterizado como ato criminoso. Este tipo de violência travado pelo discurso do agronegócio configura-se como violência simbólica, tendo os meios de comunicação como um forte aliado. Além disso, temos as violências físicas:

> Intimidações, assassinatos, atropelamentos e criminalização dos índios envolvidos na luta pela retomada dos territórios tradicionais são as armas utilizadas pelos ruralistas para que os indígenas desistam dos territórios reivindicados. Mas o que podemos perceber com a persistência deles em permanecer nos sítios de ocupação tradicional, e com os depoimentos dos índios, é que eles têm com a terra uma relação umbilical (LUTTI; LOREA, 2012, p. 6).

As lutas são componentes essenciais para o entendimento dos Movimentos Indígenas como movimentos socioterritoriais. Para Mota (2011), “a luta pela terra é um movimento político-ideológico apropriado pelos movimentos sociais indígenas e não indígenas que significa, substancialmente, a luta pela terra-território, ou seja, as disputas territoriais que se fazem pela busca de um jeito de ser e estar no mundo-lugar” (MOTA, 2011, p. 294).

As lutas indígenas nas formas de ocupações e manifestações têm vários objetivos além da luta pela reconquista dos territórios de origens. Envolvem as questões ambientais, água, direitos trabalhistas, contra as injustiças e violências, as monoculturas, por uma educação voltada aos índios, acesso às infraestruturas e assistências técnicas. Tais lutas questionam o modelo de desenvolvimento pautado no agronegócio, a legalidade das terras, a concentração de terras, as políticas realizadas pelos governos (nas esferas municipal, estadual e federal), bem como suas eficiências.

Em números de ocupações de terras são registradas 199 com 13.011 famílias participantes e nenhuma ocupação conjunta. Essas atuações ocorreram nos estados: AL, AM, BA, CE, ES, GO, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PR, RO, RS, RR, SC, SP e TO entre os anos de 2003 e 2012. Podemos citar como exemplos, as áreas da Fazenda Buruti, Fazenda Paloma, Fazenda São Jorge, Fazenda Planeta, Reserva Morro do Osso, Fazenda de Jovani Miola, Sítio São João, Fazenda Rincão, área da Empresa Agropecuária João Alves de Lima, Fazenda Alegria, Fazenda Campo Alegre (DATALUTA, 2013).

Em relação às manifestações do campo foram registradas 728, sendo que 659 foram realizadas de forma individual e 69 em conjunto com outros movimentos. Podemos observar que não correram ocupações de terras conjuntas, mas este modo de atuação ocorreu em manifestações.

As manifestações foram realizadas nos seguintes estados brasileiros: AC, AL, AM, BA, CE, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PR, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SE, SP, TO e no DF, nos anos de 2000, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012. Essas ações foram realizadas através das tipologias: acampamento, arrecadação de assinaturas, audiência, bloqueio, caminhada, celebração religiosa, cerco às construções, concentração em espaço público, encontro, formação de acampamento, interdições, manifesto, marcha, ocupações de prédio público e/ou privado, romarias, saques, retenção de veículos, temática, vigílias etc.. Tiveram o intuito de protestar contra as injustiças, violências, barragens, mineradoras, monoculturas, para a demarcação de terras indígenas, cumprimento de acordos,

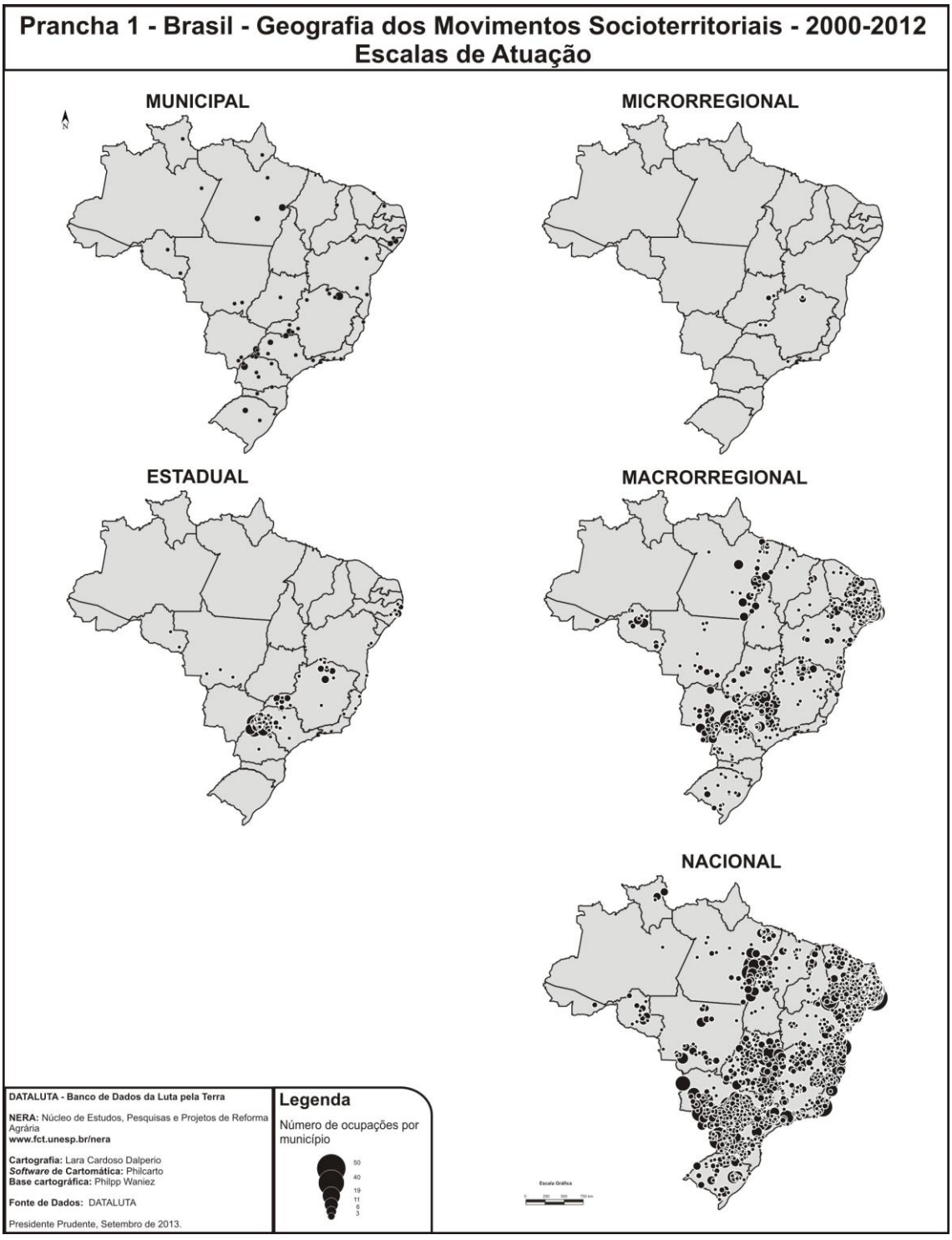
maior assistência técnica, indenização e nas questões relacionadas à água, terra, saúde, direitos humanos, ambientais, educação, defesa do meio ambiente etc. (DATALUTA, 2013).

A Organização dos Trabalhadores no Campo (OTC) foi fundada na cidade de Brasília no Distrito Federal e é uma "categoria criada pela CPT para se referir organizações de trabalhadores camponeses que realizam ocupações sem filiação a movimentos conhecidos" (SOUZA, Elenira, 2009, p. 109). Até o momento de nossa pesquisa, não foi possível encontrar informações sobre a história de luta da OTC, ano de fundação e objetivos de luta além da conquista do território.

Por meio do DATALUTA (2013), podemos sistematizar informações sobre a atuação em ocupações de terras, visto que, a OTC não realizou manifestações do campo. Foram registradas 21 ocupações individuais com a participação de 1.827 famílias e três ocupações conjuntas com a participação de 950 famílias dos movimentos: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, a Liga dos Camponeses Pobres e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra realizadas nos estados do Ceará, Goiás, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rondônia, Rio Grande do Sul, São Paulo e Tocantins nos anos de 2003 e 2004. Em relação às áreas de atuações registramos: Fazenda Mirante da Serra, Fazenda Monsanto, Fazenda Água Vermelha, Fazenda Bandeirantes, Fazenda Cristo Redentor, Fazenda Cifra, Fazenda Buritis, Fazenda Santa Helena, Fazenda Alvorada etc.

Podemos observar que a importância desta escala de atuação na luta pela terra no Brasil. Vale destacar, o OTC que é o movimento que menos atuou em ocupações nesta escala de atuação, mas o mesmo está territorializado em todas as macrorregiões brasileiras. Assim, não é o número de ocupações que define a classificação na escala de atuação e sim a sua territorialização e espacialização. Vale ressaltar, que o Movimento cessou suas atuações.

A prancha 1 apresenta todas as escalas de ações dos movimentos socioterritoriais no período estudado.



A espacialização das ações em ocupação de terras ocorreu em todo o território brasileiro se comparado com as cinco escalas de atuações. Para o fortalecimento da luta, observamos que ocorreram registros de atuações em manifestações em todas as escalas

analisadas. Outo fato presente nelas é o uso da violência por parte do Estado, agronegócio e dos latifundiários frente às ações dos movimentos socioterritoriais.

A partir das escalas de atuação dos movimentos em ocupações de terras, podemos observar que nas menores os movimentos socioterritoriais cessam de atuar devido a sua estrutura organizativa (sem um projeto político), menor representatividade no cenário nacional (a atuação local) e o não estabelecimento de articulações com outros movimentos (no sentido de uma ação conjunta), ou seja, atuam individualmente, não atingindo seus objetivos de luta e não superaram sua escala de atuação etc. Só a partir da escala estadual que foi possível observar uma articulação mais expressiva em ações conjuntas com outros movimentos de escalas macrorregional e nacional, como o MST e a CPT. Assim, a territorialização do movimento está diretamente relacionada com sua escala de atuação.

Se compararmos todas as escalas, observamos que na municipal foram registradas a atuação de 63 movimentos, na microrregional quatro, na estadual 17, na macrorregional 28 e na nacional quatro. A essa disparidade nos números de movimentos de cada escala, podemos relacionar com a capacidade dos movimentos de romper com suas escala de lutas. A ação em ocupação individual dos movimentos de escala nacional é muito representativa se compararmos com o total de ocupações, sendo contabilizado aproximadamente 66%.

Dos 116 movimentos estudados 60 estão em cessão. Na escala municipal identificamos 44 movimentos cessados, microrregional dois, estadual nove, macrorregional cinco e escala nacional um. Neste sentido, a cessão dos movimentos na escala municipal representa aproximadamente 74% do número total, seguido da escala estadual com 15%.

Como podemos observar, há movimentos que inicialmente aturam em ocupações de terras e depois passaram agir somente com manifestações, isso não significa que o movimento não voltará a atuar em ocupações. Podemos citar os movimentos ativos que nos últimos três, quatro ou cinco anos, passaram a utilizar-se somente das manifestações como é o caso: da CONAQ atuando quatro anos com as manifestações depois de sua última ocupação, da CONLUTAS com quatro anos, do GERAIZEIROS com três, do MCC com cinco e do MAPA com quatro.

Em relação às origens dos movimentos socioterritoriais, observamos que nas escalas municipal, microrregional e estadual, a maioria deles surgiram na década de 2000. Já nas escalas maiores de atuação como macrorregional e nacional os movimentos surgiram desde a década de 1960. Assim, podemos relacionar que quanto maior o período de luta do

movimento, maior a conquista do território. No que tange as dissidências dos movimentos, damos destaque as ocorridas com o MST, principalmente com o MST da Base que se tornou um movimento de grande representação no estado de São Paulo.

No que tange aos objetivos de lutas, observamos que apesar da diversidade dos movimentos, a luta pela conquista da terra/território esteve presente em todas as ações, configurando-os como movimentos socioterritoriais. Essa diversidade de movimentos está presente nas tipologias dos mesmos como: organização, rede, união, liga, grupo, confederação, central, que está estritamente ligado as suas respectivas estruturas organizativas e escala de luta. Apesar da ação em manifestação do campo ser maior que a ocupação, esta última forma de atuação é a principal forma de acesso a terra. Dos 116 movimentos socioterritoriais apenas 59 realizam manifestações.

No próximo capítulo são apresentadas as atuações dos movimentos socioterritoriais nas formas de ocupações e manifestações. Os movimentos selecionados são os mais expressivos em ocupações, que consequentemente são os mais expressivos em números de famílias no território brasileiro entre 2000 e 2012.

CAPÍTULO 4 – OS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS MAIS ATUANTES EM OCUPAÇÕES DE TERRAS E FAMÍLIAS PARTICIPANTES– 2000-2012

Os movimentos socioterritoriais correspondem às mobilizações populares que tem o território/terra como condição essencial para sua existência. Neste sentido, o intuito deste capítulo é apresentar as ações dos movimentos socioterritoriais mais atuantes em números de ocupações de terras e de famílias participantes, são eles: a Comissão Pastoral da Terra, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar, os Movimentos Indígenas, o Movimento Libertação dos Sem Terra e o Movimento dos Trabalhadores Rurais na Agricultura. Podemos analisar que os movimentos mais expressivos são os que têm escala de atuação maior, neste caso macrorregional e nacional, devido a sua territorialização/espacialização e histórico de lutas.

Todos os movimentos socioterritoriais são simultaneamente movimentos pela autodefinição, buscando afirmar/enfatizar uma representação de si mesmos, que se apropriam do espaço (PEDON, 2009) ou de um território dando caráter de resistência:

> No campo da mobilização social, as organizações populares, tradicionais e/ou com novas roupagens, têm enfrentado desafios cada vez maiores para manterem suas práticas. A apropriação de parcelas do território é, sem dúvida alguma, além de uma estratégia de sobrevivência, uma forma de resistir à degradação dos valores comunitários arraigados no espaço da vida (PEDON, 2009, 180).

Como já apontado, as mobilizações sociais transformam espaços em territórios. Com essa transformação os movimentos socioterritoriais se territorializam, são desterritorializadas pelo latifúndio/agronegócio e se reterritorializam, sempre levando suas territorialidades. É na conflitualidade que ocorre a transformação do espaço em território, sendo as ações de ocupações um elemento importante.

Como já apontado às ações dos movimentos socioterritoriais variam de acordo com a conjuntura de cada governo, no período de análise identificamos oscilações no número de ocupações. A partir da tabela 6, podemos analisar a atuação dos principais movimentos socioterritoriais, das ocupações dos demais movimentos, das ocupações conjuntas e do número total de ocupações de terras entre 2000 a 2012 no Brasil.

TABELA 6 – BRASIL – OCUPAÇÕES REALIZADAS PELOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS POR MACRORREGIÕES E ESTADOS 2000 - 2012

	MST		CONTAG		FETRAF		MLST		CPT		MOV. INDÍGENAS		Ocup. Conj.		OUTROS		N.I*		TOTAL	
U.F.	Ocup.	Fam.	Ocup.	Fam.	Ocup.	Fam.	Ocup.	Fam.	Ocup.	Fam.	Ocup.	Fam.	Ocup. Conj.	Fam.	Ocup.	Fam.	Ocup.	Fam.	Ocup.	Fam.
NORTE	109	23.384	153	17.130	51	8.073	0	0	1	64	6	391	7	2.362	69	8.126	115	9.001	511	68.531
AC			2	400											2	220	6	626	10	1.246
AM											1	200			1	0	1	200	3	400
AP															1	70			1	70
PA	72	17.614	140	16.342	51	8.073			1	64	1	100	7	2.362	27	3.906	75	5.773	374	54.234
RO	21	2.407	1	32							1	20			33	3.261	22	2.021	78	7.741
RR	8	1.215									1	8			1	200			10	1.423
TO	8	2.148	10	356							2	63			4	469	11	381	35	3.417
NORDESTE	1.286	198.455	145	14.274	53	6.969	68	6.939	145	10.245	89	4.514	56	8.366	234	22.493	67	6.672	2.143	278.927
AL	188	23.583	13	1.843			58	5.329	60	2.968	11	922	15	1.580	71	3.535	5	150	421	39.910
BA	297	59.786	18	1.462					2	112	67	2.142	5	710	49	4.718	15	1.398	453	70.328
CE	55	5.455	3	321					1	30	1	0	6	2.045	2	160	3	320	71	8.331
MA	23	5.672	5	837									1	196	3	166	18	2.267	50	9.138
PB	66	6.872							23	2.111	7	250	1	160	4	140	9	695	110	10.228
PE	533	74.881	98	9.365	48	6.368	9	940	51	4.284	3	1.200	20	2.635	100	12.129	7	355	869	112.157
PI	22	3.516	6	336	5	601							4	440	2	245	2	31	41	5.169
RN	22	4.539	2	110			1	670	8	740			4	600	1	400	5	940	43	7.999
SE	80	14.151													2	1.000	3	516	85	15.667
CENTRO-OESTE	241	61.290	111	13.751	13	883	4	350	13	2.530	69	6.051	14	3.149	134	16.691	35	4.807	634	109.502
DF	18	4.050	3	124	2	120							3	1.350	3	90	2	104	31	5.838
GO	124	26.171	46	7.166	7	325	4	350			1	50	3	875	46	3.678	13	1.111	244	39.726
MS	51	14.595	54	5.302	4	438					63	5.935	8	924	76	10.216	10	1.519	266	38.929
MT	48	16.474	8	1.159					13	2.530	5	66			9	2.707	10	2.073	93	25.009
SUDESTE	797	104.943	91	7.322	22	1.789	48	7.394	2	110	12	758	180	16.162	298	21.583	55	3.923	1.505	163.984
ES	36	5.214	7	299							6	623	1	48	5	605	3	113	58	6.902
MG	206	23.815	67	4.613	11	551	30	5.048	2	110	4	101	28	4.491	109	10.858	25	1.346	482	50.933
RJ	47	6.249	13	1.560									5	1.020	3	280	5	860	73	9.969
SP	508	69.665	4	850	11	1.238	18	2.346			2	34	146	10.603	181	9.840	22	1.604	892	96.180
SUL	348	64.609	19	996	0	0	3	270	0	0	23	1.297	13	4.305	77	6.931	68	9.354	551	87.762
PR	183	32.709	19	996							12	868	4	2.220	60	4.388	42	5.228	323	46.679
RS	100	22.879					3	270			6	278	7	1.945	16	2.535	18	3.506	147	31.143
SC	65	9.021									5	151	2	140	1	8	8	620	81	9.940
BRASIL	2.781	452.681	519	53.473	139	17.714	123	14.953	161	12.949	199	13.011	270	34.344	812	75.824	340	33.757	5.344	708.706

Fonte: DATALUTA, 2013. Org. DALPERIO, L. C.

***N.I - Não Informado - correspondente ao registro de ações onde não foi possível identificar o nome do movimento socioterritorial**

No período foram realizadas 5.334 ocupações de terras com a participação de 708.706 famílias. Essas ocupações aconteceram em áreas, principalmente onde o agronegócio está territorializado, cabe destacar o Nordeste como a região de maiores índices de ocupações de terras sendo registradas 2.143, seguido do Sudeste com 1.505 ocupações (tabela 6).

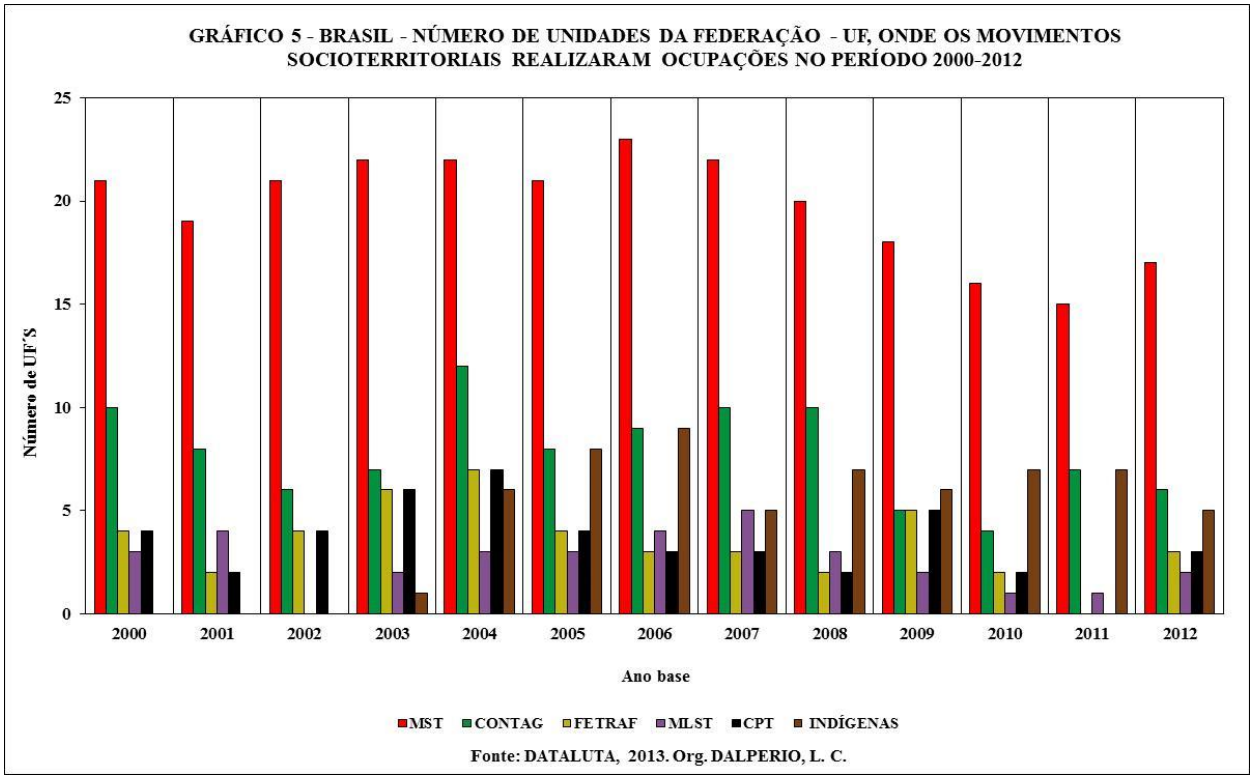
Em relação às atuações dos seis movimentos mais expressivos no território brasileiro, podemos observar que elas variam significativamente de um movimento para outro. Elas correspondem a aproximadamente 74% do total de atuações. O MST realizou 2.781 ocupações individuais com a participação de 452.681 famílias. A CONTAG registrou a atuação de 519 ocupações com a participação de 53.473 famílias. Em números de ocupações a FETRAF realizou 139 com a participação de 17.714 famílias. O MLST atuou em 123 ocupações individuais com a participação de 14.953 famílias. Em relação aos Movimentos Indígenas foram registradas 199 ocupações com 13.011 famílias participantes. E por fim temos a CPT, que atuou em 161 ocupações com a participação de 12.949 famílias (tabela 6).

As atuações dos outros movimentos correspondem a 812 ocupações (aproximadamente 16%) e em número de famílias foram registradas 75.824 (12%). Assim, podemos observar a importância destes seis movimentos socioterritoriais na luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil. Em relação às atuações dos movimentos que não foram informadas/identificadas, contabilizamos 340 ocupações com a participação de 33.757 famílias em todo o território brasileiro (tabela 6).

Além das ocupações realizadas pelos movimentos socioterritoriais de forma individual, temos as ocupações de terras em conjunto (tabela 6), que contribuem para a luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil. As ocupações conjuntas são ações realizadas por mais de um movimento socioterritorial em determinado local. No período estudado, foram registradas 270 ocupações conjuntas com a participação de 34.344 famílias. Com destaque para as regiões Sudeste com 180 ocupações com a participação de 16.162 famílias e o Nordeste com 56 ocupações conjuntas com 8.366 famílias. Essas duas macrorregiões brasileiras tem um histórico conflitos entre camponeses e latifundiários/agronegócio, com as principais culturas de frutas e cana-de-açúcar.

O gráfico 5 aponta os dados de atuações dos movimentos socioterritoriais nas unidades federativas do Brasil no período estudado. Podemos observar que o MST foi o movimento que mais atuou em unidades federativas, logo o mais expressivo em números de

ocupações de terras. Em média o MST atuou em 21 estados no período. Destacamos também a CONTAG que é a segunda maior em atuações com média de nove atuações nos estados. Os Movimentos Indígenas atuaram em média cinco unidades federativas, seguidas da CPT com quatro e o MSLT com três. A FETRAF é o movimento de menor atuação nos estados brasileiros, sendo realizadas em média duas atuações em unidades federativas.



Para compreendermos melhor esses dados, os mapas a seguir apontam as ações detalhadas de cada movimento socioterritorial. Optamos por representar cartograficamente o número de famílias em ocupações individuais e de pessoas em manifestações, pois um dos elementos importantes dos movimentos socioterritoriais é a capacidade de mobilização de pessoas/famílias. Quanto maior o número de pessoas que determinado movimento pode aglomerar mais forte a luta ficará. Segundo Pedon (2009) as:

> [...] mobilizações coletivas podem ser compreendidas como uma forma de agrupamento de pessoas que busca organizar suas ações com o objetivo de obter respostas às suas demandas, podendo ser popular ou elitista, de acordo com sua base e sua agenda (PEDON, 2009, 183).

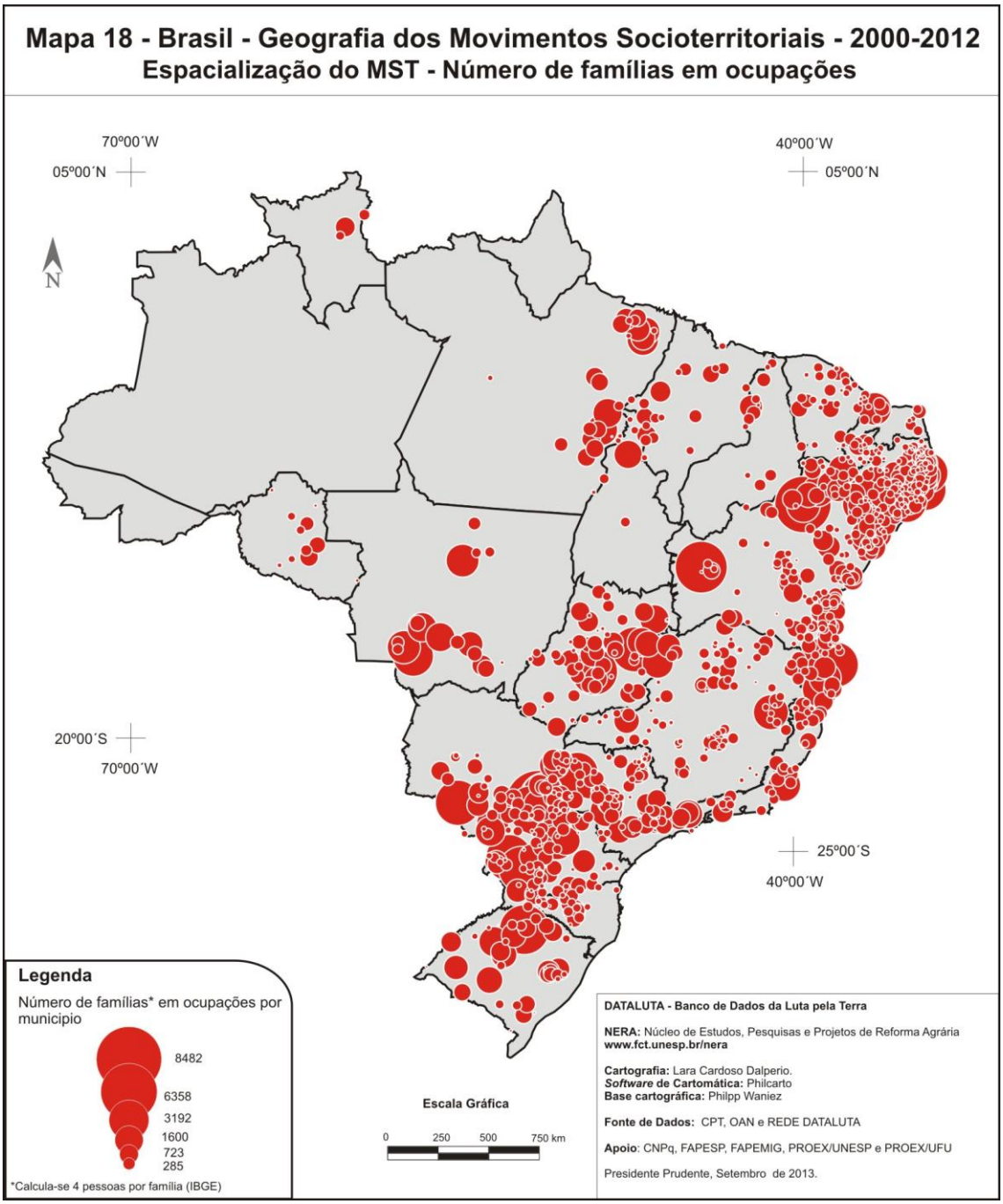
O autor considera que na conjuntura atual as mobilizações populares possuem um caráter radical:

> As tendências de uniformização cultural e de universalização do domínio capitalista sobre os territórios encontram, na radicalidade popular, um obstáculo à sua expansão. Tanto no meio rural, como no meio urbano, a população manifesta sua vontade em manter suas raízes territoriais. Essa manifestação está voltada para uma dinâmica de solidariedade que dá suporte a um projeto de vinculação ao próprio espaço, ao mesmo tempo em que os movimentos se mobilizam para refutar a tendência de universalização (PEDON, 2009, p. 138).

As atuações também são para a afirmação de uma identidade, neste caso, camponesas e indígenas, tendo vários objetivos de luta. Mas a luta pelo território/terra é o elemento principal para compreendermos enquanto movimentos socioterritoriais. Para complementar as análises dos movimentos socioterritoriais mais atuantes em ocupações de terras, também cartografamos a mobilização de pessoas em manifestações de cada movimento.

4.1 – Ações do MST

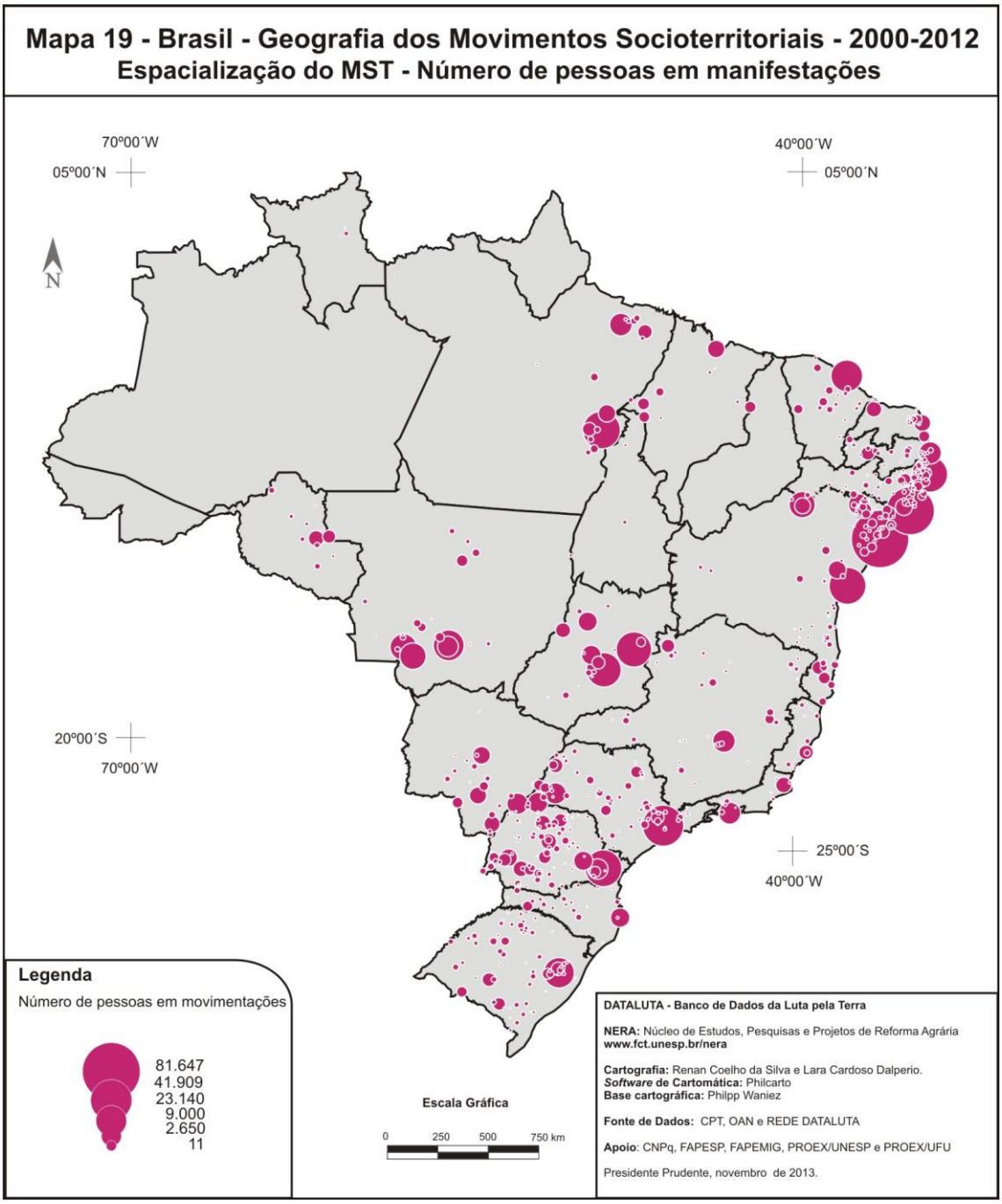
Como já apontado, o MST surgiu em 1984, com o objetivo de construir territórios e garantir o acesso a terra, lutando por uma educação do campo, por meios de garantia para sua reprodução camponesa, por políticas públicas etc. Atualmente o MST encontra-se espacializado em 24 estados brasileiros, logo sua escala de luta é a nacional como mostrado no mapa 189, que apresenta as famílias em ocupações de terras individuais.



Observamos, através do mapa 18, que a região que o Movimento mais atuou em ocupações é o Nordeste com 1.286 ações com 198.455 famílias. Destacamos o estado de Pernambuco que corresponde 63% do número total. A região Sudeste corresponde à segunda em atuações com 797 ocupações e 104.943 famílias participantes, ações realizadas principalmente no estado de São Paulo com 508 ocupações mobilizando 69.665 famílias.

Seguida do Sul com 348 ocupações e 64.609 famílias, com destaque para o estado do Paraná com 183 ações e 32.709 famílias participantes. Em relação ao Centro-oeste foram registradas 241 ocupações com 61.290 famílias, sendo destacado o estado de Goiás com 124 ocupações com a participação de 26.171 famílias. O estado de menor atuação do MST é o Norte com 109 ocupações e 23.384 famílias com destaque para o Pará com 72 ações mobilizando 17.614 famílias.

O mapa 19 apresenta o número de pessoas ligadas ao MST em manifestações do campo. Podemos observar que o MST realiza mais ocupações de terras do que manifestações, por acreditar que a luta através das ocupações ainda é a principal forma de acesso a terra.



O MST realizou 2.796 manifestações individuais com a participação de 1.182.433 pessoas em todas as macrorregiões brasileiras. Como podemos observar no mapa 19 a região Nordeste, apresenta os maiores índices de pessoas, que corresponde a 475.882 (40% do número total). As principais reivindicações foram as questões relacionadas à terra (reforma

agrária, infraestruturas, crédito, educação, desapropriação, incentivo a produção camponesa), água (seca, infraestrutura), ambiental, direitos humanos (contra a injustiça e a violência) etc.

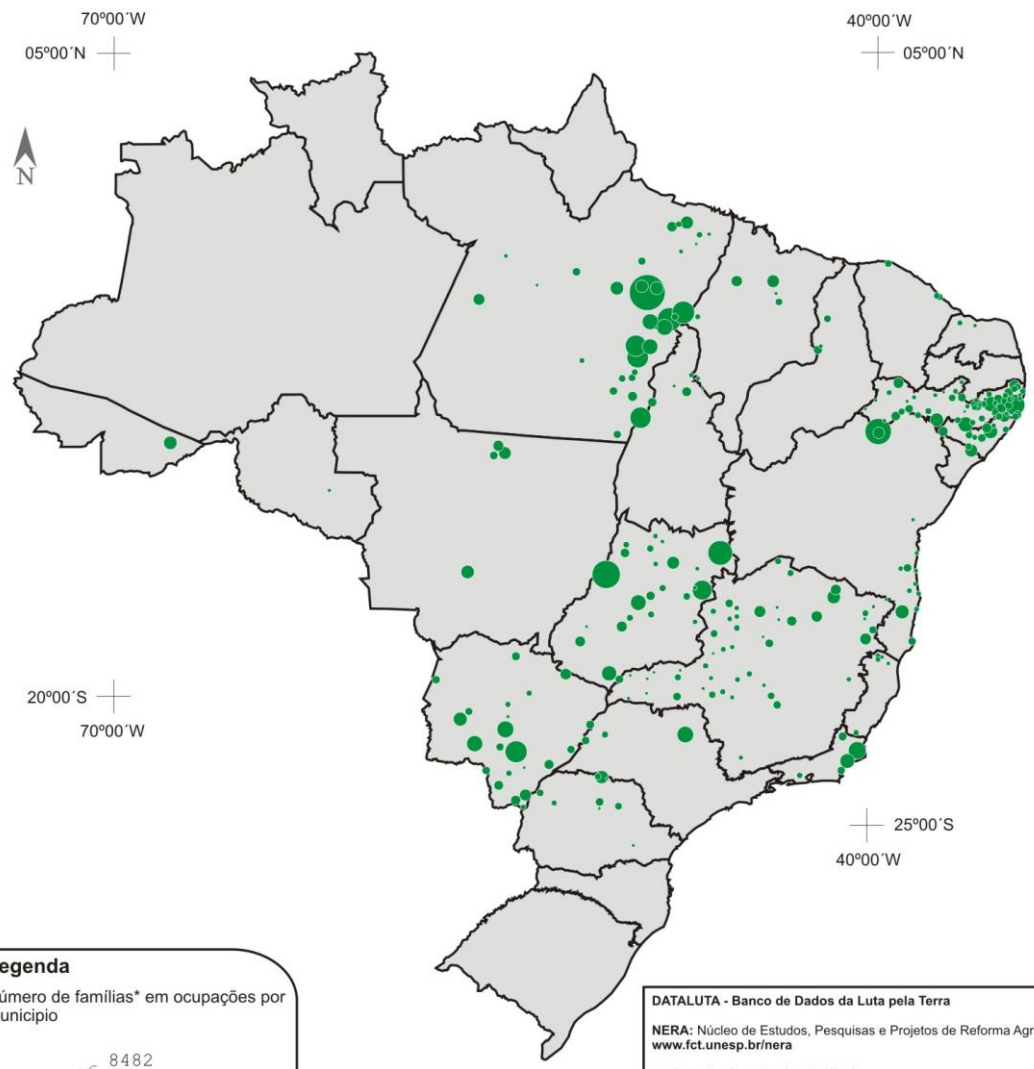
Podemos observar que a região Centro-Oeste tem a segunda maior espacialização das pessoas em manifestações (mapa 19), sendo registradas 215.946 pessoas em 389 manifestações. Suas principais ações foram no sentido de reivindicar, cumprimentos de acordos, por questões relacionadas à terra, a água, políticas agrícolas, contra a demora na desapropriação de áreas para o assentamentos de famílias entre outras. A terceira região é a Sul com a mobilização de 246.003 pessoas em 640 manifestações, ocorrendo marchas, bloqueios, acampamentos etc. Observamos que essas ações ocorreram em todos os estados dessa região, reivindicando questões relacionadas ao meio ambiente, contra a injustiça e a violência no campo, pelas desapropriações, por políticas agrícolas.

A região Sudeste apresenta espacialização das pessoas em manifestações em todos os estados que a compõe. Com destaque para o interior de São Paulo e sua área próxima a capital. Foram registradas 580 manifestações com a participação de 186.245, que lutavam por questões trabalhistas, por terra, por crédito, cumprimento de acordos, assentamento de famílias para a realização da reforma agrária, contra os agrotóxicos e por questões ambientais. A região com menor mobilização de pessoas em manifestações registrada pelo MST é a Norte, com 188 manifestações com a participação de 86.587 pessoas, lutando através de acampamentos, bloqueios, marchas. Essas lutas reivindicavam questões relacionadas à terra, reforma agrária, saúde, indenização de pessoas, por cestas básicas etc. (mapa 19).

4.2 – Ações da CONTAG

Outro movimento de atuação em ocupações na escala nacional é a CONTAG. Como apontado o movimento foi fundado na década de 1960 e sua estrutura compreende as federações e sindicatos, possibilitando uma maior articulação no território brasileiro, como podemos observar no mapa 20. Este movimento foi fundado em 1963 e têm como principais objetivos de luta a conquista do território e a realização da reforma agrária no Brasil.

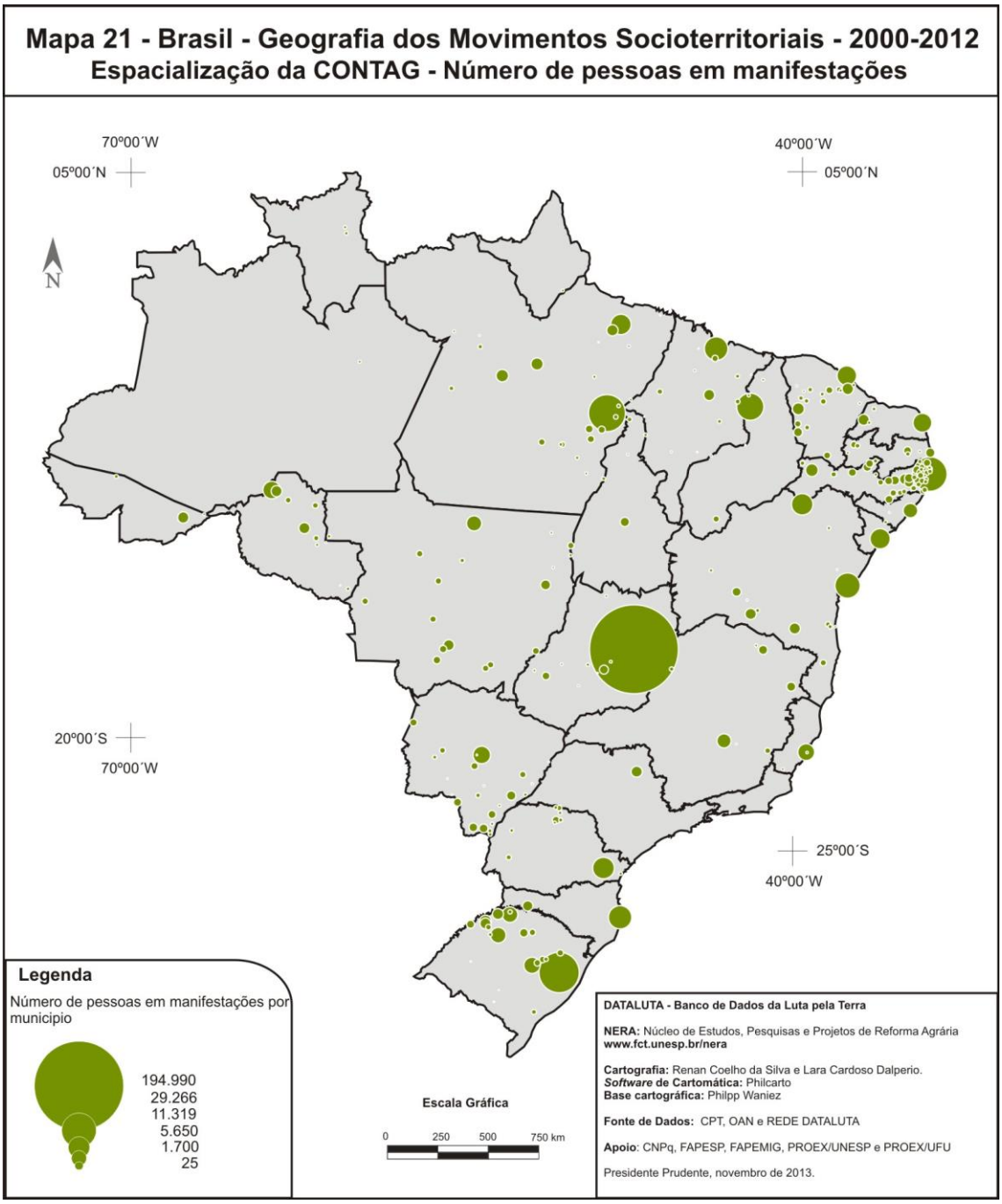
Mapa 20 - Brasil - Geografia dos Movimentos Socioterritoriais - 2000-2012
Espacialização da CONTAG - Número de famílias em ocupações



A partir do mapa 20, observamos que a região de maior atuação da CONTAG é o Norte com 153 ocupações realizadas com 17.130 famílias participantes, com destaque para o estado do Pará com 140 ocupações com 16.342 famílias. Este estado tem um histórico de conflitos no campo com a marca de dois massacres camponeses no governo de FHC.

O Nordeste brasileiro é a segunda região com maior índice de atuação do Movimento com 145 ocupações com 14.274 famílias participantes. Destacamos Pernambuco com a mobilização de 9.365 famílias em 98 ocupações. No Centro-oeste foram identificadas 111 ocupações e podemos observar que essa ação foi mais espacializadas no Mato Grosso do Sul e em Goiás com 54 e 46 ações respectivamente. No Sudeste contabilizamos 91 ações com 7.322 famílias, essas ações foram realizadas principalmente em Minas Geras mobilizando 4.613 famílias em 67 ocupações. Como evidenciado no mapa 21, a região com menor atuação é o Sul, com ocupações em apenas um estado no Paraná com 996.

Como é complexa a questão que envolve as ações dos movimentos, apresentaremos no mapa 22 a atuação do número de pessoas em manifestações ligadas a CONTAG.



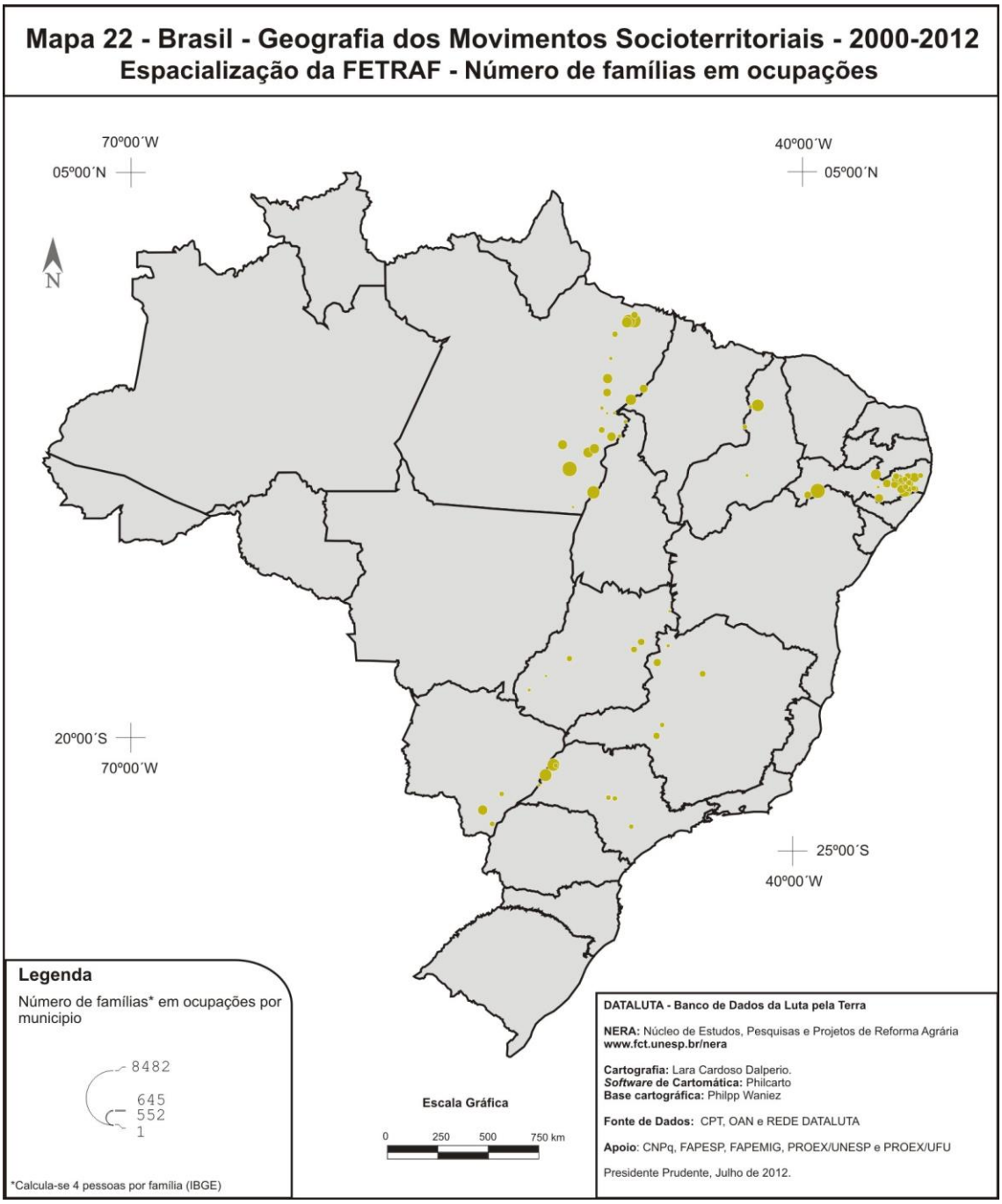
A CONTAG atuou em todas as macrorregiões do Brasil, sendo registradas 630 manifestações com a participação de 675.779 pessoas. Em apenas alguns estados da região Norte não houve mobilização de pessoas em manifestações. Nesta região foram registradas 121 manifestações com a participação de 88.736 pessoas reivindicando políticas agrícolas, o assentamento e reassentamento de famílias, reforma agrária entre outros. Podemos observar

que o Distrito Federal é o principal foco das pessoas em manifestações ligadas a CONTAG, por ser um local/centro de decisão política e de maior visibilidade na mídia. A região Centro-Oeste registou 140 manifestações com a mobilização de 246.846 pessoas. Reivindicando questões relacionadas à terra, assistência técnica, incentivos à pequena produção, ao ambiental e pela reforma agrária (mapa 21).

Na região Nordeste as atuações ocorreram principalmente nas áreas litorâneas, sendo registrada a mobilização de 208.347 pessoas em 240 manifestações. Essas ações reivindicavam questões relacionadas à água (seca), o assentamento de famílias, políticas agrícolas, incentivos a pequena produção, assistência técnica entre outras. Podemos observar que a região Sudeste, foi à área que ocorreu a menor mobilização de pessoas em manifestações, não ocorrendo nenhuma atuação no Espírito Santo. A região registrou apenas 20.820 pessoas em 33 manifestações por terra, política agrícola, questões trabalhistas etc. Na região Sul foram registradas 96 ações com a participação de 110.630 pessoas. Reivindicando através de bloqueios, ocupação de prédio público, marcha, acampamento etc. questões relacionadas ao campo brasileiro como: assistência técnica, políticas agrícolas e reforma agrária. Com destaque para o estado do Rio Grande do Sul (mapa 21).

4.3 – Ações da FETRAF

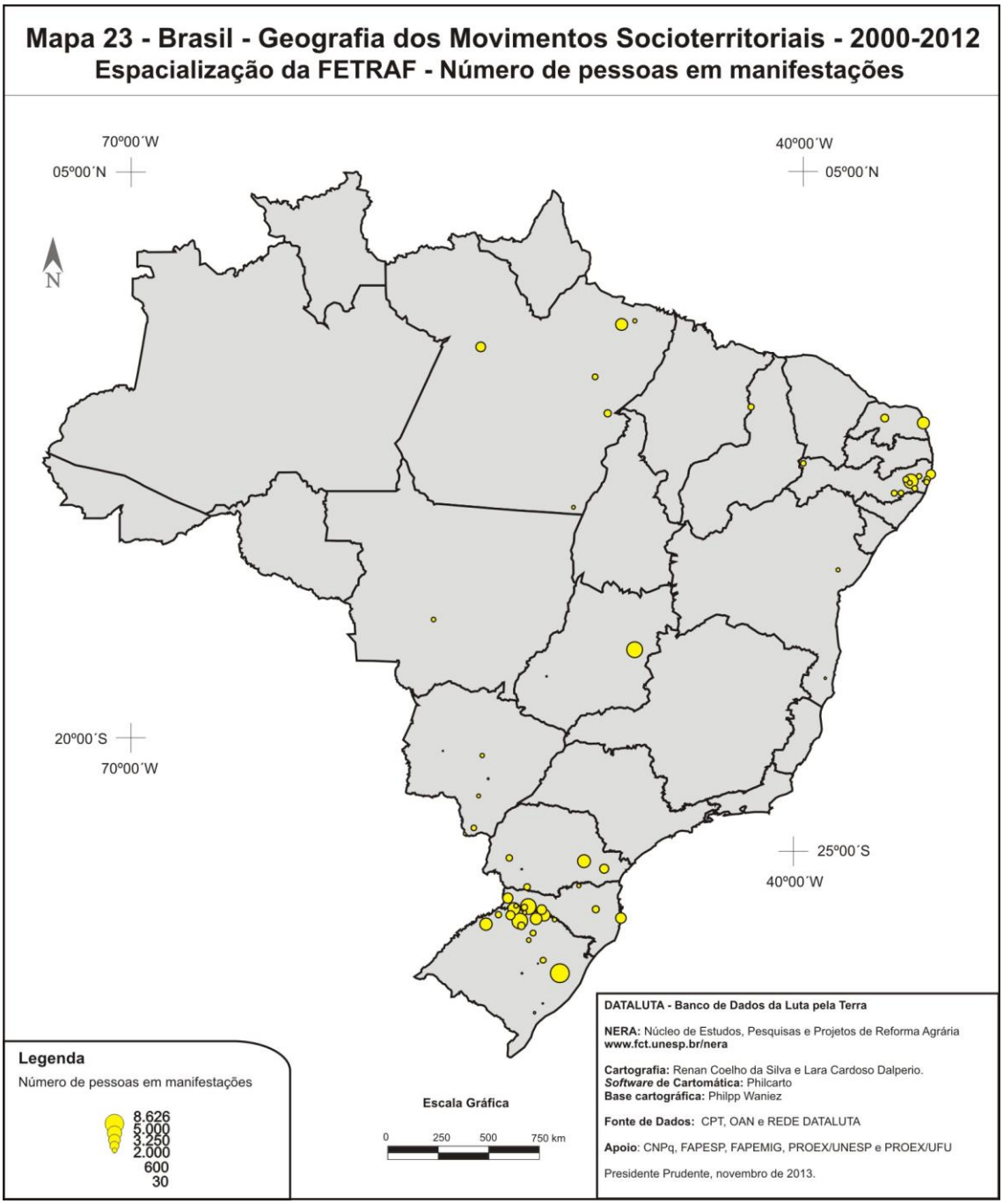
A FETRAF tem como ano de fundação 2001 e desde então luta em favor dos agricultores familiares do Brasil. Sua estrutura organizativa é composta por sindicatos o que contribui para a articulação da sua luta em escala macrorregional (mapa 22).



Podemos observar, no mapa 22, que a atuação da FETRAF ocorreu principalmente no Nordeste com 53 ocupações em 6.969, com destaque para o estado de Pernambuco com 48 ocupações e 6.368 famílias e no Norte com 51 ocupações e 8.073 famílias participantes sendo realizada apenas no estado do Pará. O movimento está espacializado também no Sudeste com a mobilização de 1.789 famílias em 22 ocupações, principalmente na mobilização de 1.238

famílias em 11 ocupações em SP. E no Centro-oeste com 13 ações em 883 famílias, com destaque para o estado de Goiás com sete ocupações em 325 famílias. A única região que este movimento não realizou ações foi no Sul do Brasil.

O mapa 23 apresenta a mobilização de pessoas ligadas a FETRAF em manifestações individuais realizadas no Brasil no período estudado. Diferentemente das ocupações, ocorreram atuações em manifestações na região Sul e não ocorreram na região Sudeste. Foram registradas 162 manifestações com a participação de 98.675 famílias reivindicando desde a conquista do território até a permanência do mesmo.



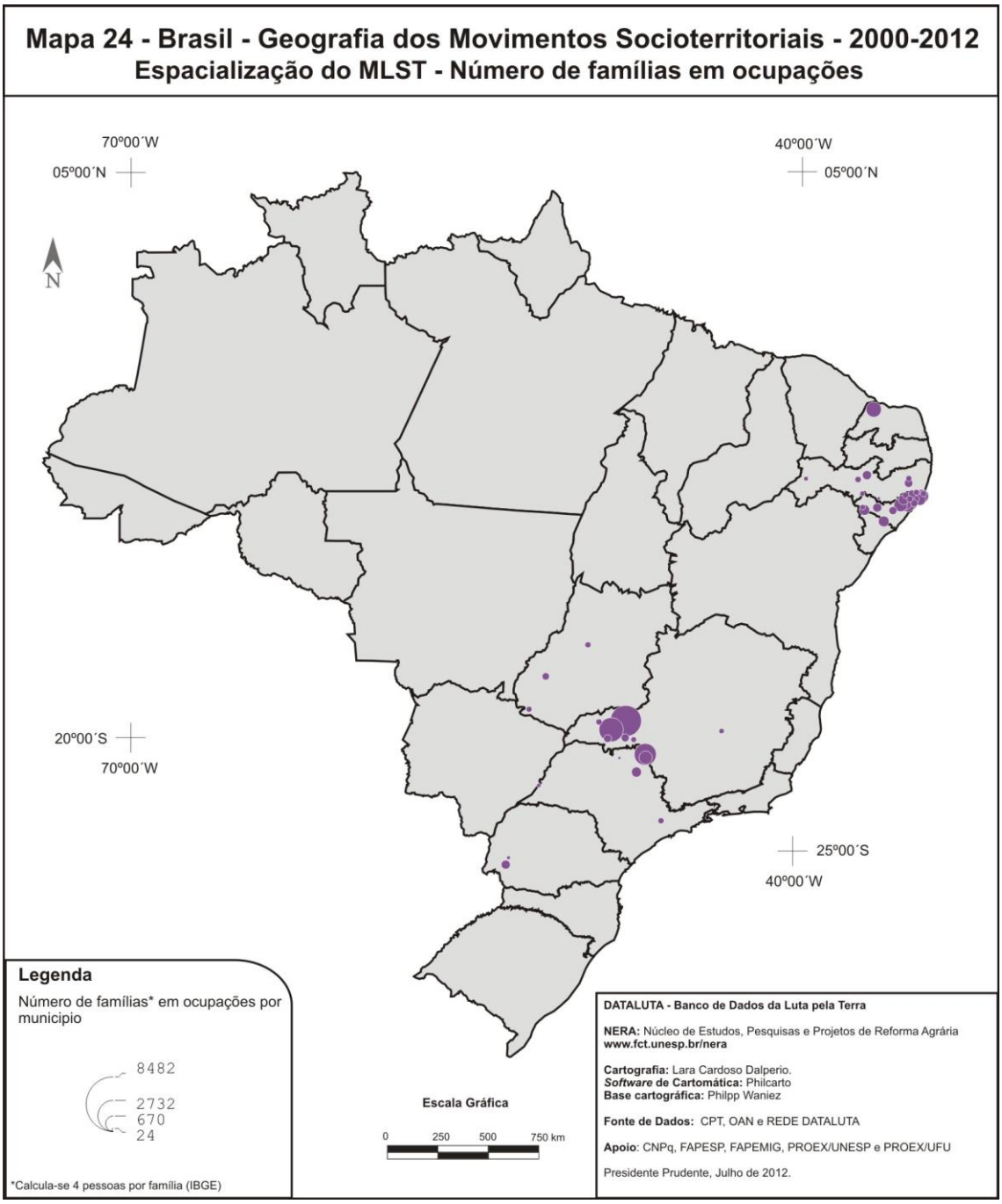
Em relação à atuação da FETRAF, no número de pessoas em manifestações, podemos observar que elas se concentram na região Sul na divisa entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e no Nordeste. Nessas duas regiões foram registradas a atuação de 121 manifestações com a participação de 81.490 pessoas reivindicando, questões

relacionadas à terra como reforma agrária, crédito, políticas agrícolas, ao ambiental, pelos direitos humanos e por questões trabalhistas (mapa 23).

Podemos observar que a região Centro-Oeste, a espacialização das pessoas em manifestações ocorre em todos os estados (mapa 23), sendo registradas 8.635 pessoas em 25 manifestações. Suas principais ações foram no sentido de reivindicar o cumprimento de acordos, questões relacionadas à terra, políticas agrícolas, assentamentos de famílias e assistência técnica.

4.4 – Ações do MLST

O MLST também atua na escala macrorregional (mapa 24). Seu ano de fundação corresponde a 1997 no estado de Goiás, partir de uma dissidência de integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Dede a sua origem o MSLT atua em ocupações de terras no Brasil. O mapa 24 mostra a espacialização do MLST em famílias em ocupações no período de 2000 a 2012.



A atuação deste movimento foi mais intensa na região Nordeste do país, com 68 ocupações de terras. Destas, 58 foram realizadas no estado do Alagoas mobilizando 5.329 famílias. A região Sudeste é a segunda maior em atuações, correspondendo a 48 com 7.394 famílias com destaque para Minas Gerais que mobilizou 5.048 famílias em 30 ocupações. Como podemos observar, nas regiões Sul e Centro-oeste este movimento atuou de forma

pontual, em números totais foram realizadas sete ocupações. A única região que o MSLT não realizou ocupações foi no Norte do país (mapa 24).

O mapa 25 mostra a espacialização do MSLT em relação ao número de pessoas em manifestações entre 2000 e 2012.

Mapa 25 - Brasil - Geografia dos Movimentos Socioterritoriais - 2000-2012
Espacialização do MLST - Número de pessoas em manifestações

Legenda
Número de pessoas em manifestações
10.450
3.400
1.300
750
300
50

Escala Gráfica
0 250 500 750 km

DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra

NERA: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
www.fct.unesp.br/nera

Cartografia: Renan Coelho da Silva e Lara Cardoso Dalperio.
***Software* de Cartomática:** Philcarto
Base cartográfica: Philpp Waniez

Fonte de Dados: CPT, OAN e REDE DATALUTA

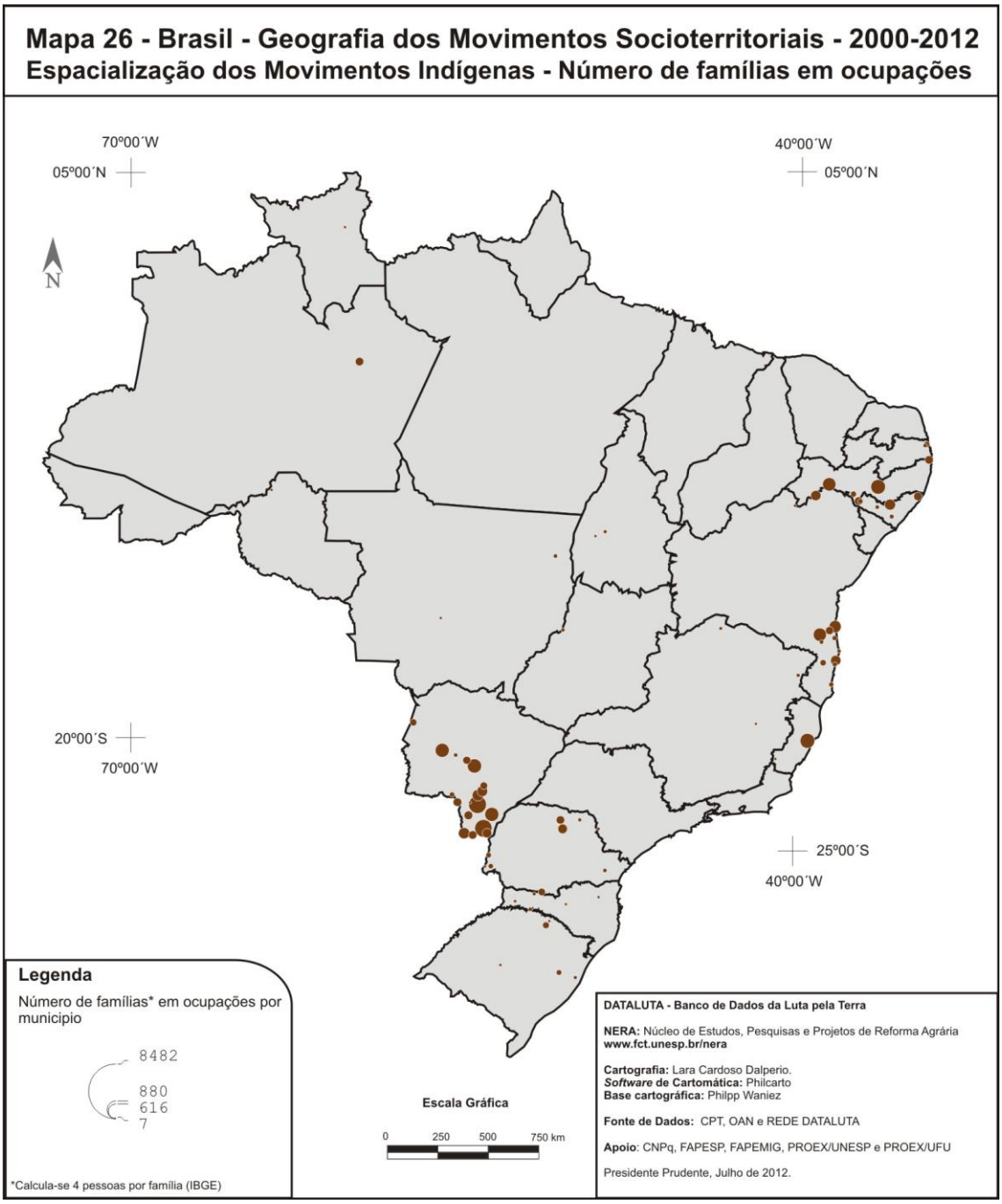
Apoio: CNPq, FAPESP, FAPEMIG, PROEX/UNESP e PROEX/UFU

Presidente Prudente, novembro de 2013.

Podemos observar que o MSLT mobilizou pessoas em manifestações nas regiões Centro-Oeste, Nordeste, Sul e Sudeste, não apresentando atuações na região Norte (mapa 25). Fato evidenciado também nas famílias em ocupações (mapa 25). Foram registradas apenas 80 manifestações com a mobilização de 27.753 pessoas reivindicando reforma agrária, infraestruturas, crédito, educação, desapropriação, incentivo a produção camponesa, água, infraestrutura, contra a injustiça e a violência etc.

4.5 – Ações dos Movimentos Indígenas

O histórico de luta dos Movimentos Indígenas vem desde o período colonial, sendo expropriados e algumas etnias extintas. Os usos dos territórios tradicionalmente ocupados pelos indígenas têm várias finalidades dentre elas a produção de commodities como soja e cana, a especulação imobiliária etc. que reflete na luta dos indígenas nas formas de ocupações e manifestações. Sua escala de luta é nacional, onde foram realizadas ações em ocupações/famílias todas as macrorregiões brasileiras segundo o IBGE, como apontado no mapa 26.



A partir do mapa 26, podemos observar que as áreas de maior atuação são nas regiões Centro-Oeste e Nordeste. Como já informado, o enfrentamento nessas duas macrorregiões ocorre devido à territorialização do agronegócio (soja, cana-de-açúcar, frutas e gado). Na região Norte o número de ocupações em relação às outras regiões é baixo. O estado que se destaca no número de ocupações é o Tocantins, com apenas duas. Em número de

famílias o Amazonas aparece como o estado mais representativo, contabilizando 200. Já na região Nordeste, destacamos o estado da Bahia com 67 ocupações e 2.142 famílias participantes.

Podemos observar uma concentração intensa no sul do Mato Grosso do Sul, que historicamente apresenta vários conflitos fundiários (mapa 26). Sobre este estado, Lutti e Lorea (2012) mostram que os indígenas estão sendo vítimas do avanço do agronegócio:

> No Mato Grosso do Sul há uma verdadeira guerra contra os povos indígenas, principalmente contra as comunidades Guarani e Kaiowá que vivem no sul do estado. Muitas delas têm sofrido vários tipos de violência e quase sempre perpetuada por pessoas ligadas ao movimento ruralista, do qual fazem parte fazendeiros, setores da imprensa, parlamentares, governantes etc. Esta situação atesta a existência de um fenômeno chamado de "agrobanditismo" (LUTTI; LOREA, 2012, p. 2).

Na região Sudeste, podemos observar que o Espírito Santo tem a maior espacialização das ocupações de terras, contabilizando seis e com a participação de 623 famílias, seguido de Minas Gerais com 101 famílias em quatro ocupações. Na região Sul, os Movimentos Indígenas estão espacializados em todos os estados, com destaque para o Paraná com 868 famílias em 12 ocupações. De todos os estados brasileiros, este movimento não está espacializado em sete, que correspondem ao: Rio de Janeiro, Acre, Amapá, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e também no Distrito Federal (mapa 26).

É interessante notarmos que desde 2003 os Movimentos Indígenas têm realizado ocupações em todos os anos e com um número de famílias bastante relevante. Diante desses dados Castange (2010) afirma que:

> Movimentos Indígenas, ao verem a conjuntura da luta camponesa, no sentido da sua reterritorialização, passaram a adotar as ocupações de terra como forma de chamarem a atenção do Estado e da sociedade para a criação e desenvolvimento de políticas específicas para os povos indígenas (CASTANGE, 2010, p. 83).

O mapa 27 apresenta a capacidade de mobilização dos Movimentos Indígenas em número de pessoas em todo o território brasileiro.

Mapa 27 - Brasil - Geografia dos Movimentos Socioterritoriais - 2000-2012
Espacialização dos Movimentos Indígenas - Número de pessoas em movimentações

No caso das manifestações do campo realizadas pelos Movimentos Indígenas, foram realizadas 659 ações em 115.230 pessoas. Como podemos observar no mapa 27, a região com maior mobilização de pessoas é Sul com 235.006 em 117 manifestações, ocorrendo marchas, bloqueios, acampamentos etc. Observamos que essas ações ocorreram em todos os estados

dessa região, reivindicando questões relacionadas à terra como créditos, assistências técnicas, demarcação de áreas indígenas, por saúde etc.

A região Norte registrou 145 manifestações com a participação de 20.985 pessoas. As principais reivindicações foram as questões relacionadas à terra, contra expropriação, contra a injustiça e a violência, por políticas públicas, defesa da água e do meio ambiente, contra a construção e permanências de barragens e cumprimento de acordos. Podemos observar que na região Centro-Oeste ocorre uma intensificação das pessoas em manifestações no estado do MS como nas ocupações de terras (mapas 26 e 27), sendo registradas 34.663 pessoas em 191 manifestações. Suas principais ações foram no sentido de reivindicar questões relacionadas à terra, como a demarcação de áreas indígenas, por água, contra a injustiça e a violência indígena.

A região com a menor mobilização de pessoas em manifestações é a Sudeste, mas elas se apresentam distribuídas em todos os estados que a compõe. Foram registradas 48 manifestações com a participação de 8.751 pessoas, reivindicando o cumprimento de acordos, demarcação de área indígena, por questões ambientais, contra desmatamento, contra barragens etc. Na região Nordeste as mobilizações ocorreram de forma pontual, sendo registrada a mobilização de 31.348 pessoas em 158 manifestações. Essas ações tiveram como objetivo principal lutar por infraestrutura, demarcação de terras, saúde, educação políticas públicas (mapa 27).

4.6 – Ações da CPT

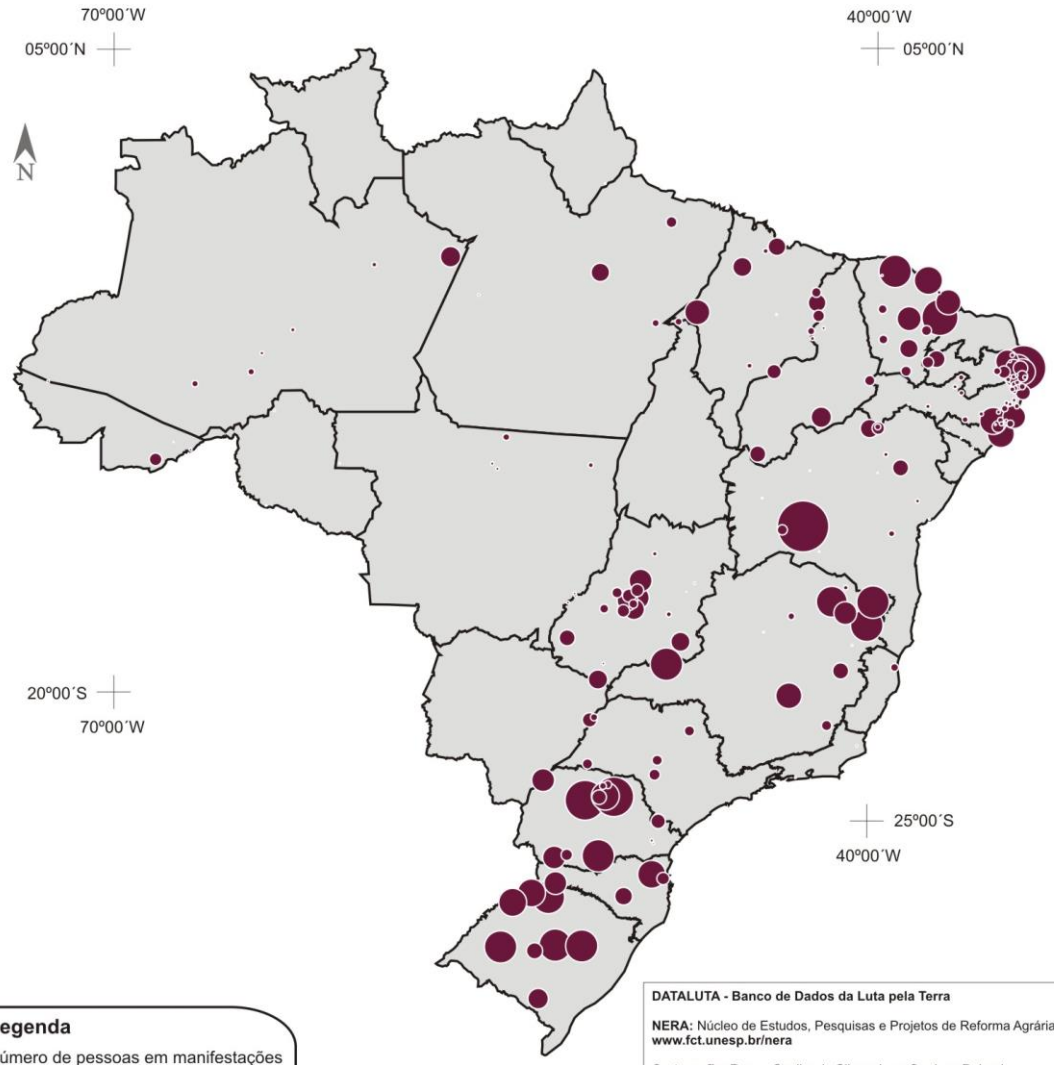
A Comissão Pastoral da Terra (CPT) surgiu em 1975, durante o Encontro de Pastoral da Amazônia, realizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil em Goiânia. Sua escala de atuação é a macrorregional, como observado no mapa 28, atuando em algumas regiões.

Diferentemente dos outros movimentos, as atuações da CPT, foram menos expressivas no Sudeste e no Norte com uma e duas ocupações respectivamente. Seguido do Centro-Oeste mobilizando 2.530 famílias em 13 ocupações com destaque para a região sul do Mato Grosso. A região com maiores índices de ocupações foi o Nordeste do país, com 10.245

famílias em 145 ocupações, essas ações ocorreram de forma mais intensa no estado do Alagoas com mobilizando 2.968 famílias e Pernambuco com 4.284 famílias (mapa 28).

O mapa 29 apresenta a espacialização das manifestações do campo realizadas pela CPT no período estudado.

Mapa 29 - Brasil - Geografia dos Movimentos Socioterritoriais - 2000-2012
Espacialização da CPT - Número de pessoas em manifestações



Legenda
Número de pessoas em manifestações
50.000
30.000
18.100
10.000
3.500
12

Escala Gráfica
0 250 500 750 km

DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra

NERA: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
www.fct.unesp.br/nera

Cartografia: Renan Coelho da Silva e Lara Cardoso Dalperio.
***Software* de Cartomática:** Philcarto
Base cartográfica: Philpp Waniez

Fonte de Dados: CPT, OAN e REDE DATALUTA

Apoio: CNPq, FAPESP, FAPEMIG, PROEX/UNESP e PROEX/UFU

Presidente Prudente, novembro de 2013.

A CPT mobilizou 893.857 pessoas em 435 manifestações em todas as macrorregiões brasileiras, com destaque para o Nordeste e Sul (mapa 29). Nesta região foram identificadas 287 manifestações com a mobilização de 391.462 pessoas que lutaram através de bloqueios, acampamentos, greve de fome, jejum entre outras, por questões relacionadas à terra, contra a injustiça e a violência, por políticas públicas, créditos, cestas básicas etc. A região Sul é a segunda maior em mobilização de pessoas, sendo registradas 33 manifestações com a mobilização de 28.5000 pessoas. Ações que vinham de encontro com o modelo de desenvolvimento do agronegócio, com reivindicações contra a construção de barragens, por reforma agrária, em defesa do meio ambiente, por políticas agrícolas etc. (mapa 29).

A região Sudeste foi à terceira em números de mobilização de pessoas em manifestação, sendo registradas 120.090 em 34 ações. Que reivindicavam as mais variáveis temáticas dentro da terra como Terra como: contra monocultura, defesa da água e do meio ambiente, contra mineradoras etc. A região Norte registrou 50 manifestações, mas sua capacidade de mobilização foi menor com 25.033 pessoas, reivindicando a regularização fundiária, reforma agrária, políticas agrícolas entre outras. A região Centro-oeste teve o registro de 31 manifestações com a participação de 70.272 pessoas que atuavam por questões trabalhistas e ambientais, pela desapropriação de terras e assentamentos de famílias, pela regularização fundiária, por política agrícola (mapa 29).

A região com maior índice de ocupações de terras e manifestações do campo realizadas pelos movimentos socioterritoriais mais atuantes é o Nordeste, devido ao seu histórico de luta e resistência que vem desde a colonização brasileira com a inserção do latifúndio e do agronegócio. Neste sentido, as ações dos movimentos socioterritoriais são vistas como obstáculo para o desenvolvimento do Brasil. Pois, elas questionam o modelo de desenvolvimento do agronegócio que está fortemente subsidiado pelas políticas do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de décadas, os movimentos socioterritoriais foram crescendo e se articulando para garantir um direito que está na Constituição: o direito a reforma agrária. O Estado, para realizar alguma política voltada para o campo, como os PNRAs, tem que ser pressionado pelos movimentos. Para frear a luta, vários são os mecanismos utilizados, dentre eles: violência, prisões ilegais, criminalizações das ações através de leis e de medidas provisórias (como a 2109-52, no governo FHC) e deslegitimação da luta, criando obstáculos jurídicos. Essas diferentes conjunturas refletiram nas ações dos 116 movimentos socioterritoriais registrados pelo DATALUTA.

Com este trabalho buscou-se analisar a construção do conceito de movimentos socioterritoriais, mostrando que o território é essencial para sua existência. Entendemos como movimentos socioterritoriais, como aqueles sujeitos organizados que tem a terra como objetivo de luta e como condição de sua existência, o que explica a espacialização dos movimentos, logo de suas ações em todas as macrorregiões brasileiras. O campesinato constrói seus espaços e se especializam para conquistar seu território, promovendo a territorialização da luta pela terra (SOUZA, Elenira, 2009). Essa territorialização do campesinato fortalece a sua luta contra o agronegócio e o latifúndio no Brasil.

A atuação dos movimentos socioterritoriais em ocupações de terras e manifestações do campo, tanto de forma individual e em conjunto, são instrumentos contestatórios e reivindicatórios. As ocupações são espaços de resistência para o atendimento das reivindicações dos movimentos socioterritoriais, tendo como principal objetivo a conquista da terra. As manifestações são atos políticos que reivindicam diversas questões. Ou seja, são ações com diversos objetivos, como a eliminação do latifúndio, a reforma agrária, contra a criminalização/repressão dos movimentos, a modificação do modelo de produção baseado na exportação, a desapropriação de terras, demarcação de territórios indígenas, políticas públicas etc.

Pode-se observar, através deste trabalho, que as atuações manifestações do campo foram maiores que as ocupações. Foram registradas 8.193 manifestações contra 5.344 ocupações de terras, mas em ambas as ações eles reivindicavam questões relacionadas à terra.

Para essas ações cabe destacar a região Nordeste do Brasil, devido ao seu histórico de luta desde a colonização brasileira.

Os movimentos socioterritoriais atuam tanto em conjunto como individuais que refletem nas suas escala de atuação. Elas vão definir a existência do movimento ou sua cessão. Para este trabalho definimos cinco escalas de atuação em ocupações de terras, são elas: municipal, microrregional, estadual, macrorregional e nacional.

Um dos desafios dessa pesquisa, que não desqualificou o trabalho, foi a utilização da metodologia de microrregiões de acordo com o IBGE, para definir as escala de atuações dos movimentos. Ela trouxe alguns limites/fragilidades, por exemplo, nas atuações dos movimentos em microrregiões próximas, sendo classificadas em estadual. Vale ressaltar, que para os futuros estudos vamos repensar essa metodologia para melhor representação das ações dos movimentos.

Os movimentos de escala menores cessam devido a sua estrutura organizativa, a dificuldade de realizar articulação com movimentos de escalas maiores (principalmente a nacional) que tem desdobramento na sua representatividade dentro do cenário nacional, ou seja, sua limitação em romper com sua escala de luta.

Neste sentido, podemos analisar que as escalas estão ligadas com a capacidade de organização dos movimentos e causa de crescimento ou cessão dos mesmos. Evidenciados principalmente nas ações dos movimentos mais atuantes, em que a capacidade de mobilização dos movimentos socioterritoriais é de extrema importância para a conquista do território.

No que tange aos movimentos socioterritoriais mais atuantes em ocupações, foram selecionados: a CPT, a CONTAG, a FETRAF, o MLST, o MST e os Movimentos Indígenas. Suas ações em ocupações de terras individuais representam aproximadamente 74%, enquanto que ao outros movimentos representam aproximadamente 16%.

Portanto, as ocupações de terras e manifestações do campo são importantes estratégias de lutas, que para sua compreensão devemos considerar o processo de desigualdade no campo brasileiro, a hegemonia do latifúndio/agronegócio, bem como as formas de violências utilizadas contra as ações dos movimentos socioterritoriais.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Denilson Moreira de; GERMANI, Guiomar Inez. **Fundo de Pasto:** Um conceito em Movimento. In Anais do VIII Encontro Nacional da ANPEG. Curitiba (PR). 2009. Anais da ANPEGE. Disponível em: < http://www.geografar.ufba.br/site/arquivos/biblioteca/publicacoes/54e66ace5c85ed2ae6112cd0e98734c9.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2013.

ALCÂNTARA, Denilson Moreira de; GERMANI, Guiomar Inez. **As comunidades de fundo e fecho de pasto na Bahia:** Luta na terra e suas espacializações. IN: Revista de Geografia. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 27, n. 1, 2010. Disponível em: < http://www.geografar.ufba.br/site/arquivos/biblioteca/publicacoes/1fc7a7b45a4d9d24bf645b8a9e99f120.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2013.

ANDRADE, Fernando Vinicius. **Sem-terra ocupam estação de pesquisa**. Gazeta de Alagoas, Alagoas, 26 fev. 2009. Disponível em: < http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/acervo.php?c=142746 >. Acesso em: 09 jul. 2013.

ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS BREJO DOS CRIOULOS. [200?]. Disponível em: <http://quilombobrejodoscrioulos.blogspot.com.br>. Acesso em: 20 ago. 2013.

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DAS MICRORREGIÕES DO ESTADO DE ALAGOAS. [200?]. Disponível em: <http://mtcbrasilterra.blogspot.com.br/>. Acesso em: 19 ago. 2013.

ASSOCIAÇÃO DOS VAZANTEIROS EXTRATIVISTA DE PAU PRETO; MATTOS, Zilah de. **Território Livre, Vazanteiros Libertos**. [200?]. Disponível em: <http://vazanteirosemmovimento.wordpress.com/>. Acesso em: 14 set. 2013.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Luiz Antônio Cabello. **A Alternativa dos Assentamentos Rurais**: Organização Social, Trabalho e Política. São Paulo: Terceira Margem, 2003.

BORGES, Barbara Loureiro. **Reflexões e contribuições para o desenvolvimento socioambiental de assentamentos de reforma agrária – o caso do pré-assentamento "Pequeno Wilian" no Distrito Federal**. 2012. 15222 f. Monografia (título de Engenheiro Florestal) Universidade de Brasília - Faculdade de Tecnologia. Disponível em: < http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/4493/1/2012_BarbaraLoureiroBorges.pdf >. Acesso em: 14 set. 2013.

BRANFORD, Sue. **Lidando com governos**: o MST e as administrações de Cardoso e Lula. In: Combatendo a desigualdade social: O MST e a reforma agrária no Brasil. Org. CARTER, Miguel. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p.409-432.

BRASIL DE FATO, **Reforma agrária, urgente, necessária e esquecida**. Brasil de Fato, São Paulo, 24 mai. 2013. Disponível em: < http://www.brasildefato.com.br/node/12755>. Acesso em: 14 ago. 2013.

CAMPOS, Janaina Francisca de Souza. **Leituras dos Territórios Paradigmáticos da Geografia Agrária**: Análise dos Grupos de Pesquisa do Estado de São Paulo. 2012. 389 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente.

CÂNDIDO, Aloísio. **Sem-terra invadem fazenda Olhos d Água e reivindicam propriedade**. Jornal da Manhã *Online*, Uberlândia, 03 de jun. 2012. Cidade. Disponível em: <http://jmonline.com.br/novo/?noticias,2,CIDADE,63094>. Acesso em: 07 set. 2013.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Governo Lula e a contra-reforma agrária no Brasil**. Revista ADUSP – Associação dos Docentes da USP. São Paulo, nº 29, p. 13-19. mai. 2003.

CARVALHO, Severino. **Alagoas tem novo movimento sem-terra**: conheça a Via do Trabalho. Gazeta *Web*. 7 mar. 2012. Disponível em: <http://blogsdagazetaweb.com.br/celiogomes/?p=10514>. Acesso em: 15 set. 2013

CASTANGE, Ronaldo Desidério. **DATALUTA – Banco de dados da luta pela terra: atualização do cadastro dos movimentos socioterritoriais para o ano de 2010**. Relatório Final. CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Presidente Prudente, 2011.

CASTRO, Iná Elias de. **O problema da escala**. In: CASTRO, Iná Elias de et al. (orgs): Geografia: Conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CARDOSO, Lourenço; GOMES, Lilian. **Movimento Social Negro e Movimento Quilombola:** para uma teoria da tradução. In: XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais: diversidade e (Des)Igualdades. 2011. Salvador .Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307638313_ARQUIVO_artigo_conlab_ultimaversao5.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2012

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **Histórico.** [200?]. Disponível em: <http://www.cut.org.br/institucional/38/historico>. Acesso em: 16 set. 2013

CENTRO DE AGRICULTURA ALTERNATIVA. [200?]. Disponível em: <http://www.caa.org.br/site.php?pagina=histria>. Acesso em: 19 ago. 2012.

COCA. Estevan Leopoldo de Freitas. **Análise e mapeamento dos tipos de assentamentos no Brasil:** compreender a diversidade e a atualidade da reforma agrária brasileira - estudo dos assentamentos das regiões norte e nordeste. Relatório Final. FAPESP - Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado de São Paulo. Presidente Prudente, 2008.

COELHO NETO, Agripino Souza**. Componentes definidores do conceito de território:** a multiescalaridade, a multidimensionalidade e a relação espaço-poder. GEOgraphia, v. 15, n.

29. 2013. Disponível em: < http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia >. Acesso em: 05 nov. 2013.

CODEVISE; LCP. **Defender a posse pelos camponeses da fazenda Santa Elina**. 2011. Disponível em: < http://www.ligaoperaria.org.br/1/wp-content/uploads/2011/07/boletim_LCP_sbpc_net.pdf >. Acesso em: 09 jul. 2013.

COSTA, Ivan Rodrigues. **CONAQ**: um movimento nacional dos quilombolas. 2008. Disponível em: < http://www.institutobuzios.org.br/documentos/CONAQ_UM%20MOVIMENTO%20NACIONAL%20DOS%20QUILOMBOLAS.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2012.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. [200?]. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/>. Acesso em: 16 set. 2013.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. [200?]. Disponível em: <http://www.contag.org.br/>. Acesso em: 20 set. 2013.

COORDENAÇÃO NACIONAL DE LUTAS. [200?]. Disponível em:< http://www.conlutas.org.br>. Acesso em: 08 set. 2013

COSSO, João. **Polícia apura ação de sem-terra contra seguranças**. Jornal O Trabuco. 13 abr. 2005. Disponível em: http://www.otrabuco.com.br/lermais_materias.php?cd_materias=62537>. Acesso em: 15 set. 2013

CLEMENTS, Alice Elizabeth; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Estrangeirização da terra, agronegócio e campesinato no Brasil e Moçambique**. 2013. Disponível em: < http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/clements_fernandes-2013.pdf >. Acesso em: 24 set. 2013.

CLEPS JUNIOR, João; CARVALHO, Eduardo Rozetti de; BENEDETTI, Gilberta Maria Pires Oliveira Souza; GONZAGA, Humberto Tomaz; SOUZA, Luciana Carvalho. **Territorialidades da Reforma Agrária em Minas Gerais**: Uma Contribuição Para a Compreensão das Lutas no Campo no Período 2000- 2006. In: 4º Encontro Nacional De Grupos De Pesquisa – ENGRUP, São Paulo, pp. 884-911, 2008.

CLEPS JUNIOR, João. **Disputas territoriais e agronegócio em Minas Gerais**: conjuntura da reforma agrária e diversidade dos conflitos no campo (pesquisa dataluta). In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária "Territórios em Disputas: Os desafios da Geografia Agra´ria nas contradições do desenvolvimento brasileiro. Uberlândia. 2012. Disponível em: < http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/gts/1510_1.pdf>. Acesso em: 15 set. 2013.

CHOMA, Jeferson. **Caçapava**: a Conlutas chega ao campo. 2006. Disponível em:< http://www.litci.org/pt/index.php?option=com_content&view=article&id=64:artigo64&catid=8:brasil>. Acesso em: 14 set. 2013

DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra. 2013.

FABRINI, João Edmilson. **Movimentos Sociais no campo e outras resistências camponesas**. In: PAULINO, Eliane Tomasi; FABRINI, João Edmilson (orgs). Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular: Unesp. Programa de pós graduação em Geografia. 2008.

FELICIO, Jorge Munir. **Contribuição ao Debate Paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário**. 2011. 214 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente.

FERNANDES, Angélica et al. **Movimento Indígena Brasileiro**: A Trajetória De Positivação E Efetivação De Direitos, 20??. Disponível em: <www.sociedadeinclusiva.pucminas.br/ >. Acesso em; 17 jun. 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro:** Formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra – MST (1979-1999). 1999. 316 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Departamento de geografia. Universidade de São Paulo – USP. São Paulo.

_____. **O MST no contexto da formação camponesa no Brasil**. In: Questão Agrária e Justiça. STROZAKE, Juvelino José (org). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000a.

_____. **O MST e a luta pela reforma agrária no Brasil**. 2000b. Disponível em:<http://bib.praxis.ufsc.br: >. Acesso em 15 jun. 2012.

_____. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. 2005. Disponível em: < http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/Bernardo_QA.pdf>. Acesso em: 25 set. 2013.

_____. **Entrando nos territórios do território**. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edimilson. Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-301.

_____; WELCH, Cliff Andrew. **Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil**. In: FERNANDES, Bernardo Mançano. Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Políticas de Assentamentos Rurais e Luta Pela Terra do MST.** 2009a. Disponível em: < http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/bernardoengamesaredonda.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2013.

_____. **Sobre a Tipologia de Territórios**. 2009b. Disponível em: <http://www.landaction.org/IMG/pdf/BERNARDO_TIPOLOGIA_DE_TERRITORIOS.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2012.

_____; WELCH, Clifford Andrew; GONÇALVES, Elienai Constantino. **Debates sobre políticas fundiárias e usos da terra no Brasil.** Presidente Prudente: Relatório de Pesquisa, 2012.

_____. **Território Camponês**. In: Dicionário da Educação do Campo. CALDART, R. S; PEREIRA, I. B; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO, G. (Orgs.) Editora expressão Popular, Rio de Janeiro e São Paulo, 2012a. p. 744.

_____. **Via Campesina**. In: Dicionário da Educação do Campo. CALDART, R. S; PEREIRA, I. B; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO, G. (Orgs.) Editora expressão Popular, Rio de Janeiro e São Paulo, 2012b. p. 767.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA FAMILIAR. [200?]. Disponível em: <http://www.fetraf.org.br/site/quem_somos.php#>. Acesso em: 16 set. 2013.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Território em Disputa: Terras (re) tomadas. Estado, propriedade da terra e luta de classes no Pontal do Paranapanema**. 2009. 575 f. Tese (Doutorado em Geografia). - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Departamento de geografia. Universidade de São Paulo – USP. São Paulo. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/tese_caca.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2012.

_____. **Movimento camponês rebelde**: a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Contexto, 2006.

FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS RURAIS ASSALARIADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO. [200?] Disponível em: < http://www.feraesp.org.br/ >. Acesso em: 16 set. 2013

FOLHA *ONLINE*. **Sem-terra invadem fazenda da Someco em MS**. Folha de São Paulo, São Paulo, 5 abr. 2006. Poder. Disponível em: < http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u77290.shtml >. Acesso em: 10 jul. 2013.

FUNDAÇÃO DE APOIO AOS/AS TRABALHADORES/AS RURAIS E AGRICULTORES/AS FAMILIARES DA REGIÃO DO SISAL E SEMIÁRIDO DA BAHIA. [200?]. Disponível em: <http://www.fatres.org/ >. Acesso em: 10 jul. 2013

GERAIZEIROS DO NORTE DE MINAS GERAIS. [200?]. Disponível em: < http://geraizeirosdonortedeminas.blogspot.com.br/>. Acesso em: 10 jul. 2013.

GIRARDI, Eduardo Paulon, FERNANDES, Bernardo Mançano; **Geografia da Conflitualidade no Campo Brasileiro**. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (orgs.). Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas: a diversidade das formas das lutas no campo. São Paulo: Editora UNESP; 2009.

GLOBO. **Jornada:** Sem-Terra Ocupam Área da Dersa em SP. GLOBO Notícias. 27 set. 2007. Disponível em: < http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,AA1642268-5598,00.html >. Acesso em 14 set. 2013

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. In. X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005. Anais. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

_____. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2006.

HECK, Egon. **Terra de Violência**. In Cadernos Conflitos no Campo Brasil 2007. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2008.

JORNAL DOURADO *NEWS*. **Justiça manda sem-terra deixarem fazenda Someco**. Dourado News. Dourados. 6 abr. 2006. Rural. Disponível em: < http://www.douradosnews.com.br/arquivo/justica-manda-sem-terra-deixarem-fazenda-someco-b88213f918a31579e97a627708b9fca6 >. Acesso em: 10 jul. 2013.

JORNAL A NOVA DEMOCRACIA. **Criminalizar os que lutam pela terra visa encobrir o fracasso da reforma agrária do governo Lula**. 2004. Disponível em: < http://www.anovademocracia.com.br/no-21/763-criminalizar-os-que-lutam-pela-terra-visa-encobrir-o-fracasso-da-reforma-agraria-do-governo-lula?videoid=svUYh4y8Fao >. Acesso em: 20 set. 2013.

JORNAL DA MANHÃ *ONLINE*. **Fazenda Inhumas volta ser ocupada por sem-terra**. Jornal da Manhã *Online*. 27 fev. 2011. Geral. Disponível em: < http://www.jmonline.com.br/novo/?noticias,1,geral,42000>. Acesso em: 15 set. 2013.

LARAIA, Roque de Barros. **Terras Indígenas:** o processo de regularização. In: WOORTMANN, Ellen F. Significados da Terra. Brasília: Editora Universidade de Brasileia, 2004.

LIMA, Ailton. **Famílias invadem área no Coronel Osvaldo**. A Tribuna. 16 out. 2007. Disponível em: < http://www.contag.org.br/indexdet.php?modulo=portal&acao=interna2&codpag=101&id=1105&mt=1 >. Acesso em: 09 jul. 2013.

LUTTI, Aline Castilho Crespe; LOREA, Nashieli Rangel. **A violência contra os acampamentos Guarani e Kaiowá no sul de Mato Grosso do Su**l. 2012. BOLETIM DATALUTA. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_1_2012.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2012

MARTINS, José de Souza. **A reforma agrária no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso**. Tempo social. vol.15 no.2 São Paulo Nov. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000200006>. Acesso em: 9 set. 2011.

MASSALLI, Fábio. **MST ocupa fazenda que pertenceria a Carlinhos Cachoeira**. Agência Brasil. 23 ago. 2012. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-08-23/mst-ocupa-fazenda-que-pertenceria-carlinhos-cachoeira >. Acesso em: 14 set. 2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. 2003. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/sra/programas/credito>. Acesso em: 08 set. 2013.

MISNEROVICZ, José Valdir. **A Criação do Novo Camponês em Movimento nas Lutas pela Terra e Reforma Agrária no Final no Século XX e Início do XXL**. 2011. 142 f. Monografia (Bacharelado em Geografia). Curso Especial de Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, 2011 Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/monografia/mono_valdir_2011.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2013.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **O Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) e as contradições da luta pela terra no Brasil**. 2002. 315 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Lei e justiça: Conflitos e grilagens em 2006 – Apontamentos iniciais**. In: Conflitos no Campo Brasil 2006/CPT. Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2007, p. 170-175.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Territórios em Disputas e as Multiterritorilidades nas Retomadas dos Territórios Tradicionalmente Ocupados:** O Tekoha. In: Territórios e Territórialidades Guarani e Kaiowa: Da Territorialização Precária na Reserva Indígena de Dourados à Multiterritorialidade. 2011. 2007 f. Dissertação (Mestrado em Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências Humanas, da Federal da Grande Dourados. Dourados.

MOURA, Daise Jesus; VICTOR, Fabiana Borges; CLEPS JUNIOR, João. **As Ações Políticas Dos Movimentos Sociais do Campo em Minas Gerais:** Manifestações da Luta pela Terra e seus Desdobramentos. In: Encontro Nacional de Geógrafos. Minas Gerais. 2012.

MOVIMENTO ESTUDANTIL POPULAR REVOLUCIONÁRIO. **Liga dos Camponeses Pobres! Viva a Revolução Agrária!**. 2010. Disponível em: < http://www.midiaindependente.org/pt/red/2010/01/462040.shtml>. Acesso em: 18 set. 2013.

MOVIMENTO DE LUTA PELA TERRA. **1° Encontro Nacional do MLT em Brasília**. 2011. Disponível em: <http://movimentodelutapelaterra.blogspot.com.br/>. Acesso em: 18 set. 2013.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Os encontros nacionais e a criação do movimento nacional**. 2011a. Disponível em: <www.mabnacional.org.br>. Acesso em: 19 ago. 2012.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Novas perspectivas na virada do século: mais luta popular**. 2011b. Disponível em: <www.mabnacional.org.br>. Acesso em: 10 jul. 2013.

MOVIMENTO CAMPONÊS DE CORUMBIARA. [200?]. Disponível em: <camponescorumbiara.blogspot.com>. Acesso em: 14 set. 2013.

MOVIMENTO DOS CONSELHOS POPULARES. [200?]. Disponível em: <http://movimentodosconselhospopulares.blogspot.com.br/>. Acesso em: 19 ago. 2012.

MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO DOS SEM TERRA. [200?]. Disponível em: < http://mlstal.blogspot.com.br/ >. Acesso em: 18 set. 2013.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. [200?]. Disponível em: <http://www.mmcbrasil.com.br/>. Acesso em: 10 jul. 2013.

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES. [200?]. Disponível em: <http://www.mpabrasil.org.br/>. Acesso em: 17 set. 2013.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES ACAMPADOS E ASSENTADOS DO MATO GROSSO. [200?]. Disponível em: <http://mta-wwwmtamovimentocombr-mta.blogspot.com.br//>. Acesso em: 19 ago. 2012.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES DESEMPREGADOS. [200?]. Disponível em: <http://movimentotrabalhadoresdesempregados.blogspot.com.br/>. Acesso em: 19 set. 2013.

MOVIMENTO POPULAR DO CAMPO E DA CIDADE. [200?]. Disponível em: <http://mtl-di.blogspot.com>. Acesso em: 19 ago. 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de Oliveira. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Editora Ática, 1986. p. 1-88.

_____. **A não reforma agrária do MDA/INCRA no governo Lula**. Reforma Agrária, 2006. Disponível em: < http://pt.scribd.com/doc/96607576/A-Nao-Reforma-Agraria-No-Governo-LULA>. Acesso em: 29 jun. 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Formação da Rede DATALUTA:** Um Estudo Das Mudanças das Ocupações de Terras no Contexto da Questão Agrária Atual. Relatório Científico Parcial. Fapesp. Presidente Prudente, 2010.

_____. **Paradigma e metodologias da questão agrári**a: uma análise das ocupações de terras no Brasil com ênfase para o Pontal do Paranapanema - SP. Monografia (Bacharelado em Geografia). Curso de Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, 2011.

PAULILO, Maria Ignez S. **Movimento de Mulheres agricultoras: terra e matrimônio**. PPGSP/UFSC, Cadernos de Pesquisa, nº. 21, Junho 2000. Disponível em: <http://www.sociologia.ufsc.br/cadernos/Cadernos%20PPGSP%2021.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2012.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Movimentos Socioterritoriais**: Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica. 2009. 240 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP - Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente.

PEREIRA, Danilo Valentin. **Estudo sobre as tipologias de manifestações no campo paulista no período 2000-2011**. 2012. 87 f. Monografia (Bacharelado em Geografia). Curso de Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, 2012.

PERES, Angela Domingos. **Movimento quilombola e capitalismo no Brasil**. In: III Simpósio Lutas Sociais na América Latina "Trabalhadore(a)s em movimento: constituição de um novo proletariado?". 2008, Londrina. Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/angeladomingos.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2013.

QUEIROZ, Rosiana Pereira Brasil (org.). **Relatório de casos exemplares**. Brasília: MNDH; Passo Fundo: IFIBE, 2006. 34 p. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/r_mndh/r_mndh_criminalizacao_mov_sociais.pdf> . Acesso em: 4 nov. 2013.

RACISMO AMBIENTAL. **Informe dos Vazanteiros e Quilombolas da retomada de Minas Gerais**. 2011. Disponível em: <http://racismoambiental.net.br/2011/07/informe-dos-vazanteiros-e-quilombolas-da-retomada-de-minas-gerais/>. Acesso em: 17 set. 2013.

RAMOS FILHO. Eraldo da S. **Questão Agrária Atual**: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma e reforma agrária de mercado (2003-2006). Tese Doutorado (Programa de Pós-graduação em Geografia da FCT - Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP - Universidade Estadual Paulista). Presidente Prudente, 2008.

REDE BRASIL ATUAL. **Em carta, MST cobra mais empenho de Dilma pela reforma agrária**. Rede Brasil Atual, Brasília, 28 de ago. 2013. Cidadania. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2013/05/mst-entrega-carta-exigindo-agilidade-de-reforma-agraria-7410.html >. Acesso em: 14 ago. 2013.

RIBEIRO, Leandro Nieves; SOBREIRO FILHO, José. **Formação da Via Campesina no Mundo e Atualidade das Ações no Brasil (2000-2011).** In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. 21. Uberlândia. Anais. Universidade Federal de Uberlândia. 2012. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/gts/1448_1.pdf >. Acesso em: 20 set. 2013

ROCHA, Herivelto Fernandes. **Análise e mapeamento da implantação de assentamentos rurais e da luta pela terra no Brasil entre 1985 – 2008**. 2009. 63 f. Monografia (Bacharelado em Geografia). Curso de Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, 2009 Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/monografia/mono_herivelto_2009.pdf>. Acesso em: 15 set. 2011

_____. **Análise e mapeamento da implantação de assentamentos rurais e da luta pela terra no Brasil entre 1985 – 2008**. 2009. 63 f. Monografia (Bacharelado em Geografia).

Curso de Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, 2009 Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/monografia/mono_herivelto_2009.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2012.

ROCHA, Maria Tereza; ASSIS, Dária Maria Martins. **Território Quilombola e Territorialidade Vazanteira:** Dinâmicas Socioespacias na Comunidade de Bom Jardim da Prata-MG. In: II Congresso em Desenvolvimento social e II seminário Norte-Mineiro de Ensino e Pesquisa em Historia da Educação. 2010. Disponível em: <http://www.congressods.com.br/segundo/images/trabalhos/populacoes/Maria%20Tereza%20Rocha.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2012.

ROSA, Marcelo Carvalho. **Ocupações de terra**. In: Dicionário da Educação do Campo. CALDART, R. S; PEREIRA, I. B; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO, G. (Orgs.) Editora expressão Popular, Rio de Janeiro e São Paulo, 2012. p. 511-514.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho. **Estudo das políticas de obtenção dos assentamentos de reforma agrária no Brasil entre 1985 e 2009**. 92 f. Monografia (Bacharelado em Geografia). Curso de Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, 2010. Disponível em: < http://www4.fct.unesp.br/nera/monografia/mono_rafael_coelho_2010.pdf>. Acesso em: 7 set. 2011.

SAUER, Sérgio; LEITE, Sergio Pereira. **Dinâmica fundiária e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil**. 2011. Disponível em: < http://mstemdados.org/ >. Acesso em: 24 set. 2013

SILVA, A. A. FERNANDES, B. M. Manifestações: **A arte de fazer política fazendo manifestações, ocupações e acampamentos no Brasil de 2007**. In Cadernos Conflitos no Campo Brasil 2007. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2008.

SILVA, A. A., FERNANDES, B. M. **Movimentos socioterritoriais e espacialização da Luta pela terra – 2000-2004**. In: III Simpósio Nacional de Geografia Agrária/II Simpósio Internacional de Geografia Agrária/Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira "Desenvolvimento do campo, das florestas e das águas", 2005, Presidente Prudente.

SILVA, Hellen Carolina Gomes Mesquita da. **DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra:** Registro, Confrontação e Análise das Ocupações de Terras no Estado de São Paulo com Ênfase no Pontal do Paranapanema para o período 1988 – 2011. Relatório final. . CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Presidente Prudente, 2012.

_____. **DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra:** Registro, Confrontação e Análise das Ocupações de Terras no Estado de São Paulo com Ênfase no Pontal do Paranapanema para o período 1988 – 2012. Relatório final. . CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Presidente Prudente, 2013.

SOBREIRO FILHO, José. **Ocupações de terra no Brasil (1988-2010):** uma leitura geográfica e a conjuntura política da luta pela terra, 2011. Disponível em: <

http://web.ua.es/es/revista-geographos-giecryal/documentos/articulos/sobreiro-2011.pdf?noCache=1316261573948>. Acesso em: 9 set. 2011.

_____. **Contribuição Para a Construção do Conceito de Movimentos Socioterritoriais e Análise das Dissensões e Formação do "MST da Base" no Pontal do Paranapanema.** 2010. Disponível em: <http://www.erevistas.csic.es/ficha_articulo.php?url=oai_revista616:67&oai_iden=oai_revista616>. Acesso em: 25 abr. 2012

SOUZA, Elenira de Jesus. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra:** Atualização do Cadastro dos Movimentos Socioterritoriais Para o Ano de 2007. Relatório Final. CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Presidente Prudente, 2009.

SOUZA, Edevaldo Aparecido; PEDON, Nelson Rodrigo. **Território e Identidade**. In: Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Três Lagoas. Três Lagoas – MS, V1 – nº6 – ano 4, novembro de 2007.

SPOSITO, Eliseu Savério. **A propósito dos paradigmas de orientações teórico - metodológicas na Geografia contemporânea**. São Paulo, Terra Livre, n. 16, p. 99-112, 2001.

TAVARES, Renata. **Sem-terra invadem outra área em Uberlândia**. Correio de Uberlândia. 31 mai. 2011. Disponível em: < http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/sem-terra-invadem-outra-area-em-uberlandia/?doing_wp_cron=1373397532.3075759410858154296875 >. Acesso em: 09 jul. 2013.

_____. **Suspeito de matar líderes sem-terra esclarece triplo homicídio**. Correio de Uberlândia. 21 jun. 2012. Disponível em: < http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/suspeito-de-matar-lideres-sem-terra-esclarece-triplo-homicidio/3075759410858154296875 >. Acesso em: 09 jul. 2013.

THOMAZ JUNIOR, Antônio. **Agronegócio alcoolizado e culturas em expansão no Pontal do Paranapanema! Legitimação das terras devolutas/improdutivas e neutralização dos Movimentos Sociais.** 2007. Disponível em: < http://www4.fct.unesp.br/ceget/GeografiadoBrasil/AgronegocioAlcoolizado.pdf >. Acesso em: 15 nov. 2012.

TOMAZELA, José Maria; LACERDA, Angela; MENDES, Carlos; NAVES, João. **MST promove ações em seis Estados e no Distrito Federal.** O Estado de São Paulo, São Paulo, 16 abr. 2009. Notícias. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,mst-promove-acoes-em-seis-estados-e-no-distrito-federal,355535,0.htm>. Acesso em: 14 set. 2013.

_____. **Sem-terra invadem horto florestal de Rio Claro-SP**. O Estado de São Paulo, São Paulo, 17 de jan. 2010. Política. Disponível em: <

http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,sem-terra-invadem-horto-florestal-de-rio-claro-sp,497162,0.htm >. Acesso em: 09 jul. 2013.

_____. **MST Independente estreia com três invasões no Pontal**. O Estado de São Paulo, São Paulo, 16 de jan. 2012. Política. Disponível em: < http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,mst-independente-estreia-com-tres-invasoes-no-pontal,823359,0.htm>. Acesso em: 11 jul. 2013.

UNIÃO SINDICAL DOS TRABALHADORES. [200?]. Disponível em: <http://www.ust.org.br/>. Acesso em: 20 ago. 2013.

VAZANTEIROS EM MOVIMENTO: POVOS DAS ÁGUAS E DAS TERRAS CRESCENTES. **Carta dos Vazanteiros em Movimento**. 2011. Disponível em: < http://racismoambiental.net.br/2011/07/urgente-vazanteiros-em-movimento-realizam-autodemarcacao-de-seu-territorio/>. Acesso em: 14 set. 2013.

WELCH, Cliff Andrew. **Manifestações - 2004**. In Cadernos Conflitos no Campo Brasil 2004. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2005.